

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

TARCÍSIO LUIZ PEREIRA

**MONOPOLIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL
POR MEIO DE PROCESSOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES: O GRUPO
UNIESP EM QUESTÃO**

CAMPO GRANDE/MS

2017

TARCÍSIO LUIZ PEREIRA

**MONOPOLIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL
POR MEIO DE PROCESSOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES: O GRUPO
UNIESP EM QUESTÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito

Campo Grande - MS

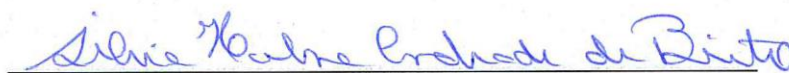
2017

Tarcísio Luiz Pereira

**MONOPOLIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL POR MEIO
DE PROCESSOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES: O GRUPO UNIESP EM QUESTÃO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito
final para a obtenção do título de Doutor.

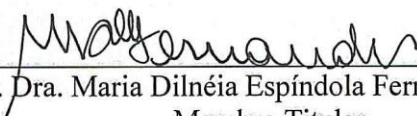
COMISSÃO EXAMINADORA



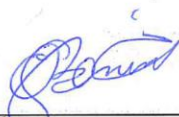
Profª. Drª. Silvia Helena Andrade de Brito - UFMS
Orientadora



Profª. Dra. Giselle Cristina Martins Real - UFGD
Membro Titular



Profª. Dra. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes - UFMS
Membro Titular



Profª. Dra. Eleio Gustavo Benini - UFMS
Membro Titular



Profª. Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves - UFPA
Membro Titular

Campo Grande - MS, 19 de setembro de 2017

Dedico este trabalho a minha amada mãe Albertina A. Pereira (*in memoriam*) pela terna bravura e resistência. Aos amados filhos Victor Hugo e Pedro Luiz minhas razões de existir, “que a luta por um mundo melhor seja suas bandeiras”. Ao meu pai Otacílio L. Pereira (*in memoriam*) À amada irmã Eneida pelo apoio, amor, amizade e companheirismo em todos os momentos. À minha orientadora Prof^{ra}. Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito pelos conhecimentos divididos, paciência e sabedoria em conduzir este estudo. À classe trabalhadora que mantém acesa a chama da esperança, que esta obra possa contribuir no combate a opressão.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho tem muitos significados e contou com a colaboração de muitas pessoas, as quais agradeço de coração. Tendo em vista a insuficiência do espaço para elencar todas, algumas serão nominalmente citadas, isso não significa que aquelas cujos nomes não aparecem tenham sido menos importantes nesta longa jornada. Assim, meus sinceros agradecimentos.

Em todos busquei inspiração e forças nestes quatro anos de doutoramento. Lembrome, nesta trajetória, dos trabalhadores (as) rurais, os da construção civil, das empresas e fábricas em que trabalhei durante minha infância e juventude e dividi com essa gente cada gota de suor derramado, “boias frias”, o cimento que ajudou-me a concretar o chão de minha história e acima de tudo, a esperança e o alento estampados em seus olhares que serviram de motivação para minha caminhada.

Agradeço profundamente minha orientadora Prof^a Dr^a Silvia Helena Andrade de Brito, sem a qual este trabalho não teria sido realizado e que com maestria ensinou-me a arte de pensar de forma mais elaborada a luz das categorias marxistas.

À querida Prof^a Dr^a Maria Dilnéia Espindola Fernandes, pelas discussões, co orientação, amizade e pela leitura cuidadosa deste trabalho que tanto ajudou no desenvolvimento da pesquisa. Muitíssimo obrigado.

Agradeço com carinho e admiração aos (as) Professores (as) da Comissão Examinadora, pelas importantes contribuições e orientações quando da qualificação deste trabalho e, agora, por aceitarem o convite para o processo de defesa e, mais uma vez, contribuírem no aperfeiçoamento de meus conhecimentos. Ao Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini; à Prof.^a Dr^a Carina Elisabeth Maciel; à prof.^a Dr^a Maria Dilnéia, à Prof^a Dr^a Vera Lúcia Jacob Chaves e a Prof^a Giselle Cristina Martins Real.

Aos colegas de turma do doutorado pela amizade que construímos e pelos instigantes debates em especial aos companheiros Felipe Soligo Barbosa, Fernando Vendrame e Leandro Picoli Nucci, amigos para além da universidade, que entre um papo e outro, “filosofamos”.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação da FAED/UFMS Campo Grande-MS os quais tive a honra de aprender: Prof^a. Dr^a Eurize Caldas Pessanha, Prof^o Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, Prof^a Fabiany de Cassia Tavares Silva, Prof^a Dr.^a

Lucrécia Stringhetta Mello, Prof^a Dr^a Maria Dilnéia Espindola Fernandes e Prof^a Dr^a Silvia Helena de Andrade Brito.

Aos Professores (as) colegas e amigos (as) de trabalho do CPTL/UFMS – Três Lagoas-MS em particular do curso de Pedagogia, assim como a todos(as) os estudantes, em especial a meus alunos(as) pelo companheirismo, compreensão, carinho e respeito, saibam que tornaram esta caminhada menos difícil. Meus eternos agradecimentos ao queridíssimo Valdeci Luiz ‘Fontoura’ dos Santos (amigo-irmão de longas datas, pelo qual tenho a maior admiração, carinho, respeito e sou eternamente grato, muitíssimo obrigado por acreditar em mim, laços eternos); ao companheiro de militância Paulo Fioravante Giareta, obrigado pela força e incentivos; à Ione Nogueira pela compreensão e alento, a querida amiga Ana Lúcia Espindola pelo incentivo, respeito e carinho, ao amigo de estrada Armando Marino pela amizade e companheirismo, ao amigo Christian Muleka pelo apoio, as queridas Regina Marques, Silvana Bispo, Andressa Florcena, Juscelia Linhares, Lucrécia Stringuetta, Vera Lucia, pelo acolhimento de sempre.

A todos(as) trabalhadores(as) das instituições que concederam entrevistas para este trabalho, pela coragem e colaborações.

Ao amigo-irmão Juliano Jefferson da Silva pela amizade, respeito, apoio nas horas difíceis, pelas batalhas travadas. Obrigado por lutar ao meu lado. Laços eternos.

Aos amigos (as) de jornada, sempre queridos (as) Leandro Targa (pela amizade e parceria), a Ava de Oliveira Costa dos Passos Ribeiro (pelas palavras de incentivos e motivação), ao eterno amigo-irmão Marcos Roberto dos Santos (amizade que nasceu no CEFAM e se estende ao longo da vida)...

Aos amados filhos Victor Hugo J. Pereira e Pedro Luiz K. Pereira, que suportaram a ausência do pai, mas que estão sempre comigo em todos os momentos e que são a razão primeira deste trabalho existir. Amo vocês.

À amada irmã-companheira de todas as horas, Eneida Aparecida Pereira Berti da Silva que com ternura, carinho e paciência suportou meus momentos de nervosismo e irritação e que me deu força e inspiração para continuar a caminhada. Te amo. Ao seu esposo Luciano Berti (valeu pela força) a sobrinha de caminhada Luene Gabrieli.

À querida Thamires Carla Santos pelo companheirismo, carinho, compreensão e por agregar valores em minha vida.

À CAPES pela bolsa consentida no primeiro ano de doutoramento.

E por fim, meus eternos agradecimentos à mulher, sem qual este trabalho não teria sentido, minha amada mãe que infelizmente deixou-nos em 2014 (em meio ao doutorado) e lutou bravamente para educar a mim e a minha irmã e construiu um legado de vida registrado em nossa história e que admiravelmente, apesar da pobreza e das vicissitudes impostas pela vida, não se curvou diante daqueles (as) que se julgavam maiores. Com humildade e cabeça erguida perseverou e do “seu jeito”, como na canção “My Way” (Elvis Presley) resistiu.

“Obrigado pela honra de ser teu filho” e como prometido registro suas palavras finais:

“A tese da minha história... Na minha infância perdi meu pai muito cedo, tive que ser homem, trabalhar com minha mãe para não passarmos fome. Minha mãe me dizia: ‘Não quero você trabalhando, quero você com um livro na escola estudando, deixa o trabalho da roça, eu faço com muito orgulho. O sol é quente e escaldante, mas você é mais brilhante. E seu futuro para mim é muito mais importante’. E uma boia fria chorou com muita emoção porque viu seu filho doutor com o diploma na mão; agradei muito a Deus por ter sido escolhida em ensinar teu filho como se vence na vida”. (Albertina Alencar Pereira 10/01/2014).

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.

Privatizando, Bertold Brecht, 2007.

RESUMO

Fusões e aquisições fazem parte do mundo corporativo capitalista, visando à adequação de recursos, do porte e da estrutura das empresas ao mercado. O que move o capital é a procura por lucros. Para tal, fusões e aquisições aparecem na etapa do capitalismo monopolista, que se caracteriza pela concentração/centralização do capital, com a fusão/reagrupamento de capitais em todos os setores. Essa também é a forma assumida pelas empresas capitalistas no campo educacional, no Brasil. Nesse sentido, esta tese, alocada na Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campo Grande, tem como objeto a monopolização do ensino superior privado sendo seu objetivo geral analisar as novas configurações e os processos de aquisições e fusões ocorridos neste setor. Para tanto, elege-se como *locus* de pesquisa o grupo educacional União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo – Uniesp – que vem expandindo seus negócios na última década, com aquisições de novas Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP’s). Para tanto, selecionou-se unidades de ensino mantidas pelo grupo, sendo respectivamente uma lotada no interior do Estado de São Paulo e duas na cidade de São Paulo (capital). Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizam-se, além da pesquisa documental, as entrevistas com funcionários, docentes e gestores do Uniesp. Os resultados apontam que a expansão no ensino superior privado no Brasil, assim como os processos de fusões e aquisições ocorridos no setor com a instrumentalização do Estado que, por meio de regulamentações, possibilitou a valorização e o controle sobre a educação (mercadoria) superior, buscou da mesma forma que os empresários da indústria e do comércio exercer a garantia de superlucros e valorização do capital neste espaço, o da educação/ensino superior. Neste cenário, tem surgido novas forças competitivas que quebram o monopólio geográfico, regional e local no mercado de ensino superior privado levando a uma reestruturação, o que pode implicar no desaparecimento de faculdades e universidades de pequeno e médio porte por conta de maior concentração no setor, com aporte expressivo do capital internacional.

Palavras-Chaves: Monopolização. Ensino Superior Privado. Fusões e Aquisições. Uniesp

ABSTRACT

Mergers and acquisitions are part of the corporate capitalist world, aiming at the adequacy of resources, size and structure of companies on the market. What drives capital is the search for profits. Towards that end, mergers and acquisitions happen as steps of monopoly capitalism, which is characterized by the concentration / centralization of capital with the merger / re-grouping of capital in all sectors. This is also the model adopted by capitalist enterprises in the educational field in Brazil. In this sense, allocated in the research area “History, Policies and Education” of the Post-Graduation in Education program of the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campo Grande, this thesis focus on the monopolization of private higher education, and its objective is to analyze the new configurations and the processes of acquisitions and mergers that have occurred in this sector. In this regard, the educational group União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (Uniesp) has been chosen as a *locus* of this research since it has been expanding its business in the last decade with the acquisition of new Private Higher Education Institutions (PHEI's). Hence, there were selected three higher education institutions maintained by the group, one located in the interior of the State of São Paulo and two in the city of São Paulo (capital). The methodological procedures adopted were the documentary research and interviews with Uniesp's employees, teachers and managers. In a similar way to the processes of mergers and acquisitions that occurred in the sector with the instrumentalisation of the State – which made possible the appreciation and control over higher education (merchandise) by means of regulations – the results of this research point out that the expansion in private higher education in Brazil sought to exercise the guarantee of super-profits and the valorization of capital on the environment of education / higher education, corresponding to the way that entrepreneurs of industry and commerce usually do. In this scenario, new competitive forces have been emerging to break the geographical, regional and local monopoly on the private higher education market, leading to a restructuring that may imply on the disappearance of small and medium-sized colleges and universities due to a greater concentration in the sector amped up with a significant increase in international capital.

Key-words: Monopolization. Private higher education. Mergers and acquisitions. Uniesp

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Figura 1 - Repasse de verbas às Igrejas pelo grupo Uniesp.....	152
Quadro 1 - Publicações de Artigos relativos ao objeto de pesquisa – 1998-2015.....	215
Quadro 2 - Publicações de Dissertações de Mestrado relativas ao objeto de pesquisa – 2005-2015.....	218
Quadro 3 - Publicações de Teses de Doutorado relativas ao objeto de pesquisa – 2006-2015.....	219
Quadro 4 - Publicações de Livros/Relatórios/Projetos relativos ao objeto de pesquisa -2002-2015.....	220
Quadro 5 - Diferenças entre financiamento público e privado.....	69
Tabela 1 - As maiores instituições de ensino superior privado do Brasil - 2009.....	110
Tabela 2 - Ranking dos sete primeiros grupos de ensino superior privado em números de alunos em 2012.....	113
Tabela 3 - Decisão em Atos de concentração no ensino superior privado (2001-2015).....	123
Tabela 4 - Encargos e Serviços cobrados pelo Uniesp.....	144
Tabela 5 - Valores de encargos educacionais para o 2º semestre de 2013 – Faculdades BARD-BARD-DAL.....	146
Tabela 6 - Valores de Encargos Educacionais 1º Semestre de 2016 – FAPEPE.....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Números de contratos do FIES firmados entre 2005 e 2015.....	65
Gráfico 02 - Ranking Global das empresas de educação superior em 2016.....	95
Gráfico 03 - Número de Instituições de Educação Superior no Brasil, públicas e privadas – 2005-2015.....	96
Gráfico 04 - Número de Matrículas na Educação Superior no Brasil, públicas e privadas. (últimos 10 anos).....	97
Gráfico 05 - Negociações por comprador em 2007 (em milhões).....	108
Gráfico 06 - Negociações por comprador em 2008 (R\$ milhões).....	109
Gráfico 07 - Negociações por comprador em 2009 (em R\$ milhões).....	111
Gráfico 08 - Negociações por comprador em 2010 (R\$ milhões).....	112
Gráfico 09 - Negociações por comprador em 2011 (R\$ milhões).....	112
Gráfico 10 - Negociações por comprador em 2012 (R\$ milhões).....	113
Gráfico 11 - Negociações por comprador em 2013 (R\$ milhões).....	114
Gráfico 12 - Negociações por compradores em 2014(R\$ milhões).....	115
Gráfico 13 - Fusões e aquisições de IES no período de 2007–2015.....	116
Gráfico 14 - Negociações Totais no período de 2007 a 2015 (em milhões).....	117
Gráfico 15 - Atos de Concentração no Ensino Superior Privado - Notificações e Julgamentos realizados pelo CADE (2007-2015).....	121
Gráfico 16 - Expansão do Grupo Uniesp em número de alunos (em milhares) - 2005-2014.....	129
Gráfico 17 - Quantidade de Matrículas registradas em 2015 pelo INEP (em milhões).....	131
Gráfico 18 - Números de Instituições de Ensino Superior - 2015 (em milhares).....	131

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABMES - Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior

AESA - Anhanguera Educacional S.A.

AESAPAR - Anhanguera Educacional Sociedade Anônima Participações

AMBEV - Américas' Beberagem Company (Companhia de Bebidas das Américas)

ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional

ANUP - Associação Nacional das Universidades Particulares

ANPAE - Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

BV - Bolsa de Valores

CADE - Conselho de Administração e Defesa Econômica

CEC - Career Education Corporation

CCI - Corinthian Colleges

CF - Constituição Federal do Brasil

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CFT-E - Certificado Financeiro do Tesouro da Série E

COC - Colégio Oswaldo Cruz

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONJUR – Consultoria Jurídica do MEC

CREDUC - Crédito Educativo

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

EAD – Educação a Distância

EDMC - Education Management Corporation

EMEI's - Escolas Municipais de Educação Infantil
EMEF's - Escolas Municipais de Ensino Fundamental
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAD – Faculdade de Diadema
FAISA - Faculdade de Ilha Solteira
FACILUZ - Faculdade Cidade Luz
FAMA - Faculdade de Mauá
FEPESP - Federação dos Professores de São Paulo
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de serviço
FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Credito Educativo
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIESC - Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas
FIRP - Faculdades Integradas de Ribeirão Pires
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FIRB - Faculdades Integradas Rui Barbosa
F&A - Fusão e Aquisição
HISTEBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IES - Instituição de Ensino Superior
IESP - Instituição de Ensino Superior Privada
IESP - Instituto Educacional do Estado de São Paulo
IESP's – Instituições de Ensino Superior Privadas
IFC - *International Finance Corporation*
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IE - Instituição de Ensino
IES - Instituição de Ensino Superior
IESA – Instituto de Educação Superior de Santo André

IESAM – Instituto de Educação Superior da Amazônia
IESES - Instituto de Educação Superior do Espírito Santo
IFC - International Finance Corporatio
IGC - Índice Geral de Cursos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPO - Inital Public Offering (Oferta Pública Inicial)
KPMG - Klynveld Main Goerdeler
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LFG - Luis Flávio Gomes
LMS - Learning Management Systems
LOA - Lei Orçamentária Anual
MBA - Management Business Administration
MEC - Ministério da Educação
MS - Mato Grosso do Sul
NUPPS - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da USP
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCE – Organização para Cooperação Econômica
OEA - Organizações dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU – Organizações das Nações Unidas
PCE – Programa Crédito Educativo
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB - Produto Interno Bruto
PROUNI - Programa Universidade para Todos
RAs - Regiões Administrativas
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
S.A - Sociedade Anônima
SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico
SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor
SBDC – Secretaria Brasileira de Defesa da Concorrência
SDE – Secretaria de Defesa Econômica

SEB - Sistema Educacional Brasileiro

SEMESP - Sindicato das mantenedoras de Ensino Superior

SESU – Secretaria da Educação Superior

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINPRO - Sindicato dos professores

SP - São Paulo

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNAMA – Universidade da Amazônia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNESPA - União de Ensino Superior do Pará

UNIBAN - Universidade Bandeirantes

UNIBERO - Centro Universitário Ibero-Americano

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIDERP - Universidade para O Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantana

UNIESP - União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

UNIP - Universidade Paulista

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

USP - Universidade de São Paulo

UVA – Universidade Veiga de Almeida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 CAPÍTULO	42
ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL E UM OLHAR SOBRE OS PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO	42
1.1 APORTES SOBRE A FORMAÇÃO DE MONOPÓLIOS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO	42
1.2 UM OLHAR SOBRE OS PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO	54
1.3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO BRASILEIRO POR MEIO DO FIES	60
2 CAPÍTULO	74
A CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO BRASILEIRO	74
2.1 O CAPITAL FINANCEIRO E O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	74
2.2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO SETOR PRIVADO LUCRATIVO NO ENSINO SUPERIOR NACIONAL	86
2.3 ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS: A CONCENTRAÇÃO DISPERSA	98
2.4 A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL.....	105
2.5 O CADE E A EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: BREVES CONSIDERAÇÕES	120
3 CAPÍTULO	125
O GRUPO UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIESP).....	125

3.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EXPANSÃO DO GRUPO UNIESP	125
3.2 CONTEXTUALIZANDO A UNIESP NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO	130
3.3 DA REPUTAÇÃO (E DENÚNCIAS) DO GRUPO UNIESP	137
3.3.1 DAS DENÚNCIAS REFERENTES ÀS CAUSAS TRABALHISTAS	138
3.3.2 DAS DENÚNCIAS REALIZADAS PELOS ESTUDANTES	139
3.3.3 DAS IRREGULARIDADES DO UNIESP EM RELAÇÃO AO ESTADO NO USO DO FIES.....	141
3.3.4 DOS CONVÊNIOS FIRMADOS COM ENTIDADES RELIGIOSAS	149
4 CAPÍTULO	156
ESTRATÉGIAS DE AQUISIÇÃO DO GRUPO UNIESP	156
4.1 AÇÕES E MEANDROS UTILIZADOS PARA EXPANSÃO DO GRUPO	156
4.2 O CASO DA UNIESP/FAISA/FACILUZ	160
4.3 O CASO DA UNIESP/CAPITAL PAULISTA (UNIDADES – CENTRO VELHO E TUCURUVI)	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS	190
ANEXOS	215
ANEXO 1 – Quadros 1 a 4 – Produção acadêmica acerca do objeto de pesquisa	215
ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	222
ANEXO 3 – Roteiro de Entrevista	224

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1970 e 1980, a Educação Superior brasileira passou por grandes transformações devido, principalmente, à instalação de novas normas jurídicas, tais como as Resoluções do então Conselho Federal de Educação, criado pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Constituído majoritariamente por dirigentes de Instituições de Ensino Superior Privadas (IESPs) e seus prepostos, esse Conselho assumiu um posicionamento predominantemente privatista, empenhando-se em acelerar o crescimento de iniciativas privadas – formadas, em sua maioria, por instituições isoladas – e em pôr fim ao processo de federalização dos estabelecimentos de ensino superior.

Laura da Veiga, em *Reforma universitária na década de 60: origens e implicações político institucionais*, explana que a expansão do número de IESPs se deu, em muitos casos, pela transformação de escolas de nível secundário em estabelecimentos de ensino superior de pequeno porte, que passaram a ofertar uma quantidade limitada de cursos de graduação. Em uma perspectiva análoga e complementar, Helena Sampaio afirma que “liderada pela iniciativa privada, no início dos anos 1970, a expansão do ensino superior privado foi impulsionada pela pressão de diversos segmentos da sociedade brasileira, que se tornava cada vez mais urbana e industrializada” (SAMPAIO, 2011, p. 2).

Ao longo deste processo, que ia ao encontro aos interesses do projeto governamental militar, o setor educacional privado passou a ser numericamente predominante. Em 1980, a iniciativa privada respondia por cerca de 63,0% das matrículas e 77,0% dos estabelecimentos de Ensino Superior (SAMPAIO, 2000). No entanto, essa trajetória de crescimento contínuo passou a demonstrar sintomas de esgotamento e foi interrompida naquele mesmo ano. Durante toda a década de 1980, alternaram-se os períodos de estabilidade e de redução na quantidade de matrículas dos estabelecimentos de ensino superior. E, ainda que essa oscilação relacionada ao número de matrículas atingisse o sistema de ensino superior como um todo, influenciou de forma mais intensa o setor privado, cuja participação relativa à taxa total de matrículas foi significativamente reduzida¹.

¹ Entre 1980 e 1985, a taxa de crescimento das matrículas privadas não chegou a 1,0 %. Essa baixa *performance* deveu-se à diminuição global da demanda por educação superior no período que, por sua vez, estava refletindo o estrangulamento do número de concluintes do ensino médio (SAMPAIO, 2000, p. 30).

A partir da década de 1990, no entanto, a Reforma do Estado, bem como as reformas educacionais implementadas no país, criaram condições favoráveis para a política de expansão do ensino superior brasileiro. Segundo Marilena Chauí, em *Escritos sobre a universidade*, o plano e a implementação da Reforma do Estado, que se encontra em curso no Brasil desde os anos 1990, podem ser compreendidos enquanto ferramentas necessárias para a execução de uma “engenharia política” que adapta o Estado brasileiro às exigências impostas pela nova forma do capital. Diferentemente do período histórico de 1940 a 1970, esse novo contexto de reestruturação produtiva não requer mais a figura do Estado como um parceiro econômico ou um agente regulador da economia. Dessa forma, as diretrizes de privatização, de terceirização e de mercantilização da Educação Superior ganharam força desde aquela década.

De acordo com a leitura política de Chauí – enfatizada por Sguissardi, em *Universidade Brasileira no Século XXI - Desafios do Presente* – referente à questão da Reforma do Estado, essa reestruturação produtiva se apresentou como pano de fundo para a potencialização de um “novo modelo” de universidade, um modelo que “encolhe o espaço público democrático do direito e amplia o espaço privado não só ali onde seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica – mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados” (SGUISSARDI, 2009, p. 158). Daniel Schugurensky, por sua vez, propõe a seguinte interpretação sobre esse mesmo panorama histórico vivenciado pelos países capitalistas centrais e periféricos:

A participação no sistema [subsistema de educação superior], outrora considerada um direito social inalienável, é agora interpretada como um privilégio individual, e os objetivos da autonomia institucional, crítica social e desenvolvimento cultural são vistos como redutos obsoletos de interesses particulares. Ao mesmo tempo, o Estado benevolente que financiava cada universidade [estatal] em função de suas matrículas converteu-se em um Estado avaliador e regulador que condiciona recursos à obtenção de resultados. (SCHUGURENSKY, 2002, p. 116).

Pautada na reformulação dos diferentes níveis e modalidades do ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) – representou, no final do século passado, um marco histórico no cenário educacional brasileiro (OLIVEIRA, BITTAR e MOROSINI, 2008). Além de favorecer diversas possibilidades de inovação em todos os níveis de ensino, a regulamentação da LDB propiciou a expansão da

Educação Superior ao flexibilizar as regras necessárias para a abertura de cursos e, principalmente, de instituições de ensino com finalidades lucrativas.

Até 1996, a Educação Superior foi regida pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. A antiga lei decretava, em seu 2º artigo, a obrigatoriedade desse grau de ensino ser "ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados" (BRASIL, 2009). A Lei nº 9.394/96, entretanto, refutou essa soberania da universidade ao prever, em seu 45º artigo, a possibilidade da educação superior ser "*ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização*" (BRASIL, 1996, p. 20). Sob a perspectiva da nova regulamentação educacional, a concepção relacionada às "instituições de ensino superior" contempla diversos estabelecimentos de ensino: as universidades, os centros universitários, as faculdades integradas, as faculdades, as escolas superiores e os institutos superiores. Flexível, a LDB possibilitou às instituições de ensino superior não universitárias – tal como o centro universitário – alcançarem variados graus de autonomia de acordo com as suas respectivas competências, qualidades ou especificidades.

Apesar da Constituição Federal de 1988 afirmar, por meio do artigo 209, que "o ensino é livre à iniciativa privada", foi apenas com o amparo do artigo 1º do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que as pessoas jurídicas de direito privado puderam "assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial" (SAMPAIO, 2011, p. 31), de suas respectivas IES. Entretanto, esse incentivo para a abertura de novas IES privadas foi alterado pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dentre outras deliberações, o documento revogou o artigo 1º do Decreto nº 2.306/97 e decretou, por meio de seu artigo 9º, que "a educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público". Dessa forma, o Estado passou a autorizar o funcionamento – mediante à avaliação – de entidades privadas que atendessem aos requisitos necessários para a abertura de uma IES, estabelecidos nesse novo Decreto.

Deve-se ressaltar, no entanto, que muito longe de desautorizar a participação da iniciativa privada na oferta de educação superior, o Poder Público promoveu políticas de incentivo ao crescimento desse setor. Nota-se, portanto, que a expansão desse nível de ensino, ao longo dos anos 1990, não promoveu a equidade social no país, uma vez que a maioria dos universitários se encontrava matriculada na rede privada: de acordo com os dados do INEP, referentes

a 1998, 78.5% das IES eram privadas e respondiam ao montante de 62.1% do total de matrículas. Ao refletir sobre a opção do governo brasileiro em aplicar recursos públicos no financiamento de iniciativas privadas, em detrimento de maiores investimentos nas IES públicas, Vera L. J. Chaves explana que “a privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado tanto na área produtiva, quanto na área social” (2003, p. 48). Nessa perspectiva, compreende-se que a opção estatal pela priorização do atendimento ao ensino fundamental corresponde às exigências dos organismos internacionais².

Vale notar que a relação entre as IES privadas e seus respectivos alunos costuma ser pautada por um cunho mercadológico e, por isso, submetida às normas empresariais. Sendo assim, as fusões e as aquisições realizadas nesses estabelecimentos visam à adequação dos seus recursos, do seu porte e da sua estrutura ao mercado, uma vez que essas iniciativas fazem parte do mundo corporativo capitalista. Cabe apresentar, aqui, uma breve contextualização a respeito do movimento empresarial diante do cenário capitalista moderno:

A companhia gigante de hoje é uma máquina de maximização de lucros e acumulação do capital, pelo menos nas mesmas proporções em que o era a empresa individual de um período anterior. Mas ela não constitui apenas uma versão ampliada e institucionalizada do capitalista pessoal. Há grandes diferenças entre esses tipos de empresa, e pelo menos duas delas são de importância primordial para uma teoria geral do capitalismo monopolista: a grande companhia tem um horizonte temporal maior do que o capitalista individual, e é um calculador mais racional. Essas diferenças estão fundamentalmente relacionadas em escala, incomparavelmente maior, das operações da companhia gigante. (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 56).

No Brasil, essa trajetória capitalista em busca do lucro também é percorrida pelas empresas capitalistas no campo educacional. Nota-se que os processos de fusão e aquisição são inerentes à etapa monopolista do capitalismo, que se caracteriza pela concentração/centralização do capital, com a fusão/reagrupamento da economia em todos os setores.

² Também conhecidas como “Organizações Intergovernamentais”, os organismos internacionais são instituições criadas por diversos países (estados soberanos). Regidas por tratados, essas organizações buscam – através da cooperação – a melhoria das condições econômicas, políticas e sociais de seus associados. As mais conhecidas são a Organização das Nações Unidas (ONU), Organizações dos Estados Americanos (OEA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI).

Considera-se, nesta pesquisa, que a aceleração do desenvolvimento econômico a partir dos anos 2000, em curso, produziu o adensamento da população urbana e do leque de empregos nos setores secundários e terciários, aumentando a demanda da educação superior. Compreende-se, ainda, que a ampliação das faculdades e dos cursos superiores no Brasil – em âmbito estadual e nacional – expressa a tendência das novas determinações impostas pelo capitalismo mundial e visa à modernização do Estado e à reprodução ampliada do capital.

A partir de 2005, o mercado de ensino superior privado foi expressivamente potencializado e as fusões e aquisições no setor da educação superior privada passaram a ser o filão deste negócio ao longo dos anos seguintes, no cenário nacional. A partir de 2007, as IESPs passaram a se concentrar em grandes grupos. O que possibilitou que quatro empresas educacionais brasileiras no ano de 2013, devido a seus portes e rentabilidades, fossem negociadas na BM&FBOVESPA: a Anhanguera Educacional, a Estácio Participações, a Kroton e o Sistema Educacional Brasileiro (SEB).

É importante salientar que o mecanismo de captação de recursos por meio do mercado de capitais, seja via fundos específicos, seja via lançamento de ações em bolsa, permite a capitalização concentrada no tempo de grande aporte de recursos, de modo que subsidia o processo intenso de aquisições/fusões, visando ao crescimento em larga escala. Não é à toa que as quatro companhias têm realizado diversas aquisições nos últimos anos, fazendo com que seu patrimônio líquido apresente desempenho significativo: enquanto no SEB e na Estácio houve um acréscimo de 11,45% e 13%, respectivamente, os grupos Kroton e Anhanguera tiveram um incremento extraordinário de 82% e 117%, respectivamente. (CARVALHO, 2013, p. 771).

Simultaneamente à atuação desses grandes grupos, outras empresas de médio e pequeno porte vêm se movimentando nesse cenário. Valendo-se das estratégias de fusão e aquisição, essas empresas menores articulam as condições necessárias para garantir a continuidade de seus respectivos movimentos nesse setor econômico do país. Faz-se necessário conhecer essas articulações para que seja possível compreender o novo cenário competitivo desse setor que movimentou, em 2015, R\$ 49.3 bilhões³.

Para melhor estruturar o arcabouço teórico dessa pesquisa e abordar o movimento citado, propõe-se, aqui, a retomada e a interlocução com alguns estudos clássicos relacionados à

³ Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4610699/ensino-superior-privado-tem-receita-de-r-493-bi-no-brasil-em-2015>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

mesma temática. Dentre os estudos aqui retomados, destacam-se as teorias que analisam o comportamento do Estado em meio à totalidade do sistema capitalista – especialmente em sua fase monopolista –, tais como as pesquisas desenvolvidas por Marx (1955, 1985, 1996, 1998, 2005, 2009, 2012), Engels (1996, 1998), Lenin (2011), Bukharin (1917), Lukács (2003) e Gramsci (1978). Teóricos mais contemporâneos, como Mészáros (2008, 2011), Mandel (1982), Baran e Sweezy (1966) e Harvey (2008, 2011). Procura-se, dessa forma, promover uma reflexão acerca do Estado e suas relações – em suas particularidades e dependências – com a burguesia e com a classe trabalhadora.

Partindo desse referencial teórico, propõe-se nesta tese analisar as novas configurações e os processos de aquisições e fusões ocorridos no setor da educação superior privada. Para tanto, elege-se como *locus* de pesquisa o grupo educacional União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo – Uniesp – que vem expandindo seus negócios na última década, com aquisições de novas Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP's). Para desenvolver um estudo satisfatório em torno da problemática levantada nesta pesquisa, promove-se aqui um diálogo com fundamentos teóricos atuais, pautados na pesquisa sobre a expansão do ensino superior privado, sobre a mercantilização da educação, sobre a dinâmica da sociedade moderna com o avanço do capital e sobre o papel do Estado diante do contexto capitalista contemporâneo. Dentre as teorias retomadas ao longo dessa pesquisa, destacam-se os estudos desenvolvidos por autores como Sguissardi (2009, 2012, 2014 e 2015), Sampaio (1998, 2000, 2011, 2012), Chaves (2003, 2009, 2010) e Carvalho (2011). Nota-se que esses estudos se encontram alicerçados à perspectiva de que a necessidade do sistema capitalista se expandir e se fortalecer promoveu o surgimento do Estado moderno:

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. [...]

Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. (MÉSZÁROS, 2011, p. 107; 119).

A análise sobre os estudos retomados ao longo dessa pesquisa, relacionados às tendências do ensino superior privado no Brasil, leva à compreensão de que uma agenda empresarial, voltada às políticas educacionais, vem sido articulada no país.

Constatou-se, por meio do método de pesquisa Estado da Arte/Conhecimento⁴, que a maioria das produções acadêmicas relacionadas às tendências do ensino superior privado no Brasil foi desenvolvida em programas de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas de economia, engenharia da produção, serviço social, administração de empresa, ciências sociais, sociologia política, *marketing* e propaganda. Em um número menos expressivo, constatou-se a produção de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado – relacionadas especificamente com essa temática – na área de educação.

O levantamento acerca das produções acadêmicas relacionadas a esse assunto foi realizado por meio da análise de livros que tratam dessa temática, da pesquisa em portais eletrônicos – dentre eles, o Scielo, o Domínio Público, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações –, além da consulta em anais de eventos organizados por entidades como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e a Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação. Quarenta e nove (49) trabalhos relacionados ao objeto de pesquisa⁵ desse estudo foram encontrados através da busca efetuada com as palavras-chave “fusões” e “aquisições no ensino superior privado no Brasil,” dentre eles⁶: vinte e dois (22) artigos; dez (10) dissertações de mestrado, sete (7) teses de doutorado e dez (10) livros/relatórios, referendados nos quadros 1 a 4 (anexo 1). Para além da produção acadêmica *stricto sensu*, toda sorte de publicações foi levada em conta ao longo desta investigação, inclusive artigos produzidos por diversas iniciativas privadas e análises de dados desenvolvidas por empresas de consultorias contratadas pelas IES privadas e pelas suas respectivas associações mantenedoras.

Ao longo dessa pesquisa, constatou-se que dentre os estudos pautados na reflexão sobre os aspectos didático-pedagógicos e organizacionais do ensino superior, há menos publicações referentes ao processo de monopolização/oligopolização da educação superior privada que produções relativas à educação superior pública. Nota-se, ainda, que a menor parte das pesquisas que se propõem a analisar a transformação do ensino em um item mercadológico se encontra na área de conhecimento da educação.

⁴ As dissertações e as teses que se encontravam em andamento durante a execução da presente pesquisa não foram aqui compiladas.

⁵ Elencamos, aqui, os “principais” resultados. Neste levantamento, os referenciais teóricos citados no corpo da pesquisa não foram computados.

⁶ Publicações às quais tivemos acesso no período de realização da pesquisa, datadas até 2015.

Constatou-se, nessa pesquisa, que algumas produções acadêmicas relacionadas ao avanço do ensino superior privado brasileiro, foram encomendadas por agências governamentais (BNDES, MEC, FGV, CNE, IBMEC, etc.), por associações, por sindicatos e por consultorias do setor privado (ABMES, SEMESP, CM Consultoria, Hoper Consultoria, KPMG consultoria). Evidencia-se, dessa forma, o interesse desses grupos na temática em questão.

Nota-se, assim, que o levantamento bibliográfico acerca do avanço do ensino superior privado brasileiro se apresenta como um elemento de provocação que impulsiona a problematização trabalhada ao longo da presente tese. Em um primeiro momento, a pesquisa encontra pautada no estudo sobre as novas configurações do ensino superior privado no Brasil. Posteriormente, propõe-se uma análise relacionada ao movimento do capital desse setor, visando à compreensão de suas respectivas estratégias de fusão e aquisição. Ao final desse trabalho, promove-se uma reflexão, ancorada à análise sobre a empresa Uniesp⁷, a respeito da expansão dessa atividade mercadológica no país e a formação de monopólios desse setor econômico. Frisa-se, ainda, que os processos de fusão e aquisição foram analisados a partir da leitura de teses, dissertações e artigos científicos relacionados a essa temática, além da interpretação de dados econômicos, contábeis e mercadológicos fornecidos pelas consultorias das próprias IESPs.

De acordo com as informações aqui analisadas, as atividades econômicas de fusão e aquisição realizadas pelas IESPs se encontram em fase de expansão e, no caso dos grandes conglomerados – tais como a Kroton-Anhanguera, a Estácio de Sá e o Grupo SEB –, até mesmo consolidadas. No entanto, nota-se que essas estratégias devem ser melhor compreendidas e sistematizadas para que seja possível desenvolver uma teoria geral a seu respeito. De acordo com Gilberto de O. Kloeckner, em *Fusões e aquisições: motivos e evidência empírica*, os atuais estudos relacionados às fusões e às aquisições advém de alguns aspectos das teorias de administração de empresas e se apresentam como um conjunto de explicações que se propõe a conferir legitimidade a essas estratégias. Nota-se que as fusões e as aquisições são estratégias econômicas estudadas por diversas áreas do conhecimento: Contabilidade, Direito, Economia, Administração, etc. Compreende-se, aqui, que não há uma relação de hierarquia entre esses estudos, mas sim diversas perspectivas teóricas sobre o objeto de estudo analisado.

⁷ Importante destacar que o uso da expressão “a Uniesp” significa tratar-se da empresa e/ou da instituição em si, já a expressão “o Uniesp” descrita com mais frequência ao longo desta pesquisa se refere ao conjunto de faculdades da empresa Uniesp o que se configura no *grupo Uniesp*, daí o uso do artigo “o” e não da preposição “a”.

De acordo com Marcos Antônio de Camargos e Francisco Vidal Barbosa, em *Fusões, aquisições e takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas*, as fusões e as aquisições são processos econômicos utilizados tanto para a maximização da riqueza de seus acionistas quanto para a maximização de sua utilidade gerencial. “O capital financeiro, visando obter superlucros, tem migrado para o campo educacional nos últimos anos”. (PEREIRA e BRITO, 2014, p.6).

Para promover um estudo relacionado às políticas econômicas de fusão e aquisição no setor de ensino superior privado no Brasil, propõe-se, aqui, uma breve contextualização sobre as referências teóricas nas quais essa tese se encontra alicerçada. Vale notar que os artigos citados a seguir se encontram catalogados nos quadros em anexo.

Ao longo da análise realizada sobre o primeiro conjunto de artigos listados nessa pesquisa (Anexo), propõe-se uma interpretação acerca da expansão da educação superior no país no período de 1960 aos anos 2000. O estudo se encontra pautado, em especial, na questão do crescimento contínuo da educação privada a partir da primeira década do século XXI. Procura-se, dessa forma, promover uma compreensão sobre o processo de concentração desse setor em oligopólios que extrapolam as fronteiras nacionais e ampliam seu poder mediante a operações em bolsa de valores. Propõe-se, ainda, uma leitura sobre as diretrizes da reformulação da educação superior brasileira após o golpe militar de 1964, analisando-se especialmente a contrarreforma do ensino superior que se encontra em curso no país desde os anos 1990.

De acordo com as informações levantadas nesses artigos, o período histórico aqui analisado foi marcado pela redução da interferência do Estado na economia brasileira e pela internacionalização dos serviços públicos. A partir daí o ensino superior passou a ser tratado como uma *commodity* no comércio internacional: “desde o final dos anos 1990 o país experimenta excessos de oferta no ensino superior, levando muitas instituições a se tornarem alvo de fusões e aquisições” (ROCHA, 2005 p. 25). Diante desse contexto, os organismos internacionais multilaterais e os governos de diversos países passaram a influenciar direta ou indiretamente, nas últimas duas décadas do século XXI, a educação superior brasileira. Nota-se que essa influência internacional sobre a educação brasileira tem proporcionado a expansão das redes privadas de ensino, a redução dos financiamentos públicos, a cobrança de mensalidades e a competição no provimento de serviços educacionais. Compreende-se, nessa pesquisa, que

o processo de mercantilização do ensino superior desencadeia as condições do excesso de oferta nesse mesmo setor na medida em que cria a necessidade de novos cursos e/ou espaços

de formação. Cabe lembrar, portanto, da reflexão marxista na qual o filósofo afirma que a burguesia é “impelida pela necessidade de mercados sempre novos” (1998).

Cristina Helena Almeida de Carvalho, no artigo apresentado à 35ª Reunião Anual da Anped, propõe um panorama histórico sobre o fenômeno da mercantilização da educação superior brasileira iniciado pela Reforma Universitária de 1968, implementada durante o Regime Militar. Dentre outras questões, destaca-se que a reforma incentivava o surgimento e a manutenção de estabelecimentos de ensino isolados. Segundo a autora:

Até então, o segmento privado compunha-se de um conjunto de IES confessionais e comunitárias, e, como não se previa, em termos jurídicos, a existência de empresas educacionais, todas foram denominadas como instituições sem fins lucrativos e, portanto, beneficiadas pela renúncia fiscal dos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços, bem como pelo acesso a recursos federais. Esse arcabouço legal ocultou o avanço no crescimento de grandes estabelecimentos mercantis que foram sendo aglutinados em universidades sem fins lucrativos, sendo que tal situação perdurou até a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.207/97 substituído pelo Decreto nº 2.306/97, no governo Fernando Henrique Cardoso. O aparato normativo estabeleceu uma série de requisitos necessários para diferenciação entre as instituições não lucrativas e as empresas educacionais. Com isso, para aquelas que assumissem a configuração jurídica de instituições lucrativas a vedação à cobrança de impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços cairia por terra, assim como o acesso às verbas públicas. (CARVALHO, 2005 p. 30).

Destaca-se, a seguir, outros estudos importantes relacionados às IESPs no Brasil.

No artigo apresentado à 35ª Reunião Anual da ANPED, Andréa Araújo do Vale trata da privatização da educação superior no país e da atual hegemonia do segmento privado-mercantil, partindo de uma análise sobre a Universidade Estácio de Sá.

Olga Maria dos Reis Ferro, no artigo apresentado na 36ª Reunião Anual da ANPED, analisa o processo de construção histórica da Universidade Anhanguera Educacional Sociedade Anônima Participações (Aesapar), o processo de formação desse monopólio no Brasil e sua presença no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2007 a 2009.

De uma maneira geral, os estudos desenvolvidos nas dissertações de mestrado, nas teses de doutorado e nos livros utilizados como referências para o desenvolvimento do presente trabalho discorrem sobre o processo de privatização/mercantilização da educação superior brasileira, no contexto do sistema capitalista e de sua respectiva crise estrutural. De acordo com essas pesquisas, esse cenário econômico tem propiciado a entrada maciça do grande capital em vários setores anteriormente não atingidos, como é o caso da educação superior. Nota-se, ainda, que essas pesquisas analisam as estratégias articuladas pelos representantes do capital para enfrentar as crises inerentes ao sistema de produção. Cabe observar que muitas dessas medidas capitalistas vêm contribuindo expressivamente com a intensificação da exploração do trabalhador, com a redução da participação do estado na oferta de serviços à sociedade e com o acirramento das desigualdades sociais.

Marcelo Antunes dos Santos, em sua dissertação de mestrado⁸, apresenta os seguintes dados referentes aos processos de fusão e aquisição articulados pelas IESPs no Brasil: entre os anos de 2005 e o primeiro trimestre de 2009, houve 78 processos envolvendo cerca de 2 bilhões de reais.

Vale lembrar que os processos de fusão e aquisição são realizados em fases bem determinadas do capitalismo monopolista que, em sua forma contemporânea, caracteriza-se pela intensificação da concentração do capital com a fusão/reagrupamento de setores de ponta da economia.

Joselito Pizzetti, em sua tese de doutorado⁹, identificou que o setor de ensino privado no Brasil se encontra em processo de saturação devido a diversos fatores, tais como: a prática de concorrência, ao número de vagas ociosas, ao elevado número de evasão, à baixa relação candidato/vaga e ao custo operacional excessivo. Pensando em soluções para a questão posta em xeque, o pesquisador propõe a estratégia de acomodação dos *players* (investidores/jogadores) desse segmento por meio de fusões ou aquisições articuladas por instituições conglomeradas que apresentem condições econômicas suficientes para sanar essas dificuldades.

⁸ Fusões & Aquisições no Mercado de Ensino Superior Privado: Os Casos dos Grupos Fanor/Devry e Universidade Anhembi Morumbi/Laurete. SANTOS, Marcelo Antunes dos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia Escola de Administração, 2010.

⁹ Modelo de valoração de instituições de ensino superior privado- IESP para o processo de fusão ou aquisição. Pizzetti, Joselito. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2006.

Nota-se uma grande diversidade relacionada aos posicionamentos críticos assumidos nas pesquisas encontradas, ao longo da revisão de literatura realizada nessa tese, frente às novas demandas do capitalismo mundial. Se, por um lado, há trabalhos que refutam as demandas desse sistema, há outros que assumem a defesa das diretrizes ideológicas de agências nacionais (como a Fundação Getúlio Vargas) e de agências internacionais (como o FMI e a BIRD), atendendo aos interesses desses organismos que buscam estratégias gerenciais diante da ostensiva disputa pelo mercado educacional do ensino superior brasileiro. Propõe-se, a seguir, uma breve contextualização de alguns desses trabalhos.

Jacques Schwartzman e Simon Schwartzman¹⁰, em *O ensino superior privado como setor econômico* – trabalho desenvolvido como proposta ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – tecem um panorama do desempenho do setor educacional privado ao longo dos anos 2000. De acordo com os autores, a rede privada de ensino foi responsável pela maior parte das matrículas da educação superior no Brasil, apresentando-se como uma indústria capaz de movimentar um lucro de aproximadamente 10 bilhões de reais anuais e empregar cerca de 200 mil pessoas: 115 mil professores e 85 mil funcionários administrativos.

Enfatizando a questão das relações articuladas entre o Estado e o mercado, Helena Sampaio¹¹, em sua tese de doutorado, propõe um estudo sobre o ensino superior brasileiro privado. Em uma perspectiva histórica, a autora trata das modificações ocorridas nas relações entre o governo federal e a iniciativa privada, bem como dos elementos que integram a rede privada de ensino, tais como a clientela, a imagem empresarial e a oferta de vagas. Pautada na análise sobre a relação de complementaridade entre o setor público e o privado, sua pesquisa promove uma reflexão sobre o papel do mercado na formação acadêmica e profissional de mais de 70% dos jovens universitários do país.

Claudia Mara Stapani Ruas, por sua vez, promove um estudo pautado no setor privado de ensino superior brasileiro com fins lucrativos. Para tanto, parte da análise sobre o Grupo Anhanguera Educacional – levando em conta a sua atuação no Estado do Mato Grosso do Sul

¹⁰ O ensino superior privado como setor econômico. Jacques Schwartzman – Universidade Federal de Minas Gerais Simon Schwartzman – American Institutes for Research -Brasil (AIRBrasil). Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/suppriv.pdf>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.

¹¹ Ensino superior no Brasil: o setor privado. Helena Sampaio. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2000, 408 p.

–, que alcançou a liderança econômica nos processos de fusão e aquisição, em 2010. Dentre outros objetivos, sua tese propõe uma leitura sobre a formação de oligopólios no setor do ensino superior privado, partindo da análise sobre a permanência lucrativa do Grupo Anhanguera no mercado de capital.

Ao constatar a presença de poucos e grandes produtores na área mercadológica da educação superior, Ruas identifica o cunho oligopólico desse setor econômico brasileiro. Para Ruas, “o Brasil assistirá a fusões e aquisições cada vez mais ousadas. Não mais a maior IES comprando a menor, mas o mercado deve se preparar para megafusões entre grandes grupos, monopolizando a educação superior privada no País” (RUAS, 2015, p. 267). Vale ressaltar, mais uma vez, que ao discorrer sobre a oligopolização no ensino superior privado, a pesquisadora parte da análise sobre a gestão financeira do Grupo Anhanguera. Nota-se, ainda, que a autora conceitua o “oligopólio” da seguinte maneira: “pode ser entendido como formas muito concentradas de produção e de comercialização em escala internacional”. Nessa perspectiva, “oligopolização” e “monopolização” são compreendidos como termos complementares entre si.

Partindo de todas as referências anteriormente citadas, nota-se que desde o início dos anos 1990, a presença do setor privado no ensino superior foi se consolidado lentamente na sociedade brasileira. Nesse período, o governo federal aprimorou seu sistema de avaliação relacionado à autorização de abertura de IESP e alguns dos participantes desse setor mercadológico profissionalizaram sua gestão, inclusive abrindo capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e realizando aquisições e novos investimentos por todo o país.

Os trabalhos referenciados corroboraram no sentido de olhar o objeto de uma perspectiva crítica no contexto das relações produtivas capitalistas; ajudaram a pensar a educação superior e o discurso da necessidade de expansão das IESP's como um “processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista, marcada por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização”. (DOURADO, 2002, P.236). Percebe-se que emerge dessa reestruturação um falso sentido de transformação social, que agrega novos discursos, que se apoiam na estrutura estatal para justificar processos excludentes como altos índices de desemprego, trabalhos temporários e precarização das condições de trabalho.

A pesquisa aqui desenvolvida se encontra pautada em promover uma compreensão acerca das novas configurações das IESPs, da monopolização do ensino superior privado no Brasil, bem como dos processos de aquisição realizados por esse setor mercadológico. Para tanto, elegeu-se como *lócus* de pesquisa o grupo educacional União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (Uniesp). Nota-se que o Uniesp é uma empresa que vem expandindo seus negócios em meio ao mercado nacional desde os anos 2000¹² por meio da compra de instituições de ensino superior isoladas e da ampliação das unidades de ensino nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Pernambuco. De acordo com a página oficial da IES na *internet*, a Uniesp vem alcançando aproximadamente 103 municípios brasileiros.

Compreende-se que a importância desse trabalho se encontra em seu objetivo de promover um estudo aprofundado acerca das políticas econômicas de fusão e aquisição articuladas no setor do ensino superior privado no Brasil. Para tanto, promove-se uma análise sobre o caso do Uniesp. Diferentemente das demais pesquisas relacionadas especificamente com essa questão, propõe-se nessa tese uma investigação científica sob a perspectiva do campo educacional. Delimitado o objetivo geral que impulsiona o desenvolvimento desse estudo, expõe-se a seguir um conjunto de perguntas que apresenta ao leitor as propostas dessa pesquisa e a forma pela qual a tese se encontra organizada:

- Quais foram às mudanças no cenário político-econômico brasileiro que favoreceram a expansão das IESPs nas últimas décadas?

- A quem interessa os processos econômicos de fusão e aquisição realizados no setor da educação superior privada?

- Quais são as estratégias utilizadas pelo Uniesp para expandir seus negócios pelo país desde os anos 2000? Quais foram as articulações necessárias para que a empresa realizasse aquisições de IESPs – isoladas, comunitárias e familiar¹³ – de pequeno e médio porte? Quais as estratégias utilizadas pelo Uniesp para concorrer à monopolização desse setor econômico?

¹² A Uniesp foi fundada no dia 8 de maio de 2000. Disponível em: <<http://www.Uniesp.edu.br/centropaulistano/downloads/manualAluno.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2015.

¹³ As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituições e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito; II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais lucrativas, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III – confessionais, assim entendi-

Vale propor uma breve contextualização sobre as problematizações levantadas pelas questões enunciadas que compõe os objetivos específicos do trabalho. A primeira pergunta conduz a pesquisa à trajetória histórica das IESPs no Brasil. Propõe-se desenvolver esse estudo à luz dos dados documentais disponíveis sobre esse setor econômico. Investigar-se-á, em especial, o caso do Uniesp. A segunda pergunta, por sua vez, conduz a tese à análise sobre os processos de fusão e aquisição realizados nas últimas décadas pelo setor do ensino superior privado brasileiro. Propõe-se, ainda, uma reflexão em torno dos agentes relacionados a essas políticas econômicas. Por fim, a terceira pergunta orienta esse estudo à análise sobre as tendências e as particularidades da empresa Uniesp. Cabe notar que essa pesquisa foi desenvolvida por meio da interpretação de seus respectivos processos judiciais e das informações disponibilizadas pela própria instituição de ensino.

Partindo especificamente da análise sobre o Uniesp, sob o recorte histórico que contempla o período de 2005 a 2015, esse estudo propõe uma compreensão sobre os fatores políticos e econômicos que culminaram nas mudanças que vêm ocorrendo tanto no modo geral de produção capitalista quanto na estrutura empresarial das IESPs em meio ao cenário nacional.

Defende-se, aqui, a tese de que há um movimento de formação de monopólios no ensino superior privado brasileiro, articulado por meio dos processos econômicos de fusão e aquisição. Compreende-se, inclusive, que empresas de porte médio e de capital fechado, como o Uniesp, também vêm participando desse movimento. Ao longo dessa pesquisa, serão analisadas as articulações desse processo com as políticas estatais e com o movimento de mundialização do capital.

A delimitação histórica da pesquisa compreende o período dos anos 2005 a 2015, levando-se em conta o fato de que em 2005¹⁴ o Uniesp iniciou as suas atividades na modalidade de ensino superior privado “sem fins lucrativos”¹⁵. Nota-se que esse ano também foi significativo para os processos de fusão e aquisição realizados pelas IESPs no Brasil: houve a pri-

das as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e a ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV – filantrópicas, na forma da lei. (LDB 9394/96, S./P.) (BRASIL, 1996).

¹⁴ Embora haja um documento registrando a fundação do grupo na data de 8 de maio de 2000, na cidade de Presidente Epitácio-SP (interior do Estado de São Paulo, município que fica 89,4 km de distância de Presidente Prudente-SP), há outros registros de atividades realizadas pela UNIESP desde 1997. A partir de 2005, quando a instituição transferiu sua sede para a capital paulista, seu processo de expansão foi efetivamente iniciado. Essa questão será melhor discutida ao longo do terceiro capítulo.

¹⁵ Questão está melhor explanada no terceiro capítulo.

meira aquisição de uma IESP brasileira por um grupo internacional, “quando a Universidade Anhemi-Morumbi foi comprada pelo grupo americano Laureate” (OLIVEIRA, 2009, p. 744).

Ao longo desse estudo, procurou-se promover uma interpretação acerca dos problemas relacionados ao Uniesp, empresa com grande potencial financeiro que passou a ser conhecida pelas inúmeras irregularidades cometidas desde a sua fundação. Por responder a contínuas denúncias e processos cível e judicial, o Uniesp se encontra em uma circunstância desfavorável à sua expansão, ainda assim, expandiu-se em quantidade e rentabilidade conforme demonstrar-se-a no transcurso desta tese. Procura-se, então, promover uma compreensão sobre essa empresa que se apresenta como um universo de pesquisa composto por elementos comuns a outras instituições de mesmo porte, bem como sobre as suas respectivas estratégias voltadas a uma expansão empresarial dispersa, porém, bem planejada¹⁶.

Para desenvolver essa pesquisa priorizou-se, em um primeiro momento, o estudo – ancorado em uma análise documental – sobre o percurso histórico da empresa. Investigou-se, nessa etapa, as suas articulações com o movimento de expansão do ensino superior privado no país e com as políticas educacionais implantadas pelo Estado brasileiro. Houve, então, a necessidade de delimitar com mais precisão o objeto de estudo dessa etapa da tese e, por isso, algumas unidades de ensino mantidas pela Uniesp foram selecionadas como *corpus* dessa investigação: uma lotada no interior e duas lotadas na capital do estado de São Paulo.

Realizada essa etapa documental de estudo, voltada à investigação sobre as estratégias utilizadas pelo Uniesp para participar do competitivo mercado de ensino superior privado brasileiro e realizar as suas respectivas aquisições de IESP, passou-se a executar a etapa seguinte da pesquisa. Nesse estágio da investigação, diversas entrevistas foram realizadas com dirigentes e ex-dirigentes, docentes e funcionários das unidades escolhidas para a realização dessa pesquisa.

¹⁶ Destaca-se também que a escolha em pesquisar o grupo Uniesp se dá por conta de experiência vivida como docente e coordenador de curso em uma das faculdades (FAISA) compradas por esta empresa no interior do Estado de São Paulo (SP), sendo, deste processo empírico, o ponto de partida da investigação que se estendeu também para a capital paulista para compreender-se o movimento do grupo que se funda no interior do estado de SP e migra para a capital, além de contatos estabelecidos com colegas docentes atuantes na Uniesp de São Paulo, já conhecidos previamente.

A entrevista foi escolhida por ser uma estratégia de pesquisa indicada para colher opiniões, concepções, expectativas ou percepções sobre objetos e/ou fatos. Há casos em que as entrevistas são utilizadas para complementar informações sobre episódios que não puderam ser observados pelo pesquisador. O uso da entrevista é aconselhado, sobretudo, quando a informação procurada não pode ser consultada em uma pesquisa bibliográfica.

Nesse trabalho, foi realizada a entrevista conhecida como semi-estruturada, uma entrevista que “tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). De acordo com o pesquisador Augusto N. S. Triviños, a entrevista semi-estruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152), além de contribuir com a participação consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

A pesquisa contemplou o total de oito participantes/entrevistados, que foram divididos em dois grupos: quatro entrevistados da Uniesp /Faisa/Facilux (Unidade do interior do Estado de São Paulo) e quatro entrevistados da Uniesp /Capital Paulista (Unidades do Centro Velho e Tucuruvi - São Paulo/SP). Os entrevistados também foram classificados em categorias setoriais, de acordo com as suas respectivas atuações na instituição: Setor Aquisição/fusão – Mantenedores (um entrevistado); Setor Gestão/Administração – Gestores/Funcionários (quatro entrevistados) e Setor Pedagógico (três entrevistados).

O requisito utilizado para a escolha dos entrevistados foi a atuação profissional na instituição por mais de um ano letivo. A entrevista foi previamente agendada com cada um deles, para que todos pudessem se preparar e partilhar maiores informações ao longo pesquisa. O roteiro das entrevistas foi estruturado da seguinte forma: 5 questões relacionadas à atuação do entrevistado na instituição; 12 questões sobre a Uniesp; 14 questões sobre as estratégias de gestão e *marketing* da empresa e 8 questões sobre os processos de fusão e aquisição realizados pelo Uniesp¹⁷.

Para promover uma compreensão sobre as questões aqui analisadas, foi necessário ancorar a pesquisa aos princípios metodológicos do materialismo histórico-dialético. Dessa forma, a interpretação sobre a realidade educacional do ensino superior proposta nessa pesquisa, que procura promover uma compreensão sobre os mais variados elementos relacio-

¹⁷ Cf. Anexo 3.

nados ao setor do ensino superior privado brasileiro, encontra-se fundamentada à dialética de Marx, uma construção lógica na qual se baseia o método materialista-histórico.

O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. (PIRES, 1997, p.4).

Vale lembrar que a dialética, sob o prisma do materialismo histórico, parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos. As coisas e suas representações refletem conceitos que pairam no imaginário social e, por isso, encontram-se em contínuas e ininterruptas mudanças. A dialética, segundo Marx, fundamenta-se tanto no movimento do mundo exterior quanto no movimento do pensamento humano. Tal como explana José Luís Sanfelice, em *Dialética e Pesquisa em Educação*, a dialética existe apenas quando há esse movimento que, por sua vez, encontra-se condicionado ao processo histórico. Compreende-se, dessa forma, a dialética como a captação do movimento da história ao longo de seu próprio processo.

Para Gaudêncio Frigotto, em *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*, o grande desafio dessa prática metodológica é trazer para o plano racional a dialética do real por meio de uma proposta discursiva que seja capaz de contemplar a essência do fenômeno, ou seja, o caráter conflituoso, dinâmico e histórico da realidade.

Ao promover uma reflexão em torno da questão metodológica aplicada à área de Economia Política, Marx não só evidencia o método mais adequado a ser aplicado ao estudo sobre o movimento dos fenômenos econômicos, como explicita o que leva essa prática investigativa a revelar suas análises de maneira exata e científica: “parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição, que são a base e o sujeito do ato social de produção como um todo” (MARX, 2005, 122).

Para Marx, se a realidade se revelasse de forma clara e imediata, seria desnecessário percorrer o processo de investigação científica para a sua apreensão. No entanto, a realidade fenomênica obscurece a essência do real: “o fenômeno não pode nunca ser ‘como a essência’, já que ele distingue-se sempre dela e, de uma forma ou de outra, a deforma. É por isso que a percepção dos fenômenos não nos fornece nunca um conhecimento verdadeiro da essência.” (CHEPTULIN, 1982, p. 279).

Cabe esclarecer, nesta passagem introdutória da pesquisa, que as temáticas aqui trabalhadas – educação superior e economia política, respectivamente – conduziram à escolha da dialética como a metodologia a ser aplicada na realização desse estudo. Portanto, desenvolve-se nesse trabalho uma análise sobre o processo de monopolização do ensino superior privado no Brasil, pautada na investigação sobre os seus respectivos processos de fusão e aquisição, visando promover uma interpretação sobre o movimento real interno e a essência que se encontra “por trás da aparência externa do fenômeno” [...]; por trás do movimento visível, [...] “por trás do fenômeno” (KOZIK, 2002, p. 20).

No enfoque marxiano, as categorias como totalidade, práxis, contradição e mediação são tomadas do método dialético a fim de entender a realidade como totalidade concreta, ou seja, um todo estruturado em desenvolvimento. O que não significa a apreensão de todos os fatos, mas os detalhes, as especificidades das relações que são captados numa totalidade numa série de dinâmicas recíprocas que se modificam constantemente.

A práxis representa a atividade livre, criativa, por meio da qual é possível transformar o mundo humano e a si mesmo. A contradição promove o movimento que permite a transformação dos fenômenos. O ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica movidos pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro. (MASSON, 2012, P. 5).

Portanto, é a dialética de Marx, construção lógica do método materialista histórico, que fundamenta o pensamento marxista, que será aqui apresentada como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da realidade educacional que queremos compreender. A expansão da educação superior privada coloca a necessidade de conhecer os mais variados elementos que envolvem este processo, a necessidade de compreendê-lo da forma mais ampla possível.

Marx analisa esse modo de compreender a realidade articulando seu pensamento com as condições materiais vividas e produzidas pelos homens:

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência. (MARX, 1996, p. 47).

Nesse trecho Marx (1996), apresenta elementos que possibilitam pensar nas características do materialismo dialético. É materialismo, pois lida com as condições reais da vida, as condições objetivas em que se estruturam e se articulam as relações de produção entre os homens. Triviños (1987) explana que a diferença elementar entre o idealismo e o materialismo no tocante à questão do conhecimento, está no fato de que o materialismo interpreta a origem das ideias e sua formação embasada em formações materiais e, assim, é a práxis material que irá determinar as ideias e não o contrário. Também é materialista, já que coloca no centro da origem da vida social, política e espiritual o modo de produção, sendo este o condicionante geral dos demais, ou seja, a totalidade, repercutindo, inclusive no ser social e este, por sua vez, determinando a consciência social. Para o materialismo histórico a prática é entendida como uma “ação material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais e que, considerada do ponto de vista histórico-social, não é apenas produção de uma realidade material, mas sim a criação e o desenvolvimento incessantes da realidade humana” (VÁZQUEZ, 2007, p. 213). Assim a ideia não nasce da pura abstração, mas da realidade construída e vivida pelos homens.

Em sentido próximo ao de Triviños (1987) está Frigotto (1991) esclarecendo que no materialismo histórico dialético está presente uma concepção de realidade, de mundo e da vida de modo geral. Trata-se, assim, de uma postura precedendo o método, sendo que este “constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.” (FRIGOTTO, 1991, p.77).

Neste processo a adoção do materialismo histórico dialético nesta pesquisa intenta ampliar a visão da realidade concreta e se posicionar politicamente fundamentado numa teoria de empoderamento da classe trabalhadora em seu exercício conjunto de desenvolver a práxis.

Segue-se, então, uma breve apresentação sobre os capítulos da tese.

No primeiro capítulo, propõe-se uma contextualização sobre os princípios do processo de monopolização do ensino superior privado no Brasil. Em seguida, promove-se uma reflexão sobre como os processos de fusão e aquisição, realizados por esse setor de mercado, servem ao capital financeiro durante o início do século XXI, momento em que o sistema capitalista busca novos nichos de mercado para sobreviver. Discorre-se também sobre as políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro em parceria com a iniciativa privada de ensino. Dentre elas, destaca-se o Financiamento Estudantil (Fies), política governamental que vem incentivando a expansão do ensino superior privado no país. E, por fim, promove-se uma reflexão em torno do atendimento estatal, por meio de diversas regulamentações referentes à educação superior, concedido às demandas do capital e aos interesses da burguesia nacional e internacional.

No segundo capítulo, propõe-se um estudo relacionado à entrada do capital financeiro, a partir de meados dos anos 2000, no setor da educação superior. Procura-se promover uma compreensão acerca desse processo economicamente realizado por meio dos fundos públicos de investimento ou pela concentração/centralização do capital. Propõe-se, ainda, uma interpretação sobre as novas configurações desse setor frente às demandas do capital internacional e suas respectivas estratégias de expansão empresarial.

O terceiro capítulo se encontra pautado pela análise sobre o Uniesp. Para tanto, promove-se uma investigação documental sobre o processo de criação, construção e atuação dessa empresa de ensino superior – em suas diversas etapas e configurações institucionais – em meio ao cenário brasileiro, sobretudo no estado de São Paulo. Em seguida, propõe-se uma interpretação em torno das peculiaridades administrativa e pedagógica do Uniesp, além das irregularidades praticadas pela empresa.

O quarto e último capítulo analisa as estratégias econômicas de aquisição praticadas pelo Uniesp, levando em conta a sua expansão empresarial e seus respectivos convênios com ações governamentais. Partindo da investigação ancorada às informações concedidas pelos

entrevistados da pesquisa, apresenta-se, nesse capítulo, uma síntese dos dados compilados seguida por um panorama dessa trajetória empresarial em meio ao setor das IESPs no Brasil.

Por fim, nas considerações finais, promove-se uma síntese dos quatro capítulos discutidos ao longo dessa tese por meio de um diálogo estabelecido com o conjunto de evidências empíricas necessárias para a compreensão sobre o processo de monopolização do ensino superior privado no país. Apresenta-se também uma interpretação sobre os processos de fusão e aquisição que vêm ocorrendo no setor mercadológico brasileiro. A partir do conjunto das informações aqui levantadas, foi possível analisar as especificidades empresariais do Uniesp, bem como a sua relação com o Estado brasileiro. Nota-se que a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi determinante para o acúmulo do capital no setor do ensino superior privado e, conseqüentemente, para o processo de transformação da educação superior em mercadoria. Espera-se que essa pesquisa alcance os objetivos de contribuir para a produção de conhecimento relacionado às políticas econômicas e educacionais; promover uma compreensão sobre as perspectivas de futuro relacionadas à educação superior no Brasil e trazer informações que venham a estimular e ampliar a participação da sociedade em meio às discussões relacionadas ao ensino superior brasileiro.

1 CAPÍTULO

ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL E UM OLHAR SOBRE OS PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO

O eixo norteador dessa etapa da pesquisa é a análise sobre a formação de monopólios, por meio dos processos de fusão e aquisição, no ensino superior privado brasileiro. Discorre-se, aqui, sobre a forma pela qual o atual sistema de produção capitalista se utiliza do Estado enquanto um agente regulador do processo empresarial de apropriação de setores econômicos outrora não explorados. Analisa-se, portanto, a relação de alguns programas governamentais, tais como o Fies e o Prouni, com a expansão do ensino superior privado no Brasil. Propõe-se, por fim, uma interpretação sobre o comportamento empresarial brasileiro frente a esse novo filão de mercado. Vale notar que se encontram presentes, nesse capítulo, os elementos que compõe a totalidade da tese.

1.1 APORTES SOBRE A FORMAÇÃO DE MONOPÓLIOS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

O processo de concentração/centralização das empresas marca, desde o final do século XIX, o início da fase monopolista do capital. No campo do ensino superior privado brasileiro, no entanto, essa fase passou a se manifestar com maior intensidade a partir dos anos 2000. Em 1889, os estudos de Lênin sobre a origem da formação dos monopólios capitalistas nas indústrias/empresas promovia reflexões relacionadas a esse modelo econômico. Segundo Lênin, em meio ao contexto histórico no qual Marx escreveu *O Capital*, a questão da livre concorrência foi compreendida pela maior parte dos economistas como uma “lei natural” (2011, p. 54). A obra de Marx demonstrou, por meio de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que “a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio”. É possível identificar com exatidão, no cenário político e econômico europeu, a passagem histórica em que o novo capitalismo monopolístico substituiu o velho capitalismo concorrencial: entre o final do século XIX e o princípio do século XX. Leia-se, a seguir, de forma breve, como Lênin define a “formação dos monopólios”:

Podem-se citar alguns exemplos de monopólios capitalistas da época anterior a 1860; podem-se descobrir aí os germes das formas que são tão correntes na atualidade; mas tudo isso constitui indiscutivelmente a época pré-histórica dos cartéis. O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos encontramos-lo, no máximo, na década de 1860. O primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século. Se examinarmos a questão no que se refere à Europa, a livre concorrência alcança o ponto culminante de desenvolvimento nos anos de 60 a 70. Por essa altura, a Inglaterra acabava de erguer a sua organização capitalista do velho estilo. Na Alemanha, esta organização iniciava uma luta decidida contra a indústria artesanal e doméstica e começava a criar as suas próprias formas de existência. (LÊNIN, 2011, p. 120).

Lênin assinala que os episódios históricos do craque da bolsa de Viena e da Grande Depressão promoveram uma profunda transformação no cenário econômico europeu. No início da década de 1880, houve uma pausa quase imperceptível nessa crise sistêmica do capitalismo, seguida por uma breve ascensão extraordinariamente vigorosa, por volta de 1889, quando cartéis¹⁸ passaram a ser utilizados em grande escala em meio àquela conjuntura econômica e político-social:

E o movimento dos cartéis entrou na sua segunda época. Em vez de serem um fenômeno passageiro, os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica; conquistam, uma após outra, as esferas industriais e, em primeiro lugar, a da transformação de matérias-primas. Em princípios da década de 1890, os cartéis conseguiram já, na organização do sindicato do coque que serviu de modelo ao sindicato hulheiro, uma tal técnica que, em essência, não foi ultrapassada. O grande ascenso de fins do século XIX e a crise de 1900 a 1903 decorreram já inteiramente, pela primeira vez - pelo menos no que se refere às indústrias mineira e siderúrgica - sob o signo dos cartéis. E se então isso parecia ainda algo de novo, agora é uma verdade evidente para a opinião pública que grandes setores da vida econômica são, regra geral, subtraídos à livre concorrência. (LÊNIN, 2011, p. 120).

¹⁸ “Justamente quando o capitalismo de livre concorrência parecia atravessar a sua fase de maior esplendor, as forças que levariam à concentração de capital, como previra Marx, começaram a produzir os seus efeitos. Os aperfeiçoamentos tecnológicos foram de tal monta que somente as fábricas de grande porte puderam tirar proveito dos novos e mais eficientes métodos de produção. A concorrência tornou-se tão agressiva e destrutiva que, em pouco tempo, as empresas menores foram eliminadas. Os concorrentes mais poderosos, em vias de se destruírem uns aos outros, frequentemente optavam por se associar, formando cartéis, trustes ou fundindo-se para assegurar a sua sobrevivência. A sociedade anônima por ações ou corporação converteu-se num recurso eficaz que possibilitava a uma única organização financeira a assumir controle sobre vultosas quantidades de capital”. (HOBSBAWM, 1995, p. 345).

Vale abrir um parêntese para lembrar que os cartéis são acordos que estabelecem as condições de venda, os prazos de pagamento, a repartição dos mercados, a fixação da quantidade de produtos a fabricar, o estabelecimento de preços e a distribuição dos lucros entre as diferentes empresas (LÊNIN, 2011).

Ainda de acordo com Lênin, a história dos monopólios pode ser dividida da seguinte forma: 1) Década de 1860 a 1870: Grau culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios se apresentam, ainda, como germes quase imperceptíveis. 2) Pós-crise de 1873: Início do desenvolvimento dos cartéis, que ainda não se apresentam consolidados, constituem-se como um fenômeno passageiro. 3) Ascensão do final do século XIX e crise dos anos 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica e o capitalismo transforma-se em imperialismo (LÊNIN, 2011).

Neste processo, monopólios e oligopólios são as formas pelas quais as empresas de grande escala costumam se organizar em meio ao cenário capitalista contemporâneo. Baran e Sweezy, afirmam que “hoje, a unidade econômica típica na sociedade capitalista [...] tem os atributos que foram outrora considerados como exclusivos dos monopólios” (1966, p.15-16). Compreende-se, dessa forma, que a unidade capitalista moderna, de cunho monopolista, está organizada em uma grande escala empresarial, capaz de controlar uma parcela significativa da produção de diversas empresas de pequeno e médio porte, bem como seus respectivos preços. Diante desse contexto, ignorar o monopólio é uma questão impossível. Por tudo isso, Baran e Sweezy, ao promoverem uma reflexão em torno dessa atividade econômica, defendem a ideia de que “devemos colocá-lo no centro mesmo do esforço analítico” (BARAN e SWEEZY, 1966, p. 16). Vale retomar, aqui, a definição sobre o conceito de monopólio:

Em economia, monopólio (do grego monos, um + polien, vender) é como se denomina a situação em que uma empresa detém o mercado de um determinado produto ou serviço, impondo preços aos que comercializam. [...] A palavra monopólio quer dizer posse, direito ou privilégio de somente uma pessoa ou empresa. O monopólio é então uma forma de mercado nas economias capitalistas, no qual uma empresa domina a produção e a oferta, de certo produto ou serviço que só ela tem. O monopólio, assim, que tanto pode ser de direito, como de fato, visa a subtrair uma soma de negócios ou de operações ao regime da livre concorrência ou à lei da procura e da ofer-

ta, facultando ao monopolizador em se tornar o exclusivo senhor da praça. (MIRANDA, 2011, p. 2).

O monopólio trás consigo barreiras que impedem novas empresas de competirem, já que estas para concorrer devem dispor de um elevado montante de investimentos, pois a empresa monopolista já está estabelecida em grandes dimensões e tem condições de operar com baixos custos, além de poderem contar com a proteção do Estado no caso de proteção de patentes.

O monopólio caracteriza-se assim por uma única empresa vender determinados produtos, contudo, existindo neste processo tipos de monopólios, como os coercitivos¹⁹ que são amparados pelo Estado e os próprios monopólios estatais. O que possibilita analisar neste processo em que medida o Estado regula essas relações.

“Já o termo oligopólio, também de origem grega, significa ‘vender pouco’ *oligos* (poucos) e *polens* (vender) se caracteriza por um tipo de monopólio evoluído”. (MIRANDA, 2011, p. 3)., em que existe um número maior de empresas que detém o controle nos preços de mercado.

Em *O Monopólio e o Oligopólio*, Maria Bernadete Miranda define o conceito de oligopólio da seguinte maneira:

É uma situação de mercado nos países capitalistas onde existem poucos e grandes produtores de certa mercadoria ou serviço. O oligopólio se forma principalmente nas atividades econômicas que exigem grandes investimentos, ou aplicações de dinheiro. É o caso, por exemplo, do setor automobilístico. No Brasil, o mercado de automóveis é dominado por apenas seis indústrias automobilísticas: Volkswagen, Fiat, General Motors, Ford, Honda e Toyota. (MIRANDA, 2011, p. 4).

Neste sentido monopólio e oligopólio não são termos excludentes, mas complementares, já que o monopólio de hoje, à medida que se concentra em maior conglomerado de empresas, porém em menor número, tornar-se-á o oligopólio de amanhã.

Nesta tese ao trabalhar-se com uma empresa de capital fechado (Uniesp) que explora um setor específico da educação superior privada (o das camadas populares e parte da ca-

¹⁹ Monopólio Coercivo é aquele protegido pelo Estado, que garante ao inventor através da patente o monopólio da industrialização, produção e venda do produto dentro do território nacional durante sua vigência de acordo com a Lei nº 9279/96. (BRASIL, 1996).

mada média) e conta com o aporte do Estado, considera-se a caracterização de uma monopolização neste processo.

Para Lenin (2011) o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado surge, assim, como a fusão do Estado e dos monopólios, com a subordinação cada vez mais completa do Estado à economia.

Embora haja leis na maior parte dos países coibindo o surgimento de **monopólios** e **oligopólios**, essas organizações empresariais costumam ocorrer sob três formas disfarçadas: **cartel, truste e holding**.

Cartel é formado por grupos de empresas independentes que produzem produtos semelhantes e fazem um acordo para dominar o mercado. Esse termo é, em geral, aplicado a organizações internacionais, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), entidade que controla grande parte do comércio mundial de petróleo. Em geral, os cartéis têm quatro características: divisão territorial dos mercados, controle das matérias-primas, determinação do volume de produção e equiparação dos preços de venda. Na maior parte dos países, é proibida a formação de cartéis que operem internamente, mas sua atuação externa é tolerada ou até estimulada. Um exemplo é a equiparação dos preços da gasolina em postos de combustíveis, cuja prática é ilegal, mas é facilmente observada em vários países.

Truste pode assumir várias formas, mas em geral é constituído por conjuntos de empresas que eliminam as suas independências legais e econômicas para constituir uma única organização. A forma que prevalece é a de combinações financeiras, que permitem concentrar, nas mãos de uma pessoa ou de um grupo, as ações de outras empresas, em número suficiente para controlar as decisões nas assembleias de acionistas. Os trustes podem ser horizontais, quando as empresas que os compõem são homogêneas e atuam num mesmo ramo da produção (como o tabagista ou o automobilístico, por exemplo) ou verticais, quando o conjunto de empresas produz desde a matéria-prima até o produto acabado, atuando, portanto, em diferentes ramos (uma empresa de mineração que controla os altos-fornos e a laminação do aço, por exemplo).

Holding é a forma jurídica de disfarçar um cartel ou um truste. Uma holding não produz nada, sua meta é controlar um conjunto de empresas. É definida como uma empresa que mantém o controle sobre outras, por possuir a maioria de suas ações. É considerado o estágio mais avançado de concentração capitalista. As transnacionais, em geral, controlam suas subsidiárias de diferentes países através de uma holding instalada no país de origem ou, muitas vezes, num paraíso fiscal. (FREITAS, 2015, s/p).

Lênin destaca, contudo, que os monopólios não eliminam a concorrência, uma vez que a apropriação da matéria prima é finita, bem como os mercados. Após a colonização das

jazidas de matérias primas, a luta fratricida entre as frações da burguesia foi inevitável. Por isso, sob a perspectiva do autor, há uma tendência irreversível à decomposição dos monopólios: na medida em que os avanços no sistema produtivo promovem crises de superprodução, acabam levando as burguesias a se enfrentarem brutalmente, chocando-se monopólios contra monopólios. Visando o alcance de maiores lucros e a intensificação da exploração, os monopólios demitem e fecham fábricas. Cabe lembrar, portanto, do seguinte pensamento de Marx: “a burguesia vive em luta permanente contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros” (1998, p. 48).

Nikolai Bukharin, em *O Imperialismo e a economia mundial*, afirma que há dois processos principais, frequentemente confundíveis, em meio ao desenvolvimento capitalista: a concentração e a centralização do capital. Para este autor Marx ao promover uma reflexão em torno dessa questão propõe a seguinte explicação:

Todo capital individual é uma concentração mais ou menos extensa dos meios de produção, com a correspondente arregimentação de um exército mais ou menos numeroso de operários. Toda acumulação torna-se instrumento para nova acumulação. A medida que aumenta a massa da riqueza, que funciona como capital, ela estende a concentração deste, filtra as mãos de capitalistas individuais, e amplia em larga escala a base da produção e dos métodos de produção especificamente capitalistas. (...) O crescimento do capital social efetua-se pelo aumento de muitos capitais individuais. Dois pontos caracterizam esse tipo de concentração que repousa diretamente sobre a acumulação, ou melhor, confunde-se com ela. Em primeiro lugar, a crescente concentração dos meios sociais da produção entre as mãos dos capitalistas individuais é limitada — mantendo-se invariáveis as demais circunstâncias — pelo grau de crescimento da riqueza social. Em segundo, a parte do capital social, localizada em cada esfera especial da produção, é repartida entre numerosos capitalistas independentes uns dos outros. A esta dispersão do capital social total em vários capitais individuais, ou a esta repulsão recíproca de diversos capitais individuais, opõe-se sua força de atração. Não se trata mais de uma concentração simples, idêntica à acumulação, mas de uma concentração de capitais já formados, da supressão de sua autonomia particular, da expropriação de um capitalista por um outro, da transformação de uma série de pequenos capitais em alguns poucos maiores. Este processo distingue-se do primeiro pelo fato de que supõe simplesmente união, diferente redistribuição dos capitais existentes e já em função. O capital acumula-se entre as mãos de um só, porque escapa à posse de muitos. É a *centralização propriamente dita, por oposição à acumulação e à concentração*. (MARX, 1985, págs. 89-90).

Nota-se que uma das manifestações de concentração/centralização do capital é a expansão acelerada dos monopólios capitalistas, muitas vezes configurados nas formas de cartéis, trustes, consórcios bancários, etc.

O processo de organização dos monopólios capitalistas é a sucessão lógica e histórica do processo de concentração e de centralização. Assim como sobre os destroços do monopólio feudal nasceu a livre concorrência dos artesãos, que levou ao monopólio da classe capitalista sobre os meios da produção, da mesma maneira a livre concorrência da classe capitalista gerou progressivamente sua própria limitação e a formação de economias gigantes, que monopolizam a totalidade do mercado internacional. De modo algum podem tais economias ser consideradas como fenômenos “anormais” ou “artificiais”, resultantes dos encorajamentos dados pelo Estado, sob forma de, por exemplo, direitos alfandegários, tarifas ferroviárias, prêmios, encomendas ou subsídios governamentais, etc., pois — embora todas essas “causas” hajam contribuindo para acelerar o processo — não foram e muito menos são a sua condição necessária. Inversamente, um certo grau de concentração industrial surge como sua condição *sine qua non*. Nesse sentido, quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país, mais poderosos são os monopólios. Convém assinalar, a propósito, o papel exercido pelas sociedades anônimas, que facilitaram singularmente o investimento de capital na produção e suscitaram o surgimento de empresas de proporções inusitadas. É muito compreensível que o movimento de cartelização tenha à sua frente dois países que ocuparam, com ânsia febril, os primeiros postos do mercado mundial: os Estados Unidos e a Inglaterra. (BUKHARIN, 1917, p. 117).

De acordo com Bukharin, a concentração do capital na empresa individual expressa a forma inicial desse processo, predominante até o século XIX. Com o desenvolvimento das sociedades anônimas, passou-se a empregar os capitais de um grande número de patrões isolados, estratégia que lançou um golpe definitivo ao princípio da empresa individual e criou condições necessárias ao desenvolvimento dos grandes monopólios. Ao longo desse processo, a concentração dos capitais tomou uma nova forma, conhecida como “truste”: “A acumulação do capital cessou de aumentar os capitais dos produtores individuais, transformando-se em meio de crescimento de capitais das organizações patronais” (op. cit. p. 117).

Nota-se que o ritmo da acumulação foi expressivamente acelerado no início de um novo ciclo de circulação de mercadorias, no qual “a economia nacional transforma-se em um gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado” (op.

cit. p. 118). Segundo Bukharin, houve Estados economicamente desenvolvidos que chegaram ao ponto de ser considerados uma espécie de “organização trustificada” ou “trustes capitalistas nacionais”. Com a concentração do capital nos trustes capitalistas nacionais, esses grupos passaram a ser interpretados como parte integrante do sistema econômico e social mundial.

A economia nacional não atuava sobre o mercado mundial, como um sistema homogêneo, organizado, dotado de considerável poder econômico; em seu seio, a livre concorrência reinava sem contestação, mas, em compensação, a concorrência no plano mundial era quase inexistente. A fase de capitalismo financeiro revolucionou tudo. O centro de gravidade é transferido para a concorrência que se movem corpos econômicos gigantes, coerentes e organizados, dispendo de imensa capacidade combativa, para uma peleja mundial de nações. A concorrência lança-se às mais excessivas orgias. O processo de centralização do capital transforma-se e entra em uma fase superior. A absorção de pequenos capitais, de trustes por demais fracos e mesmo de grandes trustes, passa a um segundo plano, diante da absorção de países inteiros, arrancados violentamente a seus centros econômicos e integrados no sistema econômico das nações vitoriosas. A anexação imperialista constitui, assim, um caso particular da tendência geral à centralização do capital, cuja ampliação deve estar ao nível da concorrência dos trustes capitalistas nacionais. A luta tem, por arena, a economia mundial; por limites econômicos e políticos, um truste universal — o Estado mundial único, subordinado ao capital financeiro dos vencedores, que tudo assimilaram — ideal jamais sonhado pelos espíritos mais audaciosos das épocas passada (op. cit. 118).

Para Bukharin, há dois tipos de processo de centralização do capital: a centralização horizontal, quando uma unidade econômica absorve outra semelhante e a centralização vertical, quando uma unidade econômica absorve outra pertencente a um ramo diverso. Compreende-se o segundo caso como um “complemento econômico” ou como uma “unidade econômica combinada”. Encontra-se, atualmente, esses dois tipos de centralização quando a concorrência e a centralização dos capitais se reproduzem em escala mundial. Vale abrir um parêntese para lembrar que hoje “o dirigente empresarial não é mais o magnata individualista de cinquenta anos atrás. Temos o ‘homem da organização’, filho fiel da empresa, cujo compromisso econômico e ético é estabelecido pelo ‘progresso da companhia” (BARAN E SWEEZY, 1966, p. 48).

Partindo dessa contextualização teórica, pode-se interpretar que o processo econômico de concentração/centralização realizado nas instituições de ensino superior privado vem se configurando como conglomerados (cartéis) lucrativos em meio ao setor mercadológico brasileiro. Nota-se que a partir dos anos 2000, instalou-se no país uma competição entre as IESPs e o processo de monopolização desse setor:

Há uma guerra explícita, sobretudo entre as maiores universidades, que procuram abocanhar parcelas cada vez maiores de jovens à procura de um curso superior. Essa competição se revela com maior ênfase no segmento das instituições privadas empresariais/comerciais, ou privadas stricto sensu, isto é, aquelas pertencentes a famílias, grupos empresariais, ou um único proprietário, para quem o ensino é fonte de lucro. (BITTAR, 2001, p. 24).

Vale lembrar que um desmonte das instituições públicas de ensino superior vinha acontecendo anteriormente a esse processo, favorecendo, assim, a expansão da educação superior privada em meio ao cenário nacional. Antes de garantir maiores investimentos nas condições de trabalho e ensino das instituições públicas de educação²⁰, as políticas educacionais articuladas pelo Estado brasileiro viabilizaram a expansão da educação superior privada no país. Cabe questionar, portanto, os motivos pelos quais “a democratização do acesso ao ensino superior não se faça pela via da ‘massificação’ do ensino público, a exemplos do México e da Argentina, mas por meio de um ensino privado pago e de baixa qualidade na média” (TRINDADE, 1999, p. 29). De acordo com Marilena Chauí, em *Escritos sobre a universidade*, é possível notar que a educação superior no Brasil, desde a Reforma do Estado, passou a ser regida por uma lógica gerencial, pautada pelas estratégias de planejamento, previsão, controle e êxito.

²⁰ Na política para a educação superior na década de 2000 no Brasil, constata-se que houve um estreitamento nas relações público/privado e optou-se pela solvência das IESP através do Programa Universidade para Todos (PROUNI); regulamentação de instituições privadas; educação a distância; Programa de Reestruturação e Expansão das universidades federais (REUNI); Programa de Acesso ao ensino técnico e Emprego (PRONATEC); bem como se manteve e até mesmo se aprofundou os parâmetros avaliativos e a função regulatória do Estado através do SINAES. De modo geral, ao mesmo tempo em que os discursos presidenciais afirmam a educação superior como um bem público imbuído de função social, também justifica, constantemente, seus gastos, (ALMEIDA, 2014), demonstrando uma contradição na implementação das políticas educacionais para estes seguimento de ensino.

Nesse sentido, a universidade que, desde o seu surgimento, no final do século XVIII, se fundara na ideia moderna de conquista da autonomia do saber em face da religião e do Estado, e que havia se tornado inseparável das ideias de formação, reflexão, criação e crítica passou a ser balizada pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar seus objetivos (CHAUI, 2001, p.185).

Nota-se que as políticas educacionais brasileiras priorizaram, na década de 2000, a utilização do fundo de investimento público para a manutenção dos interesses do grande capital. De acordo com a análise feita pela Associação Auditoria Cidadã da Dívida, “o Orçamento Geral da união em 2015 destinou cerca de 42,43% do Produto Interno Bruto (PIB) para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal” (2015, p. 1). Quase metade do orçamento público foi destinada aos grandes empresários capitalistas, “enquanto, apenas 3,91% foram destinados à Educação Pública, 4,14% a saúde e 0,07% para a Reforma Agrária” (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2015, p.1). Leia-se, aqui, uma interpretação de Octavio Ianni a respeito da destinação dos recursos públicos ao setor privado:

Prisioneiros dos interesses econômicos e políticos da classe dominante – particularmente aqueles organizados no âmbito das corporações multinacionais – os donos do poder não conseguem resolver os dilemas básicos da sociedade brasileira. Obcecados pela estabilidade e segurança, para combater qualquer manifestação de vida democrática, permanecem no plano das aparências, insensíveis aos reais problemas sociais. Por essas razões é que os problemas operários, camponês, universitário (entre outros) são encarados antes de mais nada, como problemas relacionados à estabilidade sócio-política, ou às conveniências da segurança interna. Por essas razões, ainda, é que às relações tradicionais de dependência estão se acrescentando novas instituições e maior engenho ideológico. Como resultado geral, permanece submersa, ou em segundo plano, a verdadeira essência dos problemas (IANNI, 1997, p. 182-183).

Cabe lembrar que a mercantilização da educação superior surgiu da necessidade de expansão do capital para setores da economia que ainda não se encontravam organizados sob a lógica monopolista. Este fenômeno foi impulsionado pelas políticas econômicas neoliberais, que têm como princípio o livre mercado e a privatização. Compreende-se, dessa forma, que as mudanças pelas quais vem passando a educação superior no Brasil atendem aos interesses de “um movimento mais amplo de mudanças na economia (base produtiva) e na reconfiguração do Estado” (SGUISSARDI, 1999, p. 19).

Nota-se, portanto, que as mudanças advindas da política neoliberal não se limitam a promover uma reestruturação produtiva nos setores onde ocorrem a saturação do modelo de acumulação flexível²¹, sobretudo o industrial. O neoliberalismo se apresenta como um cenário favorável ao processo de apropriação dos serviços públicos pelo capital que, movido pelo objetivo de extrair mais-valia de seus funcionários, transforma o trabalho improdutivo em trabalho produtivo.

Para Florestan Fernandes, por trás da alienação imposta pelo imperialismo e aceita pelas classes dominantes brasileiras, “o que se faz é predispor o país para aceitar os requisitos educacionais e culturais da civilização industrial a partir de uma situação dependente crônica, aparentemente desejável aos olhos dos círculos empresariais e conservadores” (1983, p. 32). O resultado dessa política neoliberal é a “valorização dos mecanismos de mercado, apelo à iniciativa privada e do papel do Estado e das iniciativas do setor público com a consequente redução das ações e dos investimentos públicos” (SAVIANI, 2010, p.87).

Em novembro de 2006, a empresa americana Whitney International University System²² relatou que “a demanda não atendida no mundo é estimada entre 35 a 50 milhões de estudantes, com um crescimento de 144% no número de matrículas no Ensino Superior, apenas nos países em desenvolvimento, nos últimos 5 anos”. Desde então, há investidores atentos às oportunidades nos mercados em desenvolvimento no mundo, especialmente na América Latina. A Laureate International Universities, por exemplo, controla a rede Anhembí Morumbi desde 2005. Representando um dos maiores grupos de ensino norte-americano, a empresa atualmente conta com fatias generosas do capital relacionado à oferta de ensino superior no Brasil. A oportunidade de obter facilmente elevados índices de lucro

²¹ O modelo de acumulação flexível, segundo Harvey (2011), se caracteriza pela flexibilidade dos processos de trabalho, produtos e padrões de consumo, reestruturação produtiva, mercadorização de bens culturais, fusões empresariais, centralização de capitais, privatizações de empresas estatais e globalização de mercado. Tais ações permitem versatilizar às transações econômicas, possibilitando um maior acúmulo de capital.

²² Com sede em Miami, Florida, a Whitney University System faz parcerias estratégicas e presta serviços a instituições de ensino superior na América Latina para ajudá-las a expandir o acesso e a inclusão ao ensino superior por meio de melhores práticas e tecnologias. A Whitney oferece serviços de terceirização em tecnologias de ensino à distância de qualidade, marketing, recrutamento de estudantes, serviços de estudante e executa estratégias de ensino superior através de uma equipe de especialistas que se especializam na otimização da infraestrutura e dos serviços administrativos e financeiros para as instituições de ensino superior. A empresa está presente em oito países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Paraguai. Disponível em: <<http://www.businesswire.com/news/home/20130622005022/pt/#.UwOzttdXjM>>. Acesso em 23 de março de 2015.

no setor educacional brasileiro promoveu transformações, silenciadas pela grande mídia e pelos mantenedores do poder, no setor econômico nacional.

Em entrevista concedida à revista *Carta Capital*, um dos economistas da empresa Fidúcia Asset Management²³ enunciou a seguinte afirmativa: “Vejo o mercado de educação como um supermercado. Estou vendendo um produto. Só que, em vez de tomate, meu produto é um assento para o aluno estudar”(2007). A declaração do economista possibilita a compreensão de que as ações realizadas pelo setor privado de ensino, articuladas ao mercado mundial e executadas de acordo com as diversas fases do capitalismo, encontram-se pautadas pela busca daquilo que Mandel (1982) define como superlucros.

A força desse setor mercadológico é evidenciada pelos lançamentos de ações em bolsas de valores e pelo ingresso do capital internacional especulativo na atividade educacional. Em 2007, por exemplo, as empresas que fizeram o investimento em bolsas de valores, tais como a Kroton, a Anhanguera, a Estácio e o Sistema de Educação Brasileiro (SEB) faturaram, juntas, cerca de R\$ 1,38 bilhão (Valor Econômico, 2008).

É importante observar que em meio a esse contexto, o Estado vem assumindo a função de agente regulador do movimento empresarial: “por meio de subsídios, de infraestrutura e uma série de outras intervenções e regulamentações, o Estado assegura subserviente aos interesses do capital monopolista” (BEHRING, 2011, p. 51). Confirma-se, dessa forma, o pensamento proposto por Marx, relacionado ao Estado moderno, no qual o filósofo compara a entidade a “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (ENGELS; MARX, 1996, p. 12).

Tomado pela ótica do lucro e do monopólio, o setor educacional privado tem se valido da ausência do Estado diante da educação pública. De acordo com José Luís Fiori, em *O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*, é possível interpretar esse contexto político educacional brasileiro como “uma nova etapa do desenvolvimento capitalista – a monopolista de Estado” (2003, p. 38).

²³ A Fidúcia Asset Management S.A começou a operar em abril de 2002, no Brasil, como uma sociedade anônima, gestora de recursos, autorizada a operar como tal pela Comissão de Valores Mobiliários. Em 15 de janeiro de 2008, a Fidúcia completou a aquisição das operações da Black River no Brasil, o braço financeiro da multinacional Cargill. Disponível em: <<http://www.capitalfundos.com.br/fiducia.php>>. Acessado em 14 de março de 2015.

É importante lembrar que as IESPs surgiram para complementar a educação superior brasileira, no entanto, acabaram predominando e se consolidando em grupos que formulam e ditam as regulamentações deste setor educacional. Nota-se que as suas regras são amparadas pelo Estado que as legitima por meio de parcerias público-privadas, pelas privatizações, pelas concessões, pelos programas governamentais de financiamento estudantil, etc. Todas essas políticas, alicerçadas à ação de transferência de recursos públicos ao setor privado, surgem com o objetivo de incentivar o crescimento da iniciativa privada. Sob a perspectiva dos discursos estatais e empresariais, no entanto, essas ações representam proposições que manifestam concretamente a preocupação dos setores público e privado, respectivamente, com a formação do brasileiro e com o desenvolvimento do país. É oportuno lembrar, no entanto, que “não interessa a esta nova burguesia de serviços a existência de qualquer mecanismo de controle estatal sobre o campo educacional. Suas propostas estariam, portanto, em total acordo com os pressupostos do neoliberalismo: desregulamentação estatal e livre-ação das forças do mercado” (MINTO, 2008, p. 1247). Inicia-se, em meio a esse contexto, a monopolização do setor educacional no Brasil. Ressalta-se que a forte presença dessas grandes empresas em um setor essencial como a educação representa um sintoma das graves fissuras na estrutura social brasileira e pode ser interpretada como uma consequência das políticas de transferência da responsabilidade do Estado à iniciativa privada.

1.2 UM OLHAR SOBRE OS PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

No mundo globalizado, há formas estratégicas de combinação empresarial que variam de acordo com o relacionamento e os investimentos estabelecidos no mercado. Nesse contexto, “o enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo” (LÊNIN, 2011, p. 98).

Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem

precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos. É necessário, portanto, que nos detenhamos e a estudemos mais em pormenor. (LÊNIN, 2011, p. 122).

Considera-se que as alianças estratégicas e a engenharia dos negócios adotados no modo de produção capitalista aumentaram nos últimos anos, assim como os processos de fusão e aquisição. Sob a perspectiva jurídica, as aquisições são definidas “como transações em que o comprador assume o controle total da empresa a partir da compra de todas as suas ações ou quotas de capital, podendo manter a mesma denominação da companhia adquirida”. (FABRETTI, 2005).

A Lei das Sociedades Anônimas Brasileiras (Lei nº 6.404/76), por sua vez, em seu artigo 227, conceitua a aquisição como uma “operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações” e, em seu artigo 228, define a fusão como uma “operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações”. Isto é, o processo de fusão resulta no desaparecimento das duas firmas existentes anteriormente e no surgimento de uma nova firma, processo que na literatura internacional é chamado de consolidação (*consolidation*).

Láudio Camargo Fabretti, em *Fusões, aquisições, participações e outros instrumentos de gestão de negócios: tratamento jurídico, tributário e contábil*, explana que atualmente as empresas realizam operações de fusão de forma indireta, ou seja, mediante a criação de uma sociedade *holding* controladora, evitando, dessa maneira, a extinção das empresas fusionadas e as consequências tributárias desse encerramento de atividades.

O termo *holding* se origina do verbo inglês to hold, que significa segurar, manter, controlar, demonstrando assim as aplicações de uma *holding*, ou seja, “assegurar o controle societário, manter o grupo de empresas, controlar para que não se desviem de seus objetivos econômicos financeiros, bem como preservá-las para as gerações posteriores”(FABRETTI, 2005, p.171).

Estudos realizados nos Estados Unidos da América (EUA) demonstram que as aquisições ocorrem em ondas, de tempos em tempos, atingindo de maneira distinta diversos setores da economia (POTENZA, 2013. p.26). Camargos e Barbosa, em *Fusões, aquisições e*

takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas, propõem a seguinte explicação sobre esses processos econômicos:

Dependendo da forma como a fusão ou aquisição é conduzida, ela pode ser amigável (*friendly takeover*) ou hostil (*hostile takeover*). A amigável pode ser definida como uma mudança na propriedade corporativa, sem uma mudança no controle administrativo, enquanto a hostil pode ser definida como um lance de tomada de controle não-solicitado que resulta na substituição da administração da firma-alvo (2003, p. 48).

No mercado brasileiro, o órgão responsável pela análise dos atos de concentração empresarial, por meio do cumprimento da Lei nº 8.884/94, é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), assessorado por duas secretarias vinculadas aos Ministérios da Justiça e da Fazenda, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), respectivamente.

Assim os processos de fusão e aquisição despertam grande interesse, em diversos setores mercadológicos, no cenário capitalista contemporâneo: banqueiros, consultores financeiros, advogados, administradores, empresários ou investidores de inúmeras outras áreas. O atual cenário econômico brasileiro tem possibilitado a realização dos processos de fusão e aquisição (F&A) em diferentes setores da economia, inclusive no mercado da educação superior privada.

Embora a discussão de abertura de capitais de instituições de ensino superior seja recente, o número de fusões, aquisições e de IPO's (Initial Public Offering – primeira vez em que as ações da empresa são oferecidas ao público) vêm crescendo de forma significativa no setor da educação. (GRAMANI, 2008, p.4).

A economia brasileira tem acompanhado a evolução das F&A da economia mundial, conforme se pode observar pelo número de transações realizadas entre os anos de 1994 a 2004: soma-se o total de 3.196 processos, dentre os quais 1.351 envolveram apenas firmas brasileiras domésticas e 1.845 abrangeram firmas brasileiras e estrangeiras (*cross-border*).

Segundo pesquisa da KPMG²⁴ de 2005, os cinco primeiros setores com os maiores números de transações no país foram: alimentos, bebidas e fumo; petroquímico; telecomunicações; instituições financeiras e tecnologia de informação. O ensino superior vinha logo em seguida.

Para Gramani, “o objetivo dos acionistas é adquirir instituições de ensino superior particulares, injetar recursos nelas, valorizá-las e, finalmente, revendê-las a preços multiplicados” (op. cit. p. 4). Nessa perspectiva, uma IESP passa a ser atrativa para seus investidores quando há um aumento no número de seus alunos e/ou unidades.

Com isso, os investidores institucionais têm papel central, pois usam o direito de propriedade para impor, como indicador de desempenho, os rendimentos trimestrais por ação, e, portanto, a lógica financeira prevalece nas diretorias e na adoção das normas de governança corporativa. A prioridade são os resultados de curto prazo em detrimento dos de longo prazo. (VALE; CHAVES; CARVALHO, 2015. p. 83).

Baseado, sobretudo, na criação e na expansão de uma rede de instituições, o movimento de ampliação, estruturação e diversificação do ensino superior privado se desenvolveu de forma acelerada no Brasil durante a última década (2005-2015). Enquanto há um incentivo governamental brasileiro para a realização dessa prática, que estimula a formação de conglomerados empresariais no ensino superior, em outros países, como o Chile e os EUA, esse processo de acesso à educação superior vem sendo repensado devido ao endividamento de uma parcela significativa da população²⁵.

²⁴ A KPMG é uma rede global de firmas independentes que presta serviços profissionais de Audit, Tax e Advisory. Presente em 155 países, conta com mais de 155.000 profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo. As firmas-membro da rede KPMG são independentes entre si e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Cada firma-membro é uma entidade legal independente e se descreve como tal. No Brasil, a organização conta com 4.000 profissionais distribuídos em 13 Estados e Distrito Federal, 22 cidades e escritórios situados em São Paulo (sede), Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Londrina, Manaus, Osasco, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, São Carlos, São José dos Campos e Uberlândia. Disponível em: <http://www.kpmg.com/br/pt/estudos_analises/artigosepublicacoes/paginas/release-kpmg-premiada-como-melhor-empresa-em-consultoria.aspx>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

²⁵ O governo chileno quase foi derrubado em 2014 por causa dos protestos estudantis contra o sistema de empréstimos a eles destinado. Como resultado da crise de financiamento estudantil no Chile, os estudantes reivindicaram ensino superior gratuito para todos – tornando irrelevante qualquer empréstimo estudantil. Será que o fim dos empréstimos estudantis se aproxima na América Latina, ecoando a crescente preocupação dos Estados Unidos, onde o montante de US\$ 1 trilhão em dívidas foi usado para denunciar os empréstimos estudantis

Em 2007, houve o primeiro processo de aquisição em meio ao setor educacional privado do país, realizado por meio da aquisição total do capital social do Centro Universitário Ibero-Americano, no valor de quase R\$ 16 milhões, pela Anhanguera Educacional Participações S.A. (CARVALHO, 2013, p. 768). Dois anos depois, o mercado brasileiro foi surpreendido com a entrada do fundo Americano Advent²⁶ no setor educacional do país: comprou-se 50% da Kroton Educacional S.A.²⁷ que, posteriormente, fundiu-se à IUNI Educacional, liderança empresarial na região Centro-Oeste.

Percebe-se, portanto, que a reconfiguração capitalista – basicamente a reestruturação produtiva e a recomposição das taxas de lucro – tem como um de seus requisitos básicos o processo no qual o capital se apropria de setores não inteiramente dominados pela sua lógica reprodutiva. De acordo com Lalo Watanabe Minto, em *Reformas do Ensino Superior no Brasil - o Público e o Privado em Questão*, “os serviços estatais de interesse público, bem como as políticas sociais, tornam-se assim grandes oportunidades de negócios. A síntese ideológica desta necessidade é o neoliberalismo” (MINTO, 2008, p. 3).

Nessa lógica, a educação passa a ser mais uma mercadoria e é duramente atingida pelos interesses do capital. Em meio a esse processo de mercantilização do ensino, os organismos financeiros internacionais atuam na articulação das seguintes estratégias: por um

como sistema e abordagem fracassados? Em coluna publicada pelo *New York Times* (2013), Charles Blow descreveu o nível de endividamento nos EUA como "impressionante", além de "trazer implicações de longo prazo para nossa sociedade e nossa economia, conforme este endividamento começa a afetar decisões como constituir família ou entrar no mercado imobiliário" (SALMI, 2013). Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/os-desafios-de-manter-um-sistema-de-emprestimos-estudantis-na-colombia-e-no-chile>>. Acesso em 17 de maio de 2016.

²⁶ Os fundos de private equity, que investem na compra de participações em empresas, atraíram um volume recorde de recursos para a América Latina. Em 2013 foram US\$ 10,39 bilhões (ou R\$ 29,8 bilhões no câmbio) em novos fundos dedicados à região, um aumento de 89% em relação a 2012. Pouco mais da metade dos recursos captados no ano passado, ou US\$ 5,56 bilhões, veio de fundos dedicados a investimentos no Brasil. Disponível em < <http://www.tbsconsultoria.com.br/captacao-de-fundos-bate-recorde-em-2014/>>. Acesso em 27 de julho de 2015.

²⁷ No início dos anos 2000 e com a mudança do marco regulatório do setor de educação, surge a primeira Faculdade Pitágoras, com novo sistema de ensino e uma metodologia exclusiva criada em parceria com uma das maiores companhias de educação do mundo - a Apollo International, com sede no Estado do Arizona, nos Estados Unidos da América. Tal parceria durou até 2005 quando a Apollo International decidiu vender sua participação aos fundadores. O ano de 2007 ficou marcado pela abertura de capital do Pitágoras na BM&FBovespa, com o nome Kroton Educacional (KROT11), possibilitando a consolidação de uma fase de grande expansão e desenvolvimento da Companhia. Já em 2009, a Kroton recebeu um novo aporte financeiro de um dos maiores fundos de private equity do mundo, a Advent International, que a partir de então compartilharia o controle da Companhia com os sócios fundadores. In. <http://www.kroton.com.br/acesso> em 05 de junho de 2015. E segundo Barros e Amorim (2014, p.37) “O nome Kroton é em homenagem à Ilha (na Itália) em que o matemático Pitágoras criou sua primeira escola”.

lado, disseminam a ideia de uma educação para todos, por meio de reformas (“modernizar”, “racionalizar”) da máquina estatal; por outro, impõem politicamente tais medidas via formulação de métodos e diretrizes. Nota-se que, entre os anos de 1980 a 1990, essas medidas passaram a servir como importante moeda de troca no plano das relações internacionais, estimulando as relações de mercado por meio do aparelho do Estado.

No capitalismo orientado pela política neoliberal, o mercado é que se destaca como ator principal, implementando medidas econômicas com vistas a reanimar o capitalismo avançado mundial. Nesse contexto, os Organismos Internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, Organizações das Nações Unidas-ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO) ocupam um lugar de destaque, passando a atuar como agentes centrais na implementação de programas de ajustes, os quais visam assegurar o pagamento da dívida dos países em desenvolvimento e orientar as políticas desses países segundo os pressupostos neoliberais. (SCAFF, 2000, p. 17).

István Mészáros, em *A educação para além do capital*, explana que o Estado desempenha um papel complementar e inseparável do sistema de produção capitalista.

A substância do capital, enquanto poder determinante, materialmente inserido, incorrigivelmente hierárquico, orientado à expansão e impulsionado pela acumulação, do processo sócio-metabólico, permanece o mesmo enquanto esse sistema - tanto nas suas formas capitalistas como na pós-capitalista - puder com sucesso exercer as funções historicamente alienadas de controle do trabalho.(...). A única coisa que deve permanecer constante em relação às personificações do capital em todas as metamorfoses do pessoal de controle, ao longo dos séculos, é que sua identidade funcional deve sempre ser definida em contraposição ao trabalho." (MÉSZÁROS,2008 p. 493)

Por conceder o acesso aos fundos de recursos públicos para o setor privado, a presença do Estado se apresenta imprescindível ao capitalismo monopolista. São esses fundos que sustentam as grandes inversões dos capitais financeiros – nacional e internacional – necessários para a compra e venda de empresas educacionais.

Visando o fortalecimento do seu espaço no mercado, o setor educacional privado vem articulando o aumento de sua participação no capital estrangeiro. E, no decorrer desse processo de incorporação das IESPs ao capital estrangeiro, a entrada dos setores bancários e rentistas no mercado educacional passou a possibilitar a formação de monopólios nesse setor.

Cabe considerar que, em um contexto atravessado por profundas mudanças, a educação superior passou a ser gerida pelos ditames dos organismos internacionais, em especial pelo Banco Mundial. É importante notar, portanto, que o Banco Mundial vem disseminando discursos pautados nas seguintes ideias: “o ensino superior seria antes um bem privado que público”; “o retorno individual e social dos investimentos em educação superior seria inferior ao dos investimentos aplicados na educação fundamental” e “a universidade de pesquisa (pesquisa, ensino e extensão) seria muito cara” (BANCO MUNDIAL, 2009).

Compreende-se, dessa forma, que “a privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado tanto na área produtiva, quanto na área social” (CHAVES, 2003), com o objetivo de reduzir “os investimentos públicos nas instituições de ensino superior públicas, induzindo-as à captação de recursos no mercado capitalista” (CHAVES, 2009). Orientado pelos organismos internacionais, o Estado brasileiro vem apoiando o movimento de expansão das IESPs e favorecendo a monopolização nesse setor.

1.3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO BRASILEIRO POR MEIO DO FIES

Com as mesmas fontes de recursos do Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes – Creduc -, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 1995²⁸, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), através da Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, oficializada em 12 de julho de 2001 pela Lei nº

²⁸ Cabe destacar que durante o governo militar houve um Programa pioneiro que destinava recurso público direto às IES privadas - Programa Crédito Educativo (PCE), criado em 23 de agosto de 1975, reformulado no governo Fernando Collor, que institucionaliza o “Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes” (CREDUC), por meio da Lei n. 8.436, de 25 de junho de 1992, sendo este financiado por meio de recursos públicos os encargos educacionais entre cinquenta por cento (50%) e cem por cento (100%) do valor da mensalidade ou da semestralidade, depositado pela Caixa Econômica Federal na conta da instituição de ensino superior participante do programa” (§ 2º do Art. 2º - Lei Nº 8.436/1992). “Em 1997, último ano do programa, este apresentava um índice de 83% de inadimplência e até pouco tempo o CREDUC ainda continha contratos ativos”. (BARROS, 2003, p.45).

10.260/2001. De acordo com o Art. 1º dessa Lei, o fundo deve ser “destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos”.

Em 1998, segundo dados do INEP, 78,5% das IES eram privadas e somavam o montante de 62,1% das matrículas. Desde a sua criação, diversas alterações foram realizadas no FIES, para que o programa viesse a contribuir efetivamente com o fortalecimento e a intensificação da expansão do ensino superior privado no país. Por meio de instrumentos legais²⁹, o governo Lula da Silva deu continuidade às políticas públicas voltadas ao setor educacional privado:

No governo Lula da Silva (2003-2010), foi a continuidade da política de Estado neoliberal da Terceira Via de imputar ao Estado a desobrigação para com as políticas sociais de caráter universalizante, principalmente através da redução de verbas públicas para o seu financiamento e o estímulo ao empresariamento das atividades sociais (AVILA; LÉDA; VALE, 2012, p. 166 e 167).

Em 2004, o governo Lula criou o Programa Universidade para Todos (Prouni) para conceder bolsas de estudo (integrais ou parciais) em IESPs, tanto em cursos de graduação quanto em cursos sequenciais, aos estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. O Programa foi instituído pela Medida Provisória nº. 213, de 10 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004) e, posteriormente, confirmado pela Lei nº. 59, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). Cabe notar que:

Neste contexto, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) surge com o discurso de justiça social, tendo como público-alvo os estudantes carentes, cujos critérios de elegibilidade são a renda *per capita* familiar e o estudo em escolas públicas ou privadas na condição de bolsistas. Além disso, o programa estabelece, obrigatoriamente, que parte das bolsas deverá ser direcionada a ações afirmativas aos portadores de deficiência e aos negros e indígenas. A formação de professores de ensino básico da rede pública também consta como prioridade. (CARVALHO, 2006, p. 985).

²⁹ Decreto nº 4.914, de 11/12/2003, que concedeu autonomia aos centros universitários, e o Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, que regulamenta a educação à distância (EAD) no Brasil, entre outros. Em outras palavras, O governo Luiz Inácio atendeu à demanda dos empresários da educação com articulação de leis e com ampliação das possibilidades de destinar recursos públicos diretos e indiretos às IES privadas.

Ao longo do governo Dilma, notou-se a continuidade de todas as políticas públicas iniciadas nas gestões anteriores relacionadas ao incentivo da expansão do ensino superior privado:

Com ampliações do Programa Universidade para Todos (PROUNI); do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); da abertura do setor educacional para a participação das empresas e grupos estrangeiros; e da utilização do ensino a distância (EaD) como via para a “democratização” do acesso à educação, dentre outros mecanismos (QUEIROZ, 2015, P. 51).

Observa-se que o Fies foi alterado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Incluiu-se ao programa a possibilidade do financiamento contemplar a educação profissional e tecnológica:

Surgem, então, duas novas modalidades: o FIES Técnico e o FIES Empresa. A Portaria MEC nº 270/2012 define da seguinte forma: “em caráter individual (FIES Técnico), para o custeio da sua formação profissional técnica de nível médio, ou a empresa (FIES Empresa), para custeio da formação inicial e continuada ou qualificação profissional dos seus trabalhadores. (QUEIROZ, 2015, p. 51).

De cunho flexível, o governo Dilma atendeu às demandas do mercado educacional, fortalecendo os empresários da educação superior. Segundo o Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Educação do Tribunal de Contas da União - TCU (2013), na análise sobre os dados das despesas liquidadas na Educação Superior e na Pós-Graduação, referente ao exercício de 2012, verificou-se que os gastos com o Fies (32,6%) e com o pessoal (25,4%) foram as duas maiores despesas do setor da educação superior brasileira.

Além de atender às demandas relacionadas aos cursos de graduação, o governo Dilma expandiu o Fies para os cursos de pós-graduação, por meio da Portaria Normativa nº 15, de 1º de julho de 2014. A partir de então, os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado, recomendados pela Capes, passaram a ser considerados habilitados ao financiamento (QUEIROZ, 2015).

Em um breve panorama histórico, nota-se que ao longo dos três governos citados – FHC, Lula da Silva e Dilma Rousseff – a ação do Estado, no âmbito da educação, priorizou o atendimento ao ensino fundamental, obedecendo às exigências dos organismos internacio-

nais. No que tange à educação superior, houve a destinação de recursos e a implementação de políticas educacionais direcionadas à concessão de bolsas de estudos, por meio do Prouni, e ao financiamento do ensino superior privado, por meio do Fies.

Os governos de Lula e Dilma Rousseff pautaram-se, ainda, na expansão das IES públicas³⁰: ao longo dos 8 anos da gestão de Lula, anunciou-se a criação de 14 universidades³¹. Segundo dados do INEP (2012), durante o governo de Lula, o aumento das IES do setor público foi equivalente ao aumento das IES do setor privado, em números percentuais. O percentual de matrículas em IES privadas nos governos de Lula manteve-se praticamente estável, com ligeiro aumento, passando de 71%, no início do primeiro mandato, para 73%, ao final do segundo. Outro dado relevante, segundo as Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP (Brasil, 2012) é o percentual de matrículas enquanto o crescimento do número de matrículas em IES Federais teve um aumento de 47.1%, nas IES privadas, o aumento foi de 45%.

Frigotto (2011) explana que o governo Lula promoveu a ampliação do acesso às IES privadas, por meio dos incentivos estabelecidos no programa Prouni, visando atender a demanda nacional pelo ensino superior. Nota-se, dessa forma, que esse governo contribuiu tanto com as IES públicas quanto com as privadas. No entanto, apesar dessa política de expansão do acesso ao ensino superior, os dados relacionados ao perfil dos estudantes universitários revelam que:

Longe de resolver ou corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a privatização promovida pelo programa tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação dos estudantes pobres nas instituições particulares cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas e escolas academicamente mais fracas, salvo exceções, para os pobres. (CARVALHO, 2006, p. 993).

Nota-se que as IESPs intensificaram significativamente os seus respectivos processos econômicos de acumulação por meio dessas políticas governamentais voltadas à ampliação

³⁰ Uma discussão aprofundada sobre isto pode ser vista em Aguiar (2016) In: Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016.

³¹ Das 14 novas universidades anunciadas na campanha eleitoral, apenas quatro são realmente novas. As outras dez eram Campi de instituições já existentes que ganharam reitoria própria.

do acesso ao ensino superior. Em um contexto de estagnação relacionada à demanda pelo acesso ao ensino superior e de acirramento concorrencial entre as instituições, credita-se ao Estado a responsabilidade pela manutenção do crescimento do setor privado de ensino.

Segundo os cálculos realizados pela consultoria Hoper Educação³², a rede privada de ensino superior movimentou, em 2013, R\$ 32 bilhões no país. Nota-se que o Fies e o Prouni, implementados pelo governo federal, foram as alavancas para a movimentação da economia nesse setor. Observa-se, ainda, que o uso dos recursos públicos no financiamento da iniciativa privada foi priorizado em relação à aplicação de maiores investimentos nas IES públicas. Em 2013, segundo os resultados divulgados pelo INEP, 73% das matrículas nos cursos de graduação, presenciais e à distância, foram realizadas no setor privado. Portanto,

Defendemos que a mercantilização em curso só foi possível mediante o papel que o Estado desempenhou e desempenha. A reorganização do bloco de poder com a preocupação com a questão social, com a “democratização às avessas” apresentada pela proposta de inclusão social com favorecimento ao segmento privado de ensino superior pavimentou esse caminho. O quantum de dinheiro destinado ao Prouni, mas especialmente ao FIES, permitiram a garantia que o capital precisava para a saúde financeira das instituições que foram adquiridas e incorporadas (TAVARES, 2014, 117).

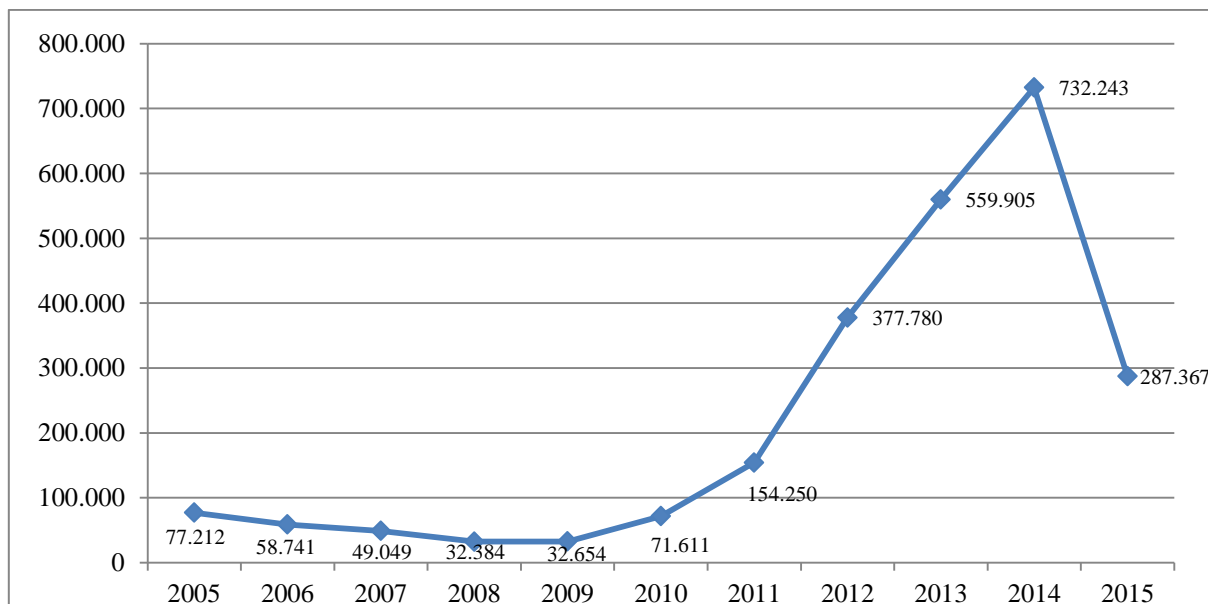
Ao receberem isenções fiscais do governo para ofertarem “vagas gratuitas” ou empréstimos a serem pagos pelos estudantes após término do curso, as IESPs passaram a representar uma das principais opções de acesso à universidade no Brasil.

Segundo o Relatório de Gestão do Exercício de 2015 – Prestação de Contas Ordinárias³³, o custo do Fies alcançou R\$ 16,58 bilhões, em investimentos diretos.

O gráfico a seguir apresenta o número de contratos firmados atingido pelo Fies entre 2005 e 2015.

³² A Hoper Educação é composta por um conjunto de empresas especializadas no segmento da educação pública e privada no Brasil. Fundada em 1997, o grupo Hoper atua nas modalidades de consultoria de gestão universitária, estudos e pesquisas de mercado, realização de cursos e eventos, assessoria de negócios, produção de conteúdo e tecnologia para o setor educacional. Cf. <http://www.hoper.com.br/institucional.php>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

³³ Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

Gráfico 01 - números de contratos do FIES firmados entre 2005 e 2015.

Fonte: SISFIES - SESU – Relatórios (2005-2016) de Gestão de Contas Ordinárias Anual

Comparando-se ao número de contratos realizados em 2012, 2013 e 2014, nota-se uma expressiva diminuição na quantidade de convênios firmados em 2015. No entanto, de acordo com o Relatório de Gestão de Contas do Exercício de 2015, um valor financeiro proporcional à quantidade de contratos firmados nos anos anteriores já havia sido empenhado pelo governo. Em 2014, a União destinou ao Fies um valor de R\$ 13 bilhões. Em 2015, R\$ 16,58 bilhões. Muitas vezes, essas transferências são realizadas através de programas de isenção fiscal, oferecidos pelo BNDES às IESPs com ou sem fins lucrativos.

Cabe destacar que conforme a Lei 10.260 de 2001, o Fies é operacionalizado por meio da emissão de títulos da dívida pública, representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional - Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-E). De acordo com Chaves (2016 p. 76) “os títulos são emitidos na modalidade nominativa (em que há indicação do beneficiário) e atualizados mensalmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M relativo ao mês anterior, o qual é divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV”. Para esta autora,

O resgate dos títulos junto ao Governo Federal, por parte das instituições privadas de ensino superior, participantes do Fies, pode ocorrer em parcela única (mediante compensação com tributos devidos) ou por resgate anteci-

pado (recompra do Governo Federal). Anualmente, é estabelecido um calendário com datas de recompra dos títulos, em parcelas. Também pode haver a compensação dos valores dos títulos com tributos devidos pelas instituições de ensino superior, em especial as contribuições relativas à seguridade social. (CHAVES, 2016, p.76).

Os dados do Fies também apontam uma relação com o endividamento público, tendo em vista que a emissão de títulos financeiros (certificados do Tesouro Nacional), em favor de instituições privadas de ensino superior, por meio do Fies, colabora diretamente para o aumento da dívida pública.

De acordo com Filho (2016), a dívida pública abrange os empréstimos contraídos pelo Estado junto as instituições financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro externo ou interno, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas (físicas ou jurídicas) ou outros governos. E a dívida pública federal pode ser formalizada por meio de contratos celebrados entre as partes, bem como por meio da oferta de títulos públicos, emitidos pelo Tesouro nacional.

Esta forma de financiamento pautada no endividamento público reforça o caráter de financeirização da educação superior, pois o fundo público é utilizado como pressuposto para a expansão do capital financeiro, tendo em vista que os títulos emitidos são negociáveis (certificados do Tesouro Nacional), podendo sofrer especulação financeira. Mas, além disso, contribuem para a saúde financeira das instituições beneficiadas com o Fies, pois estes títulos estão sujeitos a recompra por parte do governo federal ou podem ser utilizados para compensar dívidas das instituições privado-mercantis de ensino com a previdência social. (FILHO, 2016, p. 211).

Estes argumentos são corroborados por Behring (2012) ao afirmar que

Trata-se de uma decorrência da supercapitalização, do excesso de liquidez de capitais que passam a buscar nichos de valorização industrializando ou mercantilizando determinados setores, a exemplo da saúde, da educação, da previdência social e outros. (BEHRING, 2012, p. 178).

Em outras palavras, o Fies não é pago em dinheiro para as instituições de ensino superior privadas, mas por meio de emissão de títulos públicos, que rendem pela taxa SELIC³⁴ com incidência de taxas de juros (subsídio implícito) no contrato entre estudante e governo federal. Para Nascimento e Longo (2016, p. 13) como os juros incidentes nesses contratos de financiamento são inferiores à taxa básica de juros definida pelo Comitê de Política Econômica (Copom), ao quitar seu saldo devedor, o mutuário do Fies reembolsa uma quantia maior do que havia tomado emprestado, porém inferior ao valor que teria ocorrido se tivesse sido financiado no mercado. Ainda de acordo com estes autores:

Os parâmetros estipulados nos contratos do Fies não são acordados em separado com cada signatário. São, isto sim, definidos pelas próprias regras vigentes do programa. Representam, pois, justamente os tais fatores inerentes ao desenho do programa. O principal desses parâmetros é a taxa de juros. Quanto mais ela se distancia das taxas pagas pelos títulos públicos, maior será a diferença entre o valor presente dos pagamentos feitos pelo ex-estudante e o valor presente dos desembolsos feitos pelo governo quando lhe concedeu o empréstimo para quitar as mensalidades de seu curso. Denomina-se essa diferença de subsídio implícito do Fies. Matematicamente: *Subsídio implícito do Fies (em %) = (1 - taxa de reembolso do financiamento) x 100*. O resultado dessa conta informará, portanto, a parcela do empréstimo que nunca será efetivamente paga pelo beneficiário do Fies – ou quantos reais, aproximadamente, terão sido arcados pelo contribuinte para cada cem reais do valor presente do saldo devedor sobre o qual incidiram taxas de juros subsidiadas por toda a duração do financiamento. (NASCIMENTO e LONGO, 2016, p. 14-15).

Até o final do primeiro semestre de 2015, em consonância com cálculos realizados por Nascimento e Longo (2016), quando a taxa cobrada pelo Fies era de 3,4% e o período de amortização era doze meses, a taxa de reembolso do financiamento era de 53%. Ou seja, apenas 53% do valor original do financiamento era reembolsado – os outros 47% eram, por conseguinte, arcados pelo contribuinte, mesmo que nenhuma parcela deixasse de ser paga pelo mutuário.

³⁴ Define-se Taxa Selic como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação (art. 1º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, com a alteração introduzida pelo art. 1º da Circular nº 3.119, de 18 de abril de 2002). (BRASIL, 2017).

Portanto, o método utilizado Nascimento e Longo (2016), implica em dizer que, quando trazido a valor presente, o saldo devedor de contratos do Fies formalizados, (os autores utilizaram o período entre 2010 e o primeiro semestre de 2015), recebe de antemão uma contribuição substancial do erário público: a cada R\$ 100 de saldo devedor, o contribuinte brasileiro arca efetivamente com R\$ 47, cabendo ao beneficiário do programa os R\$ 53 restantes. As mudanças introduzidas em 2015 nos parâmetros do Fies reduziram esse aporte para R\$ 27.

Em 2015, devido ao recrudescimento da crise capitalista no país, o Governo Federal reformulou o programa de financiamento estudantil e o renomeou como “Novo Fies”³⁵. Readequado, o programa estabeleceu novas regras para a liberação do financiamento, visando a coibição dos abusos financeiros cometidos por algumas IESPs. Suas readequações foram pautadas pelas propostas desenvolvidas por um grupo de trabalho composto por dois representantes da Secretaria de Educação Superior (Sesu), dois representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um representante da Consultoria Jurídica do MEC (Conjur) e três representantes da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça.

Uma das principais mudanças do Fies foi a imposição do limite de 6,4% no reajuste das mensalidades das IESPs. Posteriormente, algumas instituições e associações contestaram juridicamente esse valor. O limite da renda *per capita* familiar para o estudante ser contemplado pelo programa passou de 20 para 2,5 salários mínimos. Se antes não havia critérios relacionados à opção de cursos, o programa passou a priorizar o financiamento dos estudos nas áreas de engenharia, formação de professores e saúde. Além disso, passou-se a privilegiar os cursos com as notas 5 e 4 no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Estabeleceu-se, também, a prioridade para três regiões brasileiras: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Anteriormente, 60% dos contratos se encontravam no Distrito Federal e nos estados das regiões Sul e Sudeste. E,

³⁵ No final de 2014 o MEC publicou duas portarias de alteração na regulamentação do FIES, nº 21 e 23: A Portaria Normativa nº21, de 26 de dezembro de 2014, altera os dispositivos das Portarias Normativas MEC nº 2, de 31 de agosto de 2008; nº 1, de 22 de janeiro de 2010; nº 10, de 30 de abril de 2010; nº 15, de 8 de julho de 2011; nº 23, de 10 de novembro de 2011; nº 25, de 22 de dezembro de 2011; nº 16, de 4 de setembro de 2012; nº 19, de 31 de outubro de 2012; e nº 28, de 28 de dezembro de 2012, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. E Portaria Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2014, altera dispositivos das Portarias Normativas MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010, nº 15, de 8 de julho de 2011, e nº 21, de 26 de dezembro de 2014, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.

por fim, o prazo para o pagamento do contrato passou de duas para três vezes em relação à duração do curso.

Diante do acesso mais restrito ao crédito, as IESPs passaram a buscar novas alternativas para garantir seus lucros. Uma das estratégias encontradas foi a adesão aos programas de créditos estudantis privados. Embora esses programas tenham diminuído por causa das novas regras do Fies, começam a retornar ao setor. Alguns deles financiam até 100% da mensalidade, por meio de contratos semestrais. O valor das taxas de juros depende do acordo realizado entre as instituições financeiras e os estabelecimentos de ensino. Praval³⁶ e Fundaplub³⁷ são alguns exemplos desses créditos estudantis, ilustrados no quadro abaixo:

	FIES (Programa Oficial de Financiamento Estudantil)	PREVALER (Ideal Invest) (Financiamento Privado)	FUNDAPLUB (Financiamento Privado)
O QUE É	Crédito educativo do governo federal. Financia cursos em instituições privadas cadastradas.	Financia cursos em instituições cadastradas.	Financia cursos em parceria com instituições de ensino conveniadas.
CONDIÇÕES	Aproveitamento de pelo menos 75% dos créditos, escola com boa avaliação; estar em dia com mensalidades	Análise de crédito.	Estar em situação financeira regular na instituição de ensino; depende de histórico escolar.
VALOR FINANCIADO	De 50% a 100% do valor do curso.	100% do valor de mensalidade.	Geralmente, 50% do valor da mensalidade.

³⁶ É um programa de financiamento estudantil privado instalado no Brasil. Apresenta-se como uma alternativa ao FIES e financia cursos de Graduação, Pós-Graduação e Técnico das Instituições de Ensino Superior privados. O objetivo do programa é permitir o acesso ao estudo particular, por meio de uma forma de pagamento “facilitada, rápida e sem burocracia”. A gestão do PRAVALER é realizada pela Ideal Invest, uma empresa brasileira, especializada em movimentações financeiras no setor de educação privada. O programa foi criado em 2006 pela equipe de profissionais da Ideal Invest e possui os seguintes parceiros: a) Ideal Invest, que é correspondente bancária autorizada do Banco Andbank (Brasil) S.A. b) Victoria Capital Partners, gestora de recursos de terceiros; IFC – International Finance Corporation, braço financeiro do Banco Mundial e EOS Investimentos, gestora de recursos de terceiros; executivos e ex-gestores de diversos setores. Em 2017, contempla mais de 260 instituições de ensino parceiras em todo Brasil, quotistas do Crédito Universitário FIDC. (Resumo feito a partir do Site da empresa). Disponível em: <<http://www.creditouniversitario.com.br/quem-somos/#.V7IZpZgrLIU>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

³⁷ A Fundaplub se apresenta como uma entidade sem fins lucrativos que, há mais de 40 anos, assumiu o compromisso com o desenvolvimento da educação do nosso país, em todos os níveis de aprendizagem. Por isso, mantém, até os dias atuais, uma visão sustentável do processo educativo, tornando possível a qualificação contínua por meio do crédito universitário. As plataformas de gestão e autofinanciamento criadas pela Fundaplub permitem captar estudantes e quitar débitos de inadimplentes, para obtenção regular do crédito. (Resumo feito a partir do Site da empresa). Disponível em: <<https://www.fundacred.org.br/site/home-instituicoes>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

JUROS	3,4% ao ano*.	De 0 a 2,1% ao mês.	Não há. Cobra taxa administrativa de 0,35% ao mês (4,2% ao ano).
PRAZO PARA QUITAÇÃO DA DÍVIDA	Após 18 meses de carência. Prazo equivalente a três vezes em relação à duração do curso + um ano.	Até duas vezes e meia em relação ao período financiado.	Não há carência.
GARANTIA	Em geral, fiador com a renda de valor equivalente a pelo menos duas mensalidades.	Fiador e aluno com nome “limpo” e com a renda de valor equivalente a pelo menos duas mensalidades.	Fiador idôneo e com renda superior a uma vez e meia ao valor da mensalidade do candidato, obedecendo ao mínimo de R\$ 1.500,00.
*Taxa sujeita a alteração			

Quadro 5 - Diferenças entre financiamento público e privado – Crédito para a educação

Fonte: MEC, Pravalier e Fundaplub (2015).

Nota-se que, apesar de algumas reformas realizadas entre um governo e outro, o Estado brasileiro vem transferindo, nos últimos anos, parte de seu patrimônio à iniciativa privada, atendendo aos interesses do capital mundial financeirizado. No campo da educação superior, a política de transferência de recursos públicos às IESPs representa uma das formas pelas quais o Estado atende aos ditames do capital. Cabe lembrar que, nas últimas décadas, a implantação e a consolidação do Fies culminou em uma significativa redução da aplicação de recursos governamentais nas demandas relacionadas à assistência estudantil e ao tripé ensino-pesquisa-extensão das IES públicas.

A legislação que não cria nenhum obstáculo à expansão do mercado educacional financeirizado; e, sobretudo, os dados da expansão de instituições por categoria administrativa – mostram que a diretriz predominante no âmbito da atual política de expansão da ES tende a não ser a educação superior pública, mas, na prática, a do “mercado educacional”. (SGUISSARDI, 2014, p. 99).

Ao promover uma reflexão em torno dessa relação público-privado, estabelecida pelas políticas governamentais voltadas ao financiamento do ensino superior privado, Frigotto afirma que “se o próprio fundo público garante vagas com isenção de impostos, evidentemente é um incentivo” (2011, p. 235). Nessa perspectiva, o interesse do capital especulativo sobre as faculdades privadas evidencia que a educação virou um bem de consumo: “a edu-

cação já não é tida como um direito, mas é tratada como um serviço e uma mercadoria sobre o qual se negocia” (Idem, p. 238).

Romualdo Portela de Oliveira, em *A transformação da educação em mercadoria no Brasil*, ressalta que a entrada de alunos de baixa renda na faculdade/universidade representa um valor simbólico inegável. Entretanto, a oferta de vagas no setor privado não tem sido acompanhada por um ensino de qualidade: “Se você fizer uma análise mais acurada dessas instituições, vai perceber que elas são muito ruins do ponto de vista da qualidade”.

De fato, a expansão do Fies ocorre com pleno incentivo das empresas de educação, pois, ao contrário da mensalidade paga pelos próprios estudantes, com o financiamento não há inadimplência; por isso, praticamente todas as grandes empresas educacionais fazem do endividamento dos alunos uma política de marketing (e de meta) das empresas (inclusive, com suspeitas de práticas fraudulentas para captação de alunos, como é o caso notório do Uniesp). Em razão disso, “De 2010 a 2012, o programa teve 603,5 mil contratos. Os contratos representam R\$ 29,1 bilhões desde 2010” (SALDAÑA, 2013, s/p.). Não é casual, portanto, que, em 1999, no bojo das mudanças da legislação de incentivo ao ensino superior privado, o governo tenha substituído o Creduc (Crédito Educativo) pelo Fies (Financiamento Estudantil), tendo em vista que, devido à taxa de juros fixa, este é mais atrativo para os estudantes. Naquele, a taxa de juros era 6% ao ano + TR, o que tornava bastante incerta a evolução dos débitos. Neste, além de fixa, a taxa de juros tem sido declinante nos últimos anos. Em 2012, ela caiu para 3,4% ao ano, aumentando ainda mais a já intensa busca pelo crédito. (GASPAR E FERNANDES 2014, p. 949).

Compreende-se que o Fies se apresenta como a única forma de financiamento estudantil para muitos brasileiros. Porém, além do programa demandar um alto valor de recursos públicos, não isenta o estudante de pagar, depois de formado, o financiamento com juros. Tal como explana Viviane Queiroz, em *Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC*, “ainda que esse Programa seja justificado pelo governo como um benefício à classe trabalhadora, subsidia as IES privadas para expandir as matrículas dos estudantes nesse setor” (QUEIROZ, 2015 p. 53).

Valdemar Sguissardi, em *Estudo Diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil*, afirma que a manutenção das IESPs é viabilizada pelas rendas adquiridas em mensalidades e em taxas cobradas por todos os serviços oferecidos pelos estabelecimentos. Essas instituições contam também com diversas fontes indiretas de recur-

tos, tais como as isenções fiscais, previdenciárias e de renúncia fiscal, principalmente após a criação do Programa Todos pela Educação; além de outras fontes diretas, tais como os empréstimos concedidos aos estudantes que se beneficiam do Fies, especialmente após a edição de algumas Portarias Normativas (MEC - n.1/10, n. 10/10, n. 15/11 e n. 3/14) relacionadas à diminuição de juros do financiamento, à extensão dos prazos de pagamento e ao aumento de garantias para as mantenedoras através do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC).

O FGEDUC, de acordo com Vivian Queiroz, surgiu em 2010, na ocasião em que o Fórum das Entidades Representativas das Instituições de Ensino Superior Particular propôs ao então Ministro da Educação, Fernando Haddad, a ampliação do acesso ao Fies mediante a criação de um fundo garantidor de financiamentos concedidos. Após cinco meses, o governo atendeu à demanda do setor privado por meio da Medida Provisória nº 501, de 08 de setembro de 2010. Retirou-se do programa (Fies) a exigência do fiador no caso dos alunos de baixa renda e dos estudantes matriculados nos cursos de licenciatura. O FGEDUC passou a ser regulamentado pelos Decretos nº 7.337 e 7.338 e pela Portaria Normativa MEC nº 21, de 20 de outubro de 2010, transformada na Lei nº 12.385, de 03 de março de 2011. Por meio da Portaria Normativa MEC nº 21/out./2010, que regulamenta os procedimentos para adesão das mantenedoras e a opção dos estudantes ao FGEDUC, o governo concedeu um alto percentual de garantia nos contratos do Fies: estabeleceu-se que a garantia do FGEDUC seria de 80% e que o risco relativo aos 20% seria coberto pelo Fies e pela mantenedora. De acordo com essa Portaria, a mantenedora que fizesse adesão ao FGEDUC passaria pagar mensalmente o valor correspondente a 7% do total dos encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos. Com a criação da Portaria Normativa nº 14, de 28 de junho de 2012, o FGEDUC passou a cobrir 90% dos riscos dos financiamentos contratados.

Nota-se que o Estado brasileiro estimula, por meio de inúmeras regulamentações, a expansão e o fortalecimento do setor de ensino superior privado com fins lucrativos. Sob a justificativa de promover a ampliação do acesso, o Estado atende aos interesses da burguesia nacional e internacional ao potencializar o processo de expansão da educação superior privada no país. Atendendo às demandas empresariais desse setor, o governo destina recursos públicos para a iniciativa privada, submetendo a educação à lógica do mercado: promove-se, assim, a “criação do fetiche da ‘democratização’ e do aumento no índice de escolarização”

(LIMA, 2009, p. 10) dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores. Nesse contexto, a educação superior passa a ser compreendida como um campo lucrativo e atraente em meio ao cenário contemporâneo capitalista. Para compreender a atual dimensão do ensino superior privado no país, faz-se necessário analisar a trajetória histórica desse setor. Propõe-se, portanto, esse estudo no capítulo a seguir.

2 CAPÍTULO

A CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO BRASILEIRO

O objetivo deste capítulo é analisar o atual movimento do capital financeiro e a sua respectiva entrada no setor da educação superior, especialmente no ensino superior privado, a partir de meados dos anos 2000. Compreende-se, aqui, que a expansão e a potencialização do capital no setor educacional são articuladas tanto por meio de fundos de investimentos (*private equity*³⁸), quanto em suas dimensões particularizadas no processo de concentração/centralização. Ressalta-se, ainda, o papel assumido pelo Estado como indutor desta política, na medida em que estabelece decretos, normatizações, transferência de recursos públicos para o setor privado e outros trâmites legais que incentivam o fortalecimento das IESPs no país.

Para o desenvolvimento desse estudo, propõe-se um diálogo com teorias desenvolvidas por autores como Lênin e Marx, que discorrem sobre o curso do capital financeiro rumo a um cenário econômico imperialista – alicerçado na concentração do capital bancário e industrial –, que favorece a formação de monopólios empresariais. Dessa forma, cabe apresentar, a seguir, uma breve contextualização histórica sobre as etapas do modo de produção capitalista que antecederam o processo de intensificação da privatização da educação superior brasileira.

2.1 O CAPITAL FINANCEIRO E O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em uma conjuntura de crise estrutural do capitalismo³⁹, de mundialização do capital e de financeirização da economia, vivenciada ao longo dos anos 1990, diversos tratados de

³⁸ É uma expressão em inglês que pode ser traduzida para "Ativo Privado", uma modalidade de fundo de investimento que consiste na compra de ações de empresas que possuam boa rentabilidade (capacidade de acumulação de capital) e que estejam em notável crescimento.

³⁹ Para Mészáros, a crise que o mundo enfrenta é uma “crise estrutural profunda e cada vez mais grave, que necessita da adoção de remédios estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável”. Apesar de comumente a crise ser apresentada como atual Mészáros discorda que ela tenha se originado em 2007, com

livre-comércio foram articulados entre as nações que tinham a finalidade de eliminar progressivamente quaisquer impeditivos para o comércio em escala planetária.

É inegável que estas ações se configuram num momento em que algumas das instituições mais fundamentais da sociedade são atingidas por uma crise nunca antes sequer imaginada.

De acordo com Mészáros (2011) em *A crise estrutural do capital* o poder da religião no Ocidente evaporou-se quase que completamente há muito tempo “mas isso tem sido mascarado pela persistência de seus rituais e, sobretudo, pelo funcionamento efetivo de religiões-substitutas” (op. cit. p. 59). A crise estrutural da educação é outra evidência citada por este autor que se aprofunda a cada dia. E a mais importante de todas as crises citadas pelo teórico é a virtual *desintegração* da família atual “essa célula da sociedade de classes” que lança um desafio para o qual não são concebíveis respostas formais e institucionais. Para Mészáros:

A crise dessa instituição assume muitas formas de manifestação desde os cultos *hippies* à disseminação do uso de drogas; do Movimento de Libertação Feminina ao estabelecimento de enclaves utópicos de vida comunitária; e do “conflito de gerações”. Largamente difundido, às manifestações mais disciplinadas e militantes desse conflito em ação organizada. (2011, p. 59)

Igualmente significativo é o modo pelo qual se falsei a identificação das várias formas de crise e as insensatas ações, por parte do capital, com o intuito de extrair lucro, de investir na crescente indústria bélica, segundo as quais a corrida armamentista é a melhor maneira de segurança. Consequentemente enfatiza Mészáros (2011 p. 65): “a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade”.

Já que “o poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir”, daí a sua dramática necessidade de busca de novos nichos de mercado.

a explosão da bolha relativa aos investimentos no setor habitacional dos Estados Unidos. A crise teria começado há mais de quatro décadas e, em 1971, ele já escrevia no prefácio de *Teoria da Alienação em Marx* que as revoltas de maio de 1968 e seus desdobramentos “salientavam dramaticamente a intensificação da crise estrutural global do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.65).

A cega “lei natural” do mecanismo de mercado traz consigo o inelutável resultado de que os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração do capital jamais são solucionados, mas apenas adiados e, de fato, transferidos ao plano militar, dado que o adiamento não pode se dar indefinidamente. Assim, o “sentido” das instituições hierarquicamente estruturadas do capitalismo é dado na sua referência máxima ao “combate” violento dessas questões na arena internacional, uma vez que as unidades socioeconômicas – de acordo com a lógica interna de seu desenvolvimento – crescem cada vez mais e seus problemas e contradições tornam-se sempre mais intensos e graves. Crescimento e expansão são necessidades iminentes ao sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças. (MÉSZÁROS, 2011, p. 65).

Como consequência dessa reestruturação do modo de produção capitalista, serviços outrora realizados predominantemente pelo Estado, tais como o atendimento à saúde e à educação, passaram a ser ofertados pelo capital. Nesse contexto, ocupando um espaço mais significativo na esfera produtiva, o setor empresarial deu início a novas formas de relações de trabalho. Conhecida como “mundialização do capital”, essa etapa do capitalismo é pautada pela financeirização da economia e pelo deslocamento da acumulação do capital para o setor de serviços.

É importante notar que, apropriado pelo capital, o setor de serviços passou a ser configurado como um espaço de produção de valor e tomou uma nova dimensão. Segundo David Harvey, esse projeto do capital consiste na redução das barreiras artificiais impostas ao comércio e na criação de uma “arquitetura financeira global para facilitar a circulação do fluxo-internacional do capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável” (2011, p. 22). O fenômeno da transnacionalização do capital financeiro, aliado à sua entrada em setores que anteriormente não tinham abrangência econômica, como a educação, insere-se em seu projeto global de eliminação de fronteiras para a expansão do mercado.

Nesse cenário, a educação, principalmente o ensino superior, passou a ser alvo de disputa do capital. Cristalizada como um artigo mercadológico, a partir de propostas da Organização Mundial do Comércio, o setor foi amplamente debatido em fóruns econômicos pelos organismos internacionais. Como dito anteriormente, evidenciou-se na documentação do Banco Mundial e de outras organizações congêneres, que a educação superior passou a ser compreendida como um setor atrativo para o investimento e a acumulação capitalistas

(BANCO MUNDIAL, 2009). Dessa forma, o capital conduziu a educação superior a assumir

[...] a forma de um processo educacional voltado para uma formação humana reducionista, predominantemente profissionalizante, realizada por intermédio de uma lógica profissionalizante e privatista ou mercantilizada. (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009, p. 32).

Segundo Brunner, em *Mercados universitários: ideas, instrumentos y seis tesis en conclusión*, não são apenas os grupos empresariais, companhias e *players* (na linguagem do mercado) que atuam no campo educacional, abrem seu capital e passam a obter recursos via valorização de ações na Bolsa de Valores. De acordo com o autor, o setor do ensino superior vem passando por um conjunto grande e complexo de mudanças produzido por uma gama de fatores, dentre os quais: as mudanças no papel dos governos em relação à educação superior associadas à difusão de um discurso de mercado; a massificação da educação superior; o crescente número de mantenedores privados da educação superior e da pesquisa; e o surgimento de um mercado global para os serviços de educação superior e de conhecimento.

Nessa perspectiva, as mudanças tramitadas no setor do ensino superior passaram a ocorrer na medida em que o eixo da coordenação das IES passou do Estado para o mercado (Ibidem). Segundo Brunner, “este deslocamento é examinado na literatura anglo-saxônica sob o nome de *marketization* que no castelhano traduz-se (em má tradução) por *mercadização*, ainda que se empreguem termos tais como *privatização*, *comercialização* e *mercantilização*”. (BRUNNER, 2006 p.3).

Carvalho, por sua vez, lembra que o termo *mercantilização* é um neologismo surgido na época neoliberal, “uma época que se caracteriza, entre outros aspectos, por um revigoreamento da propensão capitalista a transformar tudo em mercadoria” (2010, p.10). Para Marx, “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’” (MARX, 2012, p. 57). A mercadoria, de acordo com Marx, só tem sentido quando seu valor-de-uso passa a ser a valorização do capital, ou, em outras palavras, quando o valor-de-troca subsume o valor-de-uso da mercadoria.

Nessa linha de raciocínio, pode-se compreender que ao se “diplomar” em uma IESP, independentemente da formação adquirida, o trabalhador (a), estaria sobre a égide, sob o

comando do processo de valorização do capital, que fornece uma mercadoria (a diplomação) aos seus respectivos clientes (estudantes do ensino superior privado). Criou-se então uma “necessidade” para o uso da “mercadoria-educação” socialmente reconhecida, que passa a ser atendida por meio das empresas educacionais.

Neste sentido, o capital financeiro, desde que haja lucro, é uma das formas mais penetrantes de capital a concorrerem pelo ensino superior. Por trás de todo setor de serviços, há um contingente de empresas que os financiam, principalmente bancos. Cabe abrir um parêntese, portanto, para notar que em meio ao processo de internacionalização da economia, promoveu-se a internacionalização do capital bancário.

Ao longo desse processo de financeirização, um novo tipo de agente passou a ter voz no “mercado educacional”: os fundos de investimento, que passaram a ser os protagonistas das grandes movimentações e a representar a entrada do capital e da ingerência estrangeira nesse setor. No Brasil, esse processo foi iniciado antes mesmo da entrada dos grupos educacionais na Bolsa de Valores, mais precisamente em 2006, quando a empresa estadunidense Laureate International, controlada pelo fundo KKR⁴⁰, comprou a Anhembis Morumbi. Em 2014, outras IESPs passaram a ser administradas pelos fundos: a Estácio de Sá, pelo GP⁴¹; a Anhanguera, pelo Banco Pátria⁴²; e a Kroton, pela Advent International⁴³.

⁴⁰ Fundada por três ex-executivos do banco Bear Stearns, Jerome Kohlberg e os primos Henry Kravis e George Roberts, foi batizada com as iniciais de seus sobrenomes. O KKR orquestrou uma das maiores aquisições alavancadas da história: em 1989, ao lado de fundos de pensão e outros bancos de investimento, comprou por US\$ 31,1 bilhões (US\$ 60 bilhões em valores atuais) a RJR Nabisco, um ícone americano. Além de marcas de cigarro como Winston Salem, a empresa produz os biscoitos Oreo, consumidos em todo o mundo. (ISTO É DINHEIRO, 2014). Disponível em: < <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20140404/barbaros-chegaram-portao/62993>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴¹ A GP Investments foi fundada em 1993 e, pelos últimos 20 anos, soma mais de 50 empresas e mais de US\$ 5 bilhões captados de investidores de todas as partes do mundo. A GP Investments foi a primeira empresa de investimentos da América Latina a abrir o capital. Em 2006, levantou um valor líquido de US\$ 308 milhões com seu IPO (oferta pública inicial) em uma oferta totalmente primária. Além disso, a GP Investments foi a primeira empresa de investimentos na América Latina a emitir títulos perpétuos publicamente negociados (valores **negociáveis** em bolsa), levantando US\$ 190 milhões em 2007. Em 2008, a Companhia fortaleceu sua base permanente de capital com mais US\$ 232 milhões provenientes dos sócios e do mercado de ações, através de outra oferta pública de ações. Seus papéis são listados na Bolsa de Luxemburgo e negociados, por meio de Certificados de Depósito de Ações (BDRs), na BM&FBovespa. Atualmente, atua com investimentos relacionados a private equity (ativo privado) e real estate (propriedade real – tudo que está relacionado ao mercado imobiliário), além de ter participação direta e como controladora na BRZ Investimentos, que opera no negócio de asset management (gestão de recursos de terceiros executada por bancos ou empresas) e na Spice Private Equity Ltda., uma companhia de investimentos com base na Suíça. Disponível em: <http://www.gp.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43078&conta=28>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴² Em atividade há mais de 28 anos, Patria Investimentos é uma das maiores gerentes de investimentos alternativos com foco em ativos na América Latina, especialmente no Brasil. É pioneira em private equity no Brasil,

Compreende-se os fundos de investimentos enquanto uma forma de aplicação financeira que tem por objetivo promover uma rentabilidade futura. Os fundos são formados por vários investidores que atuam por meio do capital portador de juros, denominado por Marx como capital fictício. As ações negociadas na Bolsa de Valores, como a dívida pública ou as participações em empresas, são exemplos de capital fictício.

Nos anos 1990, com a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais⁴⁴, ou seja, com a abertura do mercado de títulos públicos aos operadores estrangeiros, o setor bancário perdeu força para os fundos de investimentos (CHESNAIS, 2005). Nota-se que o ressurgimento dessa forma de capital financeiro, representado pelos fundos privados, promoveu o reaparecimento dos mercados especializados que, por sua vez, possibilitam liquidez ao capital portador de juros.

Em *O Capital*, Marx explana que o capital portador de juros, enquanto forma capital, “não pode de forma nenhuma estar separado do desenvolvimento do capital industrial, onde ocorre a produção de mais-valia e subsunção do trabalho (inicialmente formal, posteriormente real) ao capital” (p. 655). E François Chesnais, em *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*, ao discorrer sobre a forma contemporânea do capital portador de juros, afirma que a sua atual dimensão não é produto de um movimento autônomo ou próprio do sistema capitalista. De acordo com o autor, a atuação dessa forma de capital requer políticas públicas estatais que favoreçam o sistema financeiro.

construindo gradualmente sua carteira com a criação de novas empresas em Infraestrutura, Imobiliário, Crédito e Agronegócios. Disponível em: < <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.patriainvestimentos.com.br/&prev=search>>. Acesso em 19 de junho de 2016.

⁴³ Fundada em 1984, a Advent International é uma das maiores empresas de private equity do mundo, com escritórios em quatro continentes e com foco em aquisições e investimentos de capital em crescimento. Foi fundada originalmente em Boston, por Peter Brooke, em 1987, quando a empresa levantou US\$ 225 milhões de fundo na Rede Internacional, seu primeiro fundo de private equity institucional. A empresa elevou seu primeiro fundo europeu, em 1989, e abriu seu escritório em Londres. Advent continuou sua expansão na década de 1990, abrindo escritórios em Frankfurt e Milão. Em 1994, a Advent concluiu angariação de fundos para o primeiro de uma série emblemática de fundos, como o Advent Global de Private Equity (GPE) II, com US \$ 415 milhões. Em 1996, a Advent expandiu para a América Latina com o Fundo Advent Latin American Private Equity e abriu escritórios em Buenos Aires, Cidade do México e São Paulo. Disponível em: < <https://www.adventinternational.com>>. Acesso em 19 de junho de 2016.

⁴⁴ “O ano de 1994 é considerado referência nos debates da mundialização, pois foi a partir deste período que as bolsas de valores ganham importância cada vez maior, pois são nestes espaços que ocorre a compra de ações de grupos industriais pelas instituições financeiras (fundos de investimentos, fundos mútuos, fundos de pensão, companhias de seguro), apostando na lucratividade das empresas – trata-se de um momento axial, pois demarca a desintermediação e a perda do monopólio dos bancos no setor de crédito e investimentos”. (IAMAMOTO, 2012).

Para Chesnais (2005), a evolução da acumulação financeira está diretamente relacionada às políticas estatais que permitiram a liberalização dos movimentos do capital e à construção de uma engenharia, realizada pelo mercado de eurodólares no fim dos anos 1950, que permitiu a interconexão internacional dos ativos financeiros por meio de taxas de câmbio flexíveis. Contrariamente à tese que propugna a diminuição da intervenção do Estado, a desregulamentação financeira exige ações estatais para a estabilização dos mercados e a garantia de salvaguarda em casos de crise do sistema financeiro. Confirma-se, assim, a tese proposta por Ernest Mandel, em *Capitalismo Tardio*, relacionada ao papel de agente administrador assumido pelo Estado diante das crises do capital.

Ressalta-se que a problematização acerca das dinâmicas do setor privado de ensino superior requer uma análise pautada na agenda política nacional da educação superior. Assim, para o desenvolvimento de um estudo relacionado a essa dinâmica de acumulação do capital, na perspectiva da totalidade, faz-se necessário promover uma contextualização histórica sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Vale notar que a totalidade é compreendida, nessa pesquisa, enquanto um horizonte analítico, uma perspectiva marxista que procura compreender e expressar a concretude da vida real, levando em conta a ideia de que a sociedade se estrutura na mediação entre as partes que a compõem e o próprio ser social. E na visão marxista, isso se completa ao se definir a categoria da totalidade concreta como a expressão, no plano do pensamento, deste movimento de mediação entre o ser social e suas partes constituintes, movimento este marcado pela contradição e, por isso mesmo, em permanente transformação.

O primeiro ponto a ser examinado em meio à análise sobre as legislações brasileiras, voltadas ao ensino superior privado, é o artigo 209, da Constituição Federal de 1988, que legitima o seu funcionamento em meio ao território nacional: “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”. Em 1996, a LDB reforçou a legitimidade do ensino privado ao tratar da autorização e do reconhecimento dos cursos superiores, no inciso I (art. 209) e no inciso II (art. 46), da Constituição de 1988. Posteriormente, o inciso III, acrescentado ao art. 7º da LDB, estabeleceu a questão do autofinanciamento como uma das condições a serem cumpridas pelo setor privado de ensino: “Art. 7º - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumpri-

mento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal”. Nota-se, ainda, que o consentimento estatal em relação à participação do setor privado na educação superior brasileira é reforçado pelos artigos 19 e 20 da LDB (modificados pela Lei nº 12.020, de 2009):

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009).

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 1997)

No que se refere à autorização concedida aos estabelecimentos de ensino, o art. 45 da LDB estabelece que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. Dispõe-se, pelo art. 7º-A, da Lei nº 9.131, de 1995, que “as pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no Código Civil Brasileiro”. Observa-se que os deveres de cada tipo de entidade mantenedora são estabelecidos pelos artigos 7º-B, C e D da Lei nº 9.870, de 1999, nos seguintes termos:

Art. 7º-B. As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, sem finalidade lucrativa, deverão:

I - elaborar e publicar em cada exercício social demonstrações financeiras, com o parecer do conselho fiscal, ou órgão similar;

II - manter escrituração completa e regular de todos os livros fiscais, na forma da legislação pertinente, bem como de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

III - conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

IV - submeter-se, a qualquer tempo, a auditoria pelo Poder Público;

V - destinar seu patrimônio a outra instituição congênera ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente;

VI - comprovar, sempre que solicitada pelo órgão competente:

a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino;

b) a não-remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros ou equivalentes.

Parágrafo único. A comprovação do disposto neste artigo é indispensável, para fins de credenciamento e credenciamento da instituição de ensino superior.

Art. 7º-C. As entidades mantenedoras de instituições privadas de ensino superior comunitárias, confessionais e filantrópicas ou constituídas como fundações não poderão ter finalidade lucrativa e deverão adotar os preceitos do art. 14 do Código Tributário Nacional e do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, além de atender ao disposto no art. 7º-B.

Art. 7º-D. As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes. (BRASIL, 1999).

Em outras palavras, o setor privado – na categoria de pessoa física ou jurídica – tem a chancela do Estado para promover a oferta de ensino superior no país, desde que cumpra com as exigências estabelecidas pelo Código Civil. O Título II, entre os artigos 42 e 52 do Código Civil, estabelece regras especificamente relacionadas à categoria de pessoa jurídica. Cabe destacar o art. 44, referente às personalidades jurídicas autorizadas a atuar no Brasil: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religio-

sas (incluídas pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003); V - os partidos políticos (incluídos pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003); VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada (incluídos pela Lei nº 12.441, de 2011).

Nota-se que o Código Civil trata de forma individual as personalidades jurídicas de direito privado: a) Associações – artigos 53/61; b) Fundações – artigos 62/69; c) Sociedades, ou Empresas – artigos 981/1.141. Promulga-se, no Código Civil, que as associações são formadas “pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (BRASIL, 2002. Art. 53). A fundação, segundo essa mesma lei, pode ser constituída para fins de assistência social; cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; educação; saúde; segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos e atividades religiosas (BRASIL, 2002. Art. 62). De acordo com o Código Civil, para a criação de uma fundação, faz-se necessário que seu instituidor realize a dotação especial de bens livres e especifique o fim a que se destina a entidade, declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Nota-se que o Código Civil não estabelece critérios relacionados à finalidade econômica das atividades desenvolvidas nas fundações. Por fim, define-se, nessa lei, a sociedade como um acordo entre as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Observa-se que a sociedade anônima é especificamente categorizada como uma companhia empresarial que divide o capital em ações. Cabe ressaltar que, no que se refere à sociedade estrangeira, não há uma proibição prevista pelo Código Civil relacionada à sua participação na oferta de ensino superior no país:

Art. 1.134. A sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no País, ainda que por estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira.

Art. 1.135. É facultado ao Poder Executivo, para conceder a autorização, estabelecer condições convenientes à defesa dos interesses nacionais.

Art. 1.136. A sociedade autorizada não pode iniciar sua atividade antes de inscrita no registro próprio do lugar em que se deva estabelecer.

Art. 1.137. A sociedade estrangeira autorizada a funcionar ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticadas no Brasil.

Art. 1.138. A sociedade estrangeira autorizada a funcionar é obrigada a ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade.

Art. 1.139. Qualquer modificação no contrato ou no estatuto dependerá da aprovação do Poder Executivo, para produzir efeitos no território nacional.

Art. 1.140. A sociedade estrangeira deve, sob pena de lhe ser cassada a autorização, reproduzir no órgão oficial da União, e do Estado, se for o caso, as publicações que, segundo a sua lei nacional, seja obrigada a fazer relativamente ao balanço patrimonial e ao de resultado econômico, bem como aos atos de sua administração.

Art. 1.141. Mediante autorização do Poder Executivo, a sociedade estrangeira admitida a funcionar no País pode nacionalizar-se, transferindo sua sede para o Brasil. (Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Seção III – Da Sociedade Estrangeira). (BRASIL, 2002).

De modo geral, a legislação brasileira vigente não proíbe o investimento estrangeiro nas entidades mantenedoras do país. Nota-se que a LDB e o Sinaes estabelecem normas gerais às entidades mantenedoras do setor de ensino, nas quais se encontram os critérios relacionados à autorização e à avaliação das atividades ofertadas pelas IESPs. No entanto, mesmo com o Cade e com o Sinaes, a fiscalização realizada pelo poder público nas IESPs é ineficaz, dada a quantidade de estabelecimentos em funcionamento no país. Observa-se, ainda, que apesar dos fundos de investimentos e das transações comerciais passarem pelo crivo do Estado, as leis se estruturam no sentido de auxiliar a expansão do capital e de facilitar o seu estabelecimento no território nacional.

Mészáros (1995) explana que o atual modo de produção capitalista contou com abundantes e variadas formas de ajuda externa ao longo século XX, dentre elas, as intervenções estatais. Demonstrou-se, assim, a sua insuficiência para garantir a estabilidade permanente e o crescimento contínuo do sistema. De acordo com o autor, “a crise estrutural do capital é a manifestação do choque do sistema com os seus próprios limites intrínsecos” (MÉSZÁROS, 1995, p. 8). É precisamente a ausência necessária do Estado do sistema de capital, enfatiza Mészáros, que demonstra a (in)capacidade do capital de levar a lógica objetiva da irrefreabilidade do sistema até suas conclusões últimas. Maria Cristina Soares Paniago, em uma perspectiva análoga e complementar, afirma que diante desse contexto “o Estado passa a ser convocado como um complemento do mercado, no sentido de promover seu

pleno desenvolvimento e de desembaraça-lo dos excessos monopolistas ou oligopolistas de alguns capitalistas particulares”⁴⁵ (PANIAGO, 2000, p. 2).

Partindo dessa reflexão, propõe-se a seguir uma análise da trajetória histórica das IESPs no Brasil, nas últimas décadas. Até os anos 2000, as IESPs se encontravam predominantemente sob o controle de mantenedores de natureza familiar. A partir de 2008, houve um aumento na quantidade de fusões e aquisições realizadas no setor privado de ensino por intermédio de empresários e de fundos de investimentos nacionais e internacionais. Nesse contexto, enquanto o Estado promovia políticas públicas de incentivo à expansão do ensino superior privado no país, as IESPs de pequeno porte passaram a perder espaço e a ser adquiridas pelas grandes e médias empresas desse setor.

Em 2008, os fundos de investimentos reorganizaram as IESPs e as inseriram em um processo intenso e acelerado de mercantilização. A abertura ao capital estrangeiro trouxe para a esfera do ensino mecanismos como a gestão concentrada no valor, a liquidez, a rentabilidade, os índices financeiros, os planejamentos financeiros, a gestão de negócios, as técnicas de vendas e de persuasão de clientes, dentre outras. Houve, portanto, uma drástica alteração na natureza das relações de trabalho até então em curso e um aprofundamento na proeminência do setor financeiro no controle do ensino superior. Ao promover uma reflexão sobre esse processo histórico, Chaves afirma que:

O processo de expansão da educação superior no Brasil, que sempre teve fortes traços mercantis, a partir de 2007 inaugurou uma nova tendência no segmento privado, constatando um processo de compra e venda de instituições, com fusões que têm formado oligopólios educacionais, ou seja, com uma tendência à formação de número menor de grandes empresas que atuam num nicho mercadológico, no caso o educacional, e que passam a ter um controle de parte cada vez maior do mercado da educação superior. (p. 483).

⁴⁵ “A questão não é saber se o Estado deve ou não intervir. A questão é saber de que forma deve intervir. O mais importante é que não devemos considerar o Estado e os mercados como substitutos um do outro. Quero propor que o governo deva se considerar como um complemento aos mercados, atuando para que os mercados cumpram melhor as suas funções. Além de corrigir suas eventuais falhas.” (Joseph Stiglitz, na ocasião, vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial – Folha de São Paulo de 12/07/1998, no caderno Mais!).

Infere-se, assim, que o processo de expansão das IESPs, pautado na obtenção de lucro, foi desenvolvido sem o devido acompanhamento por parte da sociedade brasileira. Importa frisar, no entanto, que uma das exigências constitucionais para a manutenção de IES privadas é a submissão desses estabelecimentos de ensino à avaliação de qualidade da educação superior, realizada pelo Poder Público. Nota-se que essa avaliação, aprovada pela Coenaes e aplicada pelo INEP, mediante portaria ministerial, nos processos conduzidos pelo Sinaes para atos autorizativos, contempla critérios que apuram o nível de autonomia das universidades, dos centros universitários e das faculdades em relação às suas respectivas entidades mantenedoras. Ainda assim, o ingresso e a saída dos fundos empresariais de qualquer sistema de ensino brasileiro, não importando a origem do capital ou a nacionalidade dos mantenedores, são arquitetados conforme os interesses do capital financeiro.

Cabe lembrar, portanto, do estudo proposto por Lênin relacionado à passagem do capitalismo livre-concorrencial para o capital monopolista⁴⁶. A teoria desenvolvida pelo teórico russo se apresenta como um ponto de partida importante para a compreensão sobre as estratégias articuladas pelo capitalismo para se valer do ensino superior privado como um espaço de acumulação e valorização do capital, agora sob os imperativos dos fundos de investimentos.

2.2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO SETOR PRIVADO LUCRATIVO NO ENSINO SUPERIOR NACIONAL

O setor de serviços privado lucrativo, que compreende desde o âmbito das telecomunicações e turismo, até o de saúde e educação, vem se configurando, nas últimas décadas, como uma área de crescimento para os negócios na economia mundial.

Dentro dos setores de serviços, a educação tem sido vista, como fronteira inexplorada e com grandes oportunidades de lucro e crescimento, devido às restrições fiscais e ineficiências estatais. Dentre os serviços educacionais, o

⁴⁶ Lênin propõe uma análise sobre a característica central da fase monopolista do capitalismo que foi a expansão em direção às novas áreas do globo. Historicamente, essa fase do capital fez a Inglaterra perder posição de única potência capitalista. Inaugurou-se o período imperialista, que se notabiliza pela rivalidade entre os países capitalistas, redefinindo a concorrência capitalista em favor dos monopólios, reorganizando a concentração e a centralização de capitais.

sub-setor que vem sofrendo pressões para maior abertura é o setor de educação terciária, pois é tido como o mais rentável e seus defensores argumentam que o papel do Estado nesse sub-setor não é tão primordial como em outros. (SENHORAS e TAKEUCHI, 2006, p.1).

Com o processo de mundialização da economia (globalização), a educação superior passou a ser mais um produto de consumo. Segundo Trindade, esse novo contexto contribuiu para a omissão do Estado e o favorecimento do mercado nesse setor (1999, p. 89). De uma forma geral, as universidades se tornaram empresas em busca de clientes – alunos disponíveis, sem distinção de nacionalidade – e em concorrência no mercado mundial, pautadas pelo objetivo de atrair os melhores fatores de produção – professores e os financiamentos – e maximizar os lucros. Trata-se, pois, de uma passagem histórica que alguns autores chamam de globalização negativa⁴⁷.

De acordo com Sakata, a discussão a respeito da educação como direito ou serviço está ultrapassada nos EUA, pois o investimento nesse setor tem dado um retorno financeiro satisfatório e os negócios têm sido cada vez mais frequentes. Nota-se um aumento significativo na quantidade de investidores (*venture capital*) em empresas de educação. Consequentemente, muitas instituições de ensino, de todos os níveis, têm sido criadas e compradas⁴⁸. Os principais grupos educacionais norte-americanos são: Career Education Corporation (CEC, 2007⁴⁹), Corinthian Colleges (CCI, 2007⁵⁰), Apollo Group (University of Phoenix),

⁴⁷ Milton Santos, em “Por outra globalização”, propõe uma visão diferenciada sobre a globalização: a globalização como perversidade, como abandono social em nome de um projeto de reprodução do capital.

⁴⁸ Outros campos de investimentos desses grupos são a educação profissional, que tem se tornado privada de uma forma geral, ou até mesmo organizada pelas próprias empresas (Universidades Corporativas). Da mesma forma, dada a experiência das empresas privadas em treinamento, estende-se seu foco para outros níveis de educação: do jardim de infância a programas de doutoramento. Vide o caso do curso superior de Enfermagem, que funciona desde 1993, e o curso de Medicina, que começou a funcionar em 2016, mantidos pelo Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo. Disponível em: <<https://www.einstein.br/ensino/Paginas/graduacoes.aspx>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

⁴⁹ CEC- Career Education Corporation, 2007 Disponível em: <<http://www.careered.com/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2015.

⁵⁰ CCI – Corinthian Colleges, CCI, 2007 Disponível em: Acesso em: <<http://www.cci.edu/update.php>>. 07 de dezembro de 2015.

Laureate International (LAUREATE, 2006⁵¹), Education Management Corporation (EDMC, 2007⁵²) e Whitney Internacional University System.

Nota-se que as ações de grandes grupos educacionais – inclusive brasileiros, tais como o Grupo Kroton/Anhanguera Educacional e o SEB – se encontram cotadas na Bolsa de Valores. Para os investidores, a maior concorrente é a educação pública, por isso, costumam difundir nos meios de comunicação um discurso articulado na insinuação da má qualidade do ensino ofertado pelo Estado. Cabe destacar os resultados da pesquisa, realizada por Sakata, acerca das principais empresas do setor de ensino superior no Brasil. Leia-se, aqui, as informações relacionadas às IESPs Anhembí Morumbi:

Em 2005, 51% de suas ações foram adquiridas pelo grupo Laureate International Education. Sua missão é “contribuir para a construção de um mundo melhor”. A visão da AM é ser uma instituição moderna, arrojada e inovadora. Tem como valores a responsabilidade, o respeito à diversidade com estímulo ao pensamento crítico e ao relacionamento multicultural. Segundo a instituição, os cursos antecipam tendências do mercado e criam novos padrões educativos. A parceria com o grupo Laureate significa “oportunidade de formação e atuação mundial, por meio de programas exclusivos de intercâmbio, múltipla diplomação, estágio internacional, entre outros”. (SAKATA, 2009, p. 11).

De acordo com a autora, o Grupo Kroton também é um dos principais representantes desse setor econômico. Leia-se, a seguir, algumas informações relacionadas à Faculdade Pitágoras (FP), pertencente a essa empresa:

“[...] uma empresa de educação superior, fruto da rede de ensino Pitágoras (MG, Brasil)”, com “uma proposta que é uma volta às tradições clássicas da boa educação e que, ao mesmo tempo, contém uma forte incorporação de novas tecnologias, tanto originárias dos avanços da informática e comunicações como da psicologia.” Busca desenvolver o pensamento crítico e construir um Brasil mais justo e solidário. (SAKATA, 2009, p. 12).

⁵¹ LAUREATE International Universities.

Disponível em: < <http://www.laureate.net/OurNetwork/LatinAmerica/Brazil>>. Acesso em 09 de dezembro de 2015.

⁵² EDUCATION Management Corporation - EDMC, 2007 Disponível em: Acesso em: 09 dez. 2015

Cabe destacar, aqui, as recomendações dos organismos internacionais⁵³ para o setor de ensino superior dos países que ocupam o espaço periférico no sistema capitalista, tal como o Brasil: a expansão do setor privado em detrimento do setor público; a busca do setor privado por fontes alternativas de financiamento; a difusão do discurso relacionado à eficiência empresarial de ensino em mecanismos de gestão; o aprimoramento da qualidade e a diversificação das instituições de ensino privado. Estas recomendações foram seguidas no Brasil com o apoio do Estado – por meio de isenções fiscais e programas de financiamento público (Fies e o Prouni) – e com o incentivo financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS).

Desse modo, apesar da crise mundial na qual se encontra o capitalismo, o crescimento do mercado de educação superior se manteve no cenário brasileiro devido ao amparo concedido pelo Estado. Especialmente a partir de 2008, um novo ciclo de fusões e aquisições passou a ocorrer nesse setor empresarial favorecendo a formação de monopólios educacionais. Nessa passagem histórica, as mudanças relacionadas à natureza da mercantilização da educação, observadas desde 2005, foram aceleradas e intensificadas na medida em que os fundos de investimentos (*private equity*) passaram a ser controlados pelas IESPs. Compreende-se, portanto, que a abertura ao capital nas IES reconfigurou esse setor mercantil, engendrando-o em um modelo dominado pelo capital rentista e operado por frações da burguesia.

No Brasil, a partir de 2008, o processo de concentração do capital (fusões e aquisições) no ensino superior privado foi liderado por grupos sediados nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Visando o aumento do lucro e a expansão de suas respectivas atuações, essas líderes empresariais avançaram sobre as IESPs de pequeno porte instaladas no interior desses estados. De acordo com os estudos realizados pelos diretores do Sinpro-Rio, Magna Corrêa Duarte e Paulo Cesar Ribeiro:

⁵³ Cabe lembrar a realização da Conferência Mundial sobre Ensino Superior em Paris, em 1998, evento organizado pela Unesco e que contou com cerca de 5 mil participantes de mais de 180 países, dentre eles, cerca de 120 ministros de educação. Dois documentos foram aprovados na Conferência: “Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: Visão e ação” e o “Marco de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior”. Nesse sentido, a Unesco assume o discurso dominante de que o novo século chega trazendo novas demandas para o ensino superior, requerendo uma ampla diversificação desse nível de ensino tendo em vista a sua expansão, a importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico e para a “construção de um futuro, diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilidades, conhecimentos e ideias” (UNESCO, 1998, p. 19).

Observa-se o processo de formação de conglomerados educacionais do porte da Estácio Participações S.A., Grupo Anhanguera - Morumbi e a Rede Kroton Educacional, com ramificações por vários estados. Esses grupos protagonizaram transformações significativas no quadro de fusões e aquisições no País. Dados estatísticos apontados por várias consultorias econômicas revelam que a Educação já é o terceiro setor em que mais ocorreram transações desse tipo no ano de 2008. Esse setor só perde para as áreas de Tecnologia de Informação e Alimentos-Bebidas-Cigarros. Realizaram-se 30 aquisições no primeiro semestre de 2008, em contraste com as 19 realizadas no ano de 2007. Esses números são reveladores do movimento de efetiva consolidação do Ensino Superior Privado que teve crescimento de mais de 100% desde o fim dos anos 1990. As IES pequenas e lucrativas serão compradas pelas maiores; as deficitárias, fechadas; e os grandes conglomerados formarão um forte oligopólio. (DUARTE e RIBEIRO, 2009, s/p).

A consulta preliminar aqui realizada com alguns desses representantes empresariais e a análise dos dados disponíveis na rede mundial de computadores (*Internet*) conduzem a compreensão de que esse setor se valeu de modelos de produção fordista⁵⁴ e toyotista⁵⁵ para promover a sua expansão mercadológica. Cabe lembrar que uma das propostas do toyotismo, supostamente contrastante ao fordismo, é a substituição da produção em série pela produção *just-in-time*, realizada flexivelmente por demanda. De acordo com Santos (2010), no entanto, fordismo não se opõe ao toyotismo e nem com ele se confunde. Cabe lembrar, portanto, da seguinte explanação, proposta por Possas, relacionada ao modelo de produção fordista:

⁵⁴ “No final do século XIX, a indústria estava atingindo um patamar tecnológico e econômico, quando Henry Ford introduziu seus conceitos de produção, conseguindo com isto reduzir dramaticamente custos e melhorar substancialmente a produção. O conceito-chave da produção em massa não é a ideia de linha contínua, como muitos pensam, mas a completa e consistente intercambiabilidade de partes, e a simplicidade de montagem. Antes da introdução da linha contínua, Ford já tinha reduzido o ciclo de tarefa de 514 para 2 minutos; a linha contínua diminuiu este número à metade”. (WOOD, 1992 p. 9). As mudanças implantadas permitiram assim reduzir o esforço humano na montagem, aumentar a produtividade e diminuir os custos proporcionalmente à elevação do volume produzido. Em contraste com o que ocorria no sistema de produção manual, o trabalhador da linha de montagem tinha apenas uma tarefa. Ele não comandava componente, não preparava ou reparava equipamentos, nem inspecionava a qualidade. Ele nem mesmo entendia o que o seu vizinho fazia. Para pensar em tudo isto, planejar e controlar as tarefas surgiu a figura do engenheiro industrial.

⁵⁵ Antunes (1999) define o “toyotismo” como o modo de produção que se caracteriza pelo rompimento com o antigo padrão de produção em massa, que privilegiava a produção total, com a estocagem máxima de matérias-primas e produtos. No novo modelo, despreza-se a quantidade, passando a ênfase à eficiência, onde se produz com padrões de atendimento voltados exclusivamente ao mercado consumidor, onde a produção varia de acordo com a demanda e o trabalhador não é valorizado nas crises e quedas de mercado, muitas vezes é descartado.

Diz-se que há economias de escala quando o aumento do volume da produção de um bem por período reduz os seus custos. Esta redução pode se dar pela possibilidade de utilização de métodos produtivos mais automatizados ou mais avançados, mas também pode estar relacionada a ganhos em propaganda, marketing, financiamento, enfim qualquer etapa da produção e comercialização. Até recentemente a ocorrência de economias de escala de grande porte era em geral associada à produção, por meio de processos contínuos, de insumos de uso generalizado, para os quais não cabe diferenciação de produto, ou seja, produção de uma mesma mercadoria para uma massa indiferenciada de consumidores (POSSAS, 1993, p. 70-71).

No caso da educação superior, a economia de escala pode ser aplicada pela virtualidade da universalização dessa mercadoria. Evidentemente, essa universalização está longe de ser alcançada, mas se encontra presente no discurso do capital. Há, portanto, consumidores em potencial para a produção em escala da mercadoria-educação.

O modelo toyotista de produção, por sua vez, vale-se da técnica *just in time* que, grosso modo, significa “em cima da hora”. O toyotismo combina produção e venda, ou seja, quando a procura por uma determinada mercadoria é grande, a produção aumenta. Quando a procura é menor, no entanto, a produção diminui proporcionalmente. Propõe-se, dessa forma, a redução dos custos na produção de mercadorias e a aceleração do processo de produção. Outra questão importante referente ao sistema toyotista é a sua flexibilização no modo de trabalho: ao longo desse processo produtivo, o trabalhador realiza diversas funções, diferentemente do fordismo, modelo no qual o ofício é desenvolvido mecânica e repetitivamente.

Para Antunes, na medida em que a implantação desse sistema se amplia em diversos mercados e áreas industriais, mais acentuada se mostra a tentativa de desregulamentação dos direitos trabalhistas, articulada sob o nome de “flexibilização”. Ao contrário do modelo fordista, no qual o trabalhador realizava uma única função, no toyotismo o funcionário passa a ser responsável por variadas atividades, as quais executam de acordo com a programação da empresa. De acordo com o autor, “em razão dessa flexibilidade, o toyotismo passou a ser denominado como sistema de acumulação flexível”. (ANTUNES, 1999, p. 38). Portanto, pode-se dizer que:

A produção capitalista é, em si, acumulação flexível de valor, que surge ainda em seus primórdios, quando o capital instaura o trabalho assalariado,

promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação entre “o caracol e sua concha” (Marx, 1996). O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades imperativas do capital em processo. (ALVES, 2011, p. 14).

Em *O capital*, Marx afirma que “a [indústria moderna] exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos”, por meio de uma “elasticidade que a máquina e a força humana revelam, quando são simultaneamente distendidas ao máximo pela diminuição compulsória da jornada de trabalho” (MARX, 1998, p. 14).

A aplicabilidade desse modelo pode ser constatada nos processos de fusões e aquisições articulados pelo setor educação superior privada. Ao favorecer a redução de gastos com pessoal, publicidades e outros insumos, as fusões e aquisições realizadas pelas IESPs viabilizam a aplicação de seus respectivos lucros em outras modalidades de ensino ou até mesmo em outros setores da economia.

Cabe notar que a viabilidade financeira e praticidade pedagógica da EaD, em termos comparativos ao ensino presencial, tem potencializado o seu crescimento nos últimos anos, pois no setor privado, uma das questões mais valorizadas é a redução de custos. Por isso, de acordo com Valdir da Silva Oliveira, em *Educação a distância nas empresas de tecnologia da informação*, “para algumas empresas, cursos de capacitação e aperfeiçoamento só são viáveis se forem oferecidos à distância”. (OLIVEIRA, 2002).

Fundada sob os moldes toyotistas de produção e pautada pelas demandas de mercado, a EaD se apresenta como uma possibilidade atrativa e inovadora para o capital, ao propor um modelo gerencial que amplia o controle da empresa sobre o trabalhador (professores e funcionários) e otimiza a força de trabalho empregada. Nota-se que a aplicação do toyotismo acelera e generaliza os processos de privatização e de mercantilização do setor do ensino superior.

Para Sguissardi, a transformação da educação em mercadoria é um processo inerente à sociedade capitalista. Ao tecer uma reflexão sobre esse fenômeno, o autor propõe a explicação sobre os seguintes conceitos: “educação-mercadoria” e “mercadoria-educação”. Nessa perspectiva, o ensino superior, na condição de educação-mercadoria, assume a função de um

artigo mercadológico pelo qual o setor empresarial articula a exploração de mais-valia. De acordo com o autor, além de atender as demandas empresariais, essa categoria de ensino contribui com os interesses do Estado. A mercadoria-educação, por sua vez, é definida como uma espécie de ensino voltada para a criação de exércitos de reserva profissional. Neste sentido, a criação do exército de reserva interessa ao capital na medida em que se configura como um investimento relacionado à redução de gastos empresariais com os salários e as condições de trabalho de seus funcionários.

Em uma perspectiva análoga e complementar, Philip Altbach promove um estudo sobre a transformação da educação em uma mercadoria (*commodity*) comprada e vendida no mercado. Em termos econômicos, *commodity* se refere a um bem *tradable*, ou seja, um artigo comercializado internacionalmente, cujo preço é definido pela bolsa de futuros, nos EUA.

Nessa perspectiva, a educação enquanto *commodity* passou a obedecer um sistema ancorado nas relações de compra e venda. Segundo Brunner (2006, p.65), as relações articuladas nesse campo de produção e consumo, pautadas pelos valores empresariais, são estabelecidas pela competição entre os produtores, pela oferta de seu respectivo produto (*commodity*) e pelos intercâmbios monetários entre comerciantes (diplomas) e consumidores (estudantes).

Confirma-se, dessa forma, a previsão marxista relacionada ao poder do capitalismo de promover a transformação de todas as coisas em mercadoria: englobada pelo sistema econômico vigente, a educação passou a ser categorizada como um artigo mercadológico. Nota-se, ainda que, em tempos de crise estrutural do capital,⁵⁶ há uma intensificação desse processo de mercantilização do setor de ensino.

Na mercantilização do ensino pelos grandes supermercados de diplomas que são as redes particulares de ensino, são todas expressões diferenciadas da mesma e única necessidade de o capital lançar mão de todas as possíveis e imagináveis relações sociais para a sua própria reprodução nessa época de sua crise estrutural. (LESSA, 2005, p. 86).

⁵⁶ Para Mészáros, “a crise estrutural do capital inicia-se no pós-Segunda Guerra e aprofunda-se no início da década de 1970”, E para Lessa (1998, p. 8) a crise estrutural do capital “assumiu, num primeiro momento (a dos anos cinquenta e sessenta), a forma do *Welfare State* e, num segundo momento, nos anos setenta até hoje, a forma de um “*continuum* de depressão”.

Nessa perspectiva, a expansão do ensino superior privado é compreendida como um processo de massificação que envolve a oferta de cursos aligeirados (flexíveis) e a comercialização dos serviços educacionais. Dessa forma, a demanda de acúmulo do capital internacional é atendida nesse processo realizado por meio de parcerias entre o setor econômico e as IESPs. Nesse contexto, diversos termos de uso comum na área da economia (transnacionalização, *franchising*, *players*, ranking setorial, franquias, polos, etc.) passaram a ser empregados nas discussões relacionadas ao ensino superior.

Data dessa época o surgimento de novos atores no sistema de ensino superior no Brasil: os “assessores” e/ou “consultores”. O fato poderia passar despercebido não fosse o papel que essa categoria de profissionais viria a desempenhar na transição de um modelo de organização da oferta privada de ensino superior marcadamente familiar para outro que, baseado no anonimato do capital financeiro, que combina gestão empresarial, novas tecnologias de ensino/aprendizagem e o serviço ensino superior. Vale lembrar que a passagem entre os dois modelos ainda está em curso e que a coexistência deles é, em parte, responsável pelo caráter singular do processo de privatização do ensino superior no Brasil neste século. (SAMPAIO, 2011, p. 16).

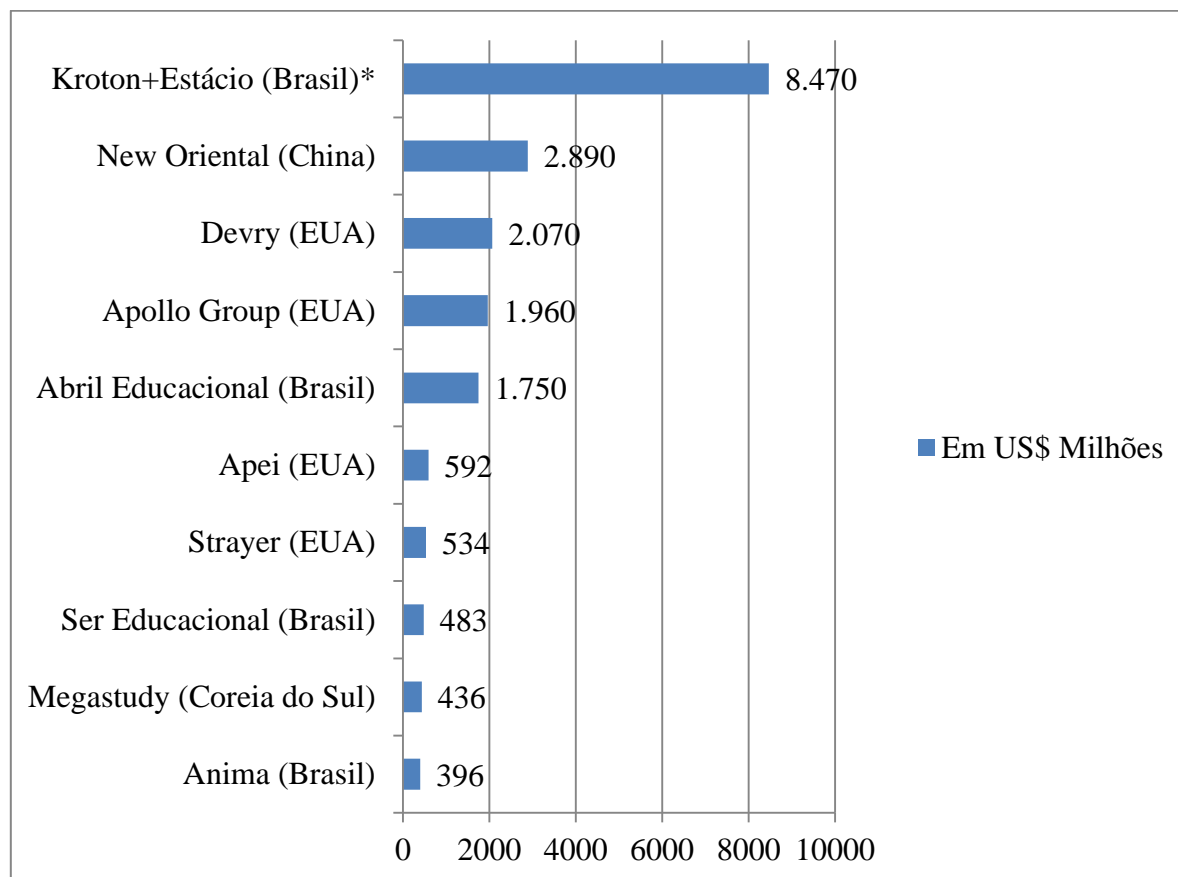
De acordo com os dados divulgados em 2016, pelo Observatório do Ensino do Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁵⁷, 08 empresas contam com ¼ das matrículas do ensino superior no país. Entre 2010 e 2014, o percentual de universitários matriculados nesses conglomerados passou de 12,8% para 27,8% do total, somando-se 2,1 milhões de alunos inscritos. Nota-se, ainda, que essas empresas superaram a quantidade de matrículas efetivadas nas IES públicas, que acolheram 25,1% do total.

Dentre as maiores grupos educacionais privados, nacionais e internacionais, destacam-se no Brasil: Anhanguera; Anima; Estácio; Kroton; Ser Educacional; Devry; Laureate; e Universidade Paulista (Unip). Segundo os dados INEP (2015), o Brasil atualmente acolhe um dos maiores números de IESPs do mundo, representando um polo significativo para o desenvolvimento desse setor mercadológico. Nota-se que, em 2016, o país esteve no topo

⁵⁷ Divulgados em 16 de junho de 2016. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/noticia/pesquisa-observatorio-ensino-direito-aponta-grandes-grupos-privados-ja-possuem-mais-matricul>>. Acesso em 21 de dezembro de 2016.

dos índices relacionados aos valores de mercado das instituições e/ou conglomerados de ensino superior privado, conforme os demonstrativos apresentados no gráfico seguinte.

Gráfico 02 - Ranking Global das empresas de educação superior em 2016



Fonte: CM Consultoria

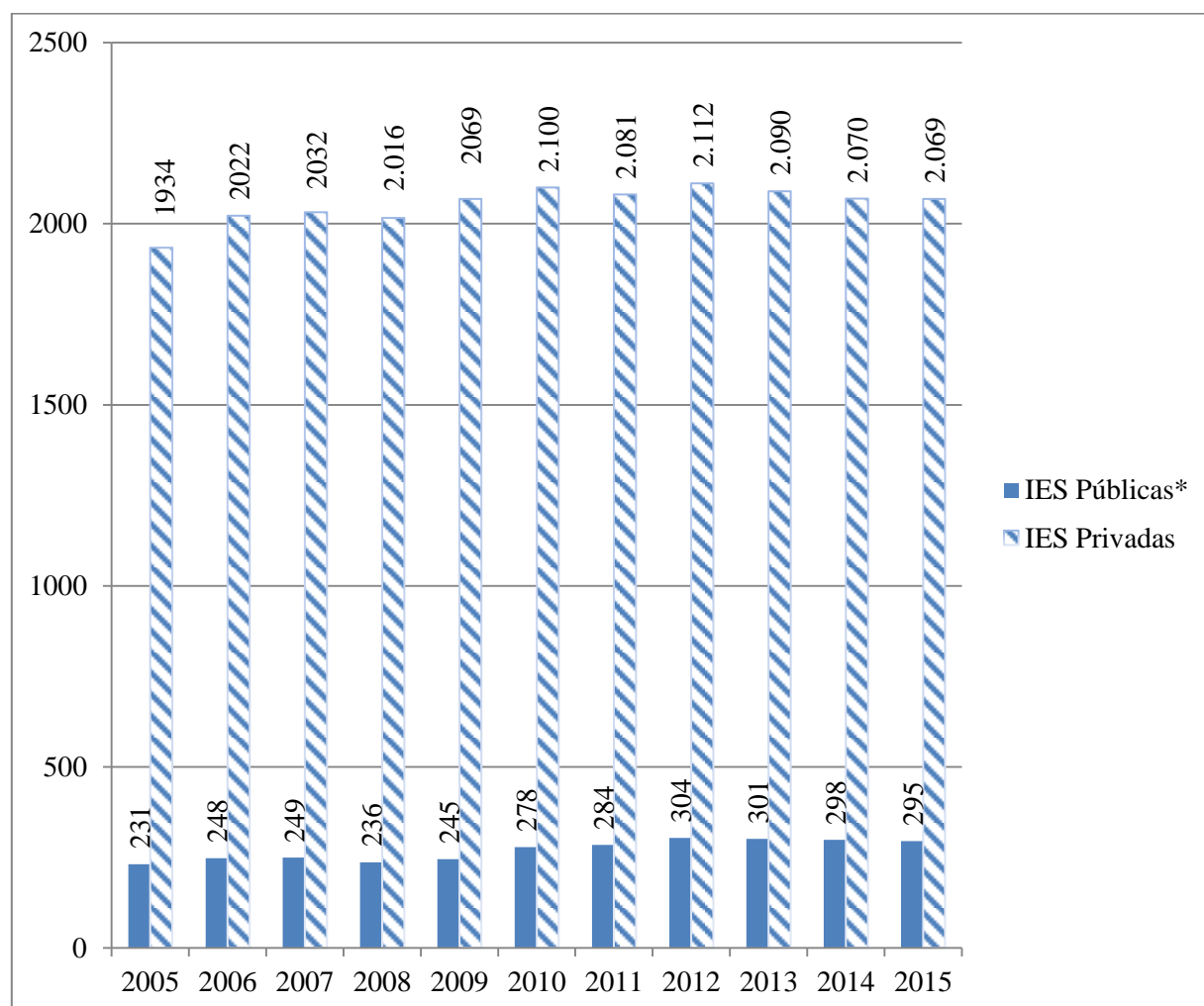
*Se ocorrer a fusão de Kroton e Estácio Participações, a nova companhia terá 1.600.000 alunos e será o maior grupo educacional do mundo por valor de mercado. Até dezembro de 2016, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) declarou “Complexa” a fusão entre Kroton e Estácio, prorrogando o prazo de análise do processo. A companhia KROTON EDUCACIONAL S.A de acordo com o BM&BOVESPA⁵⁸ apresentou no último trimestre (2016) um lucro líquido de R\$ 599.355.000. Atualmente, essa companhia possui um total de 1.616.720.000 ações e um valor de mercado de R\$ 18.737.784.800.

Partindo dos dados divulgados pelo INEP, nota-se que nos últimos dez anos houve um aumento significativo do número de matrículas realizadas nas IESPs. Comparando-se o número de IES públicas com a quantidade de IESPs, entre 2005 a 2015, conforme os dados

⁵⁸ Disponível em: <<http://br.adfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/kroton-KROT3/balanco>> Acesso em 22 de dezembro de 2016.

apresentados nos gráficos 3 e 4, evidencia-se a força da concentração do capital no setor de ensino superior.

Gráfico 03 - Número de Instituições de Educação Superior no Brasil, públicas e privadas – 2005-2015.



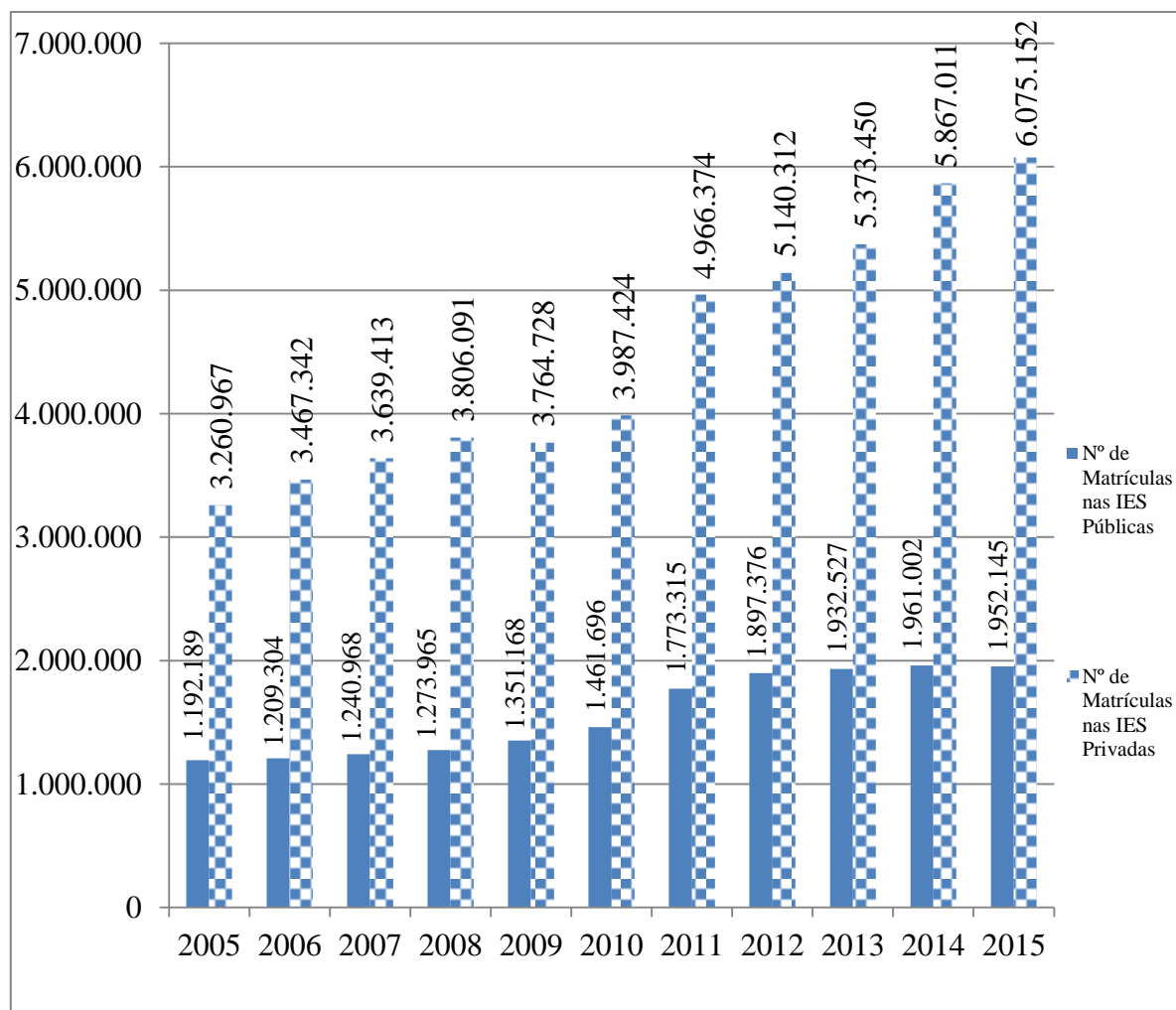
Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (Inep, 2005-2015).

*Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS).

Percebe-se, a partir da análise do gráfico, que houve nesse período um pequeno aumento no número de IESPs: ao longo de dez anos, o setor abrangeu mais 135 instituições. Infere-se que, embora os números apresentem uma queda inexpressiva a partir de 2013, o crescimento contínuo do setor privado foi impulsionado pelos seus respectivos processos de

fusão e aquisição. Cabe notar que, nesse mesmo período, houve um aumento significativo na quantidade de estudantes matriculados nas IESPs, como demonstra o gráfico 4.

Gráfico 04 - Número de Matrículas na Educação Superior no Brasil, públicas e privadas. (últimos 10 anos).



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (Inep, 2005-2015).

Assim, o aumento na quantidade de matrículas (86,29%) e no número total de IESPs (6,98%), no período de 2005 a 2015, comprova a concentração/centralização⁵⁹ do capital no setor privado de ensino. Nota-se que o peso econômico do setor privado na educação é evidenciado pelo crescimento exponencial do seu número de matrículas (2.814.185), alcançado

⁵⁹ Cf. Capítulo 1, p. 47.

com o apoio estatal, com os ganhos relacionados à economia de escala, com uso intensificado de tecnologia, com a flexibilização nas relações de trabalho e com as políticas sociais que potencializam o consumo das massas trabalhadoras. Deve-se observar, no entanto, que as empresas de ensino de pequeno porte também se utilizam de tais mecanismos – concentração/centralização – na dinâmica e na proteção⁶⁰ de seus negócios, seguindo o modelo dos grandes grupos do setor.

2.3 ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS: A CONCENTRAÇÃO DISPERSA

Nos últimos anos, dado o cenário da economia mundial atual e os rearranjos no modo de produção capitalista, as empresas promoveram contínuas mudanças em suas estratégias, redefinindo seus mercados e repensando suas estruturas. As mudanças que vem acontecendo no mundo dos negócios assumem proporções crescentes em volume e complexidade, provocando alterações nas formas de relacionamento entre as organizações. Nesse cenário, ao mesmo tempo em que se verifica acirrada competição de base global, contraditoriamente, identifica-se um nítido movimento de parcerias e alianças que estabelecem novas relações entre países e empresas, entre empresas e concorrentes, entre empresas e fornecedores.

No caso do ensino superior privado, nota-se que os maiores grupos vêm buscando a expansão nacional e internacional como forma de estratégia concorrencial, alterando significativamente esse cenário competitivo. Através dos *private equity*, as grandes empresas fundem-se e/ou adquirem as faculdades e os institutos educacionais de médio e pequeno porte.

Como forma de enfrentar a concorrência, muitas IESPs de médio e pequeno porte passaram a ofertar um leque de serviços educacionais e a abrir novos cursos - na modalidade presencial e à distância, cursos livres, cursos de curta duração, graduação e pós-graduação - de acordo com a demanda do mercado. Outra forma de expansão encontrada por esses grupos foi a migração para mercados regionais não muito explorados, em detrimento dos saturados mercados das grandes capitais. Há também a estratégia da fusão, quando não são ad-

⁶⁰ Cabe destacar que para a defesa de seus negócios esses grupos se ligam a associações visando o alcance de mais campo político de ação. No Brasil, destaca-se a ABMES (Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior) e a ANUP (Associação Nacional das Universidades Particulares).

quiridas, com as grandes empresas do setor. Explica-se, assim, a tendência à interiorização do ensino superior privado.

Nota-se que os estabelecimentos maiores, com ofertas de cursos diversificados, apresentam vantagens competitivas na disputa pela clientela de ensino superior. Por isso, “os estabelecimentos devem crescer, ampliando o escopo de seus cursos ou ainda criando novas instalações físicas de forma a buscar, inclusive, fora de seus domínios já consolidados, novas clientelas para o ensino superior”. (SAMPAIO, 2000, p. 3).

Cabe notar que a busca pela ampliação da clientela no interior do país não representa um movimento de descentralização das IESPs, mas sim uma estratégia empresarial – dos estabelecimentos de pequeno e médio porte – voltada à concentração de capital. Com o objetivo de aumentar suas respectivas margens de lucro, atendem à demanda de alunos que não têm acesso à educação superior ofertada nos grandes centros urbanos do país.

À primeira vista “dispersão”, “desconcentração” e “interiorização” podem soar contraditórios, sugerindo haver uma possibilidade de resistência – ou de fuga - dos estabelecimentos pequenos frente aos grandes grupos privados. Mas não é isso que ocorre. Os três movimentos são parte de um aparente paradoxo do mercado de ensino superior hoje no Brasil: a concentração dispersa da oferta privada de ensino superior (SAMPAIO, 2011, p. 13).

A busca contínua de alunos e as inúmeras estratégias criadas para mantê-los vinculados aos estabelecimentos de ensino são os desafios enfrentados pelo setor privado. Promovendo um discurso persuasivo, relacionado à ideia de uma juventude estendida, o setor passa a ofertar um ensino pautado pela atualização contínua. Vende-se, assim, o sonho do ingresso a um mundo em constante transformação (SAMPAIO, 2011). Dessa forma, a relação do setor privado de ensino com a sua respectiva demanda de mercado parece estar em consonância com o modo *just in time* de produção (HARVEY, 2011). Nos setores mais dinâmicos do ensino superior privado, a oferta de produtos cada vez mais customizados induz e mantém continuamente a demanda pela educação (RHOADES, 1987).

De acordo com Sampaio (2011), há dois movimentos em curso no setor privado de ensino superior. De um lado, nota-se a concentração de matrículas nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste. De outro, percebe-se a pulverização das matrículas em instituições de pequeno porte localizadas nas demais regiões do país. Um número considerável

dessas pequenas instituições passou a integrar, por meio de aquisições e fusões, grandes grupos educacionais. Os grandes grupos, por sua vez, alcançaram grande capilaridade por meio desse processo de consolidação, que ainda se encontra em curso.

O efeito mais evidente do aumento do número de instituições privadas, seja nas capitais ou no interior dos estados brasileiros, encontra-se na interação desses estabelecimentos com o mercado. Em decorrência da autonomia que gozam por princípio constitucional, as IESPs aumentam e diminuem a quantidade de vagas ofertadas, criam e extinguem cursos, disponibilizando-os em diversas modalidades de ensino e níveis de formação, em conformidade com o mercado.

Na primeira década do século XXI o setor privado, liderado pelo segmento das universidades, quase triplicou a oferta de cursos; hoje concentra 70% dos cursos de graduação. O leque da oferta, além de maior, está muito mais diversificado. No lugar da “fragmentação das carreiras”, estratégica típica dos anos 1990, o setor privado tem colocado na prateleira as “novíssimas carreiras” de nível superior. Em geral, vinculam-se a profissões de ofício para as quais tradicionalmente não se exige formação superior; ou seja, ressignificam um saber fazer, deslocando-o para o nível superior, criando certificações para novos mercados e vice-versa. Alguns exemplos: chef de cuisine, somelier, gastrônomos, designer de cabelo (barbeiro e cabeleireiro), designer de móvel (marceneiro), pâtissier (doceiro/padeiro), profissionais da moda (estilistas, modistas, costureiras etc.). Ao adquirem status de curso superior, tradicionais profissões de ofício revestem-se de glamour: ganham nomes estrangeiros e quase sempre aparecem associadas ao consumo do luxo (SAMPAIO, 2011, p. 9).

Outro fenômeno provocado pelo aumento da quantidade de IESPs foi a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (principalmente mestrados profissionais e acadêmicos) e *lato sensu* (especializações e MBA). Segundo os dados do INEP (2009), copiados por Sampaio, a avaliação dos cursos privados de mestrado evidencia tanto a sua expansão como a sua heterogeneidade no que se refere à qualidade de ensino. Leia-se, aqui, a porcentagem dos cursos de pós-graduação privados que obtiveram a nota 3: 15,7% em 2000; 27,6% em 2004; 28,8% em 2008. Segue-se, então, a porcentagem dos cursos de pós-graduação privados que obtiveram nota 7: 8,3% em 2000, 11,3% em 2004 e 7,3% em 2008. (SAMPAIO, 2011 p. 10). Nota-se, pelos percentuais apresentados, que o aumento anual da quantidade de cursos de pós-graduação privados não tem correspondido ao crescimento da

participação desse setor de ensino nos cursos com as melhores notas. Evidencia-se, portanto, que a expansão desse setor está relacionada ao seu objetivo de aumento lucrativo.

Ao longo desse processo de expansão, desenvolvido nas últimas décadas, um número considerável de faculdades isoladas passou da categoria “sem fins lucrativos” para “com fins lucrativos” e se integrou a grandes grupos, por meio de fusão e/ou aquisição, “o que se evidencia na dispersão, desconcentração regional e interiorização das matrículas” (SAMPAIO, 2011). Não por acaso, na primeira década do século XXI, o número de estudantes matriculados nas IESPs do interior superou o das capitais⁶¹. Até 2013, segundo os dados do INEP, as 12 maiores IESPs com fins lucrativos acolhiam aproximadamente 2,14 milhões de alunos (40,0% do total de matriculados em IESPs), ao passo que as demais instituições privadas, de médio e pequeno porte, acolhiam aproximadamente 3,31 milhões de alunos (60,7% do total de alunos matriculados no setor privado). Em 2015, ainda de acordo com o INEP, somava-se no país o total de 2.364 IES. Dentre elas, 846 se encontravam concentradas nas capitais e 1.518 no interior do Brasil (públicas e privadas). Em que pese somente as IES privadas dum total de 2.069 IES; 748 delas se concentram nas capitais e 1.321 no interior do país.

Assim, a trajetória histórica da expansão do ensino superior privado foi marcada pela dispersão de muitas faculdades isoladas no interior do Brasil; pela formação de polos de educação à distância, advindos de grandes conglomerados de ensino superior; pelo predomínio das IESPs com fins lucrativos e pela concentração de suas respectivas matrizes nos grandes centros urbanos. Ao assumirem a forma jurídica “com finalidade lucrativa”, as entidades mantenedoras adquiriram o direito de transformar as IESPs em empresas passíveis de serem vendidas e compradas: trata-se, pois, de uma estratégia do setor privado para aumentar seus respectivos negócios.

Cabe destacar que esse movimento de concentração e desconcentração das IESPs é articulado pelo setor como uma estratégia de adequação à segmentação que vem ocorrendo na economia mundial e que atinge esse mercado. Há algum tempo, especialistas da área econômica previram a saturação do mercado. Atualmente, a demanda pela educação superior não acompanha a expansão das IESPs. Por isso, a antiga fórmula de criar um curso, obter a autorização no MEC e colocá-lo no mercado não tem funcionado como antes. Em confor-

⁶¹ No período 2000-2004, as matrículas privadas ainda registraram crescimento de 65,5% no interior dos estados (SAMPAIO, 2011).

midade à conjuntura vivenciada por diversos setores, nota-se as seguintes tendências do mercado de ensino superior no Brasil: segmentação, profissionalização e terceirização.

Segundo Maurício Garcia, Vice-Reitor da Universidade Anhembí Morumbi, percebe-se no setor empresarial de ensino superior uma estratégia de oferta semelhante àquela articulada pela *Volkswagen*, que mantém uma linha de veículos com esse nome, mas também oferta a marca Audi, para um público mais selecionado. Na hotelaria, nota-se o caso da rede Accor, que oferta serviços em diversos hotéis, para diversificadas categorias de público: Sofitel, Novotel, Mercure, Ibis e Formule 1. Alguns bancos também vêm promovendo a oferta de serviços diferenciados para clientes com maior poder aquisitivo: Personalité (Itaú), Van Gogh (Santander) e Estilo (Banco do Brasil). De acordo com o autor, “o sucesso da empresa aérea Gol foi exatamente ter focado seus serviços para um segmento específico do mercado, enquanto a maioria do setor está quebrando”.

Na educação, a segmentação irá ocorrer de várias formas. A mais evidente será segmentação por preço. Algumas instituições irão se posicionar na oferta de cursos com preços menores, enquanto outras irão buscar um público mais selecionado. Terão grande dificuldade as instituições que ficarão no meio do caminho, nem caras e nem baratas, ou que possuem alguns cursos caros e outros baratos (GARCIA, 2005, p. 41).

Ainda que o discurso se encontre atravessado por terminologias do mundo empresarial e o autor da declaração exerça a função de vice-presidente de uma das maiores universidades privadas do país, evidencia-se que “o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação social” (ANTUNES, 1999, p. 1) executando um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Compreende-se que o movimento de concentração e desconcentração das IESPs, articulado em um sentido pendular, pauta-se no objetivo de obter lucro por meio da exploração da classe trabalhadora.

As mutações em cursos são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação [...] Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade, que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força

de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. O "trabalho polivalente", "multifuncional", "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho; (ANTUNES, 1999, p. 3; 6).

Outro elemento sintomático da flexibilização do processo produtivo nas empresas educacionais é a terceirização da educação à distância. Dezenas (talvez centenas) de instituições vêm ofertando esse modelo de ensino. Trata-se de uma estratégia empresarial que demanda o desenvolvimento de um *software*, para a execução de aulas (*learning management systems*); a elaboração do conteúdo *online*; a compra de servidores; a criação de *links* para o acesso aos conteúdos via *internet*; o treinamento de tutores, etc.

De acordo com Antunes (1999), ao longo desse processo de reorganização do capital, diversas empresas prestadoras de serviços terceirizados passaram a ofertar consultorias de atividades educacionais: empresas que organizam a oferta de programas de iniciação científica e monitoria; empresas que organizam a oferta e o acompanhamento dos estágios dos alunos; empresas que coordenam as atividades esportivas; empresas que estruturam os programas de trabalhos de conclusão de curso. Há, ainda, empresas que organizam a oferta do conteúdo das aulas, com professores terceirizados⁶². Cabe ressaltar que, desde os anos 2000, encontra-se no país empresas especializadas em atender o setor privado de ensino superior. Dentre elas, a *Ideal Invest*, criadora do crédito universitário PraValer, que tem como sócio o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Cabe lembrar que, de acordo com Marx e Engels, em *Manifesto do Partido Comunista*, “a burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de pro-

⁶² Os pacotes de apostilados dos “sistemas de ensino”, desenvolvidos por empresas como Objetivo, COC e Editora Abril, vendidos em alguns municípios e estados brasileiros na educação básica, são um exemplo dessa tendência. No ensino superior público, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou em 26/04/2017 a cobrança de mensalidades, por universidades públicas, para a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu*. A decisão, referente à um recurso extraordinário da Universidade Federal de Goiás (UFG), contou com 9 votos favoráveis e 1 contrário. Por ter repercussão geral, a decisão tem ‘efeito cascata’ e deve ser seguida pelos demais tribunais da Justiça. (ANDES-SN, 2017). Com isso, a Proposta de Emenda Constitucional - PEC n. 395\2014 – que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais passa a vigorar nas IES públicas. Em outras palavras, nota-se “a privatização por dentro”: abre-se espaço para transformar o que resta da educação superior pública em mercadoria.

dução e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (1996, p.13). Partindo desta proposição, compreende-se, aqui, as estratégias empresariais articuladas nos últimos pelo setor privado de ensino como uma revolução de seu respectivo modo de produção no mercado capitalista do século XXI. Nota-se, ainda, que a atividade do ensino superior privado segue outra diretriz do modo capitalista de produção:

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares. (MARX e ENGELS, 1996, p.14).

Desenvolvido no século XIX, o estudo proposto por Marx e Engels permanece atual no contexto histórico da “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Dessa forma, as estratégias econômicas articuladas pelo mercado educacional podem ser analisadas à luz das reflexões propostas por estes teóricos.

Marx e Engels desenvolvem uma teoria relacionada à expansão globalizada do capital monopolista. Para os autores, essa expansão é articulada por meio de relações estabelecidas em conformidade ao contexto no qual cada mercado se encontra integrado. Ao analisar o movimento de concentração desse modo de produção, tanto na categoria coletiva quanto na individual, Marx identifica duas formas de aumento progressivo do capital: a em espiral e a circular.

De acordo com sua teoria, o processo em espiral de acumulação do capital acontece mais rapidamente e costuma ser realizado pelas grandes empresas. Atualmente, esse processo é realizado, inclusive, pelos conglomerados do ensino superior privado. O processo de acumulação circular, por sua vez, é mais lento e costuma ser associado aos capitais individuais. As aquisições - e por vezes fusões - realizadas pelas empresas de pequeno e médio porte do mercado educacional, como o Uniesp, podem ser compreendidas como exemplos desse processo.

Para Marx é evidente que a acumulação, o aumento progressivo do capital pela reprodução que passa da forma circular para a de espiral, é processo bastante lento, comparado com a centralização que precisa apenas alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social. O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, se tivesse de esperar que a acumulação

capacitasse alguns capitais isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização, entretanto, por meio da organização de sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem. Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante às custas da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho. (MARX, 1985, p. 729).

Neste sentido e pensando com Marx, a tarefa de acumulação do capital tanto faz realizar-se pela via obrigatória da incorporação, quando certos capitais maiores quebram a coesão individual de outros capitais (individuais e/ou de pequenos grupos de empresas) ou mediante fusão de capitais já formados ou em formação, obtidos por meio de processos mais suave de constituição de sociedades anônimas, todos resultarão na concentração/centralização do capital. Já que para este autor

O aumento do tamanho dos estabelecimentos individuais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais vasta do trabalho cooperativo que utilizam, para mais amplo desenvolvimento de suas forças de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente organizados. (MARX, 1985, 729).

Embora o Uniesp se encontre categorizado como uma corporação de capital individual, a empresa assume um caráter monopólico pela sua expansão. Em 2009, segundo a Hoper Consultoria, o estabelecimento ocupou o nono lugar no *ranking* das maiores empresas do setor educacional. Em número de alunos, o Uniesp foi considerado, em 2012, a sétima maior IESP do Brasil. Dentre o setor empresarial de capital fechado, o Uniesp foi reconhecido como a maior IESP do país. Cabe observar, no entanto, que o seu faturamento anual não foi divulgado no período correspondente ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Feito esse estudo, propõe-se, nas próximas páginas, uma análise sobre a dimensão da reorganização do capital no setor de ensino superior privado.

2.4 A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL

Como dito anteriormente, o ensino superior privado acompanhou, nas últimas décadas, o processo de reorganização do capital mundial, uma vez que se encontra sujeito às

mesmas determinações. Nota-se que um dos mecanismos utilizados para a sustentação dos monopólios educacionais é o fundo público a serviço da remuneração empresarial. Compreende-se, dessa forma, que o Estado brasileiro, por meio de órgãos como o MEC e o BNDES, desenvolve uma função fundamental na reorganização dos interesses imperialistas do capital⁶³.

Neste caso cabe analisar o papel que cumpriu o BNDES neste processo de reorganização do capitalismo e de mudanças na forma da mercantilização no ensino superior privado. O banco, ao lançar o Programa de Melhoria das Instituições de Ensino Superior⁶⁴, tinha o objetivo declarado de apoiar a melhoria da qualidade das IES, oferecendo financiamento para apoio de bens de capital, inovação e exportação com reduzidas taxas de juros. Os clientes seriam IES dos setores público e privado, sem distinção de organizações empresariais-mercantis ou sem fins lucrativos. A análise do documento deixa claro que o Banco entende, reconhece e está ciente de que estamos em outro curso ou momento da mercantilização do ensino superior ao estabelecer como primeiro pré-requisito de acesso ao crédito, para instituições que estão passando por reestruturação financeira (no caso adquirido, incorporado, etc.), um plano de “sustentabilidade financeira” e um “diagnóstico da atual situação da IES e planos de ações, contendo a previsão de indicadores de resultados operacionais e financeiros que reflitam a evolução da melhoria pretendida” (TAVARES, 2014, p. 111).

Foi, por exemplo, pelo acesso à linha de crédito via BNDES, intermediado pelo Banco Santos, no valor de R\$ 3.28 milhões, que a Estácio pôde construir o campus de Medicina em Juazeiro, na Bahia. Nota-se que as agências de financiamento costumam privilegiar as maiores instituições: das 48 empresas financiadas, 36 são de grande porte (TAVARES, 2014, p. 113).

É possível observar que o controle do capital – nacional e internacional – sobre as IESPs vem promovendo, no cenário brasileiro, a égide de um novo tipo de mercantilização

⁶³ Em artigo escrito no início de 2009, Hermes Ferreira Figueiredo, do Grupo Cruzeiro do Sul e presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), reclamou uma linha de financiamento para o setor privado pelo BNDES, encaminhando o projeto para o BNDES e MEC, argumentando que o setor era responsável por 1% do PIB nacional e por gerar, à época, quase 400 mil empregos diretos.

⁶⁴ Instituído pela Portaria Normativa nº 14, de 24 de setembro de 2009 que dispôs sobre os procedimentos referentes ao Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior - PROGRAMA IES - MEC/BNDES, no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2009/Portarias/25.09.09/Portaria%20Normativa_14_24.09.09.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2017.

do ensino superior. Encontra-se em curso o processo de “financeirização” do setor privado de ensino superior⁶⁵: sob o controle dos fundos de investimentos, essas organizações empresariais vêm alterando a natureza dos negócios familiares para sociedades anônimas.

Segundo Bastos, o processo de financeirização, atual modo de funcionamento do capitalismo global, originou-se na década de 1980, contemporaneamente à mundialização financeira (2013 p. 2). Essa forma de expressão capitalista, articulada pelo capital fictício, caracteriza-se pela valorização da lógica especulativa, ou seja, pelas decisões de compra e venda de ativos financeiros que visam a revenda e a recompra lucrativa dos mesmos em mercados secundários de ações, tais como o imobiliário, o crediário e o *commodities*.

A financeirização é sistêmica e de escopo mundial, vale dizer, impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescentemente transnacionais, atravessadas por fluxos de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais. Isso não quer dizer que todos os países integrados à economia mundial capitalista experimentam o mesmo grau de aprofundamento da financeirização, mas bancos, empresas, grandes investidores e famílias (por meio de investidores institucionais) tendem a serem atraídos pelos ganhos esperados pelas atividades especulativas que influenciam a própria estrutura de setores econômicos e dos mercados de câmbio, *commodities* e de trabalho. Os Estados passaram a depender mais das receitas tributárias geradas pelos movimentos de expansão financeira, porém experimentam desequilíbrios fiscais severos depois das crises financeiras verificadas regularmente desde a década de 1980. Teoricamente, a financeirização envolveu o ganho de autonomia e influência do capital fictício sobre o conjunto das economias capitalistas. O conceito de capital fictício foi cunhado por Karl Marx no Terceiro Volume d’O Capital (capítulos XXV a XXXI) para designar as formas de “capital bancário” (às vezes designado de “capital monetário” no livro, em oposição ao “capital real” aplicado em atividades produtivas e comerciais) que representam títulos de propriedade sobre a riqueza futura, seja na forma de ações de empresas, duplicatas comerciais ou títulos públicos. Marx chegou a incluir na categoria de capital fictício mesmo os novos depósitos criados pelos bancos em suas atividades de empréstimo, uma vez que eles não equivalem às reservas reais de moeda nos bancos e sim a um múltiplo delas, e dependem de uma crença fictícia quanto aos retornos futuros dos empréstimos. (BASTOS, 2013 p. 3).

Compreende-se, portanto, os fundos atuantes no ensino superior privado como uma forma de investimento realizada sob a expectativa da rentabilidade e da liquidez imediata

⁶⁵ Hipótese defendida por Tavares (2014 p. 116) e reafirmada nesta tese.

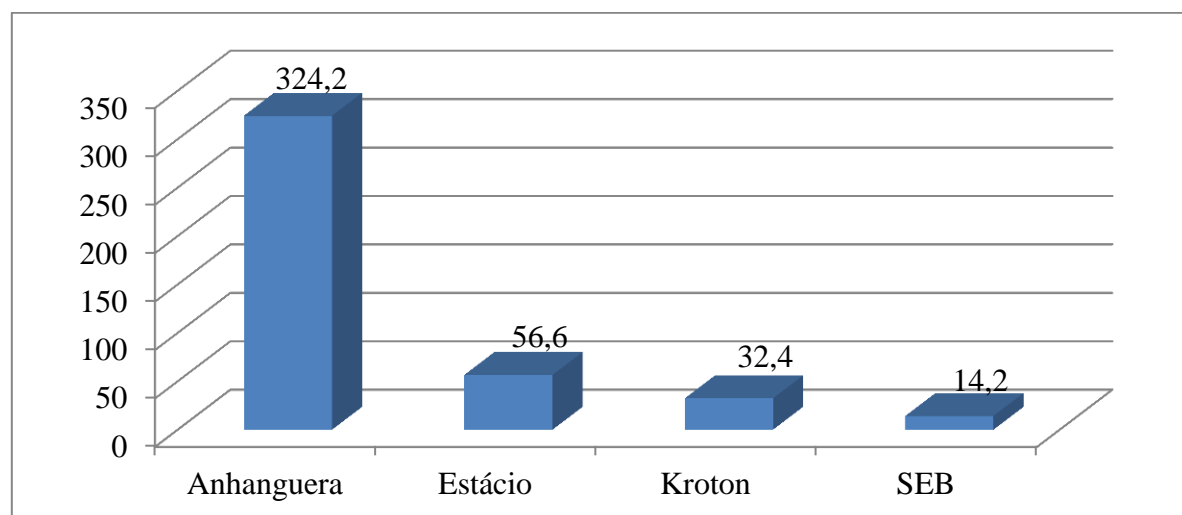
desse desempenho financeiro. É possível observar que o mercado, na busca pela valorização do capital no setor de serviços, encontrou na educação essa possibilidade: “encontrou terreno fértil no Brasil, seja através da desregulamentação ou por meio da transferência do fundo público, que contribui para o processo de reprodução ampliada do capital, contando com a participação fundamental do Estado” (TAVARES, 2014, p. 116).

Nota-se que a educação superior vem se apresentando como um dos ramos mais rentáveis no setor de serviços e na economia nacional devido à dinâmica de financeirização protagonizada pelos fundos de investimentos instalados nos conglomerados de IESPs. Trata-se, pois, de uma dinâmica que articula a concentração do capital por meio da compra de empresas educacionais de pequeno e médio porte.

Os dados relacionados à movimentação financeira⁶⁶ desse setor possibilitam a compreensão de que há um processo em curso de monopolização/oligopolização do ensino superior privado no país. Propõe-se, a seguir, a análise de alguns exemplos que comprovam esse movimento.

Em 2007⁶⁷, ao movimentar mais de R\$ 324 milhões, a Anhanguera liderou as ações de aquisição e fusão no setor educacional privado do país.

Gráfico 05 - Negociações por comprador em 2007 (em milhões)



Fonte: CM Consultoria

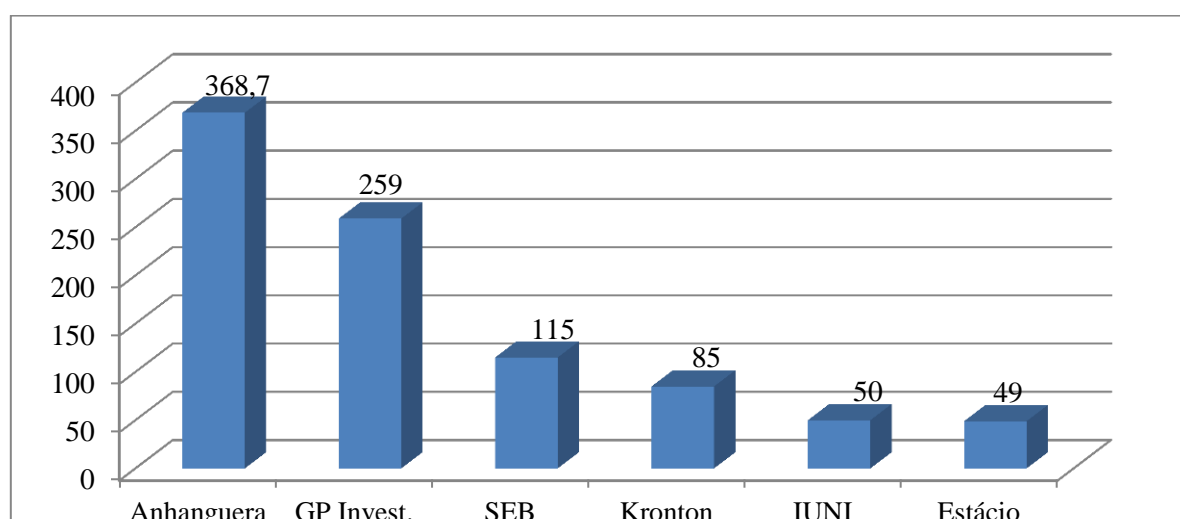
⁶⁶ Conforme movimentações financeiras das IESP tratadas ao longo deste trabalho.

⁶⁷ Cabe ressaltar que apesar dessa tese propor uma análise a partir de 2005, como informado na Introdução, as empresas educacionais lançaram suas ações em bolsas de valores a partir de 2007. Os dados relativos à negociações por compradores foram divulgados a partir desse movimento.

Apesar da crise mundial de 2008, o setor movimentou um total de 39 transações, no entanto, demonstrou sinais de redução no ritmo. Destaca-se, ainda, a inserção das empresas Cruzeiro do Sul, IUNI e Fundo GP Investimentos no mercado de fusões e aquisições.

Constam, no gráfico a seguir, algumas informações relacionadas aos negócios articulados em 2008, no mercado educacional: com um investimento superior a R\$ 368 milhões em transações, a Anhanguera liderou os movimentos de concentração/centralização do capital.

Gráfico 06 - Negociações por comprador em 2008 (R\$ milhões)



Fonte: CM Consultoria

Observa-se que, em 2009, a crise mundial afetou as bolsas de valores. Consequentemente, houve uma forte volatilidade de capital. Essa condição demandou ajustes estratégicos de todos os mercados. O arrefecimento da economia mundial resultou em 16 transações durante todo o ano. Houve, ainda, a diminuição no ritmo das aquisições e fusões realizadas pela maioria das IESPs listadas na bolsa. Nota-se que o Sistema Brasileiro de Educação (SEB-COC) representou uma exceção nesse contexto, pois articulou seu crescimento através de aquisições em escolas de educação básica, pós-graduação e produção multimídia (CONSULTORIA CM, 2009).

Em 2009, apesar da crise, o Uniesp apareceu pela primeira vez listado entre as grandes empresas do setor de ensino superior privado, porém não houve a divulgação de seus valores transacionais. Leia-se, a seguir, suas respectivas informações empresariais:

Tabela 1

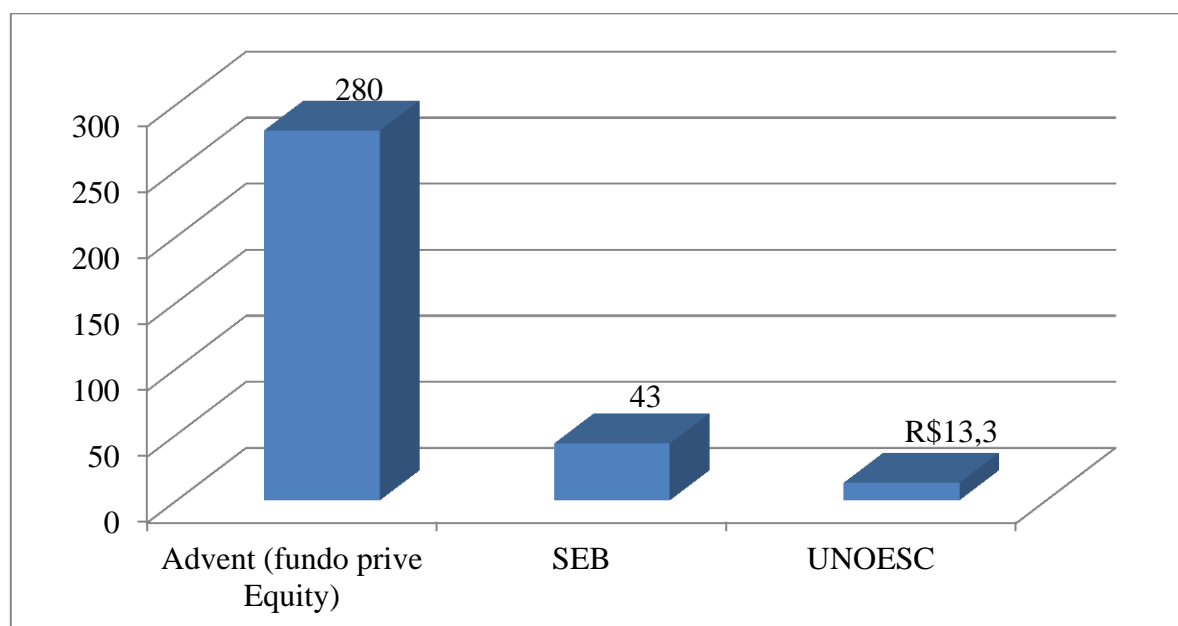
As maiores instituições de ensino superior privado do Brasil* - 2009			
RANKING	GRUPO/REDE	Nº DE ALUNOS	Nº ESTIMADO DE CAMPI/FACULDADES
1	Grupo Estácio de Sá	180.000	56
2	Grupo Supero (Unip + Fac. Objetivo)	130.000	57
3	Grupo Universo (Asoec)	70.000	12
4	Grupo Uninove	48.000	7
5	Grupo Unipac	45.000	27
6	Grupo Unic	32.000	6
7	Anhanguera Educacional S/A	29.000	27
8	Grupo Uma	17.000	5
9	Grupo UNIESP	16.000**	11
10	Sistema de Ensino Superior Pitágoras	10.000	9
Total		577.000	217

(*) Com exceção das universidades ligadas a instituições religiosas

(**) Este número de alunos foi informado pela Hoper Consultoria, porém o Grupo Uniesp divulgou neste ano a quantia de 28.800 alunos.

Fonte: Hoper Consultoria e Site do Grupo Uniesp

Segundo a CM Consultoria, além do Uniesp, foram listados nesse mesmo ano os seguintes fundos de investimento: Advent International e Cartesian Capital Group. De acordo com a consultoria, dentre os grupos com os maiores valores de negociações, destacaram-se: Anima, Campos de Andrade, Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e SEB. Ao todo, as transações somaram R\$ 293,3 milhões. Nota-se que a entrada do Advent na Kroton foi resultante da injeção capital de R\$ 280 milhões. No gráfico 07, apresenta-se a participação dos investidores no ensino superior privado, em 2009. Ressalta-se que apenas os grupos listados, a seguir, divulgaram os seus respectivos valores transacionais.

Gráfico 07 - Negociações por comprador em 2009 (em R\$ milhões)

Fonte: CM Consultoria

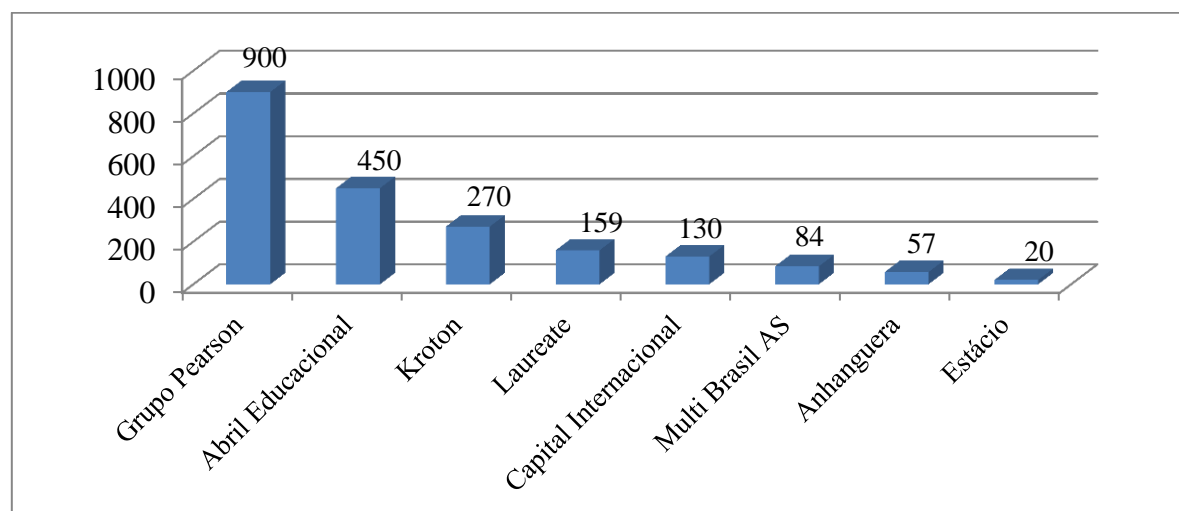
A partir de 2010, as estratégias do setor de ensino superior privado foram diversificadas. Houve, no entanto, uma diminuição no ritmo dos negócios. A empresa Campos de Andrade assumiu a administração da Universidade Gama Filho, enquanto a Laureate apostou na segmentação de mercado e no atendimento a um público alvo específico. Nesse mesmo ano, a empresa britânica, Pearson, fez um dos principais investimentos da área ao adquirir os sistemas de ensino COC, Pueri Domus, Dom Bosco⁶⁸, entre outros, através da transação de R\$ 613,3 milhões. A operação dobrou a extensão dos negócios britânicos no setor da educação superior brasileira. Com essa aquisição, a Pearson passou a ser responsável pelos sistemas de ensino COC, Pueri Domus, Dom Bosco e Name; além de responder pelas gráficas, pelas operações de logística e pelo portal educacional *Klick Net*, fornecedor de tecnologia das escolas do Sistema SEB (CM CONSULTORIA, 2014).

Nota-se, ainda, a entrada do *Capital Group* (que possui ações no Grupo Kroton) no setor educacional brasileiro, efetivada pela aquisição da participação minoritária nas facul-

⁶⁸ O Sistema de Ensino Dom Bosco elabora material didático (apostilas) para os segmentos da educação infantil aos cursinhos pré-vestibular.

dades Veris e Ibmec. Além disso, a injeção de capital na Kroton viabilizou sua aquisição do grupo Iuni, que acolhe mais de 53 mil alunos. As transações, em 2010, somaram R\$ 2,7 bilhões.

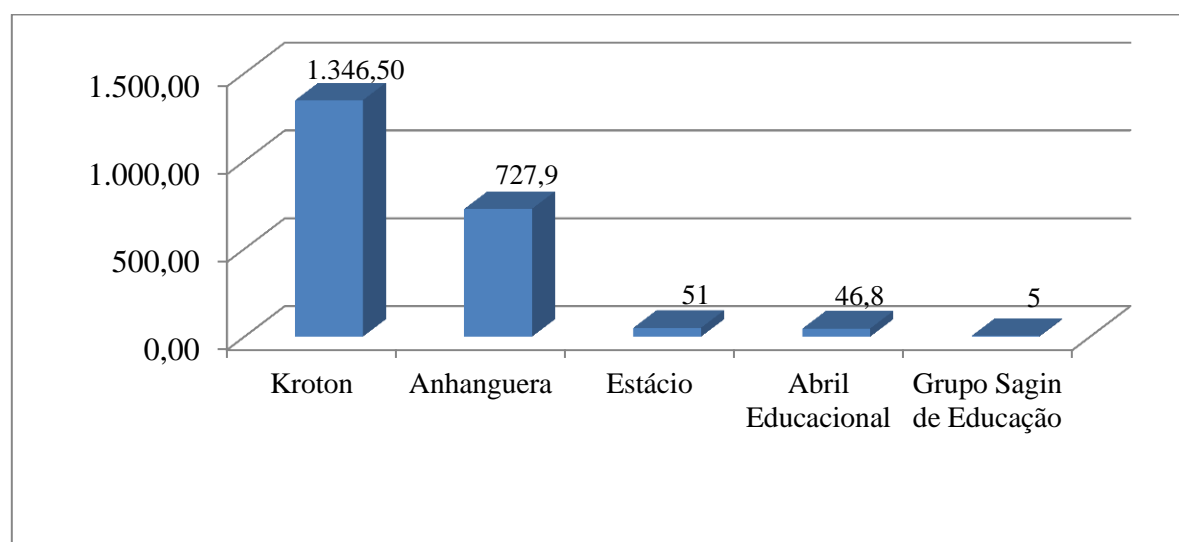
Gráfico 08 – Negociações por comprador em 2010 (R\$ milhões)



Fonte: CM Consultoria

Apesar dos riscos crescentes, as fusões e as aquisições efetivadas no setor educacional em 2011 sinalizaram uma expectativa empresarial positiva em relação ao cenário econômico brasileiro e confirmaram a tendência de consolidação desse mercado.

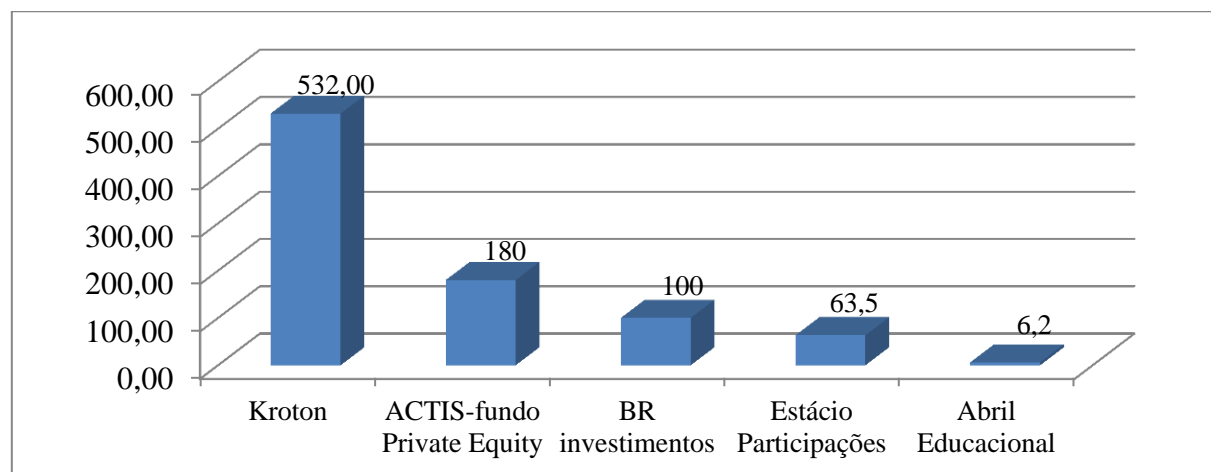
Gráfico 09 – negociações por comprador em 2011 (R\$ milhões)



Fonte: CM Consultoria

Em 2012, há uma diminuição no ritmo e no volume desses negócios. Movimentou-se, nesse ano, um total de R\$ 881,7 milhões (valores divulgados), conforme o detalhamento descrito no gráfico seguinte. Destaca-se, em 2012, o exercício da Kroton Educacional, que alcançou o maior volume individual em negócios.

Gráfico 10 – Negociações por comprador em 2012 (R\$ milhões)



Fonte: CM Consultoria

O Uniesp, neste mesmo ano (2012) foi o sétimo colocado no *ranking* das IESPs em número de alunos. Comprovou-se, assim, sua ascensão no mercado educacional.

Tabela 2

Ranking dos sete primeiros grupos de ensino superior privado em números de aluno em 2012

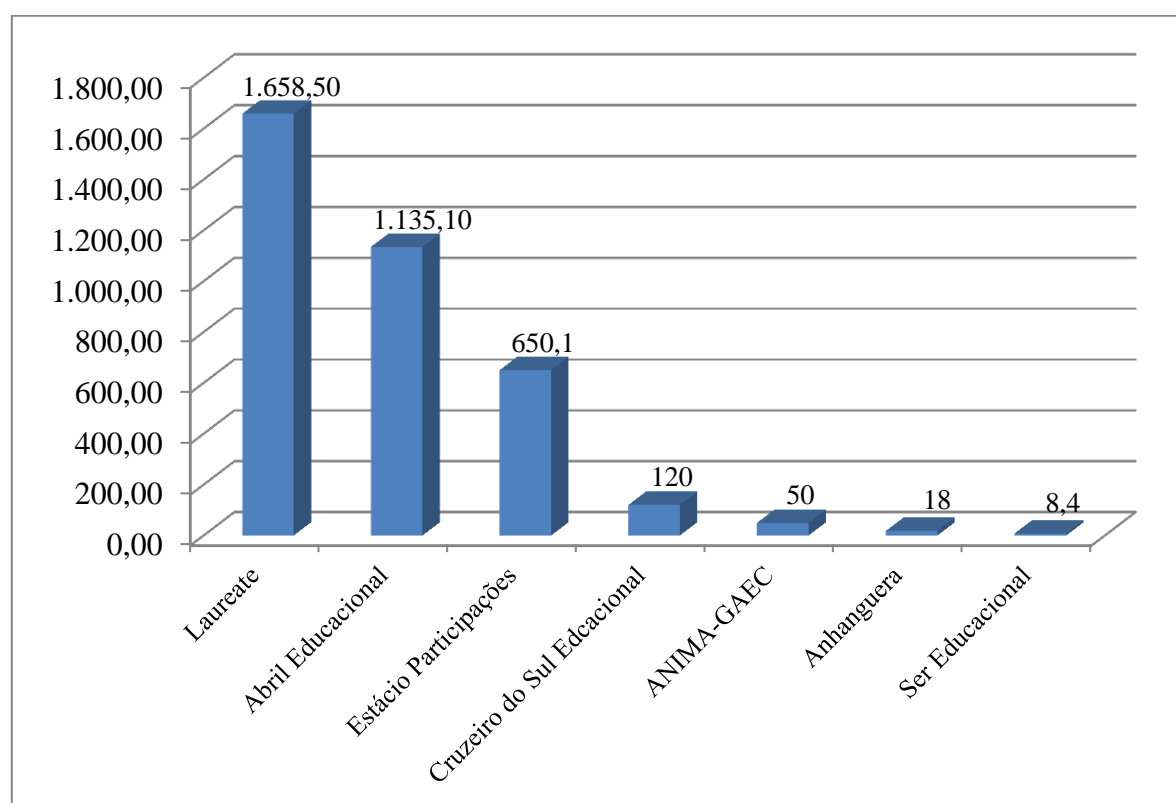
RANKING	GRUPO/REDE	Nº DE ALUNOS*
1	Anhanguera	429.000
2	Kroton	410.000
3	Estácio	271.000
4	UNIP	238.000
5	Laureate/FMU	213.000
6	Uninove	127.000
7	Grupo UNIESP	106.000
Total		1.794.000

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos em balanços financeiros e informativos das próprias instituições de ensino

Em 2013, houve diversos movimentos expressivos protagonizados por companhias internacionais no mercado interno. Vale destacar a movimentação realizada pela empresa Laureate, que além do aporte capital da ordem de U\$ 150 milhões do IFC⁶⁹ e da integralização do restante do capital da Anhembi Morumbi, efetivou a aquisição do Complexo Educacional Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), negócio estimado em R\$ 1 bilhão.

O gráfico seguinte ilustra o movimento competitivo entre as principais companhias de ensino superior, no exercício de 2013.

Gráfico 11 – Negociações por comprador em 2013 (R\$ milhões)

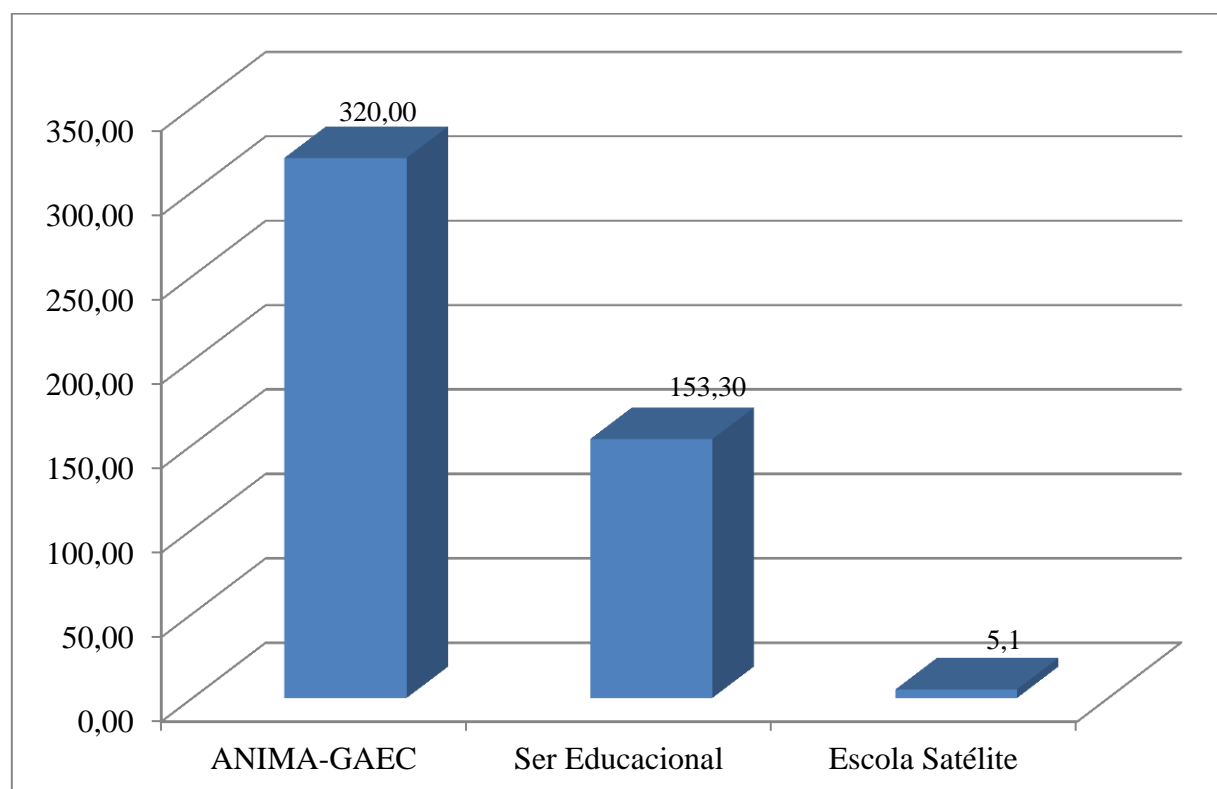


Fonte: CM Consultoria

⁶⁹ Afiliada do Banco Mundial, a International Finance Corporation (IFC), foi fundada em 1956, visando empréstimos diretos ao setor privado dos países em desenvolvimento. O sistema Financeiro Global. The August Review. Disponível em: <<http://www.augusttrview.com>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

O ano de 2014 foi iniciado com o primeiro movimento relevante da Ânima/GAEC que, como companhia de capital aberto, adquiriu por R\$ 320 milhões a Universidade São Judas, instituição tradicional que atua na maior cidade do país. Destacam-se, ainda, as aquisições da Universidade da Amazônia (Unama) e do Instituto de Educação Superior do Espírito Santo (Ieses) pela Ser Educacional, no valor de R\$ 151,2 milhões, bem como a aquisição da Universidade de Guarulhos, comprada no valor de R\$ 361,9 milhões. Por R\$ 161 milhões, a Estácio Participações adquiriu o Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (Iesam) e a Faculdade Literatus. Em dezembro do mesmo ano, a UniJorge e a Universidade Veiga de Almeida (UVA), foram adquiridas pela Ânima, no valor de R\$ 1.14 bilhão.

Gráfico 12 - negociações por compradores em 2014(R\$ milhões)



Fonte: CM Consultoria

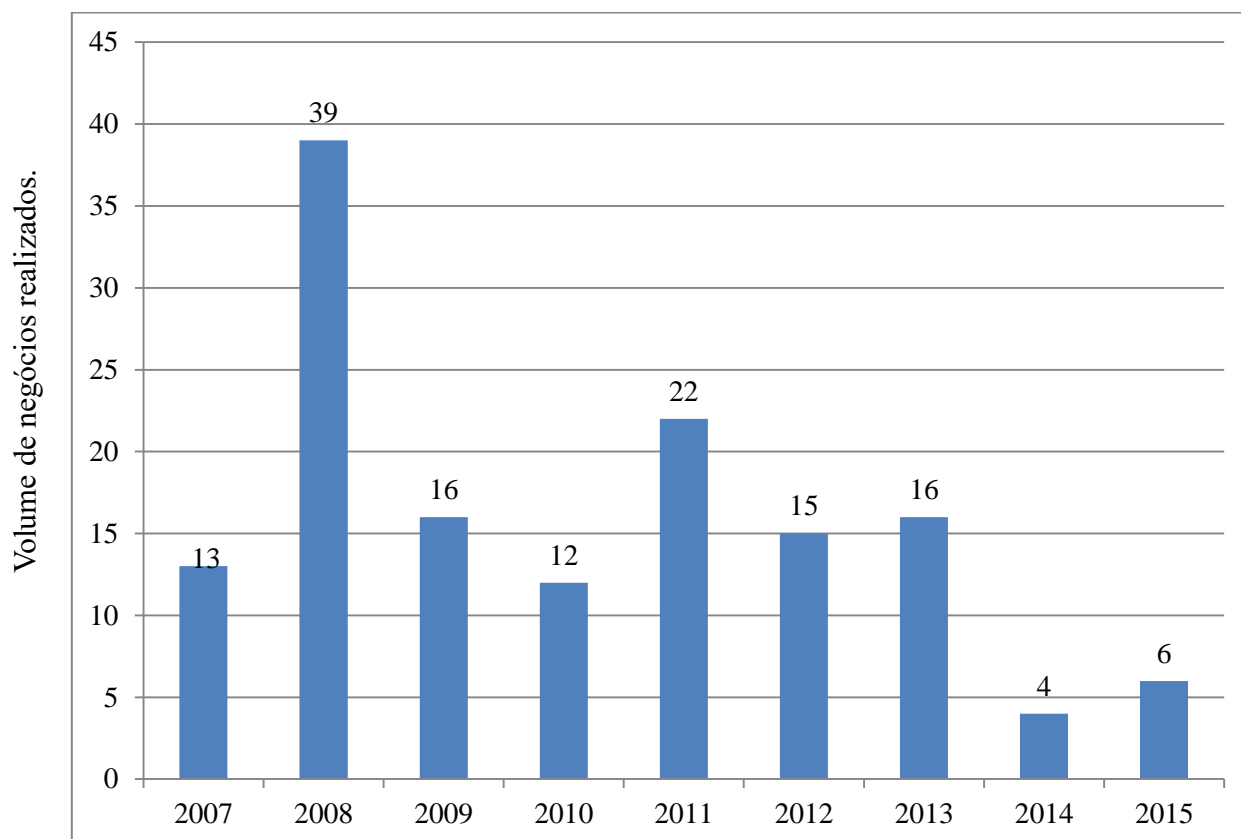
No início de 2015, houve um arrefecimento dos negócios no setor. De acordo com as empresas educacionais, essa redução foi desencadeada pelas mudanças no cenário econômi-

co doméstico e pelas alterações nas regras do Fies.⁷⁰ Nesse ano, dentre todas as companhias do setor de ensino superior, apenas a Ser Educacional divulgou seus respectivos valores transacionados, que somavam a ordem de R\$ 10 milhões.

De acordo com o INEP, embora o número de fusões e aquisições tenha diminuído, a quantidade de matrículas no ensino superior privado aumentou: a soma total de 5.867.011 alunos matriculados em 2014, subiu para 6.075.152, em 2015. Concomitantemente, o número de IESPs foi mantido.⁷¹ Nota-se, portanto, um movimento de concentração e aumento de lucros nesse setor mercadológico.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução das fusões e aquisições realizadas pelo setor de ensino superior privado, no período entre 2007 a 2015.

Gráfico 13 – Fusões e aquisições de IES no período de 2007–2015



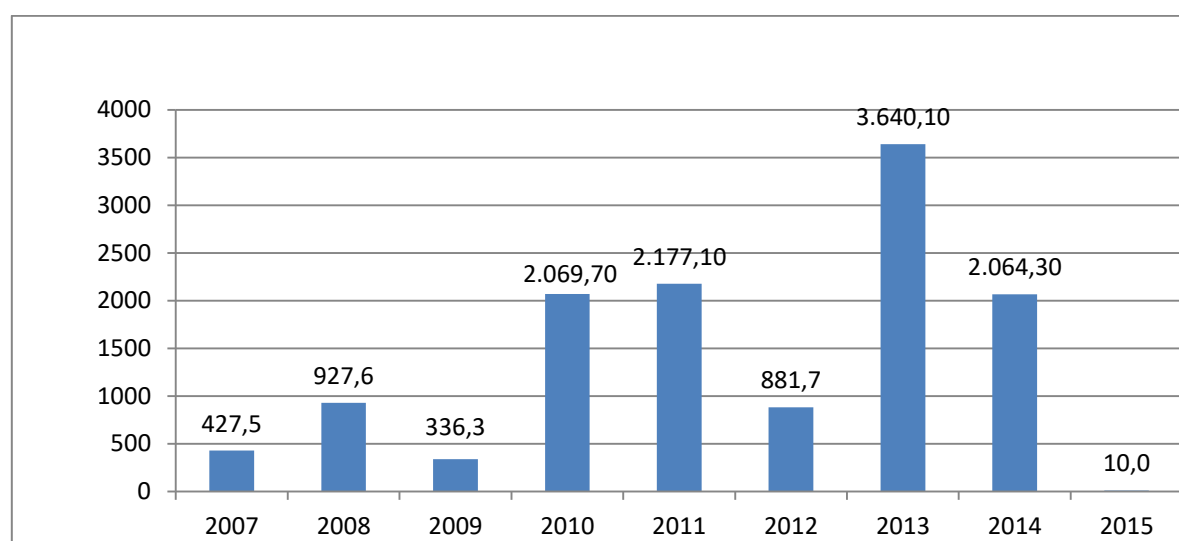
Fonte: CM Consultoria

⁷⁰ Cf. capítulo 1, p. 62.

⁷¹ Cf. gráfico 03, p. 88.

No período de 2007 a 2015, as fusões e aquisições do setor educacional alcançaram o total de 163 transações, representando a movimentação financeira de R\$ 12.534,3 bilhões (dados informados pela CM Consultoria)⁷². Cabe observar, no entanto, que alguns valores de compra e venda não foram revelados. O gráfico a seguir ilustra a distribuição dessas movimentações:

Gráfico 14 - Valores totais negociados nas aquisições e fusões de IES privadas - 2007 a 2015 (em milhões)



Fonte: CM Consultoria

Até 2015, o processo de expansão do mercado de ensino superior privado foi gradativa e tecnicamente organizado com base na inter-relação da base produtiva com a dimensão monetário-financeira. No caso das IESPs, a dimensão monetária-financeira foi predominantemente marcada pela incorporação do fundo de capitais – nacional e internacional – e pela sua respectiva oferta de ações na bolsa de valores. Nota-se que esse processo foi pautado pelos critérios de competitividade; pela sua reorganização estrutural, administrativa e financeira; pela reestruturação do quadro docente da IESP adquirida e pelos processos de fusão e aquisição de novas IESPs. Essas companhias produzem e reproduzem capital combinando

⁷² Disponível em <http://www.cmconsultoria.com.br/news/vis_impressao.php?>. Acesso em 07/04/2015.

os lucros obtidos no setor financeiro, por meio de operações na bolsa de valores, com a exploração da força de trabalho na sua base produtiva.

Sabe-se que “essa expansão (des)controlada do ensino superior privado está vinculada, no Brasil, a processos intensos da desnacionalização da educação” (CHAVES, 2010, p. 21). Compreende-se, portanto, que esse movimento de expansão se encontra alicerçado à ideologia do capital. Prioriza-se seus respectivos fatores econômicos em detrimento da qualidade do ensino ofertado. O ensino superior, nesse contexto, é transformado em um grande negócio capitalista, protagonizado por empresas que concorrem com as IES tradicionais, além de disputarem espaços entre si.

Porto e Régnier, no início do século XXI, previram as seguintes tendências relacionadas ao ensino superior privado em meio ao cenário mundial (2013, p. 19 e 20):

- *Universidades corporativas*: instituições patrocinadas ou administradas por grandes empresas, que visam a aprendizagem contínua e especializada de seus quadros;

- *Empresas instrucionais*: instituições terceirizadas que prestam serviços às universidades, em nichos especializados do conhecimento, definindo indicadores e metas, tanto no que se refere aos processos pedagógicos quanto à clientela;

- *Entidades de Intermediação*: instituições que promovem a ponte entre os provedores da educação superior privada e os “consumidores”. Visam apoiar, inclusive financeiramente, os futuros alunos. Fornece-lhes orientação e informações relevantes, bem como certificam o conhecimento por eles adquiridos. Em defesa dos interesses dos alunos, negociam cursos específicos e descontos junto às instituições de ensino, além de articularem empregos aos concluintes.

- *Organizações não-Tradicionais*: instituições que passariam a atuar no setor com a entrada de novos protagonistas, oriundos de organizações governamentais e de outros segmentos da economia, tais como as empresas de telecomunicação, de informática e de entretenimento. Tradicionalmente, essas instituições foram consideradas fornecedoras ou clientes do sistema de educação superior. No entanto, podem passar a fazer parte dele como colaboradoras e/ou competidoras.

Nota-se que, em meio à segunda década do século XXI, essas tendências previstas por Porto e Régnier, relacionadas ao processo de expansão e monopolização do ensino superior, encontram-se em andamento no Brasil. As universidades-empresas cresceram e se mul-

tiplicaram, o ambiente de ensino passou a ser fortemente influenciado pelas novas tecnologias e os espaços físicos dos campi, assemelhando-se à arquitetura de *shoppings centers*, foram reformulados para contemplar praças de alimentação, lojas, ambientes de lazer, etc.

Percebe-se, dessa forma, que a ideologia empresarial e a cultura globalizada, centradas na padronização dos valores utilitários e materiais, apoderaram-se da sociedade, inclusive de seus espaços de formação. Ao propor uma reflexão sobre a expansão capitalista, José Dias Sobrinho adverte que “esses processos cunhados como *mcdonaldização* promovem a cultura e o culto dos resultados, o individualismo e a maximização dos rendimentos a qualquer preço” (DIAS SOBRINHO, 2002 p. 13).

A gestão acadêmica, nesse novo cenário, deixa de ocorrer no ambiente interno das unidades de ensino para ser executada nos espaços de relações com os investidores, ou seja, na esfera financeira nacional e/ou internacional. O avanço do capital sobre o setor, além de promover a exploração de seus respectivos funcionários, despreza a natureza do trabalho pedagógico e as implicações políticas e sociais nele envolvidas. Executa-se, na universidade-empresa, uma gestão pautada por resultados em consonância com as políticas capitalistas neoliberais.

Não estamos frente a uma situação em que seja possível frear o avanço do mercado educacional por formulações compartilhadas por parte da sociedade. O fato é que, mesmo se afirmando, inclusive no texto constitucional brasileiro, que educação é um direito social e um dever do Estado, o mercado avança vorazmente. (OLIVEIRA, 2009, P. 753).

Cada vez mais liberta de restrições regulatórias, a atividade financeira passou a ocupar todos os espaços (HARVEY, 2008). Esta é uma das principais teses defendidas por Mézaros, em *Para Além do Capital*. De acordo com o autor, o capital pode ser compreendido como um modo incontrolável de controle social que atua em um quadro totalizador de referências. Nota-se que essa forma incontrolável de atuação do capital pode ser observada nas suas respectivas relações com o Estado brasileiro. Propõe-se, no tópico a seguir, uma análise sobre a relação público-privada articulada no setor de ensino superior brasileiro.

2.5 O CADE E A EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: BREVES CONSIDERAÇÕES

As proposições de Harvey e Mészáros, anteriormente destacadas, podem ser melhor compreendidas através da análise sobre a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça (Lei nº 12.529/2011). De acordo com a sua página oficial na *internet*⁷³, o Cade é pautado pelo objetivo de defender a livre concorrência no mercado. No âmbito do Poder Executivo, a entidade é responsável não só pelas decisões e investigações relacionadas à matéria concorrencial, como também pelo fomento e disseminação da cultura da livre concorrência.

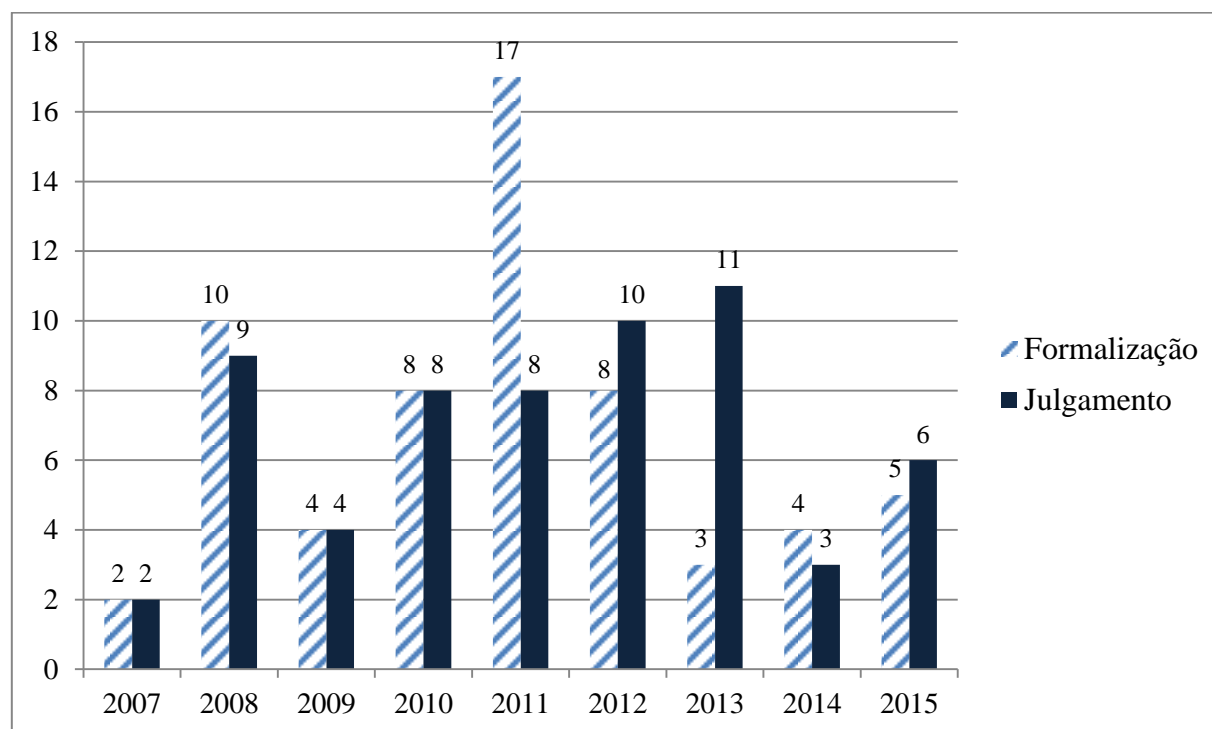
Até o final de 2015, o Cade analisou 62 atos de concentração no ensino superior privado. Dentre esses, as fusões e as aquisições entre as IESPs, bem como as operações de entrada de fundos de investimento no capital social de empresas do setor.

Ainda que o órgão tenha julgado e aprovada a entrada do Grupo Apollo no capital da Pitágoras (atual Kroton) em 2001, foi apenas a partir de 2007 que “o movimento de fusões e aquisições no setor do ensino superior se tornou significativo em termos de notificações ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Sbdc)” (CADE, 2015, p. 27).

Nota-se que o auge das análises relacionadas aos processos de fusão e aquisição do setor de ensino superior privado foi alcançado no período de 2011 a 2013, com 29 julgamentos. Leia-se, no gráfico a seguir, os atos de notificações e julgamentos executados pelo Cade, entre 2007 a 2015.

⁷³ Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/>>. Acesso em 29 de dezembro de 2016.

Gráfico 15 - Atos de Concentração no Ensino Superior Privado - Notificações e Julgamentos realizados pelo CADE (2007-2015).



Fonte: Departamento de Estudos Econômico do CADE

Cabe ressaltar que nem todos os processos de fusões e aquisições passam pelo Cade. Portanto, o número de formalizações e julgamentos realizados pelo órgão não corresponde ao número total de fusões e aquisições executadas no mesmo período. Para serem avaliadas por este conselho, as empresas devem se enquadrar nos critérios legais de notificação obrigatória, estabelecidos no artigo 88 da Lei nº 12.529/2011, com valores atualizados pela Portaria Interministerial 994, de 30 de maio de 2012:

Devem ser notificados ao Cade os atos de concentração, em qualquer setor da economia, em que pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios total no Brasil, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 750 milhões, e pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios total no Brasil, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 75 milhões. (BRASIL, art.88 da Lei nº 12.529/2011).

O art. 90, da mesma lei, estabelece o ato de concentração da seguinte forma:

- I - 2 (duas) ou mais empresas anteriormente independentes se fundem;
- II - 1 (uma) ou mais empresas adquirem, direta ou indiretamente, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, por via contratual ou por qualquer outro meio ou forma, o controle ou partes de uma ou outras empresas;
- III - 1 (uma) ou mais empresas incorporam outra ou outras empresas; ou;
- IV - 2 (duas) ou mais empresas celebram contrato associativo, consórcio ou *joint venture*⁷⁴. (BRASIL, 2011).

Com o aumento dos casos e dos níveis de concentração, esse processo de análise se tornou mais complexo. Dessa forma, questões relacionadas à definição de mercados relevantes, à rivalidade e à formação de mercados de ensino a distância, cuja dinâmica é diferente dos mercados de ensino presencial, demandaram mais tempo de análise por parte do Sbdc.

Nas análises realizadas pelo Cade, identifica-se a formação de estruturas concentradas e a possibilidade da prática abusiva do poder de mercado empreendida pelas líderes empresariais através de barreiras regulatórias, economias de escala⁷⁵ e investimentos em propaganda e *marketing*⁷⁶.

Poucos casos, apenas cinco, chegaram ao ponto de analisar a possibilidade de que eficiências geradas pela operação pudessem neutralizar possíveis efeitos concorrenciais negativos delas decorrentes. Contudo, em nenhum

⁷⁴ *Joint Venture* é um termo econômico muito utilizado para designar a cooperação econômica ou estrutural entre duas ou mais empresas que podem ou não ser do mesmo ramo, sendo que nesta parceria nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. Em muitos casos, a *joint venture* atua no sentido de ampliar o mercado consumidor de grandes multinacionais ao demandar um grande investimento em infraestruturas e transportes. (CADE, 2015, p. 43).

⁷⁵ De acordo com o CADE (2016), as economias de escala ocorrem quando o custo médio por unidade produzida diminui à medida que aumenta a escala ou a magnitude da produção total de uma firma. Traduzindo para o negócio de prestação de serviços de ensino superior, especialmente no EAD, as IES usufruem de economias de escala quando aumentam o número de alunos matriculados de forma a diluir os custos da infraestrutura necessária para prestar o serviço (polos presenciais, sistemas de comunicação, professores, produção de conteúdo e material didático, logística de distribuição, etc.), assim, à medida que aumenta o número de alunos, o custo médio da prestação do serviço por aluno diminui.

⁷⁶ No mercado de educação superior, a marca desempenha papel importante nas estratégias de crescimento e consolidação das empresas. Instituições de ensino tradicionais, tais como as Pontifícias Universidades Católicas (PUC-Rio, PUC-SP, etc.) ou a Fundação Getúlio Vargas já têm reputação consolidada no mercado, enquanto as instituições de massa (como Kroton e Estácio, por exemplo) investem na marca como forma de se diferenciar de outras que apresentam preços semelhantes, porém são desconhecidas do grande público.

dos casos as requerentes obtiveram êxito em provar ao Cade a efetividade desse argumento, seja porque as eficiências alegadas não trariam benefícios para os consumidores, apenas para as empresas, seja porque não poderiam ser obtidas num prazo máximo de dois anos, ou, ainda, porque haveria outras formas de alcançá-las que não a fusão entre dois concorrentes. (CADE, 2015, p.61).

No período de 2007 a 2015, o Cade julgou e aprovou 62 atos de concentração no mercado de ensino superior privado. Nota-se que um caso foi arquivado porque as requerentes desistiram da operação. A ampla maioria foi aprovada sem restrições. Apenas quando necessário, houve imposição de condições para a aprovação de operações, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 3

Decisão em Atos de concentração no ensino superior privado (2001-2015)

Decisão	Quantidade de Atos de Concentração	Percentual
Aprovados sem restrições	48	77,42%
Aprovados mediante adequação da cláusula de não concorrência	8	12,90%
Aprovados mediante TCD* ou ACC**	5	8,06%
Arquivado por perda de objeto	1	1,61%
Total	62	100,00%

*Termo de Compromisso de Desempenho

**Acordo em Controle de Concentração

Fonte: Departamento de Estudos Econômicos do CADE

Nota-se que, apesar do Cade ser um órgão federal pautado pelo objetivo de “investigar, em todo o território nacional, e posteriormente julgar cartéis e outras condutas nocivas” (CADE, 2015), ou seja, assumir a função de um conselho antitruste, a instituição aprovou praticamente todos os processos julgados. Nota-se que a Lei Antitruste não repudia necessariamente o poder do mercado e nem torna inviável a formação de monopólios, procura apenas controlá-los.

O reordenamento de poder no mundo atual não exclui o ensino superior privado. Em meio a esse cenário, nota-se uma nova configuração no modo de fazer negócios. O processo de venda do ensino superior brasileiro ao capital não visa à humanização, à socialização ou à universalização do conhecimento, mas sim uma adaptação às novas formas de produção e reprodução do sistema capitalista. Propõe-se, no próximo capítulo, um aprofundamento no estudo relacionado a essa questão, a ser desenvolvido por meio de uma análise pautada no caso do grupo Uniesp.

3 CAPÍTULO

O GRUPO UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIESP)

Propõe-se, nesse capítulo, uma análise sobre a empresa Uniesp. Ancorado a uma investigação documental, esse estudo se encontra pautado pelo objetivo de promover uma compreensão sobre as diversas etapas de seu processo de criação, construção e atuação em diversos estados brasileiros e, em especial, no estado de São Paulo. Em um segundo momento, a pesquisa procura apresentar as especificidades administrativas e pedagógicas, bem como as averiguações judiciais pelas quais passa a empresa.

3.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EXPANSÃO DO GRUPO UNIESP

A expansão do ensino superior no Brasil pode ser caracterizada de diversas formas, mas há alguns elementos que devem ser analisados com maior especificidade. Primeiramente, vale notar que se trata de um episódio historicamente tardio, visto que a primeira universidade do Brasil surgiu na década de 1920, enquanto, nesse momento, o ensino superior nos Estados Unidos da América - EUA se encontrava universalizado.

Segundo, o fato de o país ter um alto índice de privatização nesta modalidade de ensino, com predomínio de instituições particulares com fins lucrativos. O Brasil está entre os cinco países no mundo com a maior porcentagem de estudantes matriculados no ensino superior privado. Em São Paulo, a rede privada de ensino superior acolhe uma quantidade de alunos expressivamente superior aos demais estados brasileiros: 92% das vagas do ensino superior, nesse estado, são ocupadas em instituições particulares.

O grupo Uniesp – lócus desta pesquisa – é uma das instituições que vem se expandindo pelo interior do estado de São Paulo e pela capital paulista⁷⁷ na última década. A empresa efetivou a compra de IESPs isoladas e promoveu a ampliação de suas respectivas unidades de ensino em 52 municípios paulistas, além de atuar nos estados do Rio de Janeiro, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Per-

⁷⁷ “Nos próximos 4 anos, nosso objetivo será instalar faculdades em todas as cidades do Estado de São Paulo com população acima de 100 mil habitantes”.

Disponível em: <<http://www.Uniesp.edu.br/prudente/conceitoUniesp.asp>> Acesso em 17 de março de 2014.

nambuco, abrangendo mais de 103 municípios brasileiros de acordo com seu *site* oficial na internet .

Fundada no dia 8 de maio de 2000, de acordo com o Portal de Convênios do Governo Federal⁷⁸, a instituição se encontra registrada como Fundação Uniesp de Teleducação, CNPJ 03.802.620/0001-32, sediada no município de Presidente Epitácio-SP⁷⁹ e categorizada como entidade privada sem fins lucrativos. No entanto, a empresa se encontra registrada no MEC⁸⁰ com outro nome (Uniesp S.A) e com outro CNPJ (19.347.410/0001-31). Nesse, a natureza jurídica da instituição é documentada como “sociedade anônima fechada” e suas respectivas IES⁸¹, inscritas no item “categoria administrativa”, ora constam como “privadas com fins lucrativos”, ora constam como “privadas sem fins lucrativos”.

No ano de 2012, em depoimento à CPI do Ensino Superior da Assembleia Legislativa de São Paulo o presidente/proprietário do Uniesp, afirmou que a instituição é uma *holding*⁸², uma empresa privada com fins lucrativos que não tem finalidade educacional. “Todos os contratos das Faculdades são feitos pelo IESP – Instituto Educacional do Estado de São Paulo, que é uma das mantenedoras do grupo. Ao assumir uma faculdade, a pessoa jurídica é o “IESP”, credenciada no MEC”⁸³.

Constata-se, ainda, que a Fundação Uniesp de Teleducação se autodenomina como associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos⁸⁴,

⁷⁸ Disponível em: <<http://api.convencios.gov.br/siconv/dados/proponente/3802620000132.html>> Acesso em 04 de agosto de 2015.

⁷⁹ Há que se ressaltar que o Grupo UNIESP iniciou suas respectivas atividades educacionais como escola de educação básica, em Presidente Epitácio-SP, em 1998. (Disponível em: <<http://www.Uniesp.edu.br/prudente/conceitoUniesp.asp>>. Acesso em 17 de março de 2015). Só mais tarde, no ano de 2000, foi transferida para o município de Presidente Prudente-SP e no ano de 2005 começou suas atividades na modalidade de ensino superior. Tais informações, no entanto, nos documentos disponíveis não são precisas quanto a data de fundação da Instituição.

⁸⁰ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTgwNA>>. Acesso em 22 de junho de 2017).

⁸¹ São 98 unidades em 2017 de acordo com o e-Mec.

⁸² Cf. Capítulo 1, p. 52.

⁸³ Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_ensino_superior_relatorio_final.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

⁸⁴ Por se autodenominar de caráter “sem fins lucrativos”, a Fundação Uniesp em 2008, de acordo com o convênio de nº 701192 do Ministério do Trabalho e Emprego (Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convencios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=701192&TipoConsulta=TR-PJ3>>. Acesso em 22 de junho de 2017), contou com uma verba de R\$ 2.050.000,04 liberada em 31/12/2008, pelo governo federal para “qualificação de 5.190 trabalhadores, na faixa etária de 18 a 60 anos com pelo menos a 4ª série do Ensino Fundamental e que fossem beneficiários do Programa Bolsa-Família na Região Metropolitana de São Paulo-SP” e R\$ 495.000,00 pelo convênio de nº 622212 que objetivou, segundo o portal da transparência (2008), estabelecer cooperação técnica e financeira mútua para a integração e opera-

de caráter filantrópico, assistencial, promocional e educacional, sem cunho político ou partidário, com objetivos educacionais e culturais, que visa atender todos que a ela se dirigem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa⁸⁵.

O Instituto Educacional do Estado de São Paulo “IESP” (CNPJ 63.083.869/0001-67), possui faculdades cadastradas no Fies, no Pronui e na Bolsa Universidade (programa estadual paulista de auxílio a estudantes do ensino superior). Nota-se que esse instituto não administra apenas faculdades, mas também colégios de educação básica, em várias cidades. Cabe observar que no projeto pedagógico de curso da Faculdade de São Paulo, uma das instituições mantidas pela IESP-Uniesp, consta o seguinte registro:

O Instituto educacional do Estado de São Paulo é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo, na Capital e filial nesta cidade, com CNPJ nº. 63.083.869/0001-67 e Estatuto registrado e microfilmado no 1º. Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica sob nº 333689 em 30/05/2007 e posterior alteração registrada no mesmo Ofício, microfilmada sob nº 342439 em 24/03/2008, sendo a última Ata da Assembleia Geral realizada em 22 de dezembro de 2008, microfilmada sob nº351461, em 11/02/2009. De conformidade com seu Estatuto e registros cartoriais, tem como objetivos fundamentais a Educação, o Ensino, a Investigação e a Formação Profissional, bem como o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Filosófico e Artístico da região na qual está inserida (PPC, FACULDADE DE SÃO PAULO, 2014, p. 6).

Apesar do Uniesp declarar suas respectivas IES como entidades de caráter filantrópico e sem fins econômicos, sua expansão não condiz com essa prerrogativa legal⁸⁶.

No ano 2000, o Uniesp apresentava um quadro discente formado por 661 alunos e disputava o crescente mercado educacional com as novas IESPs. A instituição passou a ser pressionada pelas avaliações externas, implementadas pelo Estado, e a se tornar alvo de de-

cionalização entre as políticas de desenvolvimento e emprego do sistema público de emprego, trabalho e renda. Disponível

em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=622212&TipoConsulta=1&UF=SP&CodMunicipio=6927&CodOrgao=40000&Pagina=&Periodo=>>>. Acesso em 22 de junho de 2017.

⁸⁵ Disponível em:

<<http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=2&Destino=InstituicoesTemplate&CodigoInstituicao=8960&Instituicao=Fundacao-UNIESP-de-Teleduacao>>>. Acesso em 28 de junho de 2016.

⁸⁶ Em 2015, segundo os dados divulgados pelo INEP/Deed, 60% das IESPs reconhecidas pelo MEC se encontravam registradas na categoria de entidade com fins lucrativos.

núncias por parte de alunos, de professores, de ex-funcionários e, principalmente, da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), que forçou a sua reestruturação interna. Atualmente o grupo busca estratégias gerenciais e mercadológicas para se expandir frente à ostensiva disputa pelo mercado educacional do ensino superior brasileiro.

Segundo a revista *Exame*, o crescimento do Uniesp foi tão acelerado que “o próprio dono da empresa” diz perder a conta de quantas unidades tem (são 69? Ironiza)” (EXAME, 2012). Em 2011, a rentabilidade do “IESP”, maior mantenedor do Uniesp, alcançou 0,75%. Cabe notar, comparativamente, a rentabilidade alcançada pelas lideranças desse mercado: Kroton 7%, Estácio 6% e Anhanguera 3%. Nota-se que a estratégia econômica articulada pela empresa foi a compra de faculdades deficitárias e pequenas (com 1 000 alunos, em média), cujas aquisições não alcançavam o radar dos grandes grupos.

Em seu *site* oficial, o Uniesp declara que “pauta sua atuação com base nos conceitos de vocação para o ensino, por meio de uma Educação Solidária ministrada nas mais diversas áreas, cursos e habilitações”. De acordo com a empresa, a sua responsabilidade é proporcionar à população dos 103 municípios atendidos a oportunidade do ingresso ao ensino superior. Para tanto, o Uniesp realiza parcerias, por meio de “programas e projetos sociais”, com instituições de renome que oferecem a concessão de bolsas de estudo aos conveniados.

A expansão que temos tido ao longo desses anos é o reconhecimento pela busca constante de qualidade de ensino, a qual a Uniesp mantém por meio de um quadro docente qualificado, de instalações adequadas para o ensino e o atendimento às normas do Ministério da Educação (UNIESP, 2015).

Em uma reportagem veiculada pela revista *Isto É*, acerca da expansão do Uniesp nos últimos anos, declara-se que “o grupo educacional dobrou o número de alunos em um ano, com uma estratégia agressiva de aquisições - uma média de dez por mês” (ISTO É, 2013).

Até 2012, o Uniesp oscilava entre a sétima e a décima colocação no *ranking* de maiores redes de ensino superior privado do país, conforme tabela apresentada anteriormente. A partir desse ano, a sua quantidade de alunos dobrou, alcançando a soma de 106,9 mil. Se-

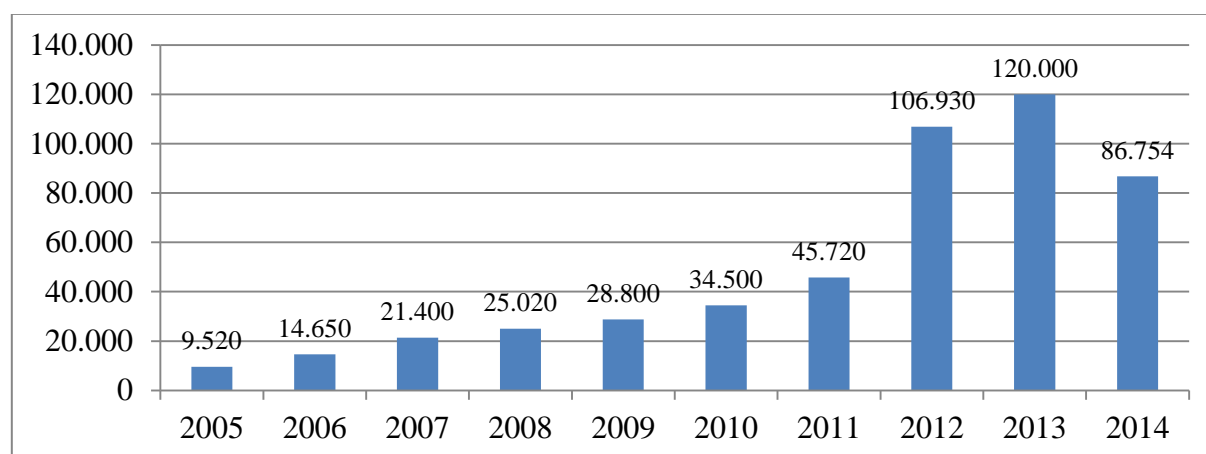
gundo a *Isto É*, das 120 unidades do grupo neste ano, 100 vieram de aquisições. Cabe notar que o atual plano da Uniesp é alcançar os EUA⁸⁷.

A nova ambição da Uniesp, que atua em 11 Estados brasileiros (a meta é chegar a 14 neste ano), é expandir-se internacionalmente. O grupo contratou o Brasilinvest, banco de negócios do empresário Mario Garnero, para intermediar a sua entrada no mercado americano. “Já há três alvos mapeados, nos Estados da Florida e de Ilinois, e eles estão conversando”, afirma Garnero. Uma parceria para pesquisas com a Rice University, do Texas, já foi acertada. A intermediação de Garnero inclui um encontro do dono do Uniesp com Jeb Bush, ex-governador da Florida, filho e irmão de dois ex-presidentes americanos, George Bush e George W. Bush, respectivamente. O interesse da Uniesp é atrair latinos, brasileiros, em especial, que moram nos Estados unidos, para as faculdades da empresa. (ISTO É, 2013).

Segundo o presidente/proprietário do grupo, o objetivo do Uniesp é alcançar os estudantes dos EUA através da mesma estratégia utilizada para atrair o público-alvo brasileiro. De acordo com o seu mantenedor/proprietário, muitos alunos nos EUA se encontram em condições de marginalização. Por isso, o projeto da empresa “é pegar o último da fila”. E, ao se referir à concorrência empresarial, afirma que “a classe C pode ficar para a Kroton”.

O gráfico 16 apresenta a expansão do Uniesp no período de 2005 a 2014⁸⁸.

Gráfico 16 – Expansão da UNIESP em número de alunos (em milhares) - 2005-2014.



Fonte: Números informados no *site* oficial da empresa

⁸⁷Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130524/compro-sua-faculdade/3028.shtml>>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

⁸⁸ Em 2015 os dados não foram divulgados;

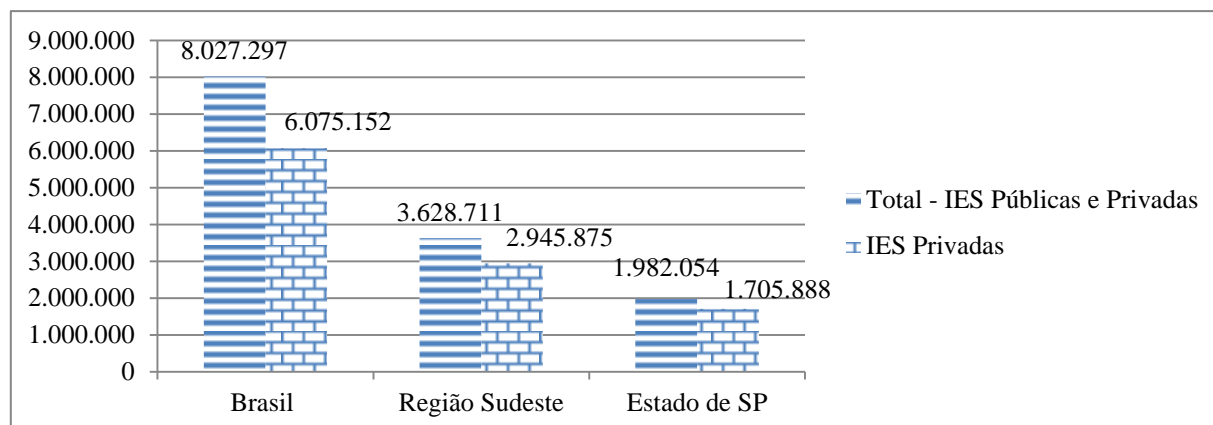
Nota-se que o Fies, ao contemplar 77% dos alunos do Uniesp, foi um veículo fundamental para a empresa atingir o seu atual número de matrículas.

3.2 CONTEXTUALIZANDO A UNIESP NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO

Nos últimos anos, algumas características predominaram no ensino superior privado brasileiro: a privatização, a expansão pelo interior do país e a fragmentação institucional⁸⁹. Trata-se de um quadro que resulta do processo de aceleração do crescimento e da privatização do ensino superior no país, ocorrido principalmente na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Por concentrar uma parcela da população com a renda média atrativa, em termos de possíveis compradores de serviços educacionais, o estado de São Paulo foi priorizado para a expansão das IES (especialmente privadas) no Brasil.

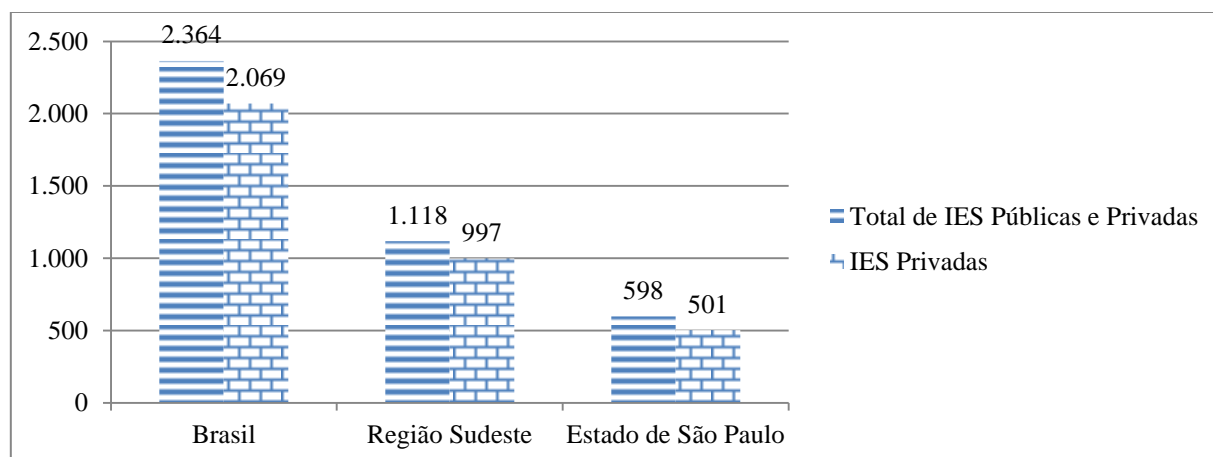
Em 2015, segundo o INEP, havia no país 8.027.297 estudantes matriculados em cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto na EAD. Desse total de universitários, 6.075.152 (78,2%) se encontravam matriculados em instituições particulares. A Região Sudeste acolheu 3.618.711 matrículas. Dessas, 2.945.875 concentraram-se nas IES privadas. Das 1.982.04 matrículas realizadas no estado de São Paulo, 1.705.888 foram acolhidas pelo setor privado de ensino. Leia-se, a seguir, esses dados apresentados no gráfico 17:

⁸⁹ Caso da UNIESP, que se subdivide em várias entidades com CNPJ diferentes, a constar: Fundação UNIESP de Teleducação; UNIESP Solidária; UNIESP S.A e Instituto educacional do Estado de São Paulo.

Gráfico 17 - Quantidade de Matrículas registradas em 2015 pelo INEP (em milhões)

Fonte: Sinopse da Educação Superior INEP 2015.

Ainda de acordo com o INEP, essas matrículas foram registradas em 2.364 instituições de ensino superior. Cabe notar que as IESPs somam 2.069 unidades. De 1.118 IES sediadas na Região Sudeste, 967 são privadas. Por fim, observa-se que o estado de São Paulo acolhe 598 IES, concentrando 08 das 10 maiores universidades do país. Desse total, 501 pertencem ao setor privado de ensino.

Gráfico 18 - Números de Instituições de Ensino Superior - 2015 (em milhares)

Fonte: Sinopse da Educação Superior INEP 2015.

Nota-se que o setor público e o setor privado percorreram caminhos opostos ao longo dessa trajetória de expansão do ensino superior realizada no estado de São Paulo. Enquanto

as IES públicas investiram na Grande São Paulo, o setor privado potencializou a sua presença no interior do estado.

De acordo com o Semesp, esse “êxodo interior” foi desencadeado pela saturação da Grande São Paulo, que impõe limites ao crescimento empresarial. “Além disso, houve um deslocamento da atividade econômica de São Paulo para cidades do interior como Araras, Ribeirão Preto, Campinas” (Valor, 2007, p.48). Nesse cenário interiorano, “de 2000 para cá, muitas escolas de educação fundamental e média aproveitaram espaços ociosos, à noite, e abriram faculdades” (SEMESP, 2008).

Segundo o jornal *Valor Econômico* (2007), nesses últimos anos, uma das empresas que mais investiu no interior do estado de São Paulo foi a Anhanguera Educacional. Para o diretor de *marketing* da Anhanguera, “o interior teve uma ampliação da malha viária, registrou o deslocamento de empresas nacionais e multinacionais e ainda oferece benefícios fiscais e de terra”. Nota-se que a Estácio de Sá também investiu maciçamente nesse cenário, bem como o Uniesp que, além de ser oriundo do interior do estado, expandiu as suas unidades nesse campo e transferiu a sua sede para a capital.

Em 2014, segundo o Sead⁹⁰, o PIB do estado de São Paulo atingiu cerca de R\$ 1,8 trilhão, equivalendo a 32% dos R\$ 5,7 bilhões do PIB brasileiro⁹¹. O crescimento acelerado do estado e a atuação de um mercado em profunda transformação, marcado pelo crescimento das instituições, pela abertura de novas faculdades e pelo movimento de aquisições e fusões, foram elementos favoráveis para o surgimento de novas empresas educacionais. Nota-se que a maior parte das matrículas em cursos presenciais públicos e privados de ensino superior do estado está concentrada na região metropolitana de São Paulo e na região administrativa de Campinas: juntas, respondem por 1,1 milhão de matrículas, uma quantidade equivalente a 70,7% do total.

Infere-se que a expansão das IESPs pelo interior de São Paulo também foi influenciada pelo processo de descentralização do setor industrial do estado. De acordo com Paulo Inácio Vieira Carvalho, essa descentralização “tem início na década de 1980, quando as fábricas começam a deixar as regiões metropolitanas em direção a municípios do interior” (CARVALHO, 2013). O geógrafo explana, ainda, que o movimento de migração das indús-

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pib-anual/>> Acesso em 26 de dezembro de 2015.

⁹¹ Valores referentes a ano de 2014, último ano de divulgação dos dados pelo SEADE.

trias concentradas nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo para o interior desses estados prosseguiu até a década seguinte e se estendeu para os estados menos industrializados do país.

Juntamente com Minas Gerais e Rio Grande do Sul, São Paulo e o Rio de Janeiro tornaram-se os estados mais industrializados, desenvolvidos e ricos do Brasil, atraindo também os investimentos do capital estrangeiro, incentivados no governo de Juscelino Kubitschek. Essa disposição das fábricas no território brasileiro manteve-se praticamente intacta até meados da década de 1980, quando se iniciou o processo que se desenvolve até hoje: a descentralização industrial. (CARVALHO, 2013, s/p).

Nota-se que os espaços mais atrativos para o setor industrial costumam ser as regiões próximas às rodovias que facilitam o acesso aos grandes centros. Por isso, nos anos 1980, as indústrias se instalaram, principalmente, nas cidades do interior paulista. Dessa forma, São José dos Campos, Taubaté, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, São Carlos e Ribeirão Preto, foram as cidades priorizadas pelo setor industrial.

Alguns exemplos de indústrias instaladas no interior de São Paulo são a Mercedes-Benz, em Campinas; a Hyundai, em Piracicaba; e a General Motors, em São José dos Campos, que também é sede da Embraer. Compreende-se que, a partir dos anos 2000, devido à “guerra fiscal”, houve um movimento intenso de migração empresarial para outras regiões brasileiras. No entanto, o estado de São Paulo, principalmente em suas cidades interioranas, ainda oferece diversos incentivos fiscais para a expansão empresarial, desde a isenção de impostos até a construção de instalações industriais. Além disso, o estado apresenta vantagens relacionadas à infraestrutura, tais como: proximidade aos grandes centros consumidores; força de trabalho “qualificada e disponível”; localização estratégica para o escoamento de mercadorias, tanto para o interior quanto para o exterior do país; etc.

Diante de um cenário favorável ao desenvolvimento do setor empresarial, as IESPs aproveitaram as oportunidades fiscais concedidas pelo estado para estabelecerem suas respectivas unidades educacionais no interior de São Paulo. Embora o setor conte com outros estímulos de cunho socioeconômico, os incentivos políticos e a clientela com poder aquisitivo para o consumo de serviços educacionais foram os fatores determinantes para essa interiorização das IESPs.

Nesse contexto, o Uniesp, conforme informado anteriormente, instalou suas unidades em 52 municípios paulistas: Araçatuba, Araraquara, Assis, Aurifloma, Avaré, Bauru, Birigui, Boituva, Campinas, Dracena, Garça, Guararapes, Guaratinguetá, Hortolândia, Ibitinga, Ibiúna, Ilha Solteira, Itu, Jacareí, Jaú, José Bonifácio, Jundiaí, Marília, Mirandópolis, Mirassol, Monte Alto, Olímpia, Orlandia, Ourinhos, Penápolis, Piraju, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Penápolis, Rancharia, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Barbara D'Oeste, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, São José do Rio Preto, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Sumaré, Taquaritinga, Teodoro Sampaio, Tiete, Tupã, Varigem Grande Paulista, Vinhedo⁹².

Cabe notar que a expansão da empresa foi efetivamente iniciada entre 2004 e 2005, quando o Uniesp assumiu a Faculdade Renascença, em São Paulo. Fundada pela colônia judaica, em 1922, a faculdade transferiu suas unidades instaladas em Bom Retiro e Higienópolis para o centro de São Paulo. Ao assumir essa instituição, o Uniesp passou a contar com quatro unidades instaladas em prédios próprios no centro de São Paulo e duas localizadas em outros bairros paulistanos. Nota-se que essa foi a primeira aquisição realizada pelo Uniesp, que instalou sua sede na zona central de São Paulo.

Vale abrir um parêntese para esclarecer que a região comumente denominada como "centro de São Paulo" eventualmente inclui outras áreas além da zona central da cidade. No contexto paulistano, o "centro" contempla a região da antiga Administração Regional da Sé, que outrora incluía os distritos Brás e Pari, atualmente englobados pela Subprefeitura da Mooca. O centro de São Paulo foi um dos principais polos financeiros da cidade até os anos 1970. A partir dessa década, devido ao desenvolvimento de outras áreas da cidade, muitas empresas migraram para outros distritos do município. Nos anos 1990, surgiram os primeiros movimentos em defesa da recuperação do centro de São Paulo, protagonizados por entidades como a associação Viva o Centro. Os governos do estado e do município de São Paulo apoiaram essa revitalização. Esse processo de recuperação tem estimulado a instalação de muitos escritórios e empresas na região. Atualmente, o centro de São Paulo conta com várias linhas de ônibus e com as estações de metrô Anhangabaú, Sé, São Bento e República.

⁹² Disponível em: <<http://www.faculdadeiesb.edu.br/faculdade.asp>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016. Dados referentes a 2015.

Compreende-se, portanto, que o Uniesp foi instalado em um ponto estratégico da cidade de São Paulo. Para além de ser contemplada pelo projeto de revitalização, essa região paulistana conta com uma extensa rede de transportes públicos. Ao instalar unidades no centro de São Paulo, o Uniesp visou alcançar os trabalhadores dessa região para “dar oportunidade de estudarem perto do local onde trabalham possibilitando uma ascensão pessoal e profissional⁹³”. No período noturno, as ruas centrais da capital de São Paulo são tomadas por estudantes do Uniesp. Essa grande demanda motivou, inclusive, a abertura de novos estabelecimentos comerciais com expediente noturno⁹⁴.

Na capital, o Uniesp possui unidades no Centro Velho e Centro Novo⁹⁵: Brooklin, Butantã, Guaianases, Interlagos, Itaquera, Mooca, Penha, São Mateus e Tucuruvi. A empresa também possui unidades no litoral e na Grande ABC Paulista: Guarujá; Barueri, Caieiras, Diadema, Guarulhos, Guaratinguetá, Jacarei, Itapeverica da Serra, Jandira, Mauá, Mogi das Cruzes, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Suzano⁹⁶.

Segundo o IBGE, em 2015, o estado de São Paulo acolhia uma população estimada em 44.935.379⁹⁷ milhões de habitantes. Formado por 15 regiões administrativas (totalizando 645 municípios), o estado ocupava o primeiro lugar no *ranking* em número de alunos matriculados em cursos presenciais de ensino superior. As Regiões Administrativas que reúnem a

⁹³ Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/institucional/>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

⁹⁴ Observação feita durante coleta de dados da pesquisa em 2015.

⁹⁵ O chamado “centro velho” da capital paulista, nada mais é que o núcleo da primitiva povoação de “São Paulo do Campo”, fundada pelos padres jesuítas em 25 de janeiro de 1554. Essa denominação veio em oposição ao que se começou a chamar de “centro novo” ou “cidade nova”, a partir da última década do século XIX, quando, com a inauguração do viaduto do Chá, em 6 de novembro de 1892, a colina além Anhangabaú começou a ser loteada. No coração da parte antiga, durante cerca de 200 anos, a povoação pouco ultrapassou o que se chamou de “triângulo”, formado pelas ruas Direita, São Bento e Rosário (atual XV de Novembro). Essa forma geométrica vem desde os primórdios, quando três ordens religiosas aqui implantaram suas igrejas e conventos, formando (talvez propositalmente), um triângulo mais externo, com uma igreja em cada ângulo, simbolizando a Santíssima Trindade, a proteger a incipiente povoação. Nessa região, com seus vários largos, terreiros, ruas e vielas estreitas, desenvolveu-se toda a vida social de São Paulo. Nas primeiras décadas do século passado, ali estavam as principais igrejas, os escritórios das grandes empresas, os maiores bancos, as melhores lojas, os mais altos edifícios, e os principais cinemas e teatros (UNESP, 2016).

Disponível em: <http://dv.fosjc.unesp.br/ivan/downloads/Variiedades_de_livre>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.faculdadeiesb.edu.br/faculdade.asp>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁹⁷ Dados do IBGE, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em 26 de dezembro de 2016.

maior porcentagem de matrículas – 74,8% – em cursos presenciais são: a Metropolitana de São Paulo (920,2 mil), a de Campinas (233,4 mil) e a de Sorocaba (83,3 mil) ⁹⁸.

No estado de São Paulo, da quantidade total de empregados registrados com carteira assinada, 6,5 milhões cursaram o ensino médio completo e cerca de 2,7 milhões cursaram o ensino superior completo (IBGE, 2015). Em 2015, segundo o INEP, havia 1.850.964 estudantes matriculados no ensino médio, nesse estado. Cabe notar que a capital concentra uma população de 12.038.175 milhões de habitantes (IBGE, 2016). A região da Grande São Paulo, por sua vez, é constituída por 39 municípios e acolhe cerca de 19,8 milhões de habitantes, uma das maiores concentrações populacionais do planeta. Destacam-se as cidades do ABC paulista, da Grande São Paulo, devido à importância representada no aspecto econômico, político e social do estado: Santo André (com 712.749 habitantes), São Bernardo do Campo (com 765.463 habitantes) e São Caetano do Sul (com 158.825 habitantes) (IBGE, 2015)⁹⁹.

Nota-se que a quantidade de contratos firmados com o Fies, no estado de São Paulo, representa um fator potencialmente atrativo para os mantenedores das IESPs. Em 2013, de acordo com o MEC¹⁰⁰, havia o total de 559.905 mil contratos firmados com o Fies em todo o país. Ressalta-se que a Região Metropolitana de São Paulo respondeu por 258,3 mil desses. A Região Metropolitana de Campinas, por 93,3 mil. Nas RAs de Sorocaba e São José dos Campos, firmaram-se mais de 30 mil contratos. Nas RAs de Marília, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Baixada Santista, somaram-se entre 10 a 18 mil contratos. Nas cinco demais RAs, firmaram-se menos de 10 mil contratos.

Cabe retomar a seguinte reflexão, proposta por Harvey, para compreender a expansão empresarial do Uniesp no estado de São Paulo: “o princípio número um é que todos os limites geográficos da acumulação do capital têm de ser ultrapassados. O capital, Marx escreveu nos *Grundrisse*, ‘tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio da troca, para conquistar toda a terra, como seu mercado’” (HARVEY, 2011, p. 128). Em uma passagem mais prosaica, o autor tece o seguinte pensamento:

⁹⁸ Dados compilados pelo SEMESP – Sindicato dos Mantenedores do Ensino Superior Privado. Disponível em: <http://semesp1.tempsite.ws/semesp_beta/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

⁹⁹ Cabe ressaltar que os dados do IBGE, referentes ao Censo Populacional, apresentam a quantidade populacional da cidade e do estado de São Paulo até 2011 e os dados aqui apresentados são estimativas para os anos de 2015-2016 feitas pelo próprio instituto.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

As leis coercitivas da concorrência (muitas vezes rebatidas) impelem as empresas e os Estados a buscar vantagens conferidas pelo comando superior do espaço e do tempo, bem como os avanços tecnológicos. A superioridade em qualquer um desses aspectos traz benefícios econômicos, políticos e militares claros. A crença-fetiche, em seguida, assume que existe uma correção tecnológica ou espaço-temporal para todos os problemas com os quais o capital se depara. Dificuldades na absorção do excedente de capital? Ou: invente uma nova tecnologia e linha de produtos. Ou: expanda geograficamente e encontre um mercado em outro lugar, por dominação colonial ou neocolonial. (HARVEY, 2011, p. 131).

Um ambiente que proporcione a proximidade aos meios de produção, à força de trabalho e aos mercados de consumo, apresenta-se como um contexto favorável ao desenvolvimento de atividades empresariais capitalistas por propiciar a redução de custos e o aumento do lucro. Em outras palavras, onde há trabalhadores (de preferência mal (in)formados); onde há mercado (no caso, um grande volume de estudantes que concluem o ensino médio); onde há condições de infraestrutura favoráveis; onde há incentivos governamentais (tais como os benefícios fiscais); e onde há empresas previamente instaladas (por não demandarem custos operacionais para o início da atuação empresarial), há possibilidades de formação de grupos empresariais do setor de ensino superior.

É neste filão de mercado que o Uniesp, na última década, estabeleceu-se em um contexto favorável à sua expansão, uma vez que o estado de São Paulo proporciona inúmeras vantagens para o funcionamento dessa instituição.

3.3 DA REPUTAÇÃO (E DENÚNCIAS) DO GRUPO UNIESP

Atualmente, o Uniesp abrange uma área significativa no estado de São Paulo – incluindo a capital, a Grande São Paulo, o litoral e o interior –, aproveitando seus respectivos contingentes econômico e populacional. Junto à sua expressiva expansão, somam-se inúmeros problemas relativos à empresa. Para além dos seus 15 anos de existência e do faturamento que ultrapassa a R\$ 200 milhões ao ano¹⁰¹, o Uniesp se destaca por ser alvo de uma quantidade notória de denúncias realizadas por alunos e funcionários.

¹⁰¹ Valor divulgado pela imprensa, em 2013.

3.3.1 DAS DENÚNCIAS REFERENTES ÀS CAUSAS TRABALHISTAS

Em fevereiro de 2010, a Justiça do Trabalho, por meio do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, em Presidente Prudente, acatou dois pedidos de execução de multa à Uniesp.

Nota-se que a política agressiva de expansão adotada pela companhia tem prejudicado a sua imagem empresarial. Em junho de 2010, o Uniesp comprou a Faculdade Bandeirantes (Faban), em Ribeirão Preto. Passado um mês, a empresa demitiu 56% do corpo docente para contratar outros professores, com salários mais baixos. Nesse mesmo ano, o Uniesp foi multado em R\$ 49 milhões por descumprir dois termos de ajustamento de conduta (TAC) firmados com o Ministério Público. Entre agosto e setembro de 2010, os professores da Uniesp de Santo André paralisaram suas atividades para exigirem o pagamento de seus respectivos salários. No mesmo período, houve ameaças de greve nas unidades de Bauru, Taquaritinga e Ribeirão Preto.

Consta no *Relatório sobre as Irregularidades da Uniesp*, produzido pela Fepesp e pelo Sinpro, atrasos de pagamento de salários; retenção da contribuição do empregado ao INSS; demissões em massa de professores e contratação de outros com salários mais baixos; ausência de depósito do FGTS; desconto nos salários referentes a um seguro coletivo inexistente; irregularidades na contratação de plano de saúde e não homologação das rescisões contratuais.

A empresa, ao realizar a demissão em massa de professores para a contratação de outros (com salários mais baixos), prejudicou o recebimento da verba rescisória de um número expressivo de trabalhadores. Em diversas ocasiões, na Justiça do Trabalho, os mantenedores do Uniesp, procuraram atribuir a responsabilidade desses problemas aos antigos donos das faculdades e dos colégios por ele adquiridos (FEPESP, 2010).

No início de 2015, o Sindicato dos Professores de Guarulhos-SP emitiu uma nota¹⁰² de repúdio à violação dos direitos trabalhistas praticada pela Faculdade de Ciência de Guarulhos (Facig-Uniesp). De acordo com o Sindicato, a instituição¹⁰³ aproveitou o recesso es-

¹⁰² Disponível em: <<http://sinproguarulhos.org.br/>>. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

¹⁰³ A FACIG foi comprada pelo Uniesp em 2012. Desde aquele momento, somam-se inúmeras denúncias contra tal instituição: não cumprimento do plano de carreira, violação no regulamento do FIES, redução de jornadas de trabalho sem qualquer aceite por parte do professor, entre outras.

colar dos docentes para fazer alterações internas sem aviso prévio, prática que a Facig-Uniesp vinha realizando desde 2011.

Na calada da noite, negociatas e especulações eram feitas no sentido de transferir a faculdade para outro conglomerado educacional. Nenhum comunicado foi feito aos professores que disponibilizaram seus horários e chegaram até participar de reuniões pedagógicas para o início do semestre. (SINPRO, 2015).

Diante do ocorrido, os docentes foram convidados para uma reunião de esclarecimento na qual foram comunicados, pelos mantenedores, que deveriam solicitar licença não remunerada, para que não fossem demitidos sumariamente.

O caso dos professores, sem dúvidas, é o mais grave. Além de serem induzidos, de forma arbitrária, a assinarem uma licença não remunerada para o presente semestre, há a possibilidade da demissão de mais de 15 docentes. Vale ressaltar que tais professores disponibilizaram seus horários desde o ano passado, esperando assim, o início das aulas, prorrogadas, de maneira súbita, para iniciarem no dia 23 de fevereiro. Contudo, tais professores, no início dessa semana (23/02/2015), novamente foram surpreendidos ao saber que ou seriam afastados ou então desligados da instituição. Mediante ao início do ano letivo, é pouco provável que esses profissionais sejam absorvidos por outras instituições, uma vez que o andamento das aulas já se encontra em pleno vigor. (SINPRO, 2015).

3.3.2 DAS DENÚNCIAS REALIZADAS PELOS ESTUDANTES

Em relação aos estudantes, o *Relatório sobre as irregularidades da Uniesp* (2010) cita que “há reclamações de que a instituição tem como política atrair alunos com baixas mensalidades e oferta de bolsa de estudo”. Depois de um certo tempo matriculado, a bolsa é rescindida e o aluno é coagido a aderir ao Fies, passando a pagar um valor de mensalidade superior ao estabelecido no início do curso. Os alunos também reclamam de falta de aulas, cobranças indevidas nas mensalidades, falta de infraestrutura, junção de classes para suprir falta de professores, queda na qualidade de ensino, atraso no envio ou emissão de boletos, falta de retorno sobre as reclamações e irregularidades no Programa Aluno Pesquisador (retenção do dinheiro destinado à alimentação e transporte).

Apesar da maior parte das denúncias partir do estado de São Paulo, o Uniesp recebe sanções das demais regiões em que atua. Em Tocantins, alunos, professores e funcionários da Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (Fiesc)¹⁰⁴ procuram retirar o Uniesp do comando da instituição, uma autarquia municipal. Em março de 2012, 1.285 acadêmicos de 8 cursos da faculdade decidiram abandonar as aulas em protesto contra o aumento das mensalidades.

Ressalta-se a existência de outra investigação (Inquérito 1.34.001.003175/2011-96)¹⁰⁵ que procura verificar supostas irregularidades praticadas pela mesma instituição: queda na qualidade de ensino; salas de aula superlotadas e cassação indevida de bolsas de estudo no decorrer dos cursos. Nota-se, ainda, queixas relacionadas à ausência de fiscalização por parte do MEC e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, estado no qual a mantenedora se encontra situada.

Diante dessa polêmica, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)¹⁰⁶ realizou uma audiência pública, em maio de 2014, para promover uma discussão sobre as denúncias contra o Uniesp. O debate foi convocado pelo deputado Carlos Giannazi (Psol) e contou com a participação de professores, alunos e representantes da empresa. Na ocasião, uma aluna da instituição fez a seguinte declaração: “aqui ninguém tem dinheiro para pagar faculdade. É um abuso aos nossos sonhos: desde o primeiro contato, são as várias mentiras da Uniesp”. O relato é semelhante aos discursos dos demais estudantes que também participaram do evento. Apesar de muitos tentarem a transferência para outras faculdades, não conseguiam a liberação de papéis ou respondiam por dívidas impagáveis com a empresa. Seguem-se algumas queixas, relacionadas à Uniesp, registradas na audiência: matrículas efetivadas em cursos diferentes aos estudados; inscrição no Fies (via bancária) sem efetivação da matrícula; cobranças abusivas; falta de atendimento e retenção de documentos necessários para transferência.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br/estado/2012/03/09/41917-estudantes-dafiesc-fazem-paralisacao-e-reivindicam-rescisao-de-contrato-com-Uniesp>>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br/estado/2012/05/21/43918-alvo-de-reclamacoes-notocantins-mpf-abre-dois-inqueritos-para-investigar-Uniesp>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

Em abril de 2015, segundo o Jornal *GI*¹⁰⁷, diversos estudantes do Uniesp foram proibidos de realizarem as provas bimestrais da instituição por não renovarem seus respectivos contratos com o Fies. O Uniesp havia decidido que, para fazerem as provas, os alunos teriam de assinar um termo se comprometendo a pagar todo o valor do semestre caso o Fies não fosse renovado. O episódio desencadeou protestos entre os estudantes.

As sucessivas denúncias, no entanto, parecem não abalar os negócios do Uniesp. Nota-se que, depois de formados, os estudantes arcam com suas dívidas no banco, pois a faculdade recebe o valor do financiamento diretamente do governo. No caso do Uniesp, os valores são pesados: para além de uma dívida inflada, o estudante é submetido a um “trabalho voluntário” para custear (suposto desconto) seu curso.

3.3.3 DAS IRREGULARIDADES DO UNIESP EM RELAÇÃO AO ESTADO NO USO DO FIES

Além dos problemas apontados, nota-se outras irregularidades praticadas pela empresa, na sua relação com o Estado. A primeira questão a ser ressaltada é a multiplicação de mantenedoras criadas pelo Uniesp para burlar possíveis problemas judiciais e manter seu acesso aos benefícios estatais. Há registros em que constam a informação de que a empresa recebe, desde 2010, recursos públicos do governo federal (Fies e Prouni). Esses recursos foram operados pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo (CNPJ 63.083.869/0001-67), um dos 18 mantenedores da Uniesp no Brasil como já mencionado anteriormente. Nota-se que esse mantenedor gere 16 unidades da empresa, dentre elas, as Faculdades de Presidente Epitácio e Presidente Venceslau, além de uma instituição localizada na cidade de Dracena, SP. Outra operadora de recursos da empresa é a Fundação Uniesp de Teletradução. Destaca-se que essa operadora recebeu, em 2010, a verba proveniente do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 23, assinado com o Ministério do Trabalho e Emprego¹⁰⁸.

Com o acesso aos fundos públicos, o Uniesp passou a atuar com o objetivo de aumentar o seu contingente de consumidores e a sua margem de lucro. Dentre as inúmeras

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/04/alunos-da-Uniesp-sao-impedidos-de-fazer-prova-por-nao-renovarem-o-fies.html>>. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

¹⁰⁸ Cf. nota 79 p. 116.

denúncias contra a empresa, destacam-se os problemas relacionados ao programa “Uniesp Solidária”, no qual a faculdade se compromete a pagar o Fies do aluno. Registram-se, ainda, irregularidades referentes a mensalidades majoradas e aos convênios realizados com igrejas e outras instituições para a captação de estudantes.

Diante de tantas denúncias, a Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu), por meio de despacho publicado no Diário Oficial, em 14 de janeiro de 2011, desautorizou o uso da sigla Uniesp. Compreendeu-se que o Uniesp induzia os estudantes a acreditarem que a instituição representa uma universidade, apesar da empresa ser um grupo de faculdades isoladas¹⁰⁹. Dessa forma, o MEC determinou o bloqueio de 40 unidades do grupo, beneficiadas pelo Fies, até que sejam concluídas as investigações sobre as suas irregularidades. As queixas partiram da Caixa Econômica Federal e dos alunos que estavam insatisfeitos com a discrepância dos valores cobrados nas mensalidades dos cursos do Uniesp.

Segundo aponta o Ministério Público Federal, o Uniesp veicula propagandas com a promessa de pagar o financiamento aos alunos que conseguirem o Fies. No primeiro contato, apresentam ao estudante um valor do curso dividido em mensalidades coerentes ao mercado. Em alguns casos, teriam fornecido documentos com dados falsos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) constando outro valor de mensalidade, cidade e curso diferentes da real matrícula do aluno, e duração do curso estendida. Geralmente, somente após um ano no curso os alunos são interpelados a formalizarem o financiamento, caso contrário não poderão fazer re-matrícula ou provas. Para a Promotoria, o fato de o estudante já ter cursado um ano o força a aceitar a fraude. Casos de alunos que teriam recebido contratos constando cursos com mensalidades superiores também são analisados. A justificativa seria de que o Fies para o curso escolhido não fora aprovado e por isso teriam de optar pelo mais caro. De um total de 25 ações promovidas por alunos em Presidente Prudente, 20 deram perda de causa para a Uniesp. (JUSBRASIL, 2013).

Nota-se que outras denúncias relacionadas à empresa foram registradas no Diário Oficial da União, de 18 de fevereiro de 2012. Publicou-se, nesse documento, os relatórios da

¹⁰⁹ Constatou-se, nessa pesquisa, que a Sigla UNIESP, tanto na internet, quanto nos documentos impressos referentes a IESP aparece com mais de três (3) denominações, sendo elas: União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado de São Paulo; União das Instituições Educacionais de São Paulo; União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas.

CPI do Ensino Superior Privado¹¹⁰, criada no âmbito do estado de São Paulo, por meio do Ato nº 23, de 23 de março de 2011. Constam, nos relatórios, diversas queixas referentes às irregularidades praticadas pelo Uniesp. Cabe destacar o relato de Celso Napolitano, no qual o representante da Fepesp afirma que diversas instituições, inclusive o Uniesp, não cumprem minimamente a legislação trabalhista e ainda assim recebem auxílios financeiros do governo federal, através do Fies e do Proni, e do governo estadual, por meio da Bolsa Educação. Nota-se que a Bolsa Educação é um programa de financiamento estudantil por meio do qual o estado custeia a metade do valor da mensalidade e a outra metade é paga mediante o trabalho comunitário prestado pelos alunos aos finais de semana. No relatório encaminhado à CPI, consta a seguinte acusação: “a Uniesp tem como prática recorrente desrespeitar direitos trabalhistas e, quando cobrada usa de inúmeros subterfúgios para furtar-se ao cumprimento das obrigações”.

Encerrada em dezembro de 2012, a CPI do Ensino Superior Privado dedicou um capítulo do relatório ao caso do Uniesp. Em uma audiência pública anterior, realizada em março de 2012, na Assembleia Legislativa de São Paulo, reuniu-se diversos depoimentos referentes às irregularidades constadas no cotidiano dos trabalhadores e dos alunos do Uniesp.

Ainda no início de 2012, o MEC¹¹¹ iniciou outra investigação relacionada à Uniesp. Em 43 faculdades mantidas, a empresa se comprometeu a pagar o Fies de seus respectivos estudantes, oferecendo cursos inteiramente grátis. Segundo o MEC, no entanto, o Uniesp estava proibida de oferecer o financiamento federal em ao menos 17 destas faculdades, devido às suas irregularidades. De acordo com o inquérito, a instituição articulou através de seus cursos regularmente cadastrados a emissão de financiamento a alunos que ainda não

¹¹⁰ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada pelo Ato Nº 23 de 23 de março de 2011, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para apurar a situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo. Nesta CPI, segundo o Diário Oficial do Estado de São Paulo (2012) foram ouvidos depoentes diversos sobre a situação do ensino superior privado no Estado de São Paulo e no Brasil, além das análises de evidências documentais de problemas relacionados à recente expansão desse setor. O objeto principal de discussão foi a expansão do ensino superior no Brasil e a discussão em voga na mídia, na sociedade civil e no poder público. Os depoimentos ocorreram entre os dias 10/08/2011 à 9/11/2011 e o Relatório Final publicado em 18 de fevereiro de 2012.

¹¹¹ Com os indícios de fraude, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, além da própria SESU, passaram a investigar a instituição. Dentre as várias denúncias, um dos principais pontos de apuração é o programa UNIESP Solidária, por meio do qual a faculdade se compromete a pagar o FIES do aluno. Investiga-se, também, a incidência de mensalidades majoradas e os convênios com igrejas e outras instituições realizados para a captação de estudantes e sua respectiva adesão ao financiamento ofertado pelo MEC. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/03/grupo-usa-fies-para-aplicar-golpe-da-faculdade-gratuita-em-sp.html>>. Acesso em 06 de junho de 2015.

estavam inscritos no Fies. A Caixa Econômica Federal, então financiadora do Fies, classificou a situação como "fraude". O MEC, por sua vez, suspeitou que a empresa tivesse a intenção de utilizar o volume de alunos atraídos pelos “cursos grátis” para pressionar a liberação governamental do financiamento.

Fábio Takahashi, em “Escola que promete quitar dívida de aluno é investigada”, reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* (2012), narra as investigações realizadas pelo MEC a respeito das diversas irregularidades praticadas pelo Uniesp para captação de novos alunos¹¹², dentre elas, a oferta de cursos gratuitos.

Cabe notar que além da mensalidade, a empresa exige o pagamento de taxas adicionais, referentes a outros serviços. O Ministério Público Federal (MPF), por sua vez, vem multando algumas IESPs que realizam esse tipo de cobrança. De acordo com o MPF, a cobrança de valores adicionais é uma prática empresarial abusiva, pois as taxas de serviços são agregadas às mensalidades dos cursos. Desse modo, a única forma legítima de remuneração às IESPs é o pagamento das mensalidades. Nessa perspectiva, o custo da emissão de documentos se encontra incluído aos valores pagos mensalmente pelos alunos. Por isso, as taxas adicionais são categorizadas como cobrança dúplice pelo mesmo serviço e representam uma afronta às normas gerais da educação nacional¹¹³.

Contudo, o Uniesp ignora o MPF e cobra tarifas adicionais dos estudantes em suas respectivas unidades de ensino. Cabe exemplificar a questão apresentando o caso da Faculdade Barddal, em Florianópolis, adquirida pelo Uniesp. Nas Tabelas 4 e 5, são apresentados os valores e encargos cobrados pela instituição, estabelecidos por meio de uma Portaria Interna (N.71/15).

Tabela 4

ENCARGOS E SERVIÇOS COBRADOS PELO UNIESP

Emolumentos – valores Uniesp /faculdades Barddal	
Lista de serviços:	Valores:
Análise Curricular	R\$ 15,00
Colação de Grau fora de prazo	R\$ 50,00

¹¹² Cabe lembrar que tais irregularidades já vinham sendo investigadas pelo MEC desde 2011.

¹¹³ Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/>>. Acesso em 04 de novembro de 2015.

Prova Repositiva do Exame Final (por disciplina)	R\$ 100,00
Prova Repositiva (por disciplina)	R\$ 30,00
Reanálise Curricular (por disciplina)	R\$ 30,00
Cancelamento de Matrícula após o início das aulas	R\$ 100,00
Transferência Interna de Curso ou Período	R\$ 20,00

Biblioteca:

Atraso na Devolução de Livro (por livro e por dia)	R\$ 5,00
--	----------

Lista de documentos:

Atestado de Conclusão de Curso (Graduação, Extensão, Pós Grad.) 2ª Via	R\$ 40,00
Atestado e/ou Declarações (de semestre, período, curso, entre outros)	R\$ 20,00
Carteira de Estudante – 1ª via	R\$ 30,00
Carteira de Estudante – 2ª via	R\$ 50,00
Diploma Simples	Isento
Diploma simples com apressamento	R\$ 100,00
Diploma simples 2ª via	R\$ 200,00
Diploma Especial	R\$ 100,00
Diploma Especial com apressamento	R\$ 200,00
Diploma Especial 2ª via	R\$ 250,00
Diploma em pergaminho (pele de carneiro)	R\$ 150,00
Diploma em pergaminho (pele de carneiro) com apressamento	R\$ 300,00
Diploma em pergaminho (pele de carneiro) 2ª via	R\$ 300,00
Diploma – Apostilamento	R\$ 120,00
Histórico Escolar	R\$ 30,00

Kit – documento para transferência (histórico + conteúdo programático + atestado)	R\$ 100,00
Conteúdo Programático (por disciplina)	R\$ 10,00

Fonte: Portaria Interna 071/15 – Faculdades Barddal/Uniesp

Tabela 5

VALORES DE ENCARGOS EDUCACIONAIS PARA O 2º SEMESTRE DE 2013 – FACULDADES BARDDAL

Curso Superior	Número de semestre do curso:	Valor do contrato do curso:	Valor semestral do curso:	Valor da parcela – pagamento até o dia 10 (de cada mês)
Arquitetura e Urbanismo	10	R\$ 135.360,00	R\$ 13.536,00	R\$ 2.156,00
Desenho Industrial	06	R\$ 48.456,00	R\$ 8.076,00	R\$ 1.246,00
Desenho Industrial	08	R\$ 64.608,00	R\$ 8.076,00	R\$ 1.246,00
Sistema de Informação	08	R\$ 64.608,00	R\$ 8.076,00	R\$ 1.246,00
Administração	08	R\$ 64.608,00	R\$ 8.076,00	R\$ 1.246,00
Ciências Contábeis	08	R\$ 64.608,00	R\$ 8.076,00	R\$ 1.246,00
Letras	07	R\$ 53.886,00	R\$ 7.698,00	R\$ 1.183,00

Fonte: Portaria Interna 071/15 – Faculdades Barddal/Uniesp

Em 2015, o Uniesp reajustou os valores dos cursos e os divulgou em algumas de suas unidades de ensino. Seguem-se alguns exemplos dos valores cobrados pela Faculdade de Presidente Prudente - Fapepe/Uniesp (Portaria Interna Nº 255/16)¹¹⁴, referentes aos custos dos encargos educacionais do 1º semestre de 2016.

Tabela 6

Valores de Encargos Educacionais 1º Semestre de 2016 – FAPEPE

Curso Superior	Número de semestre	Valor do contrato	Valor semestral do	Valor da parcela –
----------------	--------------------	-------------------	--------------------	--------------------

¹¹⁴

Disponível em: <http://www.faculdefapepe.edu.br/downloads/tabelaMensalidadesPresidentePrudente20162.pdf> . Acesso em 28 de dezembro de 2016. Os valores dos serviços internos denominado pela IES de “emolumentos” não sofreram alteração em relação a 2013.

	tre do curso:	do curso:	curso:	pagamento
Administração	08	R\$ 71.376,00	R\$ 8.922,00	R\$ 1.487,00
Pedagogia	08	R\$ 68.064,00	R\$ 8.508,00	R\$ 1.418,00
Direito	10	R\$ 109.020,00	R\$ 10.902,00	R\$ 1.817,00
Psicologia	10	R\$ 217.560,00	R\$ 21.756,00	R\$ 3.626,00
Engenharia da Produção	10	R\$ 149.958,00	R\$ 14.958,00	R\$ 2.493,00
Letras	08	R\$ 68.064,00	R\$ 8.508,00	R\$ 1.418,00
História	08	R\$ 68.064,00	R\$ 8.508,00	R\$ 1.418,00

Fonte: Portaria Interna 255/16- FAPEPE

Como destaca Sguissardi (2014, p. 171):

A mercadização/mercantilização não se dá apenas nas instituições, cursos e matrículas, mas em inúmeros outros campos correlatos e complementares, como na produção de materiais instrucionais, livros, apostilas, softwares, empresas de avaliação, consultorias empresariais, etc.

No Uniesp, os serviços e/ou encargos educacionais são cobrados para explorar ainda mais o estudante. Dessa forma, o mantenedor da IESP faz com que o aluno seja usurpado ao longo de todo o processo produtivo/educacional.

Nota-se que a instituição é alvo de inúmeras denúncias, investigações, sanções, protestos e ações judiciais trabalhistas e criminais. Em 2011, através do processo 23000 004695/2011-65/MEC, o Estado notificou o Uniesp sobre as denúncias relacionadas aos seus respectivos problemas pedagógicos e estruturais. No entanto, o documento de notificação subestimou a gravidade das denúncias, ao afirmar que a "falta de detalhes sobre as ocorrências inviabiliza caracterização das eventuais irregularidades". Sendo assim, a empresa não foi impedida de acessar os fundos de financiamento público.

Segundo Yolanda Fordelone, jornalista do *Estado de São Paulo*, o Uniesp assumiu a liderança em relação ao número de ocorrências registradas no Procon¹¹⁵. A segunda colocada no *ranking* foi a Anhanguera Educacional. Nota-se que as queixas se referem, principal-

¹¹⁵ Disponível em <<http://www.amodireito.com.br/2014/10/procon-divulga-lista-de-10.html>>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

mente, à fraude da oferta de cursos gratuitos ("Você na faculdade: a Uniesp paga"). Depois de matriculados, os alunos bolsistas são submetidos à obrigatoriedade da contratação do Fies.

As reclamações recorrentes no Uniesp são em relação aos seus respectivos procedimentos de cobrança, tais como: falta de emissão de boletos; processos mal sucedidos de trancamento, cancelamento ou transferência; solicitações de pagamento realizadas por empresas terceirizadas e não reconhecidas pela instituição; além da inclusão irregular de nomes de alunos em cadastros como o Serasa¹¹⁶.

Na Fama, por exemplo, alunos reclamam que depois que a faculdade foi vendida, os valores das mensalidades passaram dos R\$ 499,65 cobrados pelo Instituto Educacional Irineu Evangelista de Souza – Barão de Mauá (antigos proprietários) para R\$ 1.119,30 pela Uniesp. Em Novembro de 2013, a Uniesp comprou a Fama e a Firp e, a partir de fevereiro, início do ano letivo, começaram as reclamações às duas unidades do Procon, em Ribeirão Pires e Mauá. “Não cheguei nem a cursar um dia de aula e, quando fui ao banco, eu já estava com uma dívida de mais de R\$ 7 mil referentes ao ano anterior. Mas não tem ano anterior! Nunca estive na faculdade!”, desabafa Joyce (22), uma das pretensas estudantes da Firp. Para Katia Braga dos Santos, coordenadora do Procon em Ribeirão Pires, “os consumidores devem recorrer ao Poder Judiciário para resguardar seus direitos”, já que a universidade não compareceu à audiência a qual foi designada. “Há, em média, 10 reclamações por mês contra a faculdade, incluindo simples consulta, emissão de carta de informação preliminar e abertura de reclamação”, diz Katia¹¹⁷.

No Ministério Público de São Paulo, consta uma ação civil pública contra o Uniesp, relacionada à comarca de Presidente Venceslau¹¹⁸:

¹¹⁶ A SERASA é uma empresa privada brasileira que faz análises e pesquisas de informações financeiras das pessoas para apoiar decisões de crédito, como empréstimos. Foi criada pelos bancos, com o objetivo de centralizar informações e fazer com que seus custos administrativos diminuíssem. A empresa visa também diminuir a margem de erro sobre essas informações para que os bancos possam emprestar crédito às pessoas. A Serasa fornece às empresas consultas sobre seus clientes, diretos e indiretos. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br/>>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

¹¹⁷ Disponível em: <<https://mbasic.facebook.com/notes/tribuna-acontece/programa-a-Uniesp-paga-segue-sobinvestiga%C3%A7%C3%A3o-dos%C3%B3rg%C3%A3os-de-defesa-doconsumidor/668463113171740/>>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

¹¹⁸ Disponível em: <[www.mpsp.mp.br/.../ACP%20-%20UNIESP%20-%20PJC-PresdVences%](http://www.mpsp.mp.br/.../ACP%20-%20UNIESP%20-%20PJC-PresdVences%20)>. Acesso em 09 de agosto de 2015.

Em nossa cidade, a requerida se utilizou de inconstante prática enganosa e fraudulenta para a obtenção de alunos/consumidores, fazendo-o através de promessa absurda, infactível e ilusória feita não só pessoalmente pelos funcionários da unidade local, mas também (e com muito mais alcance), através de farto material publicitário. Nele a entidade requerida se compromete a arcar com os custos do curso em sua integralidade (fls. 11, 26, 36, 68, 79, 80 e via *internet* conforme as cópias reprográficas acostadas às fls. 83 até 89).

Nota-se, ainda, que uma moção de repúdio, aprovada no dia 31 de setembro de 2012, foi emitida à Uniesp pela Câmara Municipal de Presidente Epitácio, SP. O documento repudia o grupo por obrigar seus alunos bolsistas a se inscreverem no Fies, sob a pena da cassação do benefício. De acordo com a moção, representantes do Uniesp procuraram pelos vereadores afirmando que concederia bolsas de estudo integrais aos alunos carentes indicados pelos parlamentares. No entanto, passado o primeiro semestre letivo, o Uniesp exigiu que os alunos “bolsistas” aderissem ao Fies, sob a ameaça de cobrança do valor integral das mensalidades. Afirma-se, na moção, que "os vereadores foram usados nessa farsa engendrada" pelos mantenedores do Uniesp.

Para o presidente da Fepesp (2010), Celso Napolitano, os programas do governo federal transformaram o ensino superior em um grande negócio. Com uma demanda cada vez maior pelas vagas nos cursos de ensino superior e com recurso público disponível para financiá-las, tornou-se lucrativo investir no setor da educação: “Toda a atividade empresarial do ensino particular é baseada no financiamento que o governo está proporcionando ao aluno”¹¹⁹. Para Gaspar e Fernandes (2014), no caso do Fies, o mais importante programa de crédito estudantil do país, os dados são tão esclarecedores que, a partir deles, fica evidente o entusiasmo das empresas educacionais com a adesão dos alunos ao longo endividamento junto à Caixa Econômica Federal.

3.3.4 DOS CONVÊNIOS FIRMADOS COM ENTIDADES RELIGIOSAS

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12822>>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

Outra questão a ser abordada sobre o Uniesp são seus convênios assinados com igrejas e outras entidades religiosas como assembleias e congregações religiosas. Em um convênio encontrado pela *Folha*, a empresa afirma se comprometer a repassar 10% do valor de cada contrato firmado com os alunos indicados pela entidade que aderissem ao Fies.

Ao se posicionar diante dessa questão, o MEC informou que as denúncias contra o Uniesp poderiam culminar no encerramento das atividades ofertadas nessa instituição. De acordo com a reportagem, o caso seria apurado civil e criminalmente pela Polícia Federal. Conforme revelado pela *Folha*, o Uniesp assinava convênios com entidades religiosas que indicassem novos estudantes. Em troca, a empresa repassaria 10% do valor de cada contrato realizado através do Fies. O mesmo acordo valia para o caso de alunos bolsistas do governo de São Paulo, SP.

A *Folha* constatou, ainda, que o valor da mensalidade dos alunos contemplados pelo Fies era superior ao valor da mensalidade dos demais alunos. O Uniesp, no entanto, negou essa discrepância de valores. Quanto ao repasse financeiro às entidades religiosas, a empresa alegou se tratar de uma forma encontrada pelo Uniesp para firmar parcerias que auxiliassem a sua busca pelos alunos carentes.

Nota-se que a promessa realizada pela empresa de custear 100% do Fies concedido aos alunos com bom desempenho também foi investigada pelo MEC, uma vez que a forma convencional desse financiamento propõe ao estudante o recebimento de um crédito governamental a ser quitado pelo mesmo após o término do curso.

Em 2012, segundo o Uniesp, em uma declaração concedida à *Folha*, 2000 estudantes foram matriculados na instituição através dos convênios com igrejas e nesse mesmo ano, 12,5 mil alunos da empresa foram contemplados pelo Fies. Na Faculdade Tijuquussu, uma de suas unidades, 99,7% dos estudantes receberam o Fies. Ao promover convênios com igrejas, a instituição procurou estabelecer um envolvimento com essas entidades para atrair os alunos das camadas mais pobres.

A faculdade também se compromete a pagar dízimos por indicados que aderirem ao programa Escola da Família, do governo de São Paulo. No projeto, o Estado banca 50% das mensalidades de alunos que ajudem as escolas públicas de ensino básico. A Uniesp tem 2.850 alunos na Escola da Família. A Secretaria Estadual da Educação informa que o programa "não prevê terceirização de serviços nem repasse de recursos para entidades não

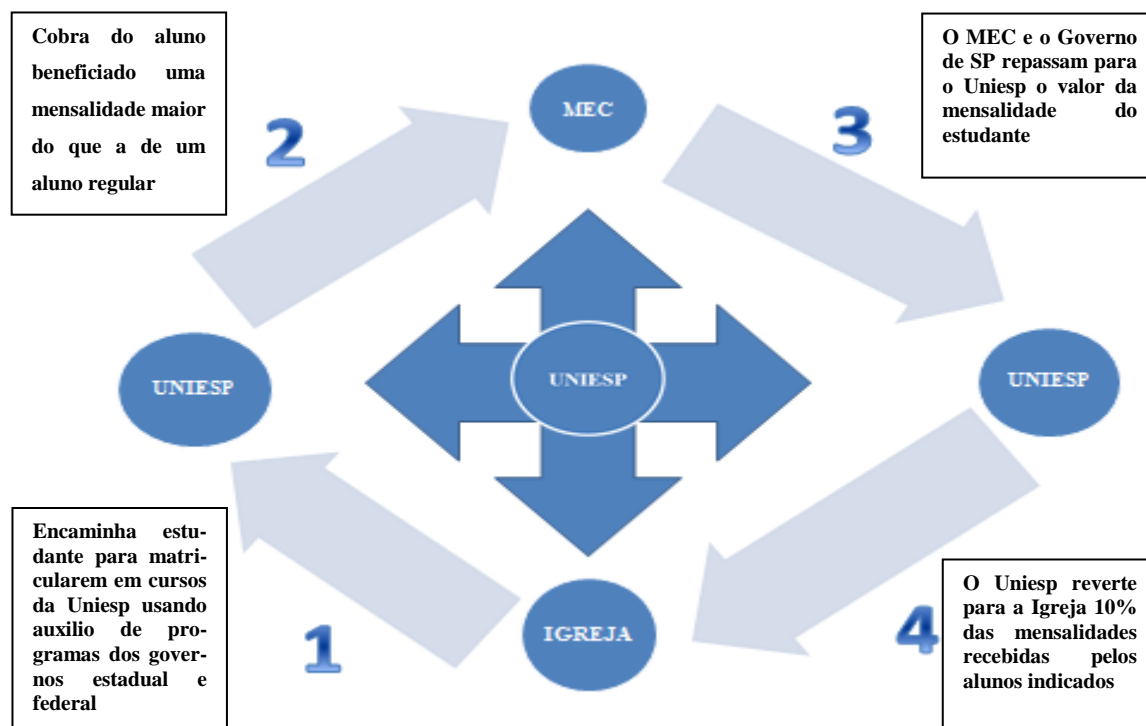
credenciadas". Disse ainda que vai apurar o caso. Já o Ministério da Educação disse que investigará o manuseio que a escola faz das verbas do financiamento. (FOLHA, 2012).

Ao assinar o acordo, a entidade religiosa se compromete a indicar estudantes exclusivamente à Uniesp e a incentivar a transferência de membros matriculados em outras faculdades para essa instituição. De acordo com o contrato, o repasse do Uniesp representa um "dízimo em favor da construção da obra de Deus". Em março de 2011, o Uniesp chegou a promover um vestibular exclusivo para 1.350 membros de uma igreja evangélica paulistana, no próprio templo. "A estratégia vem dando certo: dos 80.000 alunos do Uniesp, 45.000 utilizam o Fies". (EXAME, 2012). No entanto, o MEC proíbe a intermediação de terceiros na concessão do financiamento.

Para os estudantes não contemplados pelo Fies, os descontos nas matrículas pagas até a data do vencimento chegavam a R\$ 689,10¹²⁰. A *Folha* não localizou os representantes das igrejas conveniadas. Questionou-se o Uniesp com quais igrejas esses convênios foram firmados. A instituição, por sua vez, afirmou que essa informação pode ser conferida no *site* da empresa, onde estão listadas 25 igrejas. Nota-se que há entidades evangélicas, adventistas e católicas citadas pela instituição. No entanto, o Uniesp não informou quais dessas recebem o pagamento de dízimo. Consta, no *site*, uma relação de igrejas conveniadas, mas não há uma discriminação sobre o tipo de convênio realizado com cada uma delas. Dentre as entidades citadas, cabe destacar: Paróquia São Francisco de Assis, entidade católica de Presidente Prudente; Pentecostal Jesus Vem e Vencemos pela Fé, igreja evangélica da capital paulista; além de diversas unidades da Assembleia de Deus. Leia-se, a seguir, a ilustração do processo de repasse dos 10% às igrejas:

¹²⁰ Valor referente ao ano de 2012 em cursos de licenciaturas.

Figura 1 – Repasse de verbas às Igrejas pelo grupo Uniesp



Fonte: Jornal Folha de São Paulo edição de 4 de março de 2012.

A *Folha* verificou, ainda, irregularidades nas mensalidades cobradas pela empresa. Constatou-se que os beneficiários do Fies pagavam um valor até três vezes maior que a taxa cobrada dos demais estudantes. Nota-se, assim, uma prática inconstitucional empreendida pelo Uniesp. Cabe ressaltar que os beneficiários do Fies devem devolver à União o montante equivalente ao valor financiado pelo programa.

Em 2012, a revista *Exame* citou os convênios firmados pela Uniesp com mais de 87 instituições (como igrejas e ONGs). De acordo com a revista, esses convênios podem ser compreendidos como uma estratégia utilizada pela empresa para potencializar a divulgação de seus respectivos cursos ofertados no estado de São Paulo.

A ideia era, sempre, conseguir alunos que financiassem seus estudos no Fies: para as faculdades, esse tipo de estudante vale ouro. Quem paga a mensalidade é o governo federal, e a inadimplência, portanto, é zero. Um diretor do grupo, chamado pelo mantenedor/proprietário de “o Pastor da Edu-

cação”, viaja pelo Brasil recrutando fiéis para o rebanho da Uniesp. (EXAME, 2012).

Adverte-se que os valores das mensalidades cobradas pelo Uniesp alteram de acordo com a Unidade Educacional e/ou Polo de Ensino, tal como os exemplos citados pela *Folha de São Paulo*:

No Brooklin (capital), a dívida do aluno do Fies será calculada com base em mensalidade de R\$ 969.10, para o curso de administração. A mensalidade para os demais alunos chega a R\$ 280.00 caso paguem no primeiro dia útil do mês. Para o mesmo curso na unidade de Itu (interior), o preço para beneficiários do Fies são R\$ 914.00. Dependendo do dia do pagamento, para os demais pode cair para R\$ 650.00. Segundo as atendentes das unidades, o valor mais baixo não pode ser concedido aos alunos do Fies, pois refere-se ao pagamento antecipado.

No caso das mensalidades pagas através do Fies, o MEC delibera que a faculdade deve sempre considerar o menor valor. Ao cobrar um valor alto na mensalidade paga através do Fies, a instituição recebe mais recursos do governo, no entanto, o estudante adquire uma dívida maior para quitar após a formatura.

Em 2015, o jornal *Estado de São Paulo* (Estadão)¹²¹ teceu uma reportagem na qual se comprovava e reafirmava diversas denúncias relacionadas às formas praticadas pelo Uniesp para fraudar o Fies. A reportagem chama atenção para o fato de que essas denúncias não representaram um impedimento para o Uniesp ocupar, em 2013, o terceiro lugar no *ranking* de empresas educacionais que mais receberam recursos públicos federais. Naquele ano, o Uniesp recebeu R\$ 405 milhões através dos contratos firmados com os alunos em suas faculdades, vinculadas a 15 mantenedoras.

Contudo, o Uniesp não se contentou com esse contingente e criou outro programa para atrair alunos desempregados e sem renda: o “Uniesp Paga”. Para ter direito ao “benefício”, os estudantes precisariam cumprir determinados requisitos. Dentre eles, apresentar boas notas e prestar serviços voluntários¹²². Se o aluno fizesse a “lição de casa”, o Uniesp

¹²¹ Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,apos-denuncias-Uniesp-recebe-r-405-milhoes-imp-,1634715>>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

¹²² Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/03/grupo-usa-fies-para-aplicar-golpe-da-faculdade-gratuita-em-sp.htm>>. Acesso em 06 de agosto de 2015.

assumiria as despesas relacionadas ao seu financiamento (Fies), no final do curso. Em 2013, o “Uniesp Paga” contemplou 20 mil estudantes matriculados na empresa. No entanto, o projeto tem gerado polêmica.

O programa “Uniesp paga”, registrado pela instituição em cartório e executado por meio de um fundo próprio, assume o compromisso de quitar o Fies do aluno que apresente boas notas, frequência, disciplina e preste seis horas semanais de serviços voluntários à comunidade. Nota-se que muitos alunos desistentes do programa são orientados a entrar em contato com o Banco do Brasil para cancelar seus contratos. Através de sua assessoria de imprensa, no entanto, o Banco do Brasil informou que assume a função de agente financeiro credenciado pelo MEC e atua em conformidade com o ministério. Dessa forma, o banco expressa claramente que não se responsabiliza pelas informações repassadas pelas faculdades.

Em 2016, o Uniesp foi alvo de novas denúncias, de inquéritos do MPF e de uma série de medidas administrativas aplicadas pelo MEC¹²³. Diante dessa situação, o Supremo Tribunal Federal¹²⁴ determinou que caberia ao MPF conduzir as investigações para apurar as supostas irregularidades praticadas pelo Uniesp. A decisão foi tomada pelo ministro Dias Toffoli e registrada na Ação Cível Originária 2516, na qual o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) suscitou conflito negativo de atribuições em face do MPF.

Segundo os autos do processo, foi encaminhado ao MPF um ofício em que constava diversas reclamações de alunos, professores e funcionários da instituição. Instaurou-se, então, uma investigação para apurar as supostas irregularidades da empresa em relação à queda na qualidade do ensino ofertado decorrente de fatores como a redução da carga horária; da implantação do ensino à distância; da superlotação e da falta de manutenção nas salas de aula; da suspensão indevida de bolsas de estudo no decorrer dos cursos; da falta de pagamento de aluguel e da ausência de fiscalização por parte do MEC.

Contudo, após um extensa dilação probatória, a Procuradoria da República concluiu não haver indícios de interesse da União nem de suas entidades autárquicas, fundacionais ou

¹²³ As sanções contra o grupo estão no Despacho 188 da Seres, publicado em 13/11/2013 no Diário Oficial. Disponíveis em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=49&data=13/11/2013&captchafielid=firistAcces>>. Acesso em 04 de junho de 2015.

¹²⁴ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/porta/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=315875>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

empresas públicas. Encaminhou-se, então, os autos ao MPSP. A Promotora de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc) manifestou-se no sentido de atribuir novamente a investigação do caso ao MPF, pois de acordo com a LDB (Lei 9.394/1996), o sistema federal de ensino também compreende as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.

No capítulo seguinte, propõe-se uma análise que relaciona as irregularidades praticadas pelo Uniesp às aquisições realizadas pela empresa, nas quais se observam diversos desvios referentes aos contratos firmados com os ex-donos das unidades adquiridas e às relações estabelecidas com seus respectivos professores, alunos e funcionários.

4 CAPÍTULO

ESTRATÉGIAS DE AQUISIÇÃO DO GRUPO UNIESP

O objetivo deste capítulo é analisar as estratégias de aquisição articuladas pela empresa Uniesp. Retoma-se, portanto, as principais questões problematizadas ao longo desse trabalho para relacioná-las com as informações oriundas das entrevistas aqui realizadas. Busca-se, nesse sentido, promover uma síntese teórica dos dados compilados para apresentar o panorama empresarial do grupo Uniesp no setor das IESPs do país.

4.1 AÇÕES E MEANDROS UTILIZADOS PARA EXPANSÃO DO GRUPO

Como enfatizado anteriormente, o Uniesp atua em 103 municípios brasileiros. No ensino superior, oferta os cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e EAD. Também opera em várias áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Humanas, Sociais e Biológicas. Oferece mais de 80 cursos de graduação com as titulações de bacharelado, licenciatura e tecnológico. Reúne em seu quadro docente professores de diversas áreas. Dentre eles, 51% Mestres, 31% Doutores, 15% Especialistas e 3% Pós-Doutores¹²⁵. Cabe notar que a LDB, de 1996, estabelece que o quadro docente das universidades deve ser composto por, pelo menos, um terço de professores mestres ou doutores.

Segundo o presidente/proprietário da instituição, o Uniesp possui convênios com empresas, sindicatos e entidades assistenciais que oferecem concessão de bolsas de estudo aos alunos conveniados. Nessa perspectiva empresarial, a corporação incentiva suas conveniadas a participarem de seus projetos sociais, “promovendo a responsabilidade social através de atividades voluntárias de seus colaboradores”.

Nota-se, portanto, que as questões relacionadas à sociedade do trabalho, à relação patrão-empregado e à luta de classes são ignoradas nesse discurso que denomina o trabalhador como “colaborador”, referindo-se aos empregados como se esses fizessem parte do mesmo mundo harmonioso da empresa. É importante compreender que nessa relação pautada pela política de conciliação de classes, na qual se encontra configurada a nova organização do trabalho, não há qualquer forma de generosidade por parte dos capitalistas aos trabalhadores.

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.Uniesp.edu.br/>>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

A Uniesp solidária¹²⁶, por exemplo, diz participar ativamente de programas públicos de apoio estudantil, criados e mantidos pelos governos federal, estadual e municipal. No seu discurso de apresentação, publicado na *internet*¹²⁷, a empresa afirma criar e manter programas e projetos próprios de projeção internacional, que proporcionam o acesso à educação para todos. Deve-se notar, no entanto, que esse discurso empresarial se encontra pautado pelo uso ideológico de conceitos como “solidariedade”, “voluntarismo” e “colaboração”, próprios das políticas neoliberais.

Nas IES adquiridas pela empresa, percebe-se a contradição entre o que o Uniesp conceitua como “solidariedade” com as práticas executadas pela corporação: diversas reportagens veiculadas pela imprensa expõem os problemas enfrentados por parte de alunos, professores, funcionários e ex-donos de algumas faculdades adquiridas, que não receberam os valores acordados nos contratos de compra e venda.

Os estudantes da Faculdade Norte Pioneiro, por exemplo, em Santo Antônio da Platina¹²⁸, enfrentaram diversos problemas no pós-venda da instituição ao Uniesp. Desde a sua aquisição, em 2011, houve um aumento significativo no valor das mensalidades cobradas pelo estabelecimento de ensino: “A situação de insegurança começou depois que a faculdade foi vendida para o grupo Uniesp, no final do ano passado”.¹²⁹

O novo grupo está fazendo o que chama de "adequação nos valores das mensalidades", medida que não tem agradado boa parte dos alunos. O suposto aumento ganhou intensa divulgação nas redes sociais. Há denúncias de que, em alguns casos, a mensalidade teria sido reajustada em mais de 100%. Os alunos citam a mensalidade de um curso que estava em R\$ 392.00 e teria passado para R\$ 832.00 e de outro curso que teria passado de R\$ 498.00 para R\$ 995.00¹³⁰.

¹²⁶ Outro programa “social” do grupo.

¹²⁷ Disponível em: <<http://www.Uniesp.edu.br/>>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

¹²⁸ Município brasileiro situado no Estado do Paraná.

¹²⁹ Disponível em:

<<http://informepolicial.com/pagina/7027/Aumento+de+mensalidade+da+Uniesp+gera+inseguranca+entre+alunos+em+S.A.+Platina.html>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

¹³⁰ Informe Policial, Edição online de 02 de fevereiro de 2013. Disponível em:

<<http://informepolicial.com/pagina/7027/Aumento+de+mensalidade+da+UNIESP+gera+inseguranca+entre+alunos+em+S.A.+Platina.html>>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

Em 2012, o Uniesp adquiriu a Faculdade de Ciências de Guarulhos, que também passou a ser alvo de denúncias relacionadas a inúmeras irregularidades, tais como: o não cumprimento do plano de carreira; a violação do regulamento do Fies; a redução das jornadas de trabalho sem o aceite por parte do professor, entre outras¹³¹.

Em março de 2013, o jornal *Folha VP online*¹³² publicou a notícia “venda de universidade pega alunos de surpresa”, na qual narrou o episódio de compra do Centro Universitário Capital (Unicapital) pelo Uniesp, bem como os problemas advindos com a mudança de gerência do estabelecimento: aumento de mensalidades, extensão dos períodos dos cursos, demissão de funcionários e professores e transferência de algumas turmas para outras unidades. “Mas, o que mais causou indignação foi a falta de todas estas novas informações no ato da matrícula, no início deste ano”.

A Folha entrou em contato com o Ministério da Educação (MEC), cuja assessoria informou que o caso da Unicapital foi encaminhado à área técnica, que analisará as situações denunciadas e, após esse procedimento, transmitirá um posicionamento. O jornal procurou também a Uniesp, que não se pronunciou até o fechamento da edição (FOLHAVP. Edição de 01, 2013).

Na primeira dezena de maio de 2013, quatro novos estabelecimentos de ensino superior passaram a fazer parte do Uniesp. Ao refletir sobre os processos de aquisição realizados pelo grupo Uniesp o proprietário da empresa, afirmou: “a única vez que sentei para comprar uma faculdade e não consegui foi quando negocieei com Zogbi¹³³”.

Não tem nada complicado em comprar escolas: a simplicidade é que cria a velocidade. Fechado o negócio, entra em cena o hospital de gestão, uma área que fica na sede da Uniesp, no centro velho de São Paulo. Lá, as empresas adquiridas são tratadas por um time de profissionais com a missão de retirá-las da UTI e integrá-las ao grupo educacional. A primeira medida é quitar os salários atrasados e renegociar dívidas fiscais e trabalhistas. De

¹³¹ Disponível em: <<http://www.fepesp.org.br/artigos/facig-Uniesp-um-caso-de-violacao-dos-direitos-trabalhistas-e-descalabro-com-o-ensino-superior>>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

¹³² Disponível em: <http://www.folhavp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1297:venda-de-universidade-pega-alunos-de-surpresa-e-provoca-transtornos&catid=46:acontece-naregiao&Itemid=125>. Acesso em 09 de agosto de 2015.

¹³³ Zogbi, à época, era dono da faculdade Casa Branca, no interior de São Paulo, e acabou fechando negócio com outra empresa do setor.

acordo com o presidente/proprietário da empresa, o passivo trabalhista das escolas do grupo está zerado. As dívidas fiscais somam, atualmente, R\$ 142 milhões. Além disso, a nova instituição ganha um sistema de gestão e computadores atualizados. (ISTOÉDINHEIRO, 2015).

Em junho de 2013, a Faculdade de Itapequerica da Serra¹³⁴ (FIT)¹³⁵ também foi adquirida pelo Uniesp.

A notícia, que vinha sendo ventilada pelos corredores da faculdade, foi confirmada na quarta-feira, dia 5 de junho, aos alunos. Com a informação, muitos estudantes começaram a se preocupar devido terem bolsas estudantis. De acordo com diretores da unidade, não há certeza se os estudantes terão os contratos de bolsa renovados ao final deste mês. Diretores da unidade não quiseram revelar o motivo da venda da faculdade ao novo Grupo. (JORNAL HOJE ONLINE, EDIÇÃO 23, 2013)¹³⁶.

Outra importante região de atuação do Uniesp é a Grande ABC Paulista¹³⁷. Desde 2010, a empresa vem reposicionando suas respectivas unidades nessa área com o objetivo de alcançar a classe trabalhadora, ou seja, os estudantes oriundos de escolas públicas de ensino médio. Para tanto, o Uniesp se vale de recursos públicos provenientes do Prouni e do Fies. Nota-se que a empresa adquiriu as seguintes faculdades nessa região paulista: a Faculdade Fapan, em São Bernardo do Campo; o Instituto de Ensino Superior de Santo André (Iesa); a Faculdade Tijucussu, em São Caetano do Sul; a Faculdade de Diadema (FAD); a Faculdade de Mauá (Fama) e as Faculdades Integradas de Ribeirão Pires (Firp).

Até 2013, de acordo com o *site* do Uniesp, a empresa possuía 18 polos educacionais que ofertavam cursos de graduação, nas modalidades de ensino presencial e à distância (EAD), em 10 estados brasileiros, sendo nove (9) polos compondo um total de 26 IESP's,

¹³⁴ Município brasileiro da região metropolitana de São Paulo.

¹³⁵ A Faculdade de Itapequerica da Serra, mantida pelo Cetro Consultoria Educacional e Participações Ltda., iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2007, e está sediada à Estrada dos Maciéis, nº 198, na cidade de Itapequerica da Serra, estado de São Paulo, e oferece à região os cursos de Administração, Pedagogia e Letras, com habilitações em Português/Inglês e Português/Espanhol. Disponível em: <<http://www.faculdadefit.edu.br/historia.asp>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.hojeonline.com.br/fit-e-incorporada-pela-Uniesp/>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

¹³⁷ Os termos ABC Paulista, região do Grande ABC ou ABCD são comumente utilizados para caracterizar um território formado por sete municípios localizados no sudeste da região metropolitana de São Paulo, a saber, Santo André (A), São Bernardo do Campo (B), São Caetano do Sul (C), Diadema (D), Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. (IBGE, 2014).

distribuídos nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Tocantins e Rio de Janeiro. E outros nove (9) polos com 70 IESP's, concentrados no Estado de São Paulo-SP. Ao todo, os polos somam um total de noventa e seis (96) IESP's.

Partindo da compreensão de que o Uniesp prioriza a aquisição de IESPs isoladas, propõe-se, a seguir, uma análise sobre algumas de suas respectivas unidades de ensino ele- gidas para esta tese.

4.2 O CASO DA UNIESP/FAISA/FACILUZ

Em maio de 2013, o jornal *Impacto*¹³⁸ publicou uma reportagem que discorre sobre a compra da Faculdade de Ilha Solteira Faisa/Faciluz pela Uniesp:

O presidente da União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo – Uniesp, anunciou nesse fim de semana em visita ao gabinete do prefeito municipal Edson Gomes que seu grupo empresarial acaba de assumir o controle da Faculdade Faisa – Faculdade de Ilha Solteira e Faciluz e com isso, foi dado o primeiro passo para a instalação de uma Faculdade de Medicina no município. (JORNAL IMPACTONLINE, Edição de 08/05/2013).

Cabe destacar que Faisa/Faciluz é um dos principais *locus* dessa pesquisa. Sendo assim, propõe-se aqui uma descrição mais aprofundada dessa IES.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faisa/Faciluz, a faculdade foi mantida pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Ilha Solteira, entidade sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Ilha Solteira, inscrito no CNPJ nº. 03.117.139/0001-08. Seu Estatuto Social, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Ilha Solteira/SP, apresenta como meta educacional a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Fundada em 28 de setembro de 2000, a entidade propõe a disseminação do conhecimento e da cultura mediante o compromisso da formação de profissionais e cidadãos conscientes, éticos e críticos que venham a

¹³⁸ Jornal de circulação local que abrange os municípios de Andradina-SP, Castilho-SP, Ilha Solteira-SP e Pereira Barreto-SP.

participar do processo democrático (PDI FAISA, 2013). Instalada no município de Ilha Solteira-SP, a faculdade atendia estudantes de 06 municípios vizinhos englobados na regiões do Bolsão Sul-Mato-Grossense¹³⁹ e do Oeste Paulista¹⁴⁰.

No primeiro semestre de 2012, a mantenedora e a mantida sofreram alterações em seus respectivos quadros com a retirada da sociedade que havia na FAISA e o ingresso de nomes de membros do grupo Uniesp. As alterações foram registradas em ata e protocoladas no Cartório Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ilha Solteira, sob nº 000701.

Em 2013, a Faisa/Faciluz passou a integrar ao quadro do grupo Uniesp, que adquiriu integralmente a IES. Diante de uma nova gestão institucional e com novos desafios a enfrentar, o PDI foi alterado, pois alguns objetivos propostos no documento que norteava a instituição estavam em desconformidade com a nova direção. Além disso, houve propostas de alterações decorrentes da própria legislação, no que tange à solicitação de novos cursos e renovação de reconhecimento de cursos, demandando um realinhamento nos prazos. Nota-se, ainda, que na etapa de transição da Faisa/Faciluz para a Uniesp, houve a introdução de políticas institucionais do novo mantenedor. O Regimento Interno da Faculdade foi readequado com modificações na estrutura organizacional da instituição e a implantação de um novo Plano de Cargos e Salários.

Para promover uma compreensão sobre o processo de aquisição da IES pelo Uniesp, realizou-se no presente estudo uma coleta de dados em conformidade ao fluxograma apresentado na passagem introdutória da tese. Os entrevistados da pesquisa foram divididos de acordo com os seguintes grupos setoriais: Pesquisados do Setor Aquisição/Fusão – Mantenedores; Pesquisados Setor Gestão/Administração – Gestores/Funcionários Administrativos; Pesquisados Setor Pedagógico – Docentes (1, 2).

No que se refere à passagem da Faisa/Faciluz para a Uniesp, indagou-se aos entrevistados: **“como se deu o processo de transição entre uma instituição e outra?”**. Diante da questão, a Docente 1 respondeu:

¹³⁹ É constituída por dez municípios: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

¹⁴⁰ A região é administrada pelo município de Araçatuba-SP, compreende 43 municípios, com 673 mil habitantes.

Não houve qualquer discussão ou informações com os discentes, docentes ou funcionários sobre o processo de venda /compra da instituição. Chegamos na instituição e fomos informados que a FAISA fora vendida e logo já providenciaram um novo gestor. (DOCENTE 1, Entrevista, 2016).

O Docente 2, por sua vez, pontua que “com a chegada do Uniesp, as decisões passaram a ser tomadas na matriz em São Paulo”. Dessa forma, de acordo com o entrevistado:

Hoje, assim, se existe alguma coisa a ser cumprida tem que ser cumprida por todos com um currículo pré-estabelecido, na época da FAISA, como era muito próximo havia mais jogo de cintura para algumas negociações, hoje não, com a Uniesp não tem muita margem pra negociação, ou é, ou não é, tem uma certa rigidez. Houve um distanciamento, logo que o Uniesp fez a compra veio um diretor, a coisa ficou diferente, você não sabia direito quem era, aí ele veio ficou um período e foi traumático pra caramba, foi difícil. Ficou um curto período e desde que a Uniesp chegou já foram quatro diretores e isso foi difícil pra gente, quando a Uniesp chegou ficou todo mundo em pânico né? Porque eles chegaram já com a turma do Fies junto e as salas de aulas ficaram com muita gente, né? E não se contratou novos professores, ao contrário. E, basicamente com a Uniesp, 90% dos alunos são Fies. (DOCENTE 2, Entrevista, 2016).

A Funcionária 1 (auxiliar administrativa) relata que:

Isso gerou um certo conflito entre o próprio grupo nós não temos contato com os mantenedores logo quando houve essa mudança de Faisa para a Uniesp veio uma diretora provisória, depois mais um e logo em seguida uma professora do nosso próprio grupo... No primeiro grupo (Faisa) nós tínhamos mais autonomia, nesse novo grupo (Uniesp) a gente sentiu uma certa pressão no trabalho. A gente dormiu Faisa e acordou Uniesp, ninguém nem sonhava, nenhum tipo de discussão, aviso, nada, até o diretor foi surpreendido e foi assim a toque de caixa, saiu um já entrou o outro. Aí os alunos se revoltaram, se rebelaram, houve manifestação dentro da própria faculdade ninguém queria entrar para as salas de aula, tinha reunião no auditório aí com o tempo as coisas foram se acalmando. O dono, nunca veio aqui só o conheço por foto, ele manda representantes. Só temos contato com auditores. (FUNCIONÁRIA 1, Entrevista, 2016).

Partindo desses depoimentos iniciais, nota-se que as mudanças no interior da IES adquirida, concernentes à sua administração, encontram-se pautadas pelo objetivo de promover a acumulação de riqueza de seu proprietário que, tanto para adquirir os meios de produção como a força de trabalho, aluga o trabalhador unicamente como “força motriz”. Na gestão do Uniesp, os trabalhadores não participam de qualquer decisão, são apenas comunicados.

O trabalhador, assim, para o capital (no contexto desta forma de relação social de produção), é simplesmente força-de-trabalho, mercadoria adquirida no mercado e que tem seu valor determinado, como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. (MELLO, 1999, p. 161).

Há outro ponto a ser observado nesse processo de transição de mantenedores/gestores. De acordo com o Docente 2, o ex-sócio-proprietário da Faisa não esperava a venda da IES: “ele foi traído pelos outros sócios e resistiu o quanto pôde, foi o último a vender sua parte”¹⁴¹. Quanto ao diretor da Uniesp, o entrevistado afirma:

Nós tivemos muita dificuldade porque houve muitas mudanças de gestão. Quando a gente estava se adaptando, as mudanças vinham e aconteciam então é difícil... Nesta transição maluca, né? De um gestor que meteu os pés pelas mãos (o que a Uniesp mandou). Só pra você ter ideia ele está foragido, polícia federal está em cima dele... Ele desviou mais de R\$ 200.000.00 do próprio grupo cara, ai veio um auditor aqui, o auditor descobriu e ele ohh... Deu fuga, foi ele e mais quatro funcionários aqui da FAISA e ai estava tudo ali armado fazendo as falcatruas desviando dinheiro, dinheiro, dinheiro... E ai prejudicou aluno, prejudicou professores, sujou a imagem da instituição e isso foi ruim [...]. (DOCENTE 2, Entrevista, 2016).

Tivemos um diretor aqui que andou tendo umas dificuldades uns problemas sérios aqui em Ilha Solteira ele andou tendo algumas atitudes incorretas aí o grupo acabou descobrindo as falcatruas. (FUNCIONÁRIA 1, Entrevista, 2016).

Evidencia-se, dessa forma, a tese marxista relacionada à ideia de que “o capitalista encontra inevitavelmente barreiras dentro de sua própria natureza” (Harvey, 2011, p. 78), uma vez que “o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro” (op. cit. 41). Cabe lembrar que a identidade capitalista pode ser configurada sob diversas (e muitas vezes fraudulentas) formas: financistas, comerciantes, rentistas, etc. Nota-se que até “mesmo o Estado pode atuar como um capitalista,

¹⁴¹ Cabe informar que a IESP analisada na pesquisa, mantida por três sócios, era composta por três instituições isoladas: Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB, em Andradina-SP; Faculdade Integrada de Urubupungá – FIU, em Pereira Barreto-SP e a Faculdade de Ilha Solteira – FAISA. De fato, no movimento capitalista, o capital dominante se impõe sobre os capitais de menor porte. Trata-se da concorrência intercapitalista.

por exemplo, quando usa as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento e gerem mais receitas e impostos” (op.cit. p. 41).

Com a entrada do Uniesp na Faisa, promoveu-se uma reorganização nas turmas da instituição para que não houvesse a necessidade da contratação de novos docentes, apenas um remanejamento. De acordo com o Docente 2, a situação foi caótica:

Por exemplo, minha carga horária reduziu mais de 50%, de repente, de uma hora para outra, nós tivemos a notícia: ‘Olha está acontecendo isso, isso, isso e vai ser assim daqui pra frente.’ Três dias antes de começar as aulas, já estavam todas atribuídas, estava tudo certo, e falaram: Agora vai ser assim e ponto. Juntaram turmas que estão em semestres diferentes, mas que agora estudam todos juntos numa sala única e isso em todos os cursos: Pedagogia, Administração de Empresas e Direito, como é que você administra isso? Complicado... O problema foi a instabilidade que gerou nos alunos, isso foi por conta da questão política mesmo... Porque na verdade eles cresceram demais, comprou, comprou, comprou... Ai teve que fazer uma reestruturação... Tem salas com mais de 100 alunos. Aumentou demais a quantidade de alunos e diminuiu a quantidade de professores.

É importante notar que uma das questões advindas desse processo de aquisição foi o barateamento da força de trabalho. No sistema capitalista, a apropriação do excedente é o que promove a reprodução do capital. No caso do ensino superior privado, essa apropriação se configura na situação em que o professor se encontra ministrando aula para uma turma superlotada, que deveria ser dividida com outros docentes. Cabe retomar, aqui, a seguinte reflexão marxista: “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capitalista” (MARX, 2012, p. 42). Assim, ao diminuir a quantidade de turmas da instituição para aumentar o número de alunos em sala de aula, o Uniesp buscou potencializar a sua margem de lucro através da intensificação do trabalho, com o aumento da mais-valia relativa, que diminui o custo da produção da mercadoria ensino.

Na medida em que proporcionou um aumento significativo na quantidade de alunos matriculados no Uniesp, o Fies se apresentou como um dos fatores responsáveis pela superlotação das salas de aula e para o processo de expansão dessa instituição de ensino.

No que diz respeito às estratégias articuladas pela empresa para a execução de seus processos de aquisição, nota-se que o Uniesp se vale da mobilização de fontes diretas, viabilizadas pelas sobretaxas cobradas nas mensalidades, para a realizar novos investimentos produtivos.

Um dos problemas que nós tivemos, foi em relação às mensalidades, quando a faculdade era FAISA a mensalidade, sei lá, do curso de Direito era de R\$ 400,00 com a Uniesp ela foi pra R\$ 1.400,00, porque é interessante né? O governo adianta esse valor acho que seis meses antes, então já se ganhava. Então chegou um determinado momento que o cara que não era do FIES era inviável ele estudar, justamente porque é interessante. Então há um estímulo pra todos virarem FIES, ai chegou um determinado momento em que não tinha mais o FIES e a mensalidade ficou lá em cima... Ai a instituição colocou outro plano, nós estamos agora com o Uniesp 100 que se todo mês você paga até o vencimento você tem R\$ 100,00 de abatimento na mensalidade, agora a instituição está lançando outro plano que é desconto de 50% nas mensalidades... Mas a coisa foi complicada a ponto da instituição falar para o aluno pagar R\$ 1.100,00 no curso de Pedagogia... como a pessoa aguenta pagar R\$ 1.100,00 num curso? Aí tivemos que rever... Agora estão com um novo projeto aí pra abater as mensalidades inclusive pela “nota fiscal paulista”. (DOCENTE 2, Entrevista, 2016).

Observa-se que todo esse processo tem por objetivo agilizar a capacidade de mobilização e flexibilização do capital produtivo mundial na esfera local. Compreende-se, dessa maneira, que a empresa busca “desengajar-se, investir e desinvestir, aglutinar e subcontratar (terceirização), implantar-se e desenraizar-se, conforme os ventos favoráveis (ou não) de cada contexto e oportunidade” (MELLO, 1999, p. 218). Segundo Mészáros (2011), a expansão desse sistema, em todas as formas capitalistas ou pós-capitalistas, possui o fim em si mesma. Orientada pela acumulação, essa expansão atinge desde o “microcosmo” até o “macrocosmo” das relações e das estruturas reprodutivas. Partindo dessa reflexão, cabe considerar, no que concerne à expansão empresarial do Uniesp:

A Uniesp só expandiu com o Fies, o Fies que deu um “boom” inclusive teve um ano que eles dividiram parte dos lucros com professores e funcionários e isso por causa do Fies, uma porcentagem, simplesmente chegaram e disseram: Olha a gente ganhou tanto, reconhecemos o trabalho de vocês toma aqui. Foi bom né? [risos]. (FUNCIONÁRIA 1, Entrevista, 2016).

O Estado, representado pelo Fies, atua nesse contexto de forma a contribuir com a superação das dificuldades, ao menos em parte, enfrentadas pelo setor empresarial, concedendo-lhe a suplementação de investimento público como uma garantia aos seus negócios privados. O “capital do Estado”, segundo Mandel, funciona como sustentação do capital (1982, p. 224).

O que eu sei é que existe um convênio com o governo federal, mas a Uniesp tem um programa chamado “Uniesp Paga” o aluno ingressa e depois a Uniesp paga para ele, não precisa continuar pagando é a Uniesp que vai pagar. Ou seja, o que eu percebi é que o governo federal financia uma parte... Você vê: Um curso de Direito fora, custa R\$ 400.00 e aqui o valor é de R\$ 1.400.00... Mas eu sei mais ou menos, é assim: Pena que eu não tenho nenhum documento para te mostrar, o aluno assina um contrato com a Uniesp e nesse contrato consta que quando ele egressar [sic] ele paga o curso. Mas eles tiveram vários problemas começaram a ter processos aí eles pararam com esse discurso de “Uniesp paga” e mudaram para o “Uniesp 100”. (FUNCIONÁRIA 1, Entrevista, 2016).

Questionou-se a esta funcionária se o Uniesp, através dos programas “Uniesp Paga” e “Uniesp 100”, concede ao estudante um financiamento da própria instituição ou se o empréstimo é realizado através do Fies. De acordo com a funcionária, “na cabeça do aluno eles não iam pagar o curso ainda que assinem um contrato, mas a maioria não lê, então, por exemplo, quando eles me perguntavam eu dizia: Olha você tem que ver os documentos que você vai assinar lá no banco”.

O programa “Uniesp paga”, como descrito no capítulo anterior, foi criado para atrair alunos desempregados e sem fonte de renda. Através desse programa, a instituição propõe o pagamento do Fies ao aluno que prestar serviço voluntário nas IES mantidas pelo Uniesp. O “Uniesp 100”, de acordo com uma propaganda da empresa,¹⁴² apresenta-se como um plano de pagamento cujas parcelas mensais têm o valor inicial de R\$ 100.00. Ao pagar as mensalidades em dia, no valor mínimo de R\$ 100.00, o estudante recebe como “benefício” um “bônus” de R\$ 100.00, a cada R\$ 100.00 de pagamento efetuado. O exemplo dado pela propaganda é o seguinte: o estudante que paga R\$ 300.00 de uma mensalidade que custa R\$

¹⁴² Disponível em: < <http://www.uniesp.tv.br/videos/uniesp100/uniesp100-2016-faculdades.asp>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

1.000.00, receberia um “bônus” proporcional de R\$ 300.00. Nesse caso, o estudante teria pago R\$ 600.00 (R\$ 300.00 de pagamento efetuado + R\$ 300.00 de bônus) de uma mensalidade de R\$ 1.000.00, restando apenas R\$ 400.00 a serem quitados.

É possível identificar duas questões problemáticas nessa proposta. Cabe observar, primeiramente, que não há qualquer “benefício” concedido pela empresa, uma vez que não existe a possibilidade de “acordo” entre o patrão e o trabalhador, tal como esclarecem Marx (2012) e Mészáros (2011). Nota-se, ainda, que o valor da mercadoria ofertada pelo Uniesp se encontra superior ao “valor comum de mercado acordado entre os capitalistas” (MARX, 2012, p. 223). Ou seja, “o capitalista, familiarizado com a economia vulgar” (op. cit. p. 223), afirma que antecipou seu recurso financeiro com o intuito de praticar uma boa ação, no entanto, “o caminho do inferno está calçado de boas intenções” (op. cit. p. 223).

Ao refletir sobre a prática pedagógica e a gestão administrativa dos novos mantenedores, o Docente 2 declara: “[risos] ... Daquele jeito né? Cumpra-se... não temos mais autonomia, tudo depende de São Paulo, as vezes você não tem muitos recursos para poder trabalhar...”. Para a funcionária 1, a relação dos novos mantenedores com seus respectivos funcionários resultou em uma situação na qual “muitos foram mandados embora, outros pediram pra sair, é uma relação de empresa mesmo, vai lá e faz” (FUNCIONÁRIA 1, Entrevista, 2016).

Cabe notar que, ao longo dessa pesquisa, a atual diretora da Uniesp/Faixa foi convidada a conceder entrevista, no entanto, a funcionária recusou o convite afirmando que desempenhava a função há pouco tempo (cinco meses) e que ainda estava se inteirando dos assuntos da instituição. Informou, porém, que reside em Presidente Epitácio-SP (cidade de origem do Uniesp) e passa a semana na cidade de Ilha Solteira-SP. No que diz respeito à empresa, a diretora confirmou a informação de que “tudo agora está centralizado em São Paulo e aquele paternalismo não existe mais”.

Pela sua significativa atuação na área administrativa da instituição, desde a sua fundação, a ex-coordenadora do curso de Pedagogia da Uniesp /Faixa também foi procurada para concessão de entrevista. No entanto, o convite foi igualmente recusado. Apesar de ser comunicada sobre o caráter sigiloso e anônimo da entrevista, a ex-funcionária comunicou pessoalmente que não a concederia por temer possíveis represálias, caso as informações chegassem de alguma forma à direção do Uniesp. Nota-se, porém, que a professora se apo-

sentou em 2014, um ano após a aquisição da unidade pelo Uniesp. Atualmente, a ex-coordenadora não mantém um vínculo empregatício com a instituição. Dessa forma, sua recusa diante da solicitação de entrevista pode ser compreendida como um reflexo do ambiente inseguro no qual os docentes desenvolvem as suas atividades acadêmicas, bem como da subordinação do trabalhador aos imperativos do capital.

O ex-diretor/mantenedor da instituição, por sua vez, dispôs-se a responder a entrevista exclusivamente por e-mail, alegando que estava reingressando ao mercado de trabalho, assumindo uma nova função na Associação Comercial da cidade e que, portanto, não tinha muito tempo para ser entrevistado pessoalmente. Nota-se que o ex-funcionário se valeu da expressão “não se aplica” para responder a 95% do roteiro de perguntas. Não foi possível, portanto, problematizar o posicionamento do entrevistado diante do processo de aquisição efetuado pela IES.

Para facilitar a compreensão acerca das informações extraídas das entrevistas, propõe-se, aqui, a apresentação do perfil dos entrevistados, além de outros itens pertinentes às suas respectivas respostas.

Englobou-se, no roteiro da entrevista, as seguintes questões relacionadas **à atuação do entrevistado na IESP**: experiência profissional; perfil de alunos atendidos; condições e relações de trabalho. Nota-se que, de acordo com os dados obtidos, a média da experiência profissional dos entrevistados junto à instituição varia entre 8 a 12 anos de atuação. Por atender a proposta dessa pesquisa, esse foi o perfil escolhido para a realização das entrevistas.

De acordo com a maioria dos entrevistados, as condições e as relações de trabalho estabelecidas na IES foram drasticamente transformadas com a alteração administrativa do estabelecimento, que passou de uma gestão “democrática” para “centralizadora”. Ressalta-se que a nova administração diminuiu significativamente o quadro de professores da unidade de ensino. Diante desse cenário, os docentes tiveram que se submeter a diversos ajustes, dentre os quais, a superlotação das salas de aula e a formação de turmas multisseriadas. Observa-se, assim, o descaso da empresa adquirente em relação ao desenvolvimento pedagógico e ao enquadramento funcional do corpo docente da instituição.

Cabe notar que os entrevistados definiram o **perfil de alunos atendidos** pela instituição da seguinte maneira: “Perfil socioeconômico com maioria advinda da classe C e D”. (Ex

Diretor/Mantenedor da FAISA). “Basicamente 80% dos alunos atendidos têm FIES, ou seja, são da classe mais baixa” (DOCENTE 2, Entrevista, 2016).

Os indivíduos oriundos desse segmento social representam o público-alvo do setor de ensino superior privado. Para além das restrições de cunho financeiro, a defasagem do ensino básico ofertado nas escolas públicas costuma prejudicar os alunos oriundos dessas instituições na disputa pelas vagas das universidades públicas. Compreende-se, dessa maneira, que o financiamento estudantil costuma representar uma opção viável para o ingresso desse público na educação superior. A ideia relacionada à mobilidade social, proporcionada pela obtenção do diploma, impulsiona a base da pirâmide social a procurar pelo setor privado de educação superior que, por sua vez, cresce aceleradamente.

Para os entrevistados da pesquisa, o Uniesp pode ser considerado uma empresa de médio ou grande porte. Nota-se que a instituição articula diversas estratégias para realizar a sua expansão, dentre as quais: convênios com as prefeituras, locais¹⁴³, com os sindicatos, com as associações comerciais e com as igrejas (principalmente evangélicas e católicas). Além disso, a instituição se vale de propagandas veiculadas em mídias impressas e televisivas.

O Docente 2 destaca que “A Uniesp está tão forte que no ano passado fez propaganda na Rede Globo de Televisão em horário nobre, na Novela ‘Império’, por meio de uma personagem representada pela atriz Leandra Leal que estudava na Uniesp” (Entrevista, 2016). De acordo com o professor, essa propaganda gerou polêmica na instituição, pois “os comentários eram: Tem tanto dinheiro para colocar propaganda cara na novela e pagam mal os professores”.

Para Gramsci, “a mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento” (1978, p. 21). De acordo com o autor, a imprensa pode ser compreendida como um importante instrumento da sociedade civil na disputa de ideias e na

¹⁴³ Ilha Solteira, de acordo com o IBGE, pertence à Região Administrativa de Araçatuba-SP, faz divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e está localizada a oeste do Estado de São Paulo. A Região, só do lado paulista, compreende 43 municípios, com 673 mil habitantes, mas é uma das regiões paulistas menos povoadas, com 36,2 habitantes por quilometro quadrado. Trinta municípios da região possuem menos de 10 mil habitantes e, em vários deles, a população reduziu-se ao longo da última década. A região abriga um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Engenheiro Souza Dias (no município de Castilho-SP) e Três Irmãos (município de Pereira Barreto). Essa infraestrutura faz com que a região seja responsável pela geração de 47,0% da energia do estado. Portal Cidades Paulistas. Disponível em <<http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/09-aracatuba.htm>>. Acesso em 08 de abril de 2016.

orientação ideológica em meio aos embates sociais. Nota-se, ainda, que a igreja e a escola também são destacadas por Gramsci como organizações ideologicamente influentes em meio à sociedade. Ironicamente e não por acaso, o Uniesp estabelece convênios com essas organizações.

A imprensa tem aqui um sentido amplo, envolvendo editoras e meios áudios-visuais e até mesmo a arquitetura e os nomes de ruas. Portanto, abrangendo amplamente a questão da ideologia, incluindo livros e revistas científicas, políticas e literárias tanto para a elite como para a vulgarização popular. Já os meios áudios-visuais, como rádio, teatro e cinema, para ele, têm uma característica especial, pois permitem uma difusão ideológica com mais rapidez, maior raio de ação e efeito emotivo do que imprensa escrita. Porém, com menor capacidade de aprofundamento das questões. (ALMEIDA, 2011, p. 11).

Dos quatro entrevistados, apenas dois responderam às perguntas relacionadas aos processos de fusão e aquisição executados pelo Uniesp. Os demais não sabiam e/ou não quiseram responder.

A **fusão de empresas educacionais** é um instrumento jurídico utilizado quando duas ou mais entidades são combinadas, gerando, assim, uma **nova organização**. O que acontece frequentemente nas fusões é que as gestões das empresas fundidas passam a trabalhar juntas, dividindo cargos na administração até que as operações sejam, de fato, reunidas em um só formato hierárquico. Esse processo normalmente se dá porque os gestores e sócios dos negócios envolvidos pensam ser um bom investimento, contando que terão retorno positivo sobre as operações feitas sob a nova pessoa jurídica surgida a partir da fusão.

A **aquisição de empresas educacionais** é o ato de adquirir quotas ou ações em sociedades, mantendo as suas atividades e principais características, pelo menos em um primeiro momento. Este tipo de operação, tão realizada nos últimos anos, vem ganhando cada vez mais espaço entre as empresas brasileiras. Ao realizar uma operação de aquisição, os investidores buscam, dentre outros: complementar as linhas de ofertas de cursos de graduação em uma determinada cidade ou região, de maneira a possibilitar uma estrutura de larga escala e de aumento nas receitas. (EX DIRETOR/mantenedor da FAISA, Entrevista, 2016).

“Fusão é quando você tem uma instituição que se une com outra, aqui não, eles compraram, primeiro sabiam que o Diretor não ia vender, foram nos outros dois sócios e compraram a parte deles e aí não teve jeito, então foi aquisição” (FUNCIONÁRIA 1, 2016).

O caso da Faisa pode ser compreendido, a partir dos dados coletados, como um processo de aquisição. Os processos de fusão e aquisição, embora nem sempre tenham a mesma natureza, classificam-se em três categorias principais: horizontais, verticais ou conglomerados (CAMARGOS e BARBOSA, 2003, p. 8).

As fusões e aquisições horizontais são aquelas que envolvem duas empresas atuantes no mesmo setor empresarial, comumente concorrentes entre si: “visa buscar uma redução de custos e um aumento da eficiência operacional através da obtenção de economias de escala” (CAMARGOS e BARBOSA, 2003, p. 8).

Os processos verticais de fusão e aquisição, podem ser compreendidos como aqueles que “resultam da união entre firmas que fazem parte da mesma cadeia produtiva” (CAMARGOS e BARBOSA, 2003, p. 20). Neste sentido, as fusões e aquisições verticais ocorrem entre empresas que possuem uma relação de fornecimento dentro de uma cadeia de suprimentos que não engloba apenas fornecedores de um produto ou serviço, mas também todos os agentes envolvidos no atendimento do consumidor final, como transportadores, distribuidores, varejistas, entre outros.

Por fim, Camargos e Barbosa elucidam que as fusões e as aquisições conglomeradas acontecem entre empresas de ramos não relacionados entre si, pois o principal objetivo desses processos é a diversificação de negócios (2003, p. 10).

Compreende-se, portanto, o caso da Faisa como uma aquisição do tipo horizontal, um processo pautado pela obtenção de lucro e pela elevação do poder de barganha frente aos clientes e aos competidores do setor. Além da potencialização do poder monopolista do Uniesp, resultante da concentração de mercado ou até mesmo da formação de cartéis, a aquisição favoreceu o aumento dos valores cobrados pelos cursos e, portanto, a apropriação de parte do excedente dos consumidores¹⁴⁴.

4.3 O CASO DA UNIESP/CAPITAL PAULISTA (UNIDADES – CENTRO VELHO E TUCURUVI)

¹⁴⁴ “O chamado excedente do consumidor é a área que em política da concorrência fica entre a disposição dos consumidores para pagar o bem que compram e o preço que de fato pagam, se o monopolista for capaz de estabelecer um preço diferenciado ao consumidor, ou seja, acima do valor real do produto, os lucros serão maiores, gerando ganhos adicionais”. (MOTTA e SALGADO, 2015, p. 38).

Como citado anteriormente, o Uniesp possui, na capital paulista, unidades instaladas no Centro de São Paulo (regiões conhecidas como Centro Velho e Centro Novo), no Brooklin, Campo Limpo, Guaianases, Interlagos, Mooca, Penha, São Mateus e Tucuruvi.

Cabe destacar que foram acionados administradores, docentes e funcionários das demais unidades do Uniesp na cidade de São Paulo para concederem entrevistas ao presente estudo. No entanto, somente os representantes das unidades Centro Velho e Tucuruvi aceitaram o convite. Cabe ressaltar que a Uniesp - Centro Velho assume a função de “quartel general” da empresa, sendo responsável pelas unidades e pelo polo de ensino¹⁴⁵ do interior do estado de São Paulo e dos demais estados atendidos pela instituição.

Para uma melhor compreensão sobre a coleta de dados cumprida nas unidades de ensino da Uniesp¹⁴⁶, esclarece-se que as entrevistas realizadas na capital paulista foram concedidas por um docente e dois ex-diretores da Unidade-Tucuruvi (Setor Gestão/Administração e Setor Pedagógico, respectivamente); um diretor e uma ex-secretária da unidade do Centro Velho. Assim, quatro indivíduos consentiram participar da pesquisa, enquanto os demais procurados se recusaram alegando diversos motivos, inclusive receio da possibilidade de perseguição ou da perda do emprego. Cabe notar que houve a tentativa de contato com o presidente/proprietário da empresa, no entanto, o representante se encontrava em viagem, segundo a informação concedida por uma de suas secretárias (Unidade-Centro Velho). Na ocasião, a secretária informou também que apesar do tamanho do grupo Uniesp, seus mantenedores são da mesma família, respectivamente esposo-esposa e filho. Todos, naquele momento, viajavam a negócios.

Por se tratarem de unidades sedes e/ou matrizes, os prédios da capital foram adquiridos pela empresa e na IES de Tucuruvi, não houve trâmites entre IES, segundo seu ex-diretor “o prédio estava praticamente abandonado, era uma faculdade, mas já estava desativada há mais de quatro anos, foi comprado pelo Uniesp para a instalação de uma faculdade”. De acordo com um dos atuais diretores da empresa, “não havia um plano estratégico definido, muitas vezes as instituições foram compradas e o próprio mantenedor [agora funcionário

¹⁴⁵ De acordo com informações de um dos atuais diretores da UNIESP, existe apenas um polo de ensino na modalidade de educação à distância (EAD), instalado na cidade de Rio Claro-SP; as demais são unidades de ensino na modalidade presencial.

¹⁴⁶ Cf. Figura 1, Capítulo 1, p. 37.

do grupo] continuava lá, porque a gente não tinha equipe que gerenciava isso, a coisa cresceu dum tanto que ia assim de qualquer jeito” (entrevista, 2016).

De acordo com uma ex-secretária administrativa, que trabalhou por cinco anos na empresa, em diversas unidades de ensino, especialmente nas IES do Centro Velho e Novo, a infraestrutura da unidade Centro Velho era extremamente precária. “Os mantenedores nunca ligaram para isso, quebravam as coisas e ninguém arrumava”. Ao ser indagada sobre o perfil da Uniesp no processo de fusão de IES, a ex-funcionária respondeu:

A informação que tenho é que eles compram instituições falidas e montam a UNIESP, lá no Centro, por exemplo, eles só tinham uma unidade da Faculdade Alvarez Penteadado, mas antes dele [sic] comprar [sic] essa instituição eles tinham outro prédio perto do Largo do Café que eles tinham invadido esse prédio, depois foram despejados e acabou comprando a Alvarez Penteadado, essas informações que estou te passando é o que vem de boca-a-boca não é documentado isso. Depois, ele foi crescendo né? Ele invadiu um prédio no Centro Novo também, inclusive aquele que pegou fogo e foi noticiado pela mídia. E assim vai, o sistema do gestor desta instituição não é nada saudável ele é uma pessoa que, por exemplo, ele tem, além desse do Centro Velho que ele invadiu, tinha outro prédio abandonado, se não me engano da Santa Casa, que tinha ao lado, ele invadiu também, eu não sei se ele tem respaldo político sobre essas invasões, ele vai lá entra já põe carteira e tudo. Os outros prédios, como os do Tucuruvi eu não sei, o povo fala que toda instituição que ele “compra” ele pega dá uma entrada e não paga. A coisa é por aí. Não sei se depois deste boom do FIES ele conseguiu quitar as dívidas. É tipo assim, eu tinha amizade com o rapaz que trabalhava lá no setor de compras né? Uma vez fui pedir papel higiênico e ele respondeu que não tinha dinheiro, que o gestor tinha 21 CNPJs e que não podiam ser usados porque está tudo sujo. (EX-SECRETÁRIA-ADMINISTRATIVA da UNIESP, Entrevista, 2016).

De acordo com o depoimento da secretária, os meios utilizados pela empresa para a expansão do capital podem ser os mais escusos. O Diretor da Uniesp - Centro Velho, por sua vez, declarou que nunca houve processo de fusão no grupo, mas sim compras de instituições.

As faculdades sempre foram encampadas, ou seja, há uma política apenas de compra, eles sempre compram faculdades em dificuldades, hoje são aproximadamente 110 unidades e há um projeto para implantar unidades no exterior, isso não está oficializado, a grande concentração é no estado de São Paulo. (DIRETOR-Uniesp-Centro Velho, Entrevista, 2016).

Ao relatar sobre a infraestrutura dos prédios da empresa, a ex-secretária administrativa relatou que houve casos de alunos defecarem no chão porque não havia banheiros adequados na unidade do Centro Velho.

Depois quando chegou o FIES é que as coisas começaram a melhorar, antes era assim: a gente não manda vocês embora porque não temos dinheiro pra pagar o Fundo de Garantia, nossas férias, eles só liberavam a gente quando estava pra vencer duas, então se ele hoje tem todo esse império UNIESP foi devido a exploração do trabalhador e devido ao FIES, e isso era com todos independente de ser funcionários ou docentes, todos sofriam, como eu posso dizer, essa transgressão trabalhista antes do Fies. (EX-SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA da Uniesp, Entrevista, 2016).

Cabe, portanto, retomar uma reflexão marxista relacionada à acumulação capitalista: "A medida que o capital é acumulado, deve piorar a situação do operário, qualquer que seja a sua paga, elevada ou baixa" (MARX, 1985, p. 651). Para Marx, o desenvolvimento do capitalismo é operado pelo processo de empobrecimento do proletariado.

O empobrecimento do proletariado consiste em que, à medida que cresce a riqueza social, a parte dos operários na renda nacional, produzida nas empresas capitalistas, decresce, enquanto a parte dos capitalistas aumenta. O aumento da produtividade do trabalho e da exploração dos operários tem como consequência a rebaixa da parte referente ao salário, enquanto aumenta a parte referente a mais-valia. Daqui decorre o aumento da separação entre a riqueza crescente e o modo de vida nababesco da minoria exploradora da sociedade, de um lado, e o nível de vida dos operários, do outro. (MARX, 1985, p. 650).

Como enfatiza a entrevistada, o Fies é o grande filão da expansão deste grupo de ensino superior e de outras empresas deste setor, como já constatado na fala de outros entrevistados desta pesquisa. De acordo com a ex-funcionária, em um contexto anterior à implementação do Fies, havia critérios de seleção para o ingresso de alunos nas IES da empresa.

Com o Fies acabou isso aí, qualquer um podia entrar, era pobre, rico, as vezes a pessoa nem tinha condições financeiras, não sabia nem escrever o nome mas entrava com esse Fies. Esse Fies foi um boom enorme, era matricula atrás de matricula e não se tinha nenhuma seleção, a pessoa chegava

lá com o RG já fazia a matrícula, como foi no início houve muito erro por trás deste Fies, o próprio programa teve muitos erros, eu fiz parte de fazer essas matrículas, eram muitas então as secretárias não davam conta, a gente só fazia o cadastro a pessoa assinava e a própria Uniesp fazia esse contrato no banco, levava lá fazia a maior loucura pra pegar esse Fies do aluno, era liberado naquela época 100% do Fies, então quer dizer era uma mina de ouro com o dinheiro público, por isso que eles cresceram tanto. (EX-SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA da Uniesp, Entrevista, 2016).

Foi por meio do Fies, portanto, que o Uniesp instituiu programas como o “Uniesp Paga”, já que ao aluno cabia formalizar contrato com o governo para ter “direito” a este programa.

Esse programa possibilitava ao aluno estudar sem pagar a mensalidade que na verdade o aluno pagava a um projeto social chamado Fies, mas o convite ao aluno era por meio do contrato com o governo e o aluno tinha algumas obrigações, frequência mínima, um bom aproveitamento escolar e a continuidade nos estudos. Se antes de se formar ele não cumprisse com suas obrigações ele perderia o benefício Uniesp Paga e o próprio aluno teria que arcar com o financiamento estudantil, no caso o Fies. (EX-DIRETOR Uniesp, Entrevista, 2016).

No entanto, ainda que a Uniesp “pagasse” o financiamento para o estudante, o valor cobrado pelo curso estava supervalorizado: a cada mensalidade, a instituição recebia do governo federal o valor equivalente a três faturas, enviesando o suposto benefício ofertado ao aluno. Nota-se que se a quantidade de “beneficiados” fosse menor que o montante matriculado via Fies, o lucro da empresa seria ainda maior. Cabe observar que não há um consenso entre os entrevistados em relação ao programa Uniesp Paga:

Uma vez eu questioneei para um responsável: como é esse UNIESP Paga? Ele me explicou assim: como no começo o governo repassava o valor integral do curso do aluno em forma de adiantamento, então eles aplicavam esse dinheiro a juros e não era pouca coisa, e o curso não era barato, por exemplo, você fazia uma pedagogia que hoje custa em torno de R\$ 400.00, naquela época era mais de mil reais, ou seja, ele [mantenedor] aplicava esse dinheiro e pagava depois, acredito que com os juros e correções que ele aplicava fatalmente [sic] dava para ele pagar. Nesse período ele ganhou muito dinheiro e pagava uma porcentagem para quem indicasse alunos, mas era uma coisa assim sem controle porque tinha funcionário que indicava o mesmo aluno que outros colegas, teve gente assim, que comprou

apartamento, carro do ano, depois que descobriram. (EX-SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA da UNIESP, Entrevista, 2016).

Em 2012, através do Fies, a empresa iniciou a sua expansão pelos demais estados brasileiros. Segundo o docente/ex-diretor da unidade Tucuruvi, o Uniesp buscava atender um público economicamente desfavorecido, tal como vinha realizando no estado de São Paulo: “a clientela anterior já era formada de alunos menos abastados”.

A missão da Uniesp era exatamente atingir esse público, mais humilde, pessoas que não estudaram na época própria, por isso que nós temos alunas de 80 anos, nós temos alunas que fizeram EJA, então esse pessoal viu na Uniesp a oportunidade de fazer um curso superior e o apelo foi mesmo pra atender essa comunidade. Com o FIES então, o aluno podia estudar, pagando R\$ 50.00 de juros por trimestre e ao final do curso ele tinha um período de carência de um ano e meio [para começar a pagar os juros] e depois pagava o curso lá em 8, 12 anos. Embora outras instituições também tivessem o Fies, o Uniesp era o que tinha as condições para o aluno entrar, por quê? Atendia esse aluno, dava apoio a esse aluno, dava curso de nivelamento, orientação pra concurso, os professores eram orientados a abraçar esse aluno, então o aluno se sentia bem na UNIESP. E fora isso, conseguimos entrar em igrejas, ONGs, por conta dos convênios e tinha desconto no valor das mensalidades, só que assim: o FIES pagava o valor cheio, então, por exemplo: A pedagogia na época custava R\$ 1.120,00, então de cada aluno a gente recebia antecipadas seis parcelas, então com a facilidade financeira, porque você vê a pedagogia por aí estava em média R\$ 300.00 a gente recebia quase R\$ 1.200.00, esse foi o grande lance. (DOCENTE/EX-DIRETOR, UNIESP, Entrevista, 2016).

Atualmente, de acordo com o entrevistado, o Uniesp conta com cerca de 78 mil alunos pagantes, via Fies e Novo Fies. Destaca-se que, para o professor, o Novo Fies continua representando um “caminhão de dinheiro”.

O grupo instituiu um fundo garantidor, mas não está garantindo nada porque não depositam dinheiro neste fundo, de garantia só tem o nome. [...] Qual é o plano agora? Ele vai deixar a UNIESP cair, aí a hora que ela tiver caído, e ele já está nesse ponto, porque o atraso de salário faz parte, esse atraso é para que alguns funcionários peçam demissão aí ele já tem uma pessoa que vai decretar a insolvência do grupo, aí a Instituição que ele

comprou vai vir e encampar, porque há 15 dias ele comprou uma Universidade, então pode ser que essa Universidade encampe, então desaparece a UNIESP que tem nome ruim e a Universidade que tem nome bom toma conta. Eu achava que ele tinha plano de vender o grupo, mas o ano passado ele teve oferta de um grupo chinês e não vendeu, porque que ele não vendeu? Porque têm 78 mil alunos pagando pelo FIES, ora 78 mil alunos a R\$ 1.000,00 dá R\$ 78 milhões, vezes seis meses que ainda faltam receber, dá um caminhão de dinheiro. A ideia dele é essa, encampar e continuar. (DOCENTE/EX-DIRETOR, UNIESP, Entrevista, 2016).

Sob a perspectiva marxista (1955, p. 548), o movimento do capital seria carente de sentido se ao final da operação a soma de dinheiro fosse equivalente ao capital inicial. Para Marx, todo o sentido da atividade capitalista consiste na obtenção de um valor superior ao acumulado no início da produção. O objetivo da produção, circulação e consumo da mercadoria é o aumento do capital. Marx adverte, contudo, que é na esfera produtiva que se gera a mais-valia, ou seja, o lucro é alcançado pela exploração da força de trabalho.

No caso do Uniesp, a superexploração da força de trabalho e os investimentos públicos potencializaram os lucros obtidos pela empresa. Cabe notar que o governo federal, através do MEC, foi o grande catalisador do crescimento das IESPs nos últimos anos, ao conceder isenções fiscais e permitir que esses estabelecimentos se constituíssem como empresas comerciais. Nota-se, ainda, que a facilidade do acesso ao Fies foi um fator determinante para o aumento no número de matrículas das IES privadas e, em particular, do Uniesp.

Segundo todos os entrevistados, a maioria dos estudantes contemplados pelo Fies, no Uniesp, é oriunda de convênios firmados com sindicatos, associações, prefeituras, ONGs e hospitais. Todavia, “o que funciona são igrejas e comunidades de bairros” (DOCENTE EX-DIRETOR, Entrevista, 2016).

Outro ponto enfatizado pela maior parte dos entrevistados é a questão da gerência inadequada da empresa, que centraliza todas as decisões em três pessoas da mesma família (Presidente/proprietário-esposo, Diretora Pedagógica-esposa, Tesoureiro-Filho). Trata-se de uma situação que tem causado descontentamento entre os diretores e os demais funcionários (antigos e atuais) da empresa, na medida em que são impedidos de resolverem de forma imediata os problemas acumulados com os alunos. De acordo com o Docente/ex-diretor:

Não há uma gestão, não há profissionalismo, têm alunos que perdem emprego por falta de uma declaração, isso é um absurdo, então falta decisão, é muita gente, ninguém fiscaliza, então a coisa vai, mas eu acho o grupo excelente porque cuida da educação popular, se tivesse essa gestão, porque dinheiro tem, seria uma maravilha para trabalhar. Queima uma lâmpada, não pode demorar 10 dias para ser trocada porque precisa duma decisão da central. (ENTREVISTA, 2016).

Sob uma perspectiva análoga e complementar, um dos diretores ainda em exercício na instituição declara que “o que falta é uma profissionalização da gestão, o que precisaria era de processos de administração definidos, por outro lado, não temos tanta burocracia assim”. (Atual diretor, ENTREVISTA, 2016). A ex-secretária administrativa, por sua vez, declarou que a gestão do Uniesp é péssima:

Eu posso falar por mim nas três Unidades da Uniesp que eu trabalhei, as pessoas que estavam num cargo superior tratavam os outros como um “zé ninguém”, tratava muito mal, os diretores eram pessoas assim que eu posso classificá-los como coronéis, mulheres pra eles tinham que ser tratadas na “chibata”, era grosso na frente de qualquer um, eu podia até processá-los por danos morais mas acontece que as pessoas que estavam lá tinham medo de perder o emprego e não tinham uma testemunha, mas eu sofri muito na mão deles. Eles tratam você como lixo. Olha nem sei te explicar, lembranças tristes (ENTREVISTA, 2016).

Todavia, a lucratividade da empresa é altíssima. De acordo com os entrevistados, não há inadimplência relacionada ao pagamento de mensalidades, pois aproximadamente 90,0% dos alunos são atendidos pelo Fies e 5,0% pelo Proni. Pode-se compreender, portanto, que as críticas dos entrevistados em relação a essa gestão empresarial se referem à utilização dos recursos públicos em prol de interesses privados.

Cabe lembrar da reflexão marxista na qual Marx elucida que o capital não é uma “entidade material”, um meio de produção, um montante de moeda ou um “mecanismo racionalmente controlável”, mas sim “uma relação de compulsão a qual não se apoia em quaisquer relações pessoais de dominação e dependência, mas simplesmente emerge da diferença nas funções econômicas” (2012, p. 607).

O capital não abre mão de suas prerrogativas relacionadas ao gerenciamento de negócios, a não ser quando lhe convém. Para Marx, mesmo que se pudesse remover o capitalista de sua função econômica, o comando sobre o trabalho não seria restituído ao trabalhador, uma vez que, o capital continua a existir sem o capitalista e o processo adquire um movimento próprio que pouco depende da ordem ou contra-ordem dos trabalhadores/funcionários (Marx, 2012). Nessa lógica, os trabalhadores não podem tomar decisões que interrompam o processo de auto-reprodução ampliada do capital, que atende exclusivamente a determinações estabelecidas pelos capitalistas (MÉSZÁROS, 2011).

Cabe notar que a administração do Uniesp também é alvo de inúmeras reclamações por parte dos alunos. Além de manifestações realizadas em diversos *campi* da instituição, fato confirmado por alguns entrevistados, os estudantes vêm protestando contra a empresa nas redes sociais.

Na *internet*, através do *Facebook*, prolifera-se a criação de grupos organizados pelos alunos da Uniesp, destacando-se “O grito estudantil- Uniesp”¹⁴⁷, que promove fóruns de debate, divulga imagens denunciativas sobre as condições precárias nas quais se encontram os prédios da empresa e compartilha reportagens relacionadas às denúncias contra a instituição. Outro grupo virtual significativo é o “Uniesp Centro Novo”¹⁴⁸, que divulga diversas reclamações discentes relacionadas à má administração e às irregularidades praticadas pelo Uniesp. Destaca-se também o grupo “A Uniesp vai ter que pagar”¹⁴⁹ que, segundo os idealizadores, é uma “ferramenta de organização independente dos estudantes da Uniesp, em suas lutas e na resistência contra os ataques dos donos da instituição e governos!” Nota-se que esse grupo tem marcado presença com faixas e camisetas estampadas com o slogan “A Uniesp vai ter que pagar” em diversos eventos realizados na capital de São Paulo-SP.

Desde 2011, muitos estudantes denunciam o Uniesp, em audiências públicas, pelos problemas constados nas mensalidades. Devido às suas irregularidades, a empresa foi penalizada diversas vezes pelo Ministério do Trabalho.

¹⁴⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/OGritoEstudantilUniesp/?fref=ts>>. Acesso em 13 de maio de 2016.

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Uniesp-Centro-NOVO-238550399679950/?fref=ts>>. Acesso em 29 de maio de 2016.

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/estudantesUniesplutando/>> . Acesso em 29 de maio de 2016.

Cabe retomar a reflexão marxista a respeito da educação que, sob o modo de produção capitalista, passa a ser categorizada como uma mercadoria. Nessa perspectiva, o ensino tem seu valor expresso em dinheiro que, reinvestido pela empresa, deve gerar mais capital. De acordo com a lógica capitalista, não há diferença entre o investimento aplicado em uma fábrica de ensino e o investimento realizado em uma fábrica de salsicha, da mesma forma que não há importância na configuração do produto do trabalho: seja aula ou salsicha, ambos funcionam apenas como suportes do mais-valor extraído e apropriado pelo capitalista. Para Marx (2012), a particularidade da forma social capitalista se encontra na questão do trabalho que, mesmo quando dissociado de um produto com forma corpórea, encontra-se passível de exploração e subordinação às relações capitalistas de produção e reprodução, gerando mais-valor.

Ao relatar sobre a administração do Uniesp, a ex-secretária afirmou que apesar da baixa quantidade de inadimplência por parte dos alunos, realizava-se semestralmente o recadastramento discente no programa. Para efetuar esse trâmite, o estudante precisava do auxílio da faculdade e, frequentemente, a burocracia envolvida nesse processo desencadeava conflitos.

Chegava à época de provas, era o maior caos, o aluno chegava, eles não deixavam fazer prova, era polícia direto na porta da faculdade, eu estou falando o que eu vi, era uma baixaria só. Mesmo com o FIES, se o aluno não conseguia se recadastrar eles bloqueavam o aluno, impedia-o de fazer prova, sempre houve isso, aí no fim acabava deixando: primeiro você tinha que passar por este stress todo, de polícia, de palavrões, gente apontando dedo na cara de funcionários que estão lá, querendo nos bater, e que a gente não tinha nada a ver, olha, era um caos (UNIESP, Entrevista, 2016).

Outra questão ressaltada por alguns entrevistados foi o sistema próprio de financiamento estudantil do Uniesp, criado em parceria com uma agência financeira, para atender os alunos não contemplados pelo Fies.

Para aqueles que não têm o FIES ele fez um programa parecido com o Fies, chamado “Uniesp 100”, ou seja, é um financiamento da própria Uniesp, eles fizeram parceria com uma financeira para fazer um contrato com o aluno, eles colocam o preço da mensalidade lá em cima e dão um desconto de R\$ 100.00. Lá no final do plano daria pro aluno ter financiado uma casa

ou um carro. É uma forma de você amarrar o aluno a um plano que ele vai ficar pagando a vida inteira. (EX-SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA da Uniesp, Entrevista, 2016).

No *site* “reclame aqui”,¹⁵⁰ consta o seguinte depoimento, realizado por um acadêmico do Uniesp, sobre o referido plano:

Sou acadêmico de Direito da Uniesp da Mooca, aderi no 1º semestre de 2016 no ato da matrícula na faculdade a um plano de financiamento estudantil direto com a faculdade denominado plano 100. Esse plano estabelece uma mensalidade no valor de R\$ 1.644,00, me dando a opção de fazer o pagamento mínimo de R\$ 100,00, podendo pagar o residual desse valor num prazo de 30 anos após o término do meu curso, que no meu caso é DIREITO.

O fato, é que no momento da rematrícula, o contrato enviado automaticamente pelo sistema do *site* da faculdade, me da um contrato que informa condições totalmente adversas da que contratei. Coloco em evidência as seguintes: Alteração do Plano Uniesp 100, para Uniesp flex Valor mínimo de mensalidade R\$ 100,00 passou para R\$ 200,00; Valor total da mensalidade R\$ 1.644,00 passou para R\$ 1.817,00; Valor total do curso R\$ 98.640,00 passou para R\$ 109.020,00. Tenho tentado contato com a instituição, desde o final do mês de junho/2016, já notifiquei a diretora da unidade, já notifiquei a secretaria da unidade, e até o momento, nada de qualquer contato, todo o momento que ligo, me informam que a diretora não pode atender.

Evidencia-se, pela discussão até aqui desenvolvida, o estreitamento das relações entre o Uniesp com o capital financeiro e seu peso econômico. Com a substancial ajuda estatal, o ensino superior privado lucrativo vem alcançando a escala de grande capital no cenário brasileiro. Dessa forma, cabe retomar a seguinte reflexão, proposta por Paniago, a respeito da atual configuração desse modo de produção:

No capitalismo já plenamente desenvolvido tudo encontra-se sobre o controle do capital, onde até mesmo a ampliação de benefícios pelos trabalhadores é regulada pela capacidade do sistema em transformar conquistas em vantagens, podendo, no momento seguinte, quando assim necessário, e num movimento totalmente inverso, revertê-los. (PANIAGO, 2000, p. 15).

¹⁵⁰ Disponível em: < https://www.reclameaqui.com.br/uniesp/plano-100-x-plano-flex_QIrw548QCmZeswT4/>. Acesso em 05 de julho de 2017.

Sob o discurso de “democratização do acesso”, os organismos internacionais articulam a eliminação das fronteiras entre o público e privado, “a compra de vagas públicas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições nas quais impera a lógica do lucro e do ensino massificado” (QUEIROZ, 2015, p. 45). E segundo Rodrigues, a expansão da educação superior no Brasil “tem se dado fundamentalmente a partir do crescimento de IESP’s, que tem buscado se construir como empresas prestadoras de serviços educacionais fortemente atreladas às demandas do mercado” (2012, p. 42).

Nesse cenário político-econômico, entre os anos 1990 e a primeira década do século XXI, o Uniesp contou com o apoio dos governos federal brasileiros para se materializar como um grupo gerencial de caráter monopólico, pautado no lucro e na expansão de seus negócios, seja adquirindo novas IES (aquisição), seja reorganizando as IES existentes adquiridas (fusão), conforme as demandas do mercado e os ajustes das políticas governamentais visando expandir cada vez mais seus lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propôs-se, nessa pesquisa, a tese de que a formação de monopólios vem ocorrendo no cenário do ensino superior privado brasileiro através de processos de fusões e aquisições, inclusive com empresas de porte médio e de capital fechado, como o Uniesp. Problematiza-se, então, os fatores determinantes para o avanço do setor educacional privado no país ocorrido nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito às prerrogativas legais estabelecidas pelo Estado. Analisa-se, mais especificamente, o percurso histórico do Uniesp nesse novo mercado. Para tanto, foi preciso compreender as formas pelas quais os capitais financeiros, nacional e internacional, vêm se movimentando neste setor; assim como as transformações pelas quais tem passado o ensino superior privado, principalmente no que se refere à sua expansão; e de que maneira essas mudanças, politicamente ancoradas ao discurso de democratização do acesso à educação superior, ao favorecerem o ingresso da classe trabalhadora nesses espaços de ensino, atenderam, sobretudo uma proposta de acumulação do capital com aportes do fundo público do Estado.

Se o ensino superior privado conheceu uma fase expansiva nos anos 1970, na década de 1990 esse setor iniciou o seu maior momento de dinamismo, legitimado e protegido por um leque de medidas jurídico-normativas, especialmente pela LDB, de 1996. A partir de 2005, complementarmente, iniciou-se outro movimento nesse setor, pautado nos processos de fusão e aquisição de empresas educacionais. Com a crescente financeirização desse setor, iniciou-se a formação de oligopólios educacionais que acabaram se inseriram no mercado de ações (Bovespa). Compreende-se que essas mudanças políticas e sociais no cenário brasileiro propiciaram a manifestação de novas formas de relacionamento entre a educação e o sistema econômico.

Essa tese buscou, nesse sentido, fundamentar-se sob uma concepção teórica marxista para não perder de vista os processos de fusão e aquisição no ensino superior privado em sua condição de parte do processo totalitário do capital, visando entender como esse influencia, seja de forma reunida ou dispersa, na concentração/centralização desse setor.

Num esforço de compreender os processos de aquisições realizados por uma instituição educacional específica, Uniesp (*locus* desse trabalho), reuniu-se aqui informações documentais divulgadas pela própria empresa; pelos governos das esferas federal, estadual e

municipal; pela justiça, por meio da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal; por órgãos relacionados à sociedade civil, como sindicatos de professores e associações de docentes e estudantes; pela imprensa e pela rede mundial de computadores (*internet*), que apresenta dados imprecisos e desorganizados sobre as ações do Uniesp, demandando deste pesquisador um cuidado maior na coleta e organização dessas informações, posteriormente trianguladas com outros dados, como as entrevistas.

Os resultados apresentados nesse trabalho evidenciam que o Uniesp, como as demais IESPs brasileiras lucrativas e/ou com participação de fundos de investimentos privados ou públicos, não estão no mercado para oferecer educação de qualidade e nem se encontram preocupadas com a formação emancipatória dos indivíduos. Encontram-se, sim, oferecendo uma mercadoria (*commodity*). Portanto, competem pelos preços das mensalidades e utilizam, para isso, os aparelhamentos do setor empresarial e os meios estatais de favorecimento.

Neste sentido, a predominância dos objetivos mercadológicos/economicistas no campo do ensino superior privado possibilitou a compreensão, através da análise sobre o grupo Uniesp, sobre um fenômeno relativamente novo no Brasil e nesse setor: a formação de monopólios educacionais, por meio da concentração de empresas com ou sem capital aberto, com a participação de grupos estrangeiros, com o aporte do capital financeiro internacional e com intervenção do Estado brasileiro. Nota-se que as alterações ocorridas no financiamento das IESPs desencadearam mudanças significativas em seu modelo organizacional. Se outrora esse setor era formado predominantemente por empresas de caráter familiar e/ou comunitário, atualmente, as IES passaram a ser negociadas por empresários, bancos e/ou fundos de investimentos, que padronizaram suas relações de trabalho à lógica empresarial.

Para alcançar seus objetivos, os “novos” empresários do setor de ensino superior privado traçaram diversas estratégias de ações, tais como a diminuição dos custos de produção da mercadoria-ensino, através de sua descaracterização; e as articulações com financiamentos públicos, como o Fies e o Prouni, para girarem o capital em condições especiais, por se tratar de uma “atividade social”.

No Uniesp, essas práticas são recorrentes. Além disso, os convênios estabelecidos com entidades/instituições como igrejas, câmaras municipais, sindicatos, ONGs, Associações, entre outros, também fazem parte das estratégias mercadológicas utilizadas pela empresa para atrair clientes. Complementarmente, na perspectiva do convencimento ideológico

dos estudantes, ofertam o empreendedorismo e a empregabilidade pela aquisição de um diploma e/ou certificado de ensino superior. Sob a perspectiva marxista, essa prática favorece o capital empresarial/industrial, criando um exército de reserva que tende a baixar os salários da classe trabalhadora. Portanto, um processo de (de)formação de jovens e adultos para um mercado de trabalho onde não há espaço para todos.

Esse processo de mercantilização do ensino superior, empreendido nas últimas décadas no quadro político-econômico neoliberal da mundialização do capital e da reestruturação dos paradigmas da produção e da gestão do trabalho, tem convergido para a desqualificação do trabalho docente e das relações de trabalho, bem como para a descaracterização do processo de formação acadêmica dos estudantes que estão inseridos nas IESPs.

Assim, os apontamentos relacionados à saturação do mercado de ensino superior no país aparentam uma contradição, pois houve a expansão significativa desse setor nas últimas décadas. Compreende-se, inclusive, que o processo de financeirização da educação superior privada promoverá a ascensão do setor à modalidade de concentração monopólica.

Como demonstram os dados do INEP, no período de 2005 a 2015, houve um aumento significativo no número de matrículas das IESPs sem alterações expressivas na quantidade de suas respectivas unidades de ensino¹⁵¹. Nota-se, portanto, uma nova configuração no modo de gerir o ensino superior privado brasileiro, adaptada às atuais formas sociais de produção e reprodução do sistema capitalista. Isso foi evidenciado a partir da análise realizada sobre o Uniesp.

Cabe lembrar que o Uniesp foi fundada nos anos 2000, por um único empresário atual presidente/proprietário da instituição, que centraliza em sua pessoa o gerenciamento da empresa obtendo lucros mediante uma série de artifícios, dentre eles, o uso em grande escala do Fies. O Uniesp, denominada contratualmente como Instituto Educacional do Estado de São Paulo-IESP, constituiu-se como uma associação de direito privado, voltada para o oferecimento de ensino superior. Atualmente, a empresa se encontra instalada no estado de São Paulo e em outros estados brasileiros. Seu crescimento acelerado passou a ocorrer a partir de 2005, fundamentalmente relacionado à adesão ao Fies. Valendo-se desse recurso e da promessa de pagar o Fies aos estudantes (Uniesp Paga), a empresa aumentou seus lucros e ex-

¹⁵¹ Cf. gráfico 03, p. 88.

pandiu suas unidades de ensino pelo território nacional, em particular, pelo interior do estado de São Paulo¹⁵².

Cabe lembrar que o Fies é um financiamento realizado com recursos públicos que garante vagas e matrículas em instituições privadas. Essa política pública, assim como o Prouni, é uma forma de fomento do governo federal à expansão das instituições privadas. No entanto, diferentemente do Prouni, em que os alunos recebem bolsas, o financiamento concedido pelo Fies deve ser ressarcido pelos estudantes ao final do curso.

Desse modo, compreende-se que o governo federal direcionou o Fies a atender às necessidades dos empresários da educação e não aos interesses dos estudantes, constatação reconhecida pela Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior-Abmes, ao recomendar às IESPs que incentivem os estudantes a aderirem ao Fies. Sendo assim, o Fies passou a ser um negócio extremamente rentável para as IESPs, pelo menos até sua reformulação, realizada em 2015, pelo governo federal, que alterou as regras do financiamento e passou a denominar o programa como “Novo Fies”.

Até 2015, os valores eram repassados sem atrasos, mensalmente, nas contas das IESPs que recebiam o pagamento do governo, conforme determina a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, através de Certificado Financeiro do Tesouro da Série E (CFT-E). No final, as IESPs recebem um pagamento garantido, os estudantes adquirem uma dívida para pagar posteriormente e o governo corre o risco de não ser ressarcido.

Dessa forma, compreende-se o FIES como um catalisador para a expansão do grupo Uniesp. Nota-se, ainda, que o programa favoreceu a concentração do capital nessa IESP, diferentemente das empresas monopólicas do setor – Anhanguera-Kroton, Estácio de Sá, Devry, Pitágoras, Anhembí Morumbi –, que além do Fies, utilizam outros mecanismos para manter seus superlucros: financiamento particular, Prouni, investimentos em Bolsas de Valores e aportes do capital financeiro internacional.

Utilizando o Fies, o Uniesp criou outras estratégias políticas, sociais e econômicas para auferir lucros, tais como os citados convênios com entidades religiosas, associações comerciais, sindicais, ONGs, dentre outras. Nota-se que a sua expansão/concentração dis-

¹⁵² Cabe destacar que surgiram, no final da pesquisa, outros programas na UNIESP, como o UNIESP Ambiental e o UNIESP Cultural. Não foi possível analisar esses programas no trabalho devido ao esgotamento no tempo para a realização do estudo, mas nota-se aí um novo campo de investigação.

persa a caracteriza como empresa de capital individual, pois é gerida exclusivamente pelo seu respectivo presidente/proprietário.

Assim as tendências de acumulação que vem ocorrendo no setor de ensino superior privado brasileiro e os alvos de aquisição pelas grandes empresas estrangeiras, nos próximos anos, não serão apenas as pequenas e médias instituições, mas estabelecimentos de grande porte. No caso do Uniesp, como declarou um dos entrevistados da pesquisa, houve uma oferta de compra por um grupo chinês. No entanto, o mantenedor optou por não vender a sua empresa, seja porque a lucratividade via Fies fosse expressiva ou porque o grupo estava naquele momento comprando uma universidade e, portanto, deixaria de ser um grupo de faculdades para se tornar uma única universidade, que recompraria a própria Uniesp.

Nota-se que a expansão do setor de ensino superior privado no país, realizada com o apoio estatal brasileiro, buscou da mesma forma que os setores da indústria e do comércio a garantia de superlucros e a valorização do capital em seu respectivo espaço de atuação. Nesse contexto, a pequena propriedade capitalista vem cedendo lugar à corporação. Evidencia-se, desse modo, que o ensino superior brasileiro vem cumprindo as deliberações dos organismos internacionais. Cabe lembrar que os organismos internacionais defendem a ideia de que o investimento público em educação, em países como o Brasil, deve priorizar o ensino básico. Nessa perspectiva, o ensino superior, por beneficiar apenas as parcelas da sociedade com algum poder aquisitivo, deveria passar ao controle da iniciativa privada, pois esse seria um mercado promissor para sua atuação.

Embora não haja certezas relacionadas ao estabelecimento e à consolidação das IESPs ao longo dos próximos anos, é possível prever, através dos resultados desse estudo, algumas tendências já em andamento, tais como: - surgimento de novas forças competitivas e quebra do monopólio geográfico, regional e local no mercado do ensino superior privado, por meio de compra das IESP's menores pelas grandes do setor; operação em um mercado global, cada vez mais desregulamentado da "indústria do conhecimento" e, por conseguinte, do "mercado educacional"; reestruturação da educação superior, implicando no desaparecimento de faculdades e universidades de pequeno e médio porte, ou seja, maior concentração no setor, com aporte expressivo de capital internacional; mudanças no modelo de ensino, com fortes influências do modelo adotado na produção industrial/empresarial; e em função do uso maciço das novas tecnologias, a consolidação de uma "geração digital", com suas

demandas e novos processos de relacionamentos. Desse modo, as formas de ensino cada vez menos interativas, com o docente ainda mais afastado da sala de aula e do processo ensino-aprendizagem, podem ser intensificadas. Prevê-se, portanto, o predomínio de um ensino ofertado através da integração das mídias sociais ao ensino superior, nos chamados “ambientes colaborativos”, ampliando os espaços dos *player* do setor.

De acordo com Harvey, o capitalismo monopolista tem sobrevivido precisamente por manter esse movimento dialético e por aceitar suas inevitáveis tensões, incluindo as crises que dele resultam, movendo-se de uma esfera de atividade a outra, de modo a promover um apoio mútuo entre os diferentes setores. Compreende-se, dessa forma, que as decisões relacionadas ao setor privado de ensino superior continuarão a ser pautadas pela obtenção de maior lucratividade.

Diante desse processo, cabe à sociedade manter a vigilância epistemológica e acompanhar esse movimento do capital sob a perspectiva anticapitalista, cuidadosamente pensada e (re)articulada. Ou seja, a sociedade deve agir de modo a desvelar o sistema do capital e a sua lógica contrária aos interesses dos trabalhadores.

Vale lembrar da previsão marxista relacionada às tendências do sistema capitalista: a formação de monopólios, a centralização agigantada das bases produtivas capitalistas, a consolidação do mercado mundial, a abertura das fronteiras nacionais, as crises globais, o desemprego estrutural, a massificação da miséria, a invasão mundial do capital. Diante desse panorama, cabe à academia apresentar as formas pelas quais essas tendências capitalistas se atualizam em meio à sociedade contemporânea.

Parece claro que a expansão no setor da educação superior privada oferece um amplo espaço de estudos futuros. Tanto nas questões relativo ao avanço do capital para este setor, outrora menos explorado que neste momento de crise estrutural do capital, como noutras abordagens metodológicas que venham a serem propostas que contribuirão para um melhor entendimento do fenômeno das fusões e aquisições no âmbito da educação.

Considerando as limitações deste estudo em abordar a temática em sua totalidade, fazem-se necessárias maiores discussões acerca das mudanças no processo de trabalho promovidas pelas ações de fusão e aquisições no ensino superior privado; as forças produtivas necessárias a esse processo e em que termos se dão a oligopolização na educação superior a partir de processos de monopolização e/ou em conjunto com este, dentre outras questões.

Por fim, cabe alertar aos trabalhadores da educação e à classe trabalhadora de modo geral que os empresários vêm intensificando as estratégias de intervenção na educação superior seja vendo-a como um grande mercado, como mostrado nesta tese, e/ou influenciando em sua proposta pedagógica para formar um sujeito passivo e acrítico diante dos ditames do capital nacional e internacional, ou seja, promovendo uma alienação (ideológica) neste setor. Tais procedimentos escamoteia o Estado brasileiro sob o marco da responsabilidade social do setor privado que dentre suas ações utilizam os fundos públicos para expansão e lucros de seus negócios particulares.

Sendo assim, cabe reconhecer na realidade dialética e contraditória, o referencial da luta permanente dos trabalhadores que esteja articulada aos interesses históricos de emancipação da classe trabalhadora. Diante da qual, reafirma-se a necessidade da construção da luta pela direção contra-hegemônica, tendo na educação as ferramentas para um projeto revolucionário de sociedade.

Portanto, a conclusão dessa tese é de um manifesto contra os males econômicos e políticos enfrentados neste Século XXI e um apelo à luta pela construção de uma sociedade justa e de fato, igualitária.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA que é caso de polícia. **Revista Exame**. Edição 1024. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1024/noticias/a-escola-que-e-caso-de-policia?page=1>>. Acesso em: 06 de junho de 2015.

ADVENT INTERNATIONAL. **About us**. Disponível em: <<https://www.adventinternational.com>>. Acesso em: 19 de junho de 2016.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Aliciamento de alunos e cobranças indevidas existe a chance da Polícia Federal investigar as denúncias contra a Uniesp**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-03-19/mec-pode-acionarpolicia-federal-esta-semana-para-investigar-denuncia-contr-Uniesp>>. Acesso em: 07 de junho de 2015.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113>. Acesso em: 26 de junho de 2017.

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. **Revista ComPolítica**, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011.

_____. **Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses de governo Lula**. Crítica Social, nº 3, dezembro 2003.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de, **Prouni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa: FAPESP, 2014.

ALTBACH, Philip G. **Knowledge and education as international commodities: the collapse of the common good**. *Current Issues in Catholic Higher Education*, Washington, DC: Association of Catholic Colleges and Universities, n. 22, p. 55-60, 2002. Disponível em: <www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/newsletter/News28/text001.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVO DE RECLAMAÇÕES no Tocantins MPF abre dois inquéritos para investigar Uniesp. **Cleber Toledo. blog. página particular**. Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br/estado/2012/05/21/43918-alvo-de-reclamanotocantins-mpf-abre-dois-inqueritos-para-investigar-Uniesp>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

AMARAL, N. C. **Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba-SP: UNIMEP, 214 p. 2003.

ANDES-SN. **STF ignora decisão do Congresso e libera cobrança de pós-graduação nas IES públicas.** Ed. 26/04/2017. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8772>>. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

ANHEMBI MORUMBI é comprada por grupo norte-americano. **UNIVERSIA.** 02/12/2005. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/gestor/materia.jsp?materia=9407>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, São Paulo. 1999.

_____. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação). **CADERNO CRH, Salvador, n. 37**, p. 23-45, jul./dez. 2002.

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Filmagem. **Convocada pelo deputado Carlos Giannazi (Psol).** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=laU8bbzw-C8>>. Acesso em: 06 de junho de 2015.

_____. **Balanco Patrimonial Kroton. São Paulo.** Disponível em: <<http://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/kroton-KROT3/balanco>> Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Publicações.** Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

AVILA, S. F. O; LÉDA, D. B; VALE, A. A. **Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada:** notas para a análise do trabalho docente. Mancebo, Deise e Silva Júnior, João dos Reis (orgs.) – Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1966.

BASTOS. Pedro Paulo Zahluth. **Financeirização, crise, educação:** considerações preliminares. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BEHRING, Elaine Behring. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social.** In: SALVADOR, Evilásio *et al* (orgs.). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

BITTAR, M. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. **Avaliação, Campinas, UNISO, v. 6, n. 2** (20), p. 33-42, jun. 2001.

BM&FBOVESPA. A nova bolsa. **Como e por que tornar-se uma companhia aberta**. Utilizando o mercado de capitais para crescer. São Paulo: BM&FBOVESPA, outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pdf/guiaaber.pdf>>. Acesso em: 1 agosto. 2015.

BORGES. Jonathan Xavier. **Reestruturação do ensino superior privado no Brasil e precarização do trabalho docente: o caso da Fit/Uniesp (2006/2014)**. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2015.

BRASIL DE FATO. **Jornal**. Disponível em: <<http://informepolicial.com/pagina/7027/Aumento+de+mensalidade+da+uniesp+gera+inseguranca+entre+alunos+em+S.A.+Platina.html>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

BRASIL. **Diretrizes e Bases. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. In: BREJON, Moysés (org.). Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus: Leituras. São Paulo: Pioneira. 1982.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Dispõe sobre as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 18 de março de 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 2.306, de 19 de agosto de 1968**. Regulamenta o Sistema Federal de Ensino, 2009d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D2306.htm>. Acesso em: 16 de março de 2014.

_____. **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por ações, 2009f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 18 de março de 2014

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Peres, 1992.

_____. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 13 de março de 2014.

_____. **Lei Nº 9.279 de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Paraná: editora UNIOESTE, 1997.

_____. **Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.** Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9870.htm>. Acesso em: 15 de março de 2015.

_____. **Lei nº 10.260, em 2001, e Lei n. 12.202, de 14 de janeiro de 2010.** Institui o **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. – FIES.** Disponível em: <www.fiesbrasil.com.br/o-que-e-fies.aspx>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

_____. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 12 de março de 2015.

_____. **Decreto Nº 4.914 de 11 de dezembro 2003.** Dispõe sobre os centros universitários de que trata o art. 11 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/decreto4914.pdf>>. Acesso em: 09 de julho de 2014.

_____. **Lei nº 10.891 de 09 de julho de 2004,** alterada pela lei n. 11.096 de 13 de janeiro de 2005, **instituinto o Programa Universidade para Todos - PROUNI.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_Ato2004-2006/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

_____. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2014.

_____. **Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, 2009e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Decreto/D5773.htm#art79>. Acesso em: 14 de março de 2014.

BRASIL _____. **Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011.** altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (código civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112441.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 12.529, de 30 de Novembro de 2011.** Estrutura o Sistema de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Aceso em 28 de dezembro de 2016.

_____. **Portaria interministerial nº- 994, de 30 de maio de 2012.** Adequa, após indicação do Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica _ CADE, os valores constantes do art. 88, I e II, da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011. Disponível em:

<<http://www.cade.gov.br/assuntos/normas-e-legislacao/portarias>>. Acesso em: 12 de novembro de 2016.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 395/2014**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=611966>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 8 de janeiro de 2015.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência – **transferências de recursos por favorecido (entidades sem fins lucrativos)** – Convênio 701192. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=701192&TipoConsulta=TR-PJ3>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência – **transferências de recursos por favorecido (entidades sem fins lucrativos)** – Convênio 622212. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=701192&TipoConsulta=TR-PJ3>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

_____. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa SELIC. Definição**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SELICTAXA>>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

_____. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Página Oficial**. Disponível em: <[www.MPSP.mp.br/.../ACP%20-%20UNIESP%20-%20PJC-PresdVences%](http://www.MPSP.mp.br/.../ACP%20-%20UNIESP%20-%20PJC-PresdVences%20)>. Acesso em: 09 de agosto de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Medida Provisória n. 213**, de 10 de setembro de 2004. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI**, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

_____. _____. **Projeto de Lei nº. 3.627, de 28 de abril de 2004**. Institui Sistema Nacional de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. 2004c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

_____. _____. **Projeto de Lei nº. 59, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-norma-pl.html>>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

_____. _____. E-MEC. **Página Oficial**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTgwNA>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

_____. _____. Ministério da Educação . **Página Oficial**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=136&Itemid=782>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

_____. _____. Portaria Normativa nº 14, de 24 de setembro de 2009. Dispõe sobre os procedimentos referentes ao Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior - PROGRAMA IES - MEC/BNDES, no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2009/Portarias/25.09.09/Portaria%20Normativa_14_24.09.09.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

_____. _____. Ministério da Educação (2010), Presidente Lula entrega campi de universidades e institutos federais, Brasília, Ministério da Educação, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16096> Acesso em: 8 de julho de 2017.

_____. _____. **Portaria Normativa Nº 23, de 10 de Novembro de 2011**. Dispõe sobre o aditamento de renovação semestral dos contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=PNT&num_ato=00000023&seq_ato=000&vlr_ano=2011&sgl_orgao=MEC>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

_____. _____. **Portaria Normativa nº21, de 26 de dezembro de 2014**. Altera dispositivos das Portarias Normativas MEC nº 2, de 31 de agosto de 2008; nº 1, de 22 de janeiro de 2010; nº 10, de 30 de abril de 2010; nº 15, de 8 de julho de 2011; nº 23, de 10 de novembro de 2011; nº 25, de 22 de dezembro de 2011; nº 16, de 4 de setembro de 2012; nº 19, de 31 de outubro de 2012; e nº 28, de 28 de dezembro de 2012, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/6188-portaria-normativa-n%C2%BA21,-de-26-de-dezembro-2014>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Página Oficial**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 04 de novembro de 2015.

BRECHT, B. (2007). Privatizando. In A. Citelli. Bertold Brecht: comunicação, poesia e revolução. **Comunicação & Educação. [online]. 12(2)**, 109- 112. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0104-8292007000200013&script=sci_arttext#nt04> Recuperado em 22 de junho de 2017.

BRUNNER, Jose J. **Mercados universitários: ideas, instrumentos y seis tesis en conclusión**. Santiago, Cl., marco de 2006. Disponível em:< <http://www.brunner.cl/> wp-

content/uploads/2012/12/%C2%A0MERCADOS-UNIVERSITARIOS_2006.pdf> Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

BUKHARIN, Nikolai I. **O Imperialismo e a economia mundial**. Tradução: da edição francesa publicada pelas Editions Sociales Internationales, Paris, 1928, por Aurélia Sampaio Leite. Editora Laemmert S.A. 1915 e 1917.

CADE. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **O que é o CADE**. Disponível em: <www.cade.gov.br>. Acesso em: 03 julho. 2015.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio. Universidade Mercantis a institucionalização do mercado universitário em questão. São Paulo **Perspec. vol.14 no.1** São Paulo Jan./Mar. **2000**.

CALDERÓN, Antônio Ferreira. Adolfo. **O ensino superior privado: um estudo comparado Brasil-Portugal**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/39819>> Acesso em: 30 de junho de 2014.

CAMARGOS, Marcos Antônio de; BARBOSA F. V. Fusões, aquisições e takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 10, n. 2**, p.17-38, abr./jun. **2003**.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das IES lucrativa. **Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 54 jul.-set. 2013**. Disponível em:

<http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36196871/A_mercantilizacao_da_educacao__RBE_2013.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1482185335&Signature=Dj9eu03E8w%2Bh6LzcS2ly6GsP1z8%3D&responsecontentdisposition=inlined%3B%20filename%3DA_mercantilizacao_da_educacao_superior_b.pdf>. Acesso em: 17 de junho 2014.

_____. O PROUNI no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade, Campinas: CEDES, v. 27, n. 96, especial**, p. 979-1.000, out. **2006**.

_____. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** 2011. 465f. Tese de Doutorado em Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no Governo Lula. **Impulso, Piracicaba: UNIMEP, v. 16, n. 40**, p. 93-104, maio/ago. **2005**.

CARVALHO, Elaci Costa Ferreira de. **A privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural**. Dissertação de Mestrado. UFAL/SERVIÇO SOCIAL. 2010.

CASTRO, Cláudio de Moura. Mercado é coisa de satanás? In: **Revista Ibero-americana de Educación**. N.º 49 pp. 103-134. 2009.

CCI – **Corinthian Colleges**, CCI, 2007. Disponível em: Acesso em: <<http://www.cci.edu/update.php>>. 07 de dezembro de 2015.

CEC- **Carrer Education Corporation**, 2007 Disponível em: <<http://www.careered.com/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. **Novas configurações da privatização do Ensino Superior Brasileiro – A Formação de Oligopólios**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/351.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

_____. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010.

_____. **Novas configurações da privatização do Ensino Superior Brasileiro – A Formação de Oligopólios**. XXIV Simpósio da ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Vitória-ES. 2009.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CAMARGO, Arlete. **Acesso e expansão do ensino superior em Belém: o público e o privado em questão**. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. 26ª, Caxambu, 2003. DC ROM 26ª Reunião Anual da Anped.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CM CONSULTORIA – **Quadro Geral de Aquisições de IES**. Disponível em: <<http://www.aprenderonline.com.br/imagens/diretorios/diretorio4/QuadroGeraAquisicoesES.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2013.

_____. **Fusões e aquisições no ensino superior: panorama setorial. 2010**. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio4/QuadroGeraAquisicoesIES.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2015.

COMPRO sua faculdade. **Revista Isto é Dinheiro**. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130524/compro-sua-faculdade/3028.shtml>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

CONCEIÇÃO, Tatiana Figueiredo. **Mundialização do Capital e Mercantilização do Ensino Superior: A expansão da modalidade a distância e sua lucratividade para os empresários da educação.** Grupo de Trabalho nº 14. Hegemonia Estadunidense, Políticas Públicas e sociais e alternativas Ferreira. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CORAGGIO, J. L. **Proposta do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** In: TOMMASI, L, de; WARDE, M, J.; HADDAD, S. (orgs.) O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CPI DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Relatório Final.** Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_ensino_superior_relatorio_final.pdf>
. Acesso em: 08 de agosto de 2015.

CPI DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: **O caso da Uniesp.** Disponível em:
<<http://fepesp.org.br/ensino-superior/noticias/cpido-ensino-superior-privado-pedira-apuracao-nacional>>. Acesso em: 06 de junho de 2015.

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO. **Quem somos.** Disponível em:
<<http://www.creditouniversitario.com.br/quem-somos/#.V7lZpZgrLIU>>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino superior no octênio FHC.** Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>> Acesso de 1 de julho de 2014.

_____. **A universidade reformada.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educ. Soc. vol.25 n.88** especial Campinas Oct. **2004.**

_____. **Ensino superior e universidade no Brasil.** In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204. (Coleção História, 6).

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI: Visão e Ação – 1998. **Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO**, Paris, 9 de outubro de **1998.** Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br/index.php/direito>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Despacho 188 da Seres**, publicado em 13/11/2013. Disponível em:
<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=49&data=13/11/2013&captchafield=firistAcces>>. Acesso em: 04 de junho de 2015.

_____. **Pesquisa**. Publicado em 31/05/2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=26&data=31/05/2013>>. Acesso em: 04 de junho de 2015.

_____. **Regras do Proifes**. Disponível em: <<http://www.fepesp.org.br/ensinosuperior/noticias/diario-oficial-publica-regras-do-proifes>>. Acesso em: 04 de junho 2015.

DIAS SOBRINHO, José. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na educação superior. **Avaliação, Campinas, v. 7, n. 1**, p. 09-33, mar., 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade, Cedes. Campinas, v. 23 n. 80**, setembro/2002.

DUARTE Magna Corrêa de Lima e RIBEIRO, Paulo César Azevedo. **Panorama da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.sinpro-rio.org.br/Ed_superior/panorama.html>. Acesso em: 11 de julho de 2015.

DURHAM, E. e SAMPAIO, H. **O ensino superior em São Paulo - Diagnóstico**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (Nupps/USP), 1994.

_____, _____. O setor privado de ensino superior na América Latina. **Cad. Pesquisa. n.110**. São Paulo-SP. 2000.

ENSINO SUPERIOR PRIVADO sob Domínio do Capital Estrangeiro – p. 16 – 19. **REVISTA Caros Amigos – Ano XVI – Edição nº 192/2013**.

ENSINO SUPERIOR PRIVADO tem receita de R\$ 49,3 bi no Brasil em 2015. **Valor Econômico**. Ed. 22/06/2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4610699/ensino-superior-privado-tem-receita-de-r-493-bi-no-brasil-em-2015>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

ESCOLA QUE PROMETE quitar dívida de aluno é investigada. **FOLHA DE SÃO PAULO. Jornal. Edição de 04 de março de 2012**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2012/03/1056908escola-que-promete-quitar-divida-de-aluno-e-investigada.shtml>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A. **Panorama do Setor de Educação no Brasil**.

ve-

lem:<http://www.estacioparticipacoes.com/Estacio_RI/show.aspx?id_canal=998&id_materia=8506>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2014.

ESTEVES, Paulo Cesar Leite. **Fatores determinantes de mudanças na estrutura competitiva do sistema de ensino superior de Santa Catarina**. Tese de Doutorado - Universida-

de Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2007.

ESTUDANTES DA FIESC fazem paralisação. **Cleber Toledo. blog. página particular.** Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br/estado/2012/03/09/41917-estudantes-dafiesc-fazem-paralisacao-e-reivindicam-rescisao-de-contrato-com-Uniesp>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Fusões, aquisições, participações e outros instrumentos de gestão de negócios: tratamento jurídico, tributário e contábil.** São Paulo: Atlas, 2005.

FACSAAL. FACULDADE DA CIDADE DE SANTA LUZIA. **Fernando Costa e a Uniesp.** Disponível em: <<http://www.facsal.br/fernandoCostaUniesp/fernando-costa-Uniesp.asp>>. Acesso em: 06 de agosto de 2015.

FACULDADE DE ILHA SOLTEIRA e vendida para o Grupo Uniesp. **Impacto. Jornal. Versão On Line.** Disponível em: <<http://www.faciluz.edu.br/faculdade.asp>>. Acesso em: 05 de outubro de 2015.

FACULDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE - FAPEPE/Uniesp - **Portaria Interna Nº 255/16.** Disponível em: <<http://www.faculdadefapepe.edu.br/downloads/tabelaMensalidadesPresidentePrudente20162.pdf>> Acesso em: 28 de dezembro de 2016.

FACULDADE FIT. Faculdade de Itapeçerica da Serra. **Página Oficial. História da FIT.** Disponível em: <<http://www.faculdadefit.edu.br/historia.asp>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

FACULDADES BARDDAL – Florianópolis – SC. **Portaria Interna Número 071/15.** Disponível em: <<http://www.faculdaдебarddal.com.br/manuaisPortarias.asp>> Acesso em: 01 de maio de 2015.

FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO. **FEPESP. Página Oficial.** Disponível em: <<http://www.fepesp.org.br/artigos/facig-Uniesp-um-caso-de-violacao-dos-direitos-trabalhistas-e-descalabro-com-o-ensino-superior>>. Acesso em: 08 de outubro de 2015.

FERNANDES, Florestan. A Gratuidade do Ensino Superior. **Cadernos da UCE. Ano I, 1983.**

FERREIRA, Eunápio Augusto Almeida. **Alianças estratégicas entre instituições de ensino superior privadas: é possível torná-las mais competitivas?** Dissertação de Mestrado. Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – Faculdades Pedro Leopoldo-Mestrado Profissional em Administração – Pedro Leopoldo-MG. 2011.

FERREIRA, N. S. de A. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano **XXIII**, nº **79**, p. 257-272. ago/2002.

FERRO, Olga Maria dos Reis. **A produção histórica de uma universidade privada em Mato Grosso do Sul e, em seu interior, a organização do trabalho didático no curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial e a distância: 2005-2009**. Campo Grande, MS, 2012. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

_____. **A Anhanguera Educacional Participações Sociedade Anônima (AESAPAR), o processo de formação de monopólio e seus impactos na Uniderp**. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/texto_Olga.pdf>. Acesso em: 20/06/2014.

FILHO, João Ribeiro dos Santos. **Financiamento da Educação Superior Privado-Mercantil: Incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. 2016.

FINDUCIA ASSET MANAGEMENT. **Gestora de Recursos**. Disponível em: <<http://www.capitalfundos.com.br/fiducia.php>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

FIORI, J. L. **O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

FIT É INCORPORADA PELA UNIESP. **Hoje on line. Jornal**. Disponível em: <<http://www.hojeonline.com.br/fit-e-incorporada-pela-Uniesp/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

FORDELONE, Yolanda (AGÊNCIA ESTADO). **A lista das universidades com mais reclamações no Procon**. Disponível em: <exame.abril.com.br/carreira/noticias/Uniesp-lideralista-de-mais-reclamada-do-procon-sp>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

FREITAS, Eduardo. **Tipos de Monopólios**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/tipos-monopolio.htm>>. Acesso em: 16 de julho de 2015.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46**, p. 235-254, jan./abr. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005), A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico, em **Educação e Sociedade, vol.26, núm.92**, Campinas, pp. 1087-1113. 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Pesquisa do Observatório do Ensino do Direito aponta que grandes grupos privados já possuem mais matriculados que a rede pública.** Escola de Direito de São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/noticia/pesquisa-observatorio-ensino-direito-aponta-grandes-grupos-privados-ja-possuem-mais-matricul>> Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

FUNDACRED. **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.fundacred.org.br/site/home-instituicoes>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

FUSÃO Kroton e Anhanguera: lição de negócios. **Revista Isto é Dinheiro.** 26/04/2013. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130426/fusao-kroton-anhanguera-licao-negocios/115531.shtml>>. Acesso em: 16 de agosto de 2015.

FUSÕES E AQUISIÇÕES crescem 8,2% no Brasil em 2014, aponta PwC. **Valor Econômico de 30 de julho de 2014.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3863328/fusoes-e-aquisicoes-crescem-82-no-brasil-em-2014-aponta-pwc>>. Acesso: 06 de junho de julho de 2015.

GARCIA. Carolina Policarpo. **Efeito rede em fusões no ensino superior.** Dissertação de Mestrado: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2014.

GARCIA. Maurício. **A Terceira onda.** Disponível em: <http://www.mgar.com.br/mgPdf/2008_05_TerceiraOnda.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2013.

GARCIA. Maurício. Três grandes tendências para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Ensino Superior, São Paulo/SP, n.77, p.41-43, fev., 2005.**

GASPAR. R. F. e FERNANDES. T. C. Mercantilização e Oligopolização no Ensino Superior Privado. Educação e Realidade. Porto Alegre, **Educação e Realidade. v. 39, n.3, p. 945-966, jul./set.2014.** Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/40216/30034>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

GP, Investments. **Visão Geral.** Disponível em: <http://www.gp.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43078&conta=28>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

GRAMANI. Maria Cristina N. **A influência da qualidade na atratividade de instituições de ensino superior com capital aberto.** Insper Working Paper WPE: 154/2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria_Cristina_Gramani/publication/5104790_A_influcia_da_qualidade_na_atratividade_de_instituicoes_de_ensino_superior_com_capital_aberto/links/02e7e52a8a595e1543000000.pdf> . Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPO QUE ESTUDA AUMENTO das mensalidades do Fies é prorrogado. **O Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/07/grupo-que-estuda-aumento-das-mensalidades-do-fies-e-prorrogado.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

GRUPO USA FIES para aplicar golpe. **O Globo.com**. Edição On Line de 13 de março de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/03/grupo-usa-fies-para-aplicar-golpe-da-faculdade-gratuita-em-sp.html>>. Acesso em: 06 de junho de 2015.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP Boitempo Editorial, 2011.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPER EDUCACIONAL, Consultoria. **Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado do Brasil - 2007**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.hoper.com.br/institucional.php>>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

_____. **Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado do Brasil - 2008**. São Paulo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social no tempo do capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 7. Edição, 2012.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IFC - International Finance Corporation. **O sistema Financeiro Global**. The August Review. Disponível em: <<http://www.augustreview.com>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

INQUERITO CIVIL Nº 14.0399.0001366/2012-1 – **Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Presidente Venceslau-SP**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativa população 2014**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_204.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_204.pdf)>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

_____. **Cidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo>>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística do Ensino Superior. Brasília: Inep, 2005-2016.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2016.

_____. **Censos da Educação Superior.** Brasília: INEP, 2005-2015. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 de março de 2015.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015.** [on line]. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

JUNIOR, João dos Reis Silva; SOUSA, José Vieira de; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de, CHAVES Vera Lúcia Jacob (Organizadores). **Educação Superior: Internacionalização, Mercantilização e repercussão em campo de disputa.** Editora Fino Traço, Belo Horizonte-MG. 2015.

KLOECKNER, G. O. Fusões e aquisições: motivos e evidência empírica. **Revista de Administração, São Paulo: FEA/USP, v. 29, n. 1, p. 42-58, jan.- mar. 1994.**

KOPPE, Leonardo Renner. Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil: **Os casos das organizações de ensino com fins lucrativos no Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

KOZIK, K. Dialética do concreto. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KPMG Corporate. **Pesquisa de fusões e aquisições 2012 – 2º trimestre: espelho das transações realizadas no Brasil.** 2012. Disponível em: <http://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigosepublicacoes/Documents/Fusoes%20e%20Aquisicoes/2012/FA-2otrim-2012.pdf>. Acesso em: 9 de agosto de 2014.

_____. **Estudos e Análises.** Disponível em: <http://www.kpmg.com/br/pt/estudos_analises/artigosepublicacoes/paginas/release-kpmg-premiada-como-melhor-empresa-em-consultoria.aspx>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

KROTON EDUCACIONAL S/A. **Ensino no Brasil.** Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/kroton/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=6361&conta=45>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2013.

LAUREATE EDUCATION, Inc. **Laureate History.** Disponível em: <<http://www.laureate-inc.com/alHistory.php>>. Acesso em: 25 de março de 2013.

LEHER, Roberto. Crise do capital e questão social. **Estudos do Trabalho, v. 6, p. 17-35, 2010.**

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo a Etapa Superior do Capitalismo**, apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Junior; Campinas-SP FE/UNICAMP, 2011. Edição Eletrônica (e-book).

LESSA, Sergio. História e ontologia: a questão do trabalho. **Crítica Marxista. São Paulo: Revan, nº 20**, p. 70-89, abr. 2005.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. 360p.

_____. **Beyond Capital: Estado e capital**. São Paulo. 1998. Disponível em: Acesso em: 19 de março de 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Ensino a distância, organismo internacional e mercantilização da educação superior. **Revista PUC Viva**, São Paulo, ano 10 - nº 35, p. 6-12, 2009.

MACEDO, Rodrigo Zuquim. **Estratégias Adotadas pelas Instituições de Ensino Superior da Rede Privada Face às transformações no início do Século XXI**. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Pedro Leopoldo. 2005.

MANCEBO, D.; Martins, T. B. **Expansão do ensino a distância: pressupostos para sua análise e marcos regulatórios**. In: Mancebo, D.; Silva Júnior, J. R. (Orgs.). Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. P. 117-146.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Waldemar. Expansão e Oligopolização da educação Superior no Brasil. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013; 2.

MARX, K. e Engels, F. **O manifesto do partido comunista**. Bauru-SP: EDIPRO, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Setembro de 1955, editoras avante. Versão on line. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

_____. **O Capital. O processo de produção do capital: livro I, Vol. II**. São Paulo: DIFEL Difusão Editoria S.A, 1985.

_____. **O Capital. O processo de produção do capital: livro I, Vol. I**. São Paulo: Nova Cultura, 1998.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I, Vol. II.** 20º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I, Vol. I.** 30º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. **IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.**

MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a globalização.** São Paulo. Boitempo Editorial. Outubro de 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** SP: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do capital.** (tradução Francisco Raul Cornejo) – 2ª Ed. Ver. E ampliada. SP: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição;** tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. **PÚBLICO NÃO-ESTATAL. Verbetes.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_publico_nao-estatal%20.htm#_ftn1>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

_____. **Reformas do Ensino Superior no Brasil - o Público e o Privado em Questão.** Campinas-SP. Autores Associados, 336 p.; 2006.

_____. Governo Lula e "reforma universitária": presença e controle do capital no ensino superior. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.29, n.105, p.1246-1249, set. /Dez. 2008.

MIRANDA, Maria Bernadete. O Monopólio e o Oligopólio. **Revista Virtual Direito Brasil – Volume 5 – nº 2 – 2011.** Disponível em: <<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav52/ensaios/MO.pdf>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2017.

MOTTA, Massimo e SALGADO, Lúcia Helena. **Política de concorrência: teoria e prática e sua aplicação no Brasil;** tradução Lúcia Helena Salgado, - 1, ed, - Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. e LONGO, Gustavo Frederico. qual o custo implícito do Fies para o contribuinte brasileiro?. **Repositório IPEA. Radar | 46 | ago. 2016.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7067/1/Radar_n46_custo.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

OLIVEIRA, Romualdo P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc. vol.30 n.º.108** Campinas Oct. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300006>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, Valdir da Silva. **Educação a distância nas empresas de tecnologia da informação**. Brasília: UCAM, 2002. 32p. Trabalho monográfico (especialização lato sensu). Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, Universidade Cândido Mendes, 2002.

OLIVEIRA; João Ferreira de. Mariluce Bittar;. Morosini. Marília (Org.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB**. Brasília: INEP/MEC, 2008. PONTIFÍCIA Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC. Disponível em: <http://www.pucRio.br/interativo/viagem_tempo/index_IE55.html>. Acesso em: 01/04/2013.

ORGANIZAÇÃO para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. **Panoramas sobre a educação: indicadores da OCDE**. [S.l.]: OCDE, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/bookshop/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

OS BÁRBAROS chegaram ao portão. **Revista Isto é Dinheiro**. O fundo de private equity americano KKR, que popularizou as aquisições com emissão de dívida, faz sua primeira compra no Brasil. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20140404/barbaros-chegaram-portao/62993>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. O controle do capital: uma impossibilidade objetiva. **Revista Serviço Social e Sociedade – n.º 64** – Cortez Editora. São Paulo, 2000.

PATRIA INVESTIMENTOS. **Visão Geral**. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=http://www.patriainvestimentos.com.br/&prev=search>> . Acesso em: 19 de junho de 2016.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle; ROJAS, Jucimara Silva; RODRIGUEZ; Margarita Gonzales (Organizadoras) **Manual para elaboração de trabalhos técnico e científicos de acordo com as normas vigentes da ABNT**. Campo Grande, MS, 2011. 40 p. : il ; 30 cm.

PEREIRA, Tarcísio. L.; BRITO, Sílvia. H. A. **As aquisições e fusões no ensino superior privado no Brasil (2005-2013)**. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2014, Porto. Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Porto: Fórum Português de Administração Educacional, 2014. v. 1. p. 1-15.

PIRES, M. F. C. O Materialismo Histórico-Dialético e a Educação. Interface — **Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997**.

PIZZETTI, Joselito. **Modelo de valorização de instituições de ensino superior privado – IESP para o processo de fusão ou aquisição**. Tese de Doutorado – Universidade Federal

de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/433>>. Acesso em: 12 de junho de 2014.

POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87**, p. 383-399, maio/ago. **2004** 383. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

_____. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social, Brasília, v. 13, n. 28**, p. 12-40, jan. /jun. **2011**. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/5620/4668>. Acesso em: 02 de junho de 2014.

PORTAL **Cidades Paulistas** Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/09-aracatuba.htm>> . Acesso em: 08 de abril de 2016.

PORTAL DE ESTATISTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, **SEADE**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

PORTAL DOS CONVÊNIOS, **O portal dos convênios do Governo Federal. Dados Abertos SICONV**. Disponível em: <<http://api.convencios.gov.br/siconv/dados/proponente/3802620000132.html>>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

PORTO. Claudio & Karla Régnier. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condições, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025**. Uma Abordagem Exploratória. Rio de Janeiro: Nórdica, 2013.

POSSAS, Maria Silvia. **Concorrência e Competitividade: Notas Sobre Estratégia e Dinâmica Seletiva na Economia Capitalista**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1993.

PRESIDENTE PRUDENTE. **É bom viver aqui**. Disponível em: <www.presidenteprudente.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, **Faculdade de São Paulo**, 2014. Disponível em: <http://www.faculdadedesaopaulo.edu.br/centrovelho/downloads/ppc_serv_social.pdf> . Acesso em: 20 de junho de 2017.

PWC. Price Waterhouse Coopers. **Fusões e aquisições no Brasil** - dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/fusoesaquisicoes/relatorio-mea-dezembro-2012.pdf>>. Acesso em: 21 de julho de 2014.

QUEIROZ, Viviane. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC**. Educação Pública: confronto e perspectiva. Cadernos ANDES-SN, fevereiro de 2015.

RANKING UNIVERSITÁRIO – **Folha 2016**. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-universidades/>> Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

REDE PITÁGORAS. **Nossa trajetória**. Disponível em: <<http://www.redepitagoras.com.br/pagina/21/nossa-trajetoria.aspx>>. Acesso em: 16 julho de 2015.

RENNER, Roberto Antônio. **Governança corporativa em mantenedoras de Instituições de Ensino Superior Privado**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2010.

RHOADES, G. Higher Education in a Consumer Society in *The Journal of Higher Education*, vol.58, no. 1 (Jan-Feb, 1987), pp. 1-24. Ohio State University Press, 1987.

ROCHA, Carlos Henrique. R. Modelo para Determinar o Valor de Fusões de Instituições Privadas de Ensino Superior. **Bras. Eco. de Emp.** 2005; 5(1): 25-28.

RODRIGUES, José dos Santos. **A universidade brasileira rumo à nova América: pós-modernismo, shopping Center e educação superior**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Grandes Oligopólios de Educação Superior e a Gestão do Grupo Anhanguera Educacional (2007-2012)**. Tese de Doutorado – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2015.

SAKATA, Marici Cristine Gramacho. A globalização do sistema de ensino superior: O “mercado” educacional. **Estratégia e Negócios, Florianópolis**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009 Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>>. Acesso em: maio de 2015.

SALMI, Jamil. Os desafios de manter um sistema de empréstimos estudantis na Colômbia e no Chile. **Revista Ensino Superior Unicamp v. 4. n. 3 2013**. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/os-desafios-de-manter-um-sistema-de-emprestimos-estudantis-na-colombia-e-no-chile>> Acesso em: 17 de maio de 2016.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades transformações. **Revista de Ensino Superior da Unicamp, 2011**. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e>>. Acesso, 23/10/2014.

_____. **O ensino superior privado: tendências da última década.** Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-SP. 1998.

_____. **Ensino superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

_____. Trajetória e Tendências Recentes do Setor Privado de Ensino Superior no Brasil. **Revista CIPEDES, nº 9, vol. 3, 2000.** Disponível em: <www.ilea.ufrgs.br/cipedes>. Acesso em: 10 de junho. 2014.

_____. **Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos.** FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) na modalidade Projeto de Pesquisa (Regular) de Fluxo contínuo (01/04/2010 a 31/03/2012).

_____. **Setor privado de ensino superior no Brasil: o que mudou no século XXI?** GT Educação e Sociedade no 35º Encontro Anual da Anpocs – Caxambu-MG. 2011.

SANFELICE, José Luís. **Dialética e Pesquisa em Educação.** In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos.** 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2008.

SANTOS, Aline Veiga dos. **Fusões Institucionais no Ensino Superior Brasileiro: Implicações no Trabalho Docente.** III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação. Zaragoza, Espanha. 2012.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. **Política educacional para a “Universidade Microondas”: Gestão Universitária, Trabalho Docente e Qualidade da Formação Humana sob o efeito do “mercado educador”.** IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. 2009.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2008.

SANTOS, Marcelo Antunes dos. **Fusões & Aquisições no Mercado de Ensino Superior Privado: Os Casos dos Grupos Fanor/Devry e Universidade Anhembí Morumbi/Laurete.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia Escola de Administração, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record. 2000..

SAVIANI, Demerval. **Análise do substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.** In: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional: texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto a CD.** São Paulo: Cortez; ANDES, 1990.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. **História da educação e política educação.** In: SBHE (Org.). Educação no Brasil: História e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EcooS, São Paulo, v. 10. ESPECIAL, p. 147-167, 2008.**

_____. **Interlocuções pedagógicas** – conversa com Paulo Freire, Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. Autores Associados: Campinas/SP: 2010.

SCAFF, E. A. S. **Os organismos internacionais e as tendências para o trabalho do professor.** Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

SCHUGURENSKY, Daniel. **Autonomía, heteronomía, y los dilemas de la educación superior en la transición al siglo XXI: el caso de Canadá.** São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002.

SCHWARTZMAN, Jacques e SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior privado como setor econômico.** Trabalho realizado por solicitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 2002.

SCHWARTZMAN, S. **A revolução silenciosa do ensino superior.** In **Durham, E. R. & Sampaio, H. (orgs.). O ensino superior em transformação.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre educação superior, 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdfs/nupes2000.pdf>>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes. LEAL, Rodrigo Mendes. **Análise do setor de ensino superior privado no Brasil.** BNDES Setorial 30, p. 103 – 156 Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>> Acesso em: 30 de junho de 2014.

SENHORAS, E. M.; TAKEUCHI, K. P; TAKEUCHI, K. P. **A Importância Estratégica da Governança Corporativa no Mercado de Capitais: Um Estudo Internacional Comparado.** In: III Seget – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006, Resende. Anais. Resende: AEDB, 2006.

SERESA EXPERIAN. **Página Oficial.** Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br/>>. Acesso em: 08 de agosto de 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI – Desafios do Presente.** São Paulo, SP: Cortez, 2009.

_____. **A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva.** Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

_____. **Estudo Diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil. 2002-2012.** Edital N° 051/2014 SESU. Projeto de Organismo Internacional – OEI. Projeto OEI/BRA/10/002.

_____. Educação superior no Brasil. democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc., Campinas, v. 36, n° 133**, p. 867-889. 2015.

_____. **Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: Predomínio Privado Mercantil e Desafios para a Regulação e a Formação Universitária.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2014.

SHWARTZBAUM, Alan, David. **Sinergias nas fusões e aquisições do setor de educação superior no Brasil.** Dissertações de Mestrado Profissional em Gestão Internacional defendidas na EAESP. Fundação Getúlio Vargas. 2012.

SILVA JR., João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. (1998) **Novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudança na produção.** Bragança Paulista: EDUSF.

SILVA, Gustavo Javier Castro. **O ensino superior privado: o conflito entre lucro, expansão e qualidade.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – UNB – Instituto de Ciências Sociais, Março, 2008.

SILVA, Mauri Antonio da. (Org.) **Crítica à privatização do ensino superior no Brasil.** ED. Editora em Debate. Florianópolis, 2013.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **SEMESP.** Página Oficial. Disponível em: <http://www.semesp.org.br/semesp_beta/>. Acesso em: 03 de dezembro de 2015.

SISFIES - SESU – **Relatórios (2005-2016) de Gestão de Contas Ordinárias Anual.** Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

SOUSA, José Vieira (org.) **Ensino Superior: cenários, impasses e propostas.** Ed. Campinas-SP: Autores Associados. 440 p. 2013.

TAVARES, Pedro Henrique. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2014.

TBS CONSULTORIA. **Captação de Fundos bate recorde em 2014.**

<http://www.tbsconsultoria.com.br/captacao-de-fundos-bate-recorde-em-2014/>>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quem somos?** Disponível em:

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe>>. Acesso em: 01 de agosto de 2014.

TRINDADE, H (Org.) **A universidade em ruínas: na república dos professores.** Petrópolis (RJ): Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

_____. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América latina. In: GENTILI, Pablo (Org), et al. **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Cortez, 2001.

UNIESP RECEBE 405 MILHÕES, apesar das irregularidades. **O Estado de São Paulo. Jornal (on line).** (Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,apos-denuncias-Uniesp-recebe-r-405-milhoes-imp-,1634715>>. Acesso em: 08 de agosto de 2015.

UNIESP TERÁ QUE DAR BOLSAS a alunos após irregularidades no Fies. **O Globo.com.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/04/Uniesp-tera-que-dar-bolsa-alunos-apos-irregularidades-no-fies.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2015.

UNIESP, **Página Oficial.** Google Analytics. Disponível em:

<<http://www.Uniesp.edu.br/prudente/conceitoUniesp.asp>>. Acesso em: 17 de março de 2014.

_____. **Convênios Firmados.** Disponível em:

<<http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/proponente/3802620000132.html>>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

_____. **Manual do Aluno.** Disponível em:

<<http://www.Uniesp.edu.br/centropaulistano/downloads/manualAluno.pdf>>. Acesso em: 06 de junho de 2015.

_____. **UNIESP. Dossiê (2011) Relatório sobre as irregularidades da Uniesp.** Federação dos Professores do Est. De São Paulo. SINPAAAE Ribeirão Preto, SINPRO ABC, SINPRO Bauru, SINPRO Campinas e Região. SINPRO Jaú, SINPRO Santos, SINPRO São Paulo, SINPRO Sorocaba e SINTEE Presidente Prudente e Região.

<<http://www.fepesp.org.br/ensino-superior/noticias/Uniesp-tudo-que-a-fepesp-publicou>> Acesso de 06 de agosto de 2015.

_____. **UNIESP. Dossiê.** (maio 2014) Disponível em: <<http://www.fepesp.org.br/ensino-superior/noticias/Uniesp-tudo-que-a-fepesp-publicou>> Acesso de 10 de agosto de 2015.

VALE, Andréa Araújo do. **A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá.** Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2406_int.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

VALE, Andréa Araújo do. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. ALMEIDA, Cristina Helena Almeida de. **Financeirização da educação superior no Brasil.** p. 72-93. In. Educação Superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** Tradução: Maria Encarnación Moya. Buenos Aires: CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007

VEIGA, L. Reforma universitária na década de 60: origens e implicações político institucionais. **Revista Ciência e Cultura, v.37, n.7, jul. 1985** (Suplemento Especial).

VENDA DE UNIVERSIDADE Pega Alunos de Surpresa. **FOLHAVP. Jornal.** Versão Online. Disponível em: http://www.folhavo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1297:venda-de-universidade-pega-alunos-de-surpresa-e-provoca-transtornos&catid=46:acontece-na Acesso em: 09 de agosto de 2015.

WHITNEY UNIVERSITY SYSTEM. **Empresa.** Disponível: <<http://www.businesswire.com/news/home/20130622005022/pt/#.UwOzttdXjM>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

WOOD, Thomaz Jr. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: " os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil. 1992.**

WORLD BANK. **Financing education in developing countries: an exploration of policy options.** Washington, DC: World Bank, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1 – Quadros 1 a 4 – Produção acadêmica acerca do objeto de pesquisa

TÍTULO	AUTOR (A)	LOCAL/PUBLICAÇÃO	ANO
O ensino superior privado: tendências da última década	Sampaio, Helena	Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo	1998
O setor privado de ensino superior na América Latina	Helena Sampaio, Eunice Ribeiro Durham.	Cad. Pesquisa. n.110 São Paulo	2000
Universidade Mercantis a institucionalização do mercado universitário em questão.	Calderón, Adolfo Ignacio.	São Paulo Perspec. vol.14 no.1 São Paulo	2000
Mundialização do Capital e Mercantilização do Ensino Superior: A expansão da modalidade à distância e sua lucratividade para os empresários da educação	Conceição, Tatiana Figueiredo	Grupo de Trabalho nº 14. Hegemonia Estadunidense, Políticas Públicas e sociais e alternativas Ferreira. Universidade Federal do Rio de Janeiro	2005
Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado.	Cunha, Luiz Antônio.	Educ. Soc. vol.25 n.88 special Campinas	2004
Modelo para Determinar o Valor de Fusões de Instituições Privadas de Ensino Superior	Rocha, Carlos Henrique	Revista Brasileira de Economia de Empresas	2005
Novas configurações da privatização do Ensino Superior Brasileiro – A Formação de Oligopólios	Chaves, Vera Lúcia Jacob.	XXIV Simpósio da ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Vitória-ES	2009
Mercado é coisa de satanás?	Castro, Claudio de Moura	Revista Iberoamericana de Educación. N.º 49	2009

Política educacional para a “Universidade Microondas”: Gestão Universitária, Trabalho Docente e Qualidade da Formação Humana sob o efeito do “mercado educador”	Santos, Aparecida de Fátima Tiradentes	IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul	2009
Setor privado de ensino superior no Brasil: o que mudou no século XXI?	Sampaio, Helena	GT Educação e Sociedade no 35º Encontro Anual da Anpocs – Caixa-MG	2011
Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos	Sampaio, Helena	FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) na modalidade Projeto de Pesquisa (Regular)	Fluxo contínuo (01/04/2010 a 31/03/2012).
Fusões Institucionais no Ensino Superior Brasileiro: Implicações no Trabalho Docente.	Santos, Aline Veiga dos	III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação. Zaragoza, Espanha	2012
Expansão e Oligopolização da educação Superior no Brasil	Marques, Waldemar	Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 69-83	2013
Mercantilização da Educação Superior Brasileira e as estratégias de mercado das IES Lucrativas	Carvalho, Cristina Helena Almeida de.	Grupo de Trabalho – GT 11 – Política da Educação Superior da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: < http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2301_res.pdf >.	Acesso em: 17/06/2014
A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá.	Vale, Andréa Araújo do.	Grupo de Trabalho – GT 11 – Política da Educação Superior da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: < http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2406_int.pdf >.	Acesso em: 20/06/2014
A Anhanguera Educacional Participações Sociedade Anônima (AESAPAR), o processo	Ferro, Olga Maria dos Reis.	Disponível em: < http://www.anped11.uerj.br/texto_Olga.pdf >	Acesso em: 20/06/2014

de formação de monopólio e seus impactos na Universidade			
Fusões, Aquisições e Takeovers: Um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas.	Camargos, Marcos Antônio de. Barbosa, F.V	Disponível em: < www.regeusp.com.br/arquivos/v10n2art2.pdf >. E em: Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 10, n. 2, p.17-38, abr./jun. 2003.	Acesso em: 12/06/2014
A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva	Sguissardi, Valdemar	26ª Reunião Anual da ANPED – Poços de Caldas. Disponível em: < http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf >	Acesso em: 30/06/2014
Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: Predomínio Privado Mercantil e Desafios para a Regulação e a Formação Universitária	Sguissardi, Valdemar	Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf >	Acesso em: 01/07/2014
O ensino superior privado: um estudo comparado Brasil-Portugal	Antônio Ferreira. Adolfo Calderón	Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/39819 >	Acesso em: 30/06/2014
O ensino superior no octênio FHC	Unha. Luiz Antônio	< http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf >.	Acesso em: 01/7/2014
Educação superior no Brasil. democratização ou massificação mercantil?	Sguissardi, Valdemar	Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889	2015
Análise do setor de ensino superior privado no Brasil	Sécca, Rodrigo Ximenes Leal, Rodrigo Mendes	BNDES Setorial 30, p. 103 – 156 Disponível em: http://www.bndes.gov.br/biblioteca/adigital	Acesso em: 30/06/2014

Quadro 1 - publicações de artigos relativos ao objeto de pesquisa – 1998-2015

TÍTULO	AUTOR (A)	LOCAL/PUBLICAÇÃO	ANO
Estratégias Adotadas pelas Instituições de Ensino Superior da Rede Privada Face às transformações no início do Século XXI.	Macedo, Rodrigo Zuquim	Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Pedro Leopoldo	2005
A privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural.	Carvalho, Elaci Costa Ferreira de.	Dissertação de Mestrado. UFAL/SERVIÇO SOCIAL.	2010
Fusões & Aquisições no Mercado de Ensino Superior Privado: Os Casos dos Grupos Fanor/Devry e Universidade Anhembi Morumbi/Laurete.	Santos, Marcelo Antunes dos.	Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia Escola de Administração	2010
Governança corporativa em mantenedoras de Instituições de Ensino Superior Privado	Renner, Roberto Antônio	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2010
Alianças estratégicas entre instituições de ensino superior privadas: é possível torná-las mais competitivas?	Ferreira, Eunápio Augusto Almeida	Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – Faculdades Pedro Leopoldo-Mestrado Profissional em Administração – Pedro Leopoldo-MG	2011
Sinergias nas fusões e aquisições do setor de educação superior no Brasil	Shwartzbaum, Alan, David.	Dissertações de Mestrado Profissional em Gestão Internacional defendidas na EAESP. Fundação Getúlio Vargas.	2012
Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?	Tavares, Pedro Henrique de Sousa	Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro	2014
Efeito rede em fusões no ensino superior	Garcia, Carolina Policarpio	Dissertação de Mestrado: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas	2014

Reestruturação do ensino superior privado no Brasil e precarização do trabalho docente: o caso da Fit/Uniesp (2006/2014)	Borges, Jonathan Xavier	Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2015
--	-------------------------	---	------

Quadro 2 - publicações de dissertações de mestrado relativas ao objeto de pesquisa – 2005-2015

TÍTULO	AUTOR (A)	LOCAL/PUBLICAÇÃO	ANO
Modelo de valoração de instituições de ensino superior privado- IESP para o processo de fusão ou aquisição.	Pizzetti, Joselito	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.	2006
Fatores determinantes de mudanças na estrutura competitiva do sistema de ensino superior de Santa Catarina.	Esteves, Paulo Cesar Leite.	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2007
A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância	Santos, Catarina de Almeida	Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo	2008
O Ensino Superior Privado: O conflito entre lucro, expansão e qualidade	Silva, Gustavo Javier	Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB	2008
A produção histórica de uma universidade privada em Mato Grosso do Sul e, em seu interior, a organização do trabalho didático no curso de licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial e a distância:	Ferro, Olga Maria dos Reis.	Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS	2012

2005-2009.			
Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil: Os casos das organizações de ensino com fins lucrativos no Rio Grande do Sul	Koppe, Leonardo Renner	Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2014
Grandes Oligopólios da Educação Superior e a Gestão do Grupo Anhanguera Educacional (2007-2012)	Ruas, Claudia Mara Stapani	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande-MS	2015

Quadro 3 - publicações de teses de doutorado relativas ao objeto de pesquisa – 2006-2015

TÍTULO	AUTOR (A)	LOCAL/PUBLICAÇÃO	ANO
O ensino superior privado como setor econômico.	Schwartzman, Jacques e Schwartzman, Simon.	Trabalho realizado por solicitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	2002
Ensino superior no Brasil: o setor privado.	Sampaio, Helena.	São Paulo: Hucitec, Fapesp, 408 p	2000
Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado.	Amaral, Nelson Cardoso	São Paulo: Cortez; Piracicaba-SP: Editora UNIMEP, 214 p	2003
Reformas do Ensino Superior no Brasil - o Público e o Privado Em Questão	Minto, Lalo Watanabe	Campinas-SP. Autores Associados, 336 p.;	2006.
Análise do setor de ensino superior privado no Brasil.	Rodrigo Ximenes Sécca e Rodrigo Mendes Leal.	BNDES Setorial 30, p. 103 – 156;	s/d
Universidade Brasileira no Século XXI: Desafios do Presente.	Sguissardi. Valdemar.	São Paulo: Cortez	2009

Ensino Superior: cenários, impasses e propostas.	Sousa, José Vieira (organizador)	Ed. Campinas-SP: Autores Associados. 440 p	2013
Crítica à Privatização do Ensino Superior no Brasil	Silva, Mauri Antonio da (Org.)	Ed. Editoria em Debate – UFSC	2013
Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012	Sguissardi, Valdemar	Edital Nº 051/2014 - Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002	2014
ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo uma análise sociológica	Almeida, Wilson Mesquita de	Musa Editora Ltda. São Paulo-SP	2014
Educação Superior: Internacionalização, Mercantilização e repercussão em campo de disputa	Junior, João dos Reis Silva; Sousa, José Vieira de; Azevedo, Mário Luiz Neves de; Chaves, Vera Lúcia Jacob (Org.)	Editores Fino Traço, Belo Horizonte-MG	2015

Quadro 4 - publicações de livros/relatórios/projetos relativos ao objeto de pesquisa - 2002-2015

ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**PESQUISADOR:** Tarcísio Luiz Pereira**E-mail:** tluizp@gmail.com**ORIENTADORA:** Prof^a. Dr^a. Silvia Helena Andrade de Brito CCHS/UFMS**E-mail:** sivia.brito@ufms.br

Prezado (a) Senhor (a)

Sou Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação - Doutorado - da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – Campus de Campo Grande cujo o título é: **Monopolização do ensino superior privado no Brasil por meio de processos de fusões e aquisições: o grupo Uniesp em questão**. No desenvolvimento da pesquisa serão utilizados dados documentais e será aplicada entrevista, como técnica complementar, mediante um roteiro de caráter semiestruturado. A entrevista será gravada, desde que autorizada pelo (a) entrevistado (a). Pretendo entrevistar mantenedores, gestores e docentes (2 pessoas de cada grupo).

Esta pesquisa não pretende trazer desconforto ou risco ao participante, uma vez que a sua participação é voluntária e as informações decorrentes da mesma visam complementar e aprofundar os dados levantados nos documentos.

Para eventuais dúvidas referentes ao estudo pode-se fazer uso dos contatos pelos e-mails tluizp@gmail.com e tarcisio.pereira@ufms.br ou sivia.brito@ufms.br (Orientadora da Pesquisa).

Informo que os resultados da pesquisa retornarão ao (a) entrevistado (a) na forma de relatório que será disponibilizado, após a finalização da mesma e da defesa da tese de Doutorado.

Para conhecimento de V.Sa. apresento um resumo e desde já lhe agradeço pela colaboração, na certeza de que suas informações serão de fundamental importância para o êxito da pesquisa.

Cordialmente

Prof. Me. Tarcísio Luiz Pereira
Docente e Pesquisados da UFMS

Considerando as informações constantes neste Termo e as normas expressas na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde consinto de modo livre e esclarecido, participar da presente pesquisa na condição de participante e/ou responsável por participante da pesquisa, sabendo que:

1. A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro.

2. É garantida a liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa.

3. É garantido o anonimato.

4. Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos.

5. Sua identidade de entrevistado (a) será preservada.

A pesquisa aqui proposta será submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que referendará o presente termo assinado em duas vias.

Declaro

Autorizar
seja revelada

Não autorizar que minha identidade

Concordo
entrevista

Não concordo com a gravação da

Por fim, autorizo que as informações por mim prestadas sejam utilizadas nesta investigação.

Campo Grande, _____ de _____ de 2016.

Participante: _____ RG: _____

Assinatura: _____

ANEXO 3 – Roteiro de Entrevista

IDENTIFICAÇÃO

1-Nome:

2-Formação:

ATUAÇÃO JUNTO A INSTITUICAO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA (IESP)

1-Função:

2-Experiência na área:

3-Quais as condições de trabalho e as relações entre o grupo Uniesp e a IESP na qual atua?

4-Como se dá (se deu) a relação entre docentes/gestores e mantenedores do grupo?

5- Quanto ao corpo discente qual a forma de ingresso e perfil dos alunos atendidos? Eles recebem algum tipo de auxílio financeiro da IESP ou externo?

SOBRE O GRUPO UNIESP (E/OU A IESP À QUAL SE VINCULA/VINCULOU)

1-Ano e cidade de fundação:

2-Breve histórico do Grupo Uniesp ou da Instituição adquirida que você trabalha (trabalhou) (origem, trajetória, estratégias de crescimento corporativo).

3-Perfil do Grupo Uniesp e dinâmica de trabalho, cursos oferecidos, etc:

4-Organograma corporativo entre os anos de 2005 a 2013 saberia lista-lo?:

5-Expansão do Grupo Uniesp (como se deu entre os anos de 2005 a 2013? Ou durante o período que ficou vinculado (a) a IESP?), quais as estratégias de marketing e propagandas adotadas?

6-No ranking nacional o Grupo Uniesp pode ser considerado como uma empresa de pequeno, médio ou grande porte?

7. De quantas Faculdades e Centros Universitários o Grupo Uniesp é composto na Capital e quais Estados (cidades) brasileiros são atendidos?

8. Há um quadro atualizado de quantidades de alunos/docentes e funcionários do grupo Uniesp?
9. Qual o investimento do grupo em pesquisa e em extensão?
10. Como o grupo Uniesp se situa no contexto das políticas de educação superior no Brasil? Em que medida essas políticas têm atendido às demandas do ensino superior privado?
11. O grupo Uniesp é atendido por quais Programas do Governo Federal?
12. O Uniesp pode ser considerado um grupo de faculdades ou uma Universidade?

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE GESTÃO

1. Quais as características de gestão no Grupo Uniesp? Relação gestão-docentes, gestão-discentes, gestão-funcionários? (Relate sua experiência)
2. O Uniesp dispõe de infraestrutura necessária para atender a demanda de alunos ingressantes a cada semestre letivo?
3. Como o Grupo Uniesp lida com a inadimplência acadêmica? Quais as estratégias adotadas? Essas estratégias influenciam na área pedagógica?
4. Quanto ao corpo docente, o professor (a) tem autonomia em sala de aula e no contexto acadêmico?
5. O modelo de gestão adotado pelo Grupo Uniesp possibilita maior acesso e permanência de estudantes ao ensino superior?
6. Como são utilizados os recursos (mensalidades e fomentos de programas como o PROUNI e FIES)? (relate sua experiência)
7. Que medidas de gestão são tomadas para a realização de uma interface entre as áreas administrativa e pedagógica do grupo UNIESP educacional?
8. Quais são os instrumentos facilitadores e os processos que dificultam a gestão de uma instituição do porte da Uniesp?
9. O grupo Uniesp tem na sua gestão a adoção de uma política corporativa voltada à responsabilidade social como anunciam os programas “Uniesp Solidária”, “Uniesp social”, “Uniesp 100” e companhias como “a Uniesp paga”? Como se caracterizam essas ações? E que resultados trazem para o grupo?
10. Para a gestão do Grupo contratou-se empresas especializadas na área da comunicação, como uma agência de propaganda? Qual tem sido o tema/tônica de propaganda do Grupo Uniesp?
11. Como e por quem é realizada a gestão de *marketing* do Grupo Uniesp?
12. Como são realizados convênios com outras entidades para atrair matrículas para o Uniesp?
13. Para o Grupo o que ainda precisa ser melhorado em sua gestão? Quais os maiores problemas que se enfrenta?
14. Quais são as próximas metas de expansão do Grupo?

QUANTO AO PROCESSO DE FUSÕES/AQUISICÕES

1. O que entende por fusão e aquisição?
2. Que articulações são necessárias para as transações de fusões e aquisições de novas IESP pelo grupo Uniesp?
3. Quais as mudanças significativas que houve na IESP (que trabalha/trabalhou) após a aquisição/fusão pelo grupo Uniesp?
4. Há acionistas no grupo? Quais?
5. O grupo Uniesp contratou empresas de consultorias para as mudanças empreendidas?
6. Houve alguma discussão com os docentes, discentes e funcionários durante o processo de venda/compra da instituição?
7. Quais foram os desafios enfrentados durante o processo de transição da IES anterior para o atual grupo?
8. Relate brevemente sua experiência na UNIESP destacando questões como se é uma boa Instituição de Ensino Superior, pontos positivos e negativos, etc.
9. Gostaria de acrescentar algo nesta entrevista que não tenha sido abordado? Faça suas considerações.

OBS. Algumas questões são específicas a IESP, favor responder com “Não se aplica” quando a questão não lhe caber. Obrigado.